

Elton Francisco

**FAMÍLIAS TRANSNACIONAIS DE ORIGEM MINEIRA:
TRAJETÓRIAS, EXPERIÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE VIDAS
QUE CRUZAM FRONTEIRAS NACIONAIS (1984-2014)**

Tese submetida ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para obtenção do título de Doutor em História Cultural.

Orientadora: Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari.

Florianópolis
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Francisco, Elton

Famílias Transnacionais de Origem Mineira : trajetórias, experiências e estratégias de vidas que cruzam fronteiras nacionais (1984-2014) / Elton Francisco ; orientadora, Eunice Sueli Nodari - Florianópolis, SC, 2016.
283 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História.

Inclui referências

1. História. 2. E/imigração Brasileira. 3. Famílias Transnacionais. 4. Maternidade Transnacional. 5. Remessas Sociais. I. Nodari, Eunice Sueli. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

**Famílias Transnacionais de Origem Mineira:
trajetórias, experiências e estratégias de vidas
que cruzam fronteiras nacionais (1984-2014).**

Elton Francisco

Esta Tese foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título
de:

DOUTOR EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora

Eunice Sueli Nodari
Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari (PPGH/UFSC)

Carlos Eduardo Gomes Siqueira
Prof. Dr. Carlos Eduardo Gomes Siqueira (Universidade
de Massachusetts – BOSTON)

João Klug
Prof. Dr. João Klug (PPGH/UFSC)

Cristina Scheibe Wolff
Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff (PPGH/UFSC)

Emerson Cesar Campos
Prof. Dr. Emerson Cesar Campos (UDESC)

Gláucia de Oliveira Assis
Profa. Dra. Gláucia de Oliveira Assis (PPGH/UDESC)

Profa. Dra. Janine Gomes da Silva (PPGH/UFSC)
(Suplente interna)

Profa. Dra. Teresa Kleba Lisboa (PPGICH/UFSC)
(Suplente externa)

Cristina Scheibe Wolff
Profa. Dra. Cristina Scheibe Wolff

**Coordenadora do PPGH/UFSC
Florianópolis, 06 de maio de 2016**

Este trabalho é dedicado às
trabalhadoras e/ímigrantes brasileiras
pelo mundo...

AGRADECIMENTOS

Esse trabalho representa meu processo de amadurecimento pessoal, intelectual e acadêmico. Representa também, a memória de momentos difíceis, de dúvidas e questionamentos sobre experiências de vida que você não espera viver. Mas representa, sobretudo, a lembrança de muitos momentos felizes, partilhados com pessoas queridas que me acompanharam ao longo desse percurso. Aproveito para agradecer algumas delas pelo apoio, pela compreensão e principalmente pelos laços de amizade que me parecem tão fundamentais em determinados momentos de nossas vidas...

Agradeço à minha mãe, Valdira, pelo apoio incondicional e irrestrito que só uma mãe pode nos dar. A admiração dela por mim me instiga a ser uma pessoa sempre melhor....

Agradeço à professora Eunice Sueli Nodari, minha orientadora, que me acolheu após a aprovação do processo de seleção para o doutorado, que me permitiu modificar o projeto de tese apresentado para que eu pudesse estudar o que mais me move, pelas leituras e críticas que fez ao texto, e principalmente pelos esforços para que eu conseguisse a Bolsa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) que me permitiu viajar para os Estados Unidos e viver uma experiência de pesquisa e de vida da qual eu não esquecerei...

Agradeço ao professor Carlos Eduardo Gomes Siqueira, que muito gentilmente me acolheu na University of Massachusetts (UMass-Boston) durante minha estadia nos Estados Unidos, pelas conversas que tivemos sobre a vida dos e/imigrantes brasileiros naquele país, pelas orientações e dicas de pesquisa que me foram fundamentais naquela situação...

Agradeço a todos os mineiros, homens e mulheres, e/imigrantes e não e/imigrantes, que me receberam em suas casas, cederam entrevistas, relataram suas experiências de e/imigração, falaram de suas vidas pessoais, de seus sonhos, das suas expectativas, das suas tristezas, das suas alegrias, que choraram e me fizeram chorar. Eles me ensinaram muito sobre as diversas formas de deslocamento que podemos viver....

Agradeço à professora Sueli Siqueira, à amiga Sandra Nicole, à dona Jacira, à Gisele e ao Marconi, que me receberam na cidade de Governador Valadares nas diversas ocasiões em que lá estive, pelas dicas de pesquisa, pelas pessoas que me apresentaram, pelo carinho, pelo feijão mineiro e o toucinho de barriga, dos quais eu sinto tanta falta...

Agradeço aos professores e amigos do Programa de Pós-graduação em História (PPGH-UFSC), em especial aos colegas do Laboratório de Imigração, Migração e História Ambiental (LABIMHA), com os quais participei de eventos acadêmicos e troquei experiências de leitura e pesquisa que ampliaram a minha visão da História...

Agradeço ao Rodrigo, meu namorado, advogado, confidente, pelas leituras que realizou e pelas correções que sugeriu a esse texto. Mas, sobretudo, pela compreensão, pelo carinho e pelas palavras que me incentivaram a continuar...

Agradeço aos amigos acadêmicos e pessoais, a Véra, o Elias, a Cíntia, a Betty, a Rochelle, o Misael, a Kellen, a Francine, a Giovanna, a Michele, a Detty, o Marcelo, o Thiago, o Sebastian, por acompanharem a trajetória da escrita desse texto, por me incentivar, pelos momentos de descontração...

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelas Bolsas de Demanda Social (DS) e de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), que recebi ao longo do curso de doutorado e que permitiram dedicação a essa experiência e à escrita desse texto...

Agradeço também a todas aquelas pessoas que não citei, mas que direta ou indiretamente contribuíram com as vivências relacionadas à experiência do doutorado e da escrita dessa tese, e que sabem da minha admiração e gratidão pelos apoios e pela amizade....

RESUMO

Na presente tese descrevemos e analisamos trajetórias de vida e experiências e/imigratórias individuais e familiares de mineiros que e/imigraram para diferentes cidades do estado norte-americano de Massachusetts, bem como de seus familiares que permaneceram nas suas comunidades de origem. Tais trajetórias e experiências se inserem em um contexto de intensificação das emigrações de brasileiros para o exterior, especialmente para os Estados Unidos, ao longo das três últimas décadas. Nosso principal objetivo é demonstrar as formas como as famílias mineiras se organizam para estabelecer vínculos familiares, econômicos, afetivos e de cuidados à distância, aqueles que cruzam fronteiras político-administrativas nacionais, e que as caracterizam como famílias transnacionais. Salientamos os esforços, as práticas e estratégias de cunho transnacional que os e/imigrantes e suas famílias lançam mão para que a experiência da e/imigração se efetive e para que a unidade familiar se mantenha apesar das distâncias físicas, por meio do envio de “remessas sociais”. De forma secundária demonstramos: como as novas tecnologias de comunicações e transportes têm contribuído para a transnacionalização dessas famílias, ao permitir a persistência desses laços e diminuir a distância social; como as experiências e trajetórias de vida desses sujeitos se processam no seio de um espaço social que pode ser categorizado como um campo social transnacional; e como elas são perpassadas por dinâmicas de classe, etnia, gênero e geração, no contexto dessas vivências transnacionais da experiência e/imigratória. Seguindo a trajetória acadêmica do autor, as 20 trajetórias de vida que fundamentam o trabalho tiveram origem em três diferentes ordens de pesquisas e trabalhos de campo, realizadas na cidade de Governador Valadares (MG) em 2007 e 2010, e em diferentes cidades da região de Boston, no estado norte-americano de Massachusetts, em 2014. Teoricamente partilhamos uma “perspectiva transnacional” dos deslocamentos populacionais contemporâneos. Tal abordagem rejeita a ideia de que o Estado-Nação e a sociedade sejam uma única e mesma coisa, bem como ressalta o fato de que através de variados tipos de vínculos estabelecidos entre suas sociedades de origem e destino, os e/imigrantes constroem campos sociais que atravessam fronteiras geográficas, culturais e políticas. A perspectiva teórico-metodológica da História Oral, por sua vez, oferece-nos suporte para a construção de narrativas de “trajetórias de vida” junto aos sujeitos estudados e nos permite tomar como fonte histórica esses relatos que necessariamente são portadores das subjetividades e representações que esses sujeitos formulam sobre suas próprias vivências. A tese reforça a noção de que a experiência

da e/imigração não necessariamente provoca a quebra de laços familiares, mas que ela também incita novos arranjos familiares e de gênero, nos quais esses laços são reconfigurados. Foi possível perceber, por meio dos processos de negociações e rearranjos familiares verificados, em especial naqueles que envolvem experiências de maternidades e paternidades transnacionais, que a transnacionalização dessas famílias não é apenas um processo de ordem econômica, mas que também alcança o espaço da cultura e da afetividade por meio de vínculos estabelecidos à distância e avivados periodicamente. As trajetórias de vida analisadas sugerem que embora as experiências das famílias de origem mineira em torno da e/imigração sejam caracterizadas, dentre outras coisas, por separações físicas de longas distâncias geográficas e temporais, bem como por situações de conflitos nas quais se identificam “paradoxos” e “persistências do gênero”, em geral elas têm protagonizado processos de transnacionalizações, negociações e estratégias familiares e de gênero que as tornam bem sucedidas na tarefa de reconfigurar os laços familiares à distância, de manter o sentimento de unidade e pertencimento familiar, e de contribuir para processos de empoderamento feminino.

Palavras-chave: E/imigração Brasileira; Famílias Transnacionais; Maternidade Transnacional; Remessas Sociais; História Oral.

ABSTRACT

In this thesis we describe and analyze family immigration experiences and life trajectories of people from Minas Gerais (Brazil) that immigrated to different cities in the US state of Massachusetts, as well as their relatives who remained in their home communities. Such trajectories and experiences are embedded in an intensifying context of Brazilians abroad, especially to the United States of America, over the last three decades. Our main objective is to demonstrate the ways in which these families organize themselves to establish family, economic, affective and care ties at a distance, those who cross national and political boundaries, and feature them as transnational families. We emphasize the efforts, practices and strategies of transnational hallmark that immigrants and their families resort for the effectuation of the immigration experience and for the family unit keeps despite physical distances, by sending of “social remittances”. Secondly we demonstrate: how the new communications and transport technologies have contributed to the transnational nature of these families, by allowing the persistence of these bonds and reduce the social distance; how the experiences and trajectories of life of these individuals are processed within a social space that can be categorized as a transnational social field; and how they are pervaded by dynamics of class, ethnicity, gender and generation, in the context of these transnational experiences of immigration. Following the author’s academic trajectory, the 20 life trajectories that base the paper had origin in three different research order and fieldworks, realized at Governador Valadares city (Minas Gerais) in 2007 and 2010, and at different cities around Boston (Massachusetts), in 2014. Theoretically, we shared a “transnational perspective” of contemporary population displacements. This approach rejects the idea of the Nation-State and the society be the same thing, and high-light the fact of through many kind of bonds established between their societies of origin and destination, the immigrants build social fields crossing geographical, cultural and political borders. The theoretical-methodological perspective of Oral History offers us support to narratives building of “life trajectories” with studied individuals and allows us to take as historical source these reports that necessarily holders of subjectivities and representations these people formulate about their own experiences. The thesis reinforces the notion that the experience of immigration does not cause the breakdown of family ties, but it also incite new families and gender arrangements, where these ties are reset. It was possible to notice, through deal process and family rearrangements checked, in special those that involve transnational motherhood and fatherhood experiences, that the transnationalization of

these families is not only an economic process, but also reaches the culture and affection spaces through bonds established to distance and constantly enlivened. Life trajectories analyzed suggest that although the family experiences from “mineiros” around the immigration be characterized, among other meanings, by physical separation of long geographical and temporal distances, as well as conflict situations where “paradox” and “gender persistence” can be identified, in general they have played transnational process, negotiations and family and gender strategies that become them successful at the task of restarting families ties by distance, keeping the unity and family belonging and contribute to female empowerment processes.

Keywords: Brazilian Immigration, Transnational Families; Transnational motherhood, Social Remittances; Oral History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Mapa gráfico da conexão e/imigratória entre Minas Gerais e Massachusetts.....	22
Figura 2- Mapa de localização da região do Vale do Rio Doce no Brasil.	90
Figura 3- Foto: Propaganda da Serraria Progresso.....	92
Figura 4- Foto: Extração de Peroba em Governador Valadares, década de 1950.....	95
Figura 5- Foto: Técnicos da Companhia Raymond Morrison Knudsen do Brasil S. A. 1944.....	97
Figura 6- Foto: “Beneficiamento e classificação de mica” em Governador Valadares.....	98
Figura 7- Foto: Geraldina e Dinedi Simpson.	106
Figura 8- Foto: Mr. Simpson.....	109
Figura 9- Foto: “Jovem esteve nos EE.UU. e acha Johnson bom governo”.....	117
Figura 10- Foto: Propaganda de agência de turismo em Governador Valadares, 2010.....	144
Figura 11- “Livro conta separação de imigrante da família”.	151
Figura 12- Mapa gráfico da rede familiar de Tânia.....	183
Figura 13- Mapa gráfico da rede familiar de Lucí.	243

SUMÁRIO

1-INTRODUÇÃO	17
1.1- O FLUXO E/IMIGRATÓRIO MINEIRO NO CONTEXTO DAS E/IMIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS.....	20
1.2- A FAMÍLIA NAS E/IMIGRAÇÕES DE ORIGEM MINEIRA: NOVOS REARRANJOS FAMILIARES E DE GÊNERO.....	26
1.3- AS FAMÍLIAS TRANSNACIONAIS: ENTRE O TRABALHO PRODUTIVO E O REPRODUTIVO	30
1.4- AS E/IMIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: UMA QUESTÃO HISTÓRICA E INTERDISCIPLINAR.....	33
1.5- CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO: AS FONTES E O APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO	40
1.6 - A ORGANIZAÇÃO DA TESE	49
2- CAPÍTULO I: A CONSTRUÇÃO CULTURAL DAS E/IMIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: DA ASSIMILAÇÃO AO TRANSNACIONALISMO	51
2.1- DA VISÃO ASSIMILACIONISTA À VISÃO ECONOMICISTA DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS.....	54
2.2- A CONSTRUÇÃO CULTURAL E SUBJETIVA DA DECISÃO DE E/IMIGRAR.....	60
2.3- A CULTURA COMO ELEMENTO TEÓRICO: CAPITAL SOCIAL E CULTURA E/IMIGRATÓRIA	68
2.4- A PERSPECTIVA TRANSNACIONAL DAS E/IMIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS.....	73
3- CAPÍTULO II: HISTÓRICO E/IMIGRATÓRIO NA REGIÃO DE GOVERNADOR VALADARES: CONFIGURANDO UM CAMPO SOCIAL TRANSNACIONAL	87
3.1- AS ORIGENS DO MUNICÍPIO E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL.....	89
3.2- A PRESENÇA NORTE-AMERICANA EM GOVERNADOR VALADARES: IMAGINÁRIOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A VIDA NA AMÉRICA.....	96
3.3- A INVERSÃO DA IMAGEM DA CIDADE DE GOVERNADOR VALADARES: DE CIDADE DE IMIGRAÇÃO PARA CIDADE DE EMIGRAÇÃO.....	112
3.4- CONFIGURANDO REDES E/IMIGRATÓRIAS: AS REPRESENTAÇÕES E EXPERIÊNCIAS DOS PRIMEIROS EMIGRANTES VALADARENSES RETORNADOS DOS ESTADOS UNIDOS.....	116

3.5- O ADENSAMENTO DO FLUXO E/IMIGRATÓRIO NA DÉCADA DE 1980.....	129
3.6- AS REDES E A CULTURA DA E/IMIGRAÇÃO	132
4. CAPÍTULO III: FAMÍLIAS TRANSNACIONAIS DE ORIGEM MINEIRA: ESFORÇOS E ESTRATÉGIAS QUE RECONFIGURAM LAÇOS FAMILIARES À DISTÂNCIA	151
4.1- AS FAMÍLIAS TRANSNACIONAIS: COMUNIDADES REAIS E IMAGINADAS.....	157
4.2- AS REMESSAS SOCIAIS: TRANSNACIONALIZANDO FAMÍLIAS, MUDANDO CULTURAS.....	162
4.3- LÉIA’S FAMILY: FAMÍLIA TRANSNACIONAL E DINÂMICAS DE CLASSE, GÊNERO E GERAÇÃO	168
4.4- TÂNIA, UMA E/IMIGRANTE MINEIRA “SEM FRONTEIRAS PARA ANDAR O MUNDO”: ARTICULANDO REDES FAMILIARES E SE EMPODERANDO.....	182
5. CAPÍTULO IV: FAMÍLIA, MATERNIDADE E PATERNIDADE TRANSNACIONAIS: ROMPENDO CONVENÇÕES SOCIAIS, ESTABELECEENDO LAÇOS DE AFETO E CUIDADOS.....	197
5.1- OS FLUXOS E/IMIGRATÓRIOS GLOBAIS: FEMINIZAÇÃO E (IN)VISIBILIDADES DE GÊNERO	200
5.2- MATERNIDADE TRANSNACIONAL: OU A CIRCULAÇÃO GLOBAL DO CUIDADO E DO AFETO	206
5.3- “AQUI NÃO, AQUI EU SOU MÃE E HOMEM”: HISTÓRICO E/IMIGRATÓRIO E FAMILIAR DE SORAIA, UMA “MÃE À DISTÂNCIA”	210
5.4- NORA: UMA “AVÓ-MÃE” MEDIADORA DE PROJETOS FAMILIARES DISTINTOS	228
5.5- O HISTÓRICO E/IMIGRATÓRIO E FAMILIAR DE LUCÍ: UMA MULHER “ESTRUTURADA”	241
5.6- O HISTÓRICO E/IMIGRATÓRIO E FAMILIAR DE VANUSA: A FAMÍLIA TRANSNACIONAL ENTRE EXPECTATIVAS, RECIPROCIDADES E CONFLITOS	256
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	261
7.REFERÊNCIAS.....	265
8. FONTES	281

1- INTRODUÇÃO

A velhinha tinha um gato. O gato se chamava Mundo. No canto do fogão à lenha da velhinha tinha um buraco. A velhinha ia fritando bolinhos e pondo em um prato no canto do fogão. Pelo buraco, o Mundo ia roubando os bolinhos e a velhinha falou: Mundo, Mundo, de um em um vão todos...
(Geny Vilas-Novas, Adeus Rio Doce, 2006)

Recentemente, no dia 25 de outubro de 2015, a versão online do jornal Estadão publicou uma ampla matéria sobre a realidade da emigração na região de Governador Valadares. O ponto em destaque, visível no título: “Valadares volta a sonhar com os Estados Unidos”, é o aumento do número de moradores que estão tentando emigrar para aquele país devido à percepção de crise que caracterizaria a atual situação econômica do país. O pressuposto do referido aumento se baseia na elevação do número de solicitação de vistos registrado pelo Consulado norte-americano no Rio de Janeiro. A matéria recupera o histórico da emigração naquela região e observa que atualmente “a recessão brasileira, a mais severa desde 1990, e a recuperação da economia americana dão suporte à retomada do sonho americano para uma população que vivencia plenamente a cultura da migração”¹.

Apesar de que o foco da matéria e das próprias razões apresentadas para explicar o porquê desse fluxo e/imigratório seja de ordem econômica, é destacável que a pesquisa do jornalista Luiz Guilherme Gerbelli o obrigou a considerar os fatores culturais que originaram e sustentam o fluxo: não só a persistência de uma memória coletiva que positiva a presença norte-americana em Governador Valadares na década de 1940, mas principalmente a construção de uma cultura da emigração que faz com que ela seja um elemento marcante na vida cotidiana das famílias daquela região. A matéria também cita

¹ Disponível em: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral.novanoticia.1785507#cap1>. Acesso em 16/03/2016.

brevemente que as constantes saídas e chegadas dos e/imigrantes deram origem “às famílias consideradas transnacionais - aquelas que têm parte vivendo no Brasil e parte morando nos EUA”, o que nos atenta para a persistência dos laços que os e/imigrantes mantêm entre suas sociedades de origem e destino. Os fatores culturais que dinamizam esse fluxo e/imigratório, destacadamente a construção de uma cultura da e/imigração e a configuração de famílias transnacionais, constituem o tema da presente tese.

Como demonstraremos com mais acuidade no primeiro capítulo deste trabalho, as pesquisas recentes sobre os fluxos migratórios internacionais têm mostrado que os e/imigrantes contemporâneos não se assimilam completamente à cultura de seus países de destino e tampouco rompem os laços com seus países de origem. O contexto social global, marcado pela presença de fluxos de todos os matizes (incluindo o de trabalhadores) e pela modernização tecnológica, tem permitido que através de redes e/imigratórias na forma de famílias, comunidades ou organizações sociais, os e/imigrantes continuem participando da vida econômica, social e até mesmo política de seus países de origem, mesmo quando estão física e temporalmente distante dos mesmos. São experiências de pessoas ordinárias vivendo entre dois ou mais “mundos diferentes”, mas que estão conectados por meios de laços familiares, econômicos, afetivos, de cuidados, políticos e religiosos.

Frequentemente essas pesquisas têm privilegiado como aporte teórico-metodológico uma “perspectiva transnacional da e/imigração”, um conceito formulado por Basch, Glick-Schiller e Blanc-Szaton (1995, p.48) chamando nossa atenção no sentido de analisarmos os fluxos e/imigratórios recentes epistêmica e metodologicamente numa perspectiva transnacional, o que, dentre outras coisas, implica em considerar não apenas os contextos de origem ou de destino, mas as relações entre eles. A noção de um “transnacionalismo migrante” é uma peça central para a compreensão das configurações e das dinâmicas desses fluxos. As referidas autoras o conceituam como: “o processo pelo qual os imigrantes forjam e mantêm múltiplas relações sociais que ligam suas sociedades de origem e de destino. Chamamos estes processos de Transnacionalismo para enfatizar que muitos imigrantes hoje constroem

campos sociais que atravessam fronteiras geográficas, culturais e políticas”² (BASCH, et al, 1994, p.07).

Nesse sentido, entendemos que a noção de uma perspectiva transnacional da e/imigração exige o compromisso de adequarmos nossas visões teóricas sobre esses fluxos e/imigratórios à textura do que realmente é experimentado e vivido tanto pelos e/imigrantes, quanto por aqueles parentes e amigos que permanecem nas comunidades de origem, mas que também estão em contato com os elementos que compõem um “campo social transnacional”, do qual trataremos à continuação. Isso inclui atentarmos para a reconfiguração dos diferentes tipos de laços e contatos que esses sujeitos estabelecem entre si (como aqueles que os e/imigrantes mantêm com seus parentes e amigos que permanecem nas suas comunidades de origem ou que emigraram para outros lugares de destino), para as relações afetivas, memorialísticas e políticas que estabelecem com as comunidades de origem e destino, para as novas subjetividades e identidades que forjam ao longo e em função do processo e/imigratório etc. A noção da transnacionalidade nos obriga sempre a pensar numa relação de mão dupla, nas conexões complexas e transformadoras entre os pontos de origem e de destino que nem sempre são apenas provisórias.

No presente trabalho tomamos como sujeitos os e/imigrantes brasileiros que partiram de diferentes cidades do estado de Minas Gerais para diferentes cidades do estado de Massachusetts (EUA) ao longo das três últimas décadas, bem como os seus familiares que permaneceram nas suas cidades de origem. Ao descrever as trajetórias de vida desses sujeitos por meio dos seus relatos orais, nosso principal objetivo é demonstrar as formas como as famílias mineiras se organizam para estabelecer vínculos familiares, econômicos, afetivos e de cuidados à distância, aqueles que cruzam fronteiras político-administrativas nacionais. Nosso foco são os esforços, as práticas e estratégias de cunho transnacional que os e/imigrantes e suas famílias lançam mão para que a experiência da e/imigração se efetive e para que, apesar da distância física, a unidade familiar se mantenha por meio da manutenção de “remessas sociais”. As remessas sociais são as “mensagens” (ideias, comportamentos, capital social) transmitidas por meio do

² No original: “the process by which immigrants forge and sustain multi-stranded social relations that link together their societies of origin and settlement. We call these processes transnationalism to emphasize that many immigrants today build social fields that cross geographic, cultural, and political borders”.

estabelecimento desses vínculos entre as comunidades de origem e destino e que são capazes de alterar os modos de vida dos e/imigrantes e dos seus familiares não emigrantes (LEVITT, 2001, p.11), como veremos com mais propriedade no capítulo III.

Uma vez que são importantes fatores entrelaçados a esse processo, também procuramos de forma articulada a este objetivo central elaborar uma leitura: 1) do modo como as redes e/imigratórias e as novas tecnologias de comunicações e transportes têm influenciado e caracterizado as trajetórias de vida desses sujeitos e a própria configuração do fluxo e/imigratório (destacadamente a forma como elas contribuem para o processo de transnacionalização dessas famílias ao diminuir a distância social e possibilitar a manutenção desses laços familiares, econômicos, afetivos e de cuidados à distância); 2) de como as experiências e trajetórias de vida desses sujeitos se processam no seio de um espaço social que pode ser categorizado como um campo social transnacional (e que agrega elementos como a configuração das redes e de uma cultura da e/imigração, de distribuição de capital social, de estilos de vida e consumo etc.); 3) de como essas experiências e trajetórias de vida, bem como as próprias relações familiares são perpassadas por dinâmicas de classe, etnia, gênero e geração no contexto dessas vivências transnacionais da experiência e/imigratória.

Ao estudarmos as conformações e relações familiares desenvolvidas por esses sujeitos, e a partir do diálogo com a bibliografia que trata dessas questões ao analisar outros fluxos e/imigratórios e que também partilham de uma perspectiva transnacional da e/imigração, nós demonstramos como através desses esforços, práticas e estratégicas os e/imigrantes e seus familiares entre Minas Gerais e Massachusetts (EUA) conseguem continuar “sendo família” mesmo no contexto da experiência e/imigratória, quando um ou mais de seus membros estão fisicamente separados por fronteiras político-administrativas e prerrogativas jurídicas nacionais, e por essa razão constituem o que tem sido chamado no campo teórico das migrações internacionais de “famílias transnacionais” (*transnational families*).

1.1- O FLUXO E/IMIGRATÓRIO MINEIRO NO CONTEXTO DAS E/IMIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

O espaço temporal compreendido entre as últimas décadas do século XX e a chegada do XXI é um período de intensificação da relação de interdependência econômica e da circulação de capital

financeiro, produtos, tecnologias, mas também de capital humano, ideias, modos de vida, em sistemas transfronteiriços globais. Nesse contexto a força de trabalho também circula como resultado de alterações na estrutura do mercado de trabalho mundial, de modo que o recente processo de dinamização das mobilidades humanas internacionais se apresenta como uma das consequências desse movimento mais amplo de interdependência global, determinado principalmente pela globalização econômica.

Esse mercado de trabalho mundial constitui novas oportunidades de trabalho e estratégias de geração de renda e inserção em uma economia transnacionalizada, mas também tem se desenvolvido no sentido de criar espaços de trabalho segmentados. Assim, ao lado de políticas e economias formais que facilitam a circulação de trabalhadores qualificados e agenciados por organismos governamentais ou por empresas transnacionais, encontra-se uma circulação “subterrânea” de trabalhadores não qualificados e nem sempre bem-vindos. A publicização de acordos governamentais que visam facilitar a mobilidade do trabalho em alguns setores e entre alguns países, por um lado, e o arrefecimento de políticas imigratórias cada vez mais restritivas, o controle cada vez mais vigiado das fronteiras geográficas e um crescente número de deportações, por outro, são fatores que visibilizam um pouco da dualidade e da complexidade do mercado de trabalho mundial.

A maior parte dos trabalhadores brasileiros que cruzou fronteiras nacionais, sobretudo a partir de meados da década de 1980, faz parte dessa segunda categoria de trabalhadores que nos países de destino têm se dirigido a espaços de economias informais em crescimento e mercados de trabalho segmentados por classe, raça, gênero e status imigratório. Ao lado de outros fluxos e/imigratórios globais, o fluxo emigratório brasileiro é um fenômeno relativamente recente e se dirigiu inicialmente para os Estados Unidos. Ele se inicia de forma esporádica na década de 1960 e intensifica-se ao longo da década de 1980, podendo ser localizado especificamente em algumas cidades brasileiras: Governador Valadares (MG), que configurou uma conexão com os Estados Unidos e alguns países da Europa, como Portugal, Espanha e Reino Unido (MARGOLIS, 1994; ASSIS, 1999; SIQUEIRA, 2006); Criciúma (SC), que configurou uma conexão com os Estados Unidos e Itália (CAMPOS, 2003; SANTOS, 2007; ASSIS, 2011); Goiânia (GO), que configurou uma conexão com os Estados Unidos (RIBEIRO, 1999);

e Maringá (PR), que configurou uma conexão com o Japão (SASAKI, 1999).

Quando a emigração brasileira cresce a ponto de se tornar um fenômeno nacionalmente conhecido, desperta o interesse de estudiosos e de pessoas comuns, instigadas em saber quem são esses brasileiros, por que deixaram o país, por que algumas pessoas migram e outras não, por que algumas cidades em particular tornam-se ponto de partida e outras em condições espaciais e socioeconômicas semelhantes não. Os primeiros estudos e pesquisas acadêmicas que analisaram a questão mostraram a emergência da cidade de Governador Valadares como ponto de partida de muitos dos brasileiros que deixaram o país. Também traçaram um perfil desta população, indicando uma “conexão” entre a cidade e certas cidades da região de Boston nos EUA (Bicalho, 1989; Sales 1992; Margolis, 1994; Assis, 1995).

Figura 1- Mapa gráfico da conexão e/imigratória entre Minas Gerais e Massachusetts.



Fonte: elaborado pelo autor.

O trabalho pioneiro de Bicalho (1989), que tinha o objetivo de conhecer aspectos do processo e/imigratório por meio da imprensa escrita e falada, aponta para o número crescente de emigrantes mineiros, principalmente de valadarenses. Do total de emigrantes por ele entrevistados em Framingham (MA-EUA), 89% procediam de Minas Gerais e desse percentual 42% tinham saído da cidade de Governador Valadares. Trabalhos subsequentes (Martes, 2000; Ribeiro, 1999; Sales, 1999; Reis e Sales, 1999), apontaram para a continuidade do fluxo

iniciado mais expressivamente nos anos 1980, revelando outras cidades brasileiras como ponto de partida ao longo da década de 1990. Podemos falar em um espraiamento dos locais de saídas dos emigrantes, abrangendo outras cidades do estado de Minas Gerais, sobretudo as cidades que compõem a Microrregião de Governador Valadares³ e cidades próximas a Criciúma, no sul do país. Nesse contexto histórico-social já podemos falar em fluxos emigratórios brasileiros, no plural.

O movimento de configuração desses fluxos no contexto do fim do século XX insere o Brasil na dinâmica dos fluxos e/imigratórios recentes, aqueles do período pós-guerra, que se avolumam a partir da década de 1970, sobretudo em razão da crise mundial conhecida como “Crise do Petróleo” (BLANCO, 2009). A configuração dos fluxos brasileiros está especialmente vinculada ao contexto da crise econômica que o país vivenciou na década de 1980 (MARGOLIS, 1994; SALES, 1999). Nesse contexto histórico o perfil do país em termos de mobilidade humana foi alterado. Se o Brasil foi por muito tempo reconhecido como um país de imigração, sobretudo devido à chegada de imigrantes europeus entre o fim do século XIX e meados do XX, a emigração de um número significativo de trabalhadores brasileiros para os Estados Unidos revelava o Brasil como um país de emigração, uma novidade na história dos deslocamentos populacionais brasileiros.

Teoricamente também podemos dizer que esses deslocamentos, que partem do Brasil ou que nele aportam, podem ser caracterizados como um dos “circuitos globais alternativos” que Sassen (2003) denominou de “contrageografias da globalização”, no sentido de que, e ainda que não sejam necessariamente geradas por ela, estão imbricados com algumas das dinâmicas constitutivas da Globalização, como: a formação de mercados globais, a intensificação de redes transnacionais e translocais, bem como o desenvolvimento de tecnologias de comunicação. Ao lado de outros circuitos como o tráfico de pessoas e a indústria do turismo sexual, essa migração de trabalhadores, legais ou ilegais, traz diferentes benefícios aos países de origem e de destino à custa do trabalho dos e/imigrantes, que não raramente também são prejudicados pela ausência de políticas imigratórias que favorecem

³ A Microrregião de Governador Valadares faz parte da chamada meso-região do Vale do Rio Doce e é composta por 22 municípios, a saber: Fernandes Tourinho, Frei Inocêncio, Galiléia, Governador Valadares, Itambacuri, Itanhomi, Marilac, Nacip Raydan, Nova Módica, Pescador, São Geraldo da Piedade, São José da Safira, São José do Divino, Sobralia, Tumiritinga, Matias Lobato e Virgolândia.

processos de naturalização e reunificação familiar nos países de acolhimento.

Para Silva (2009), a despeito da conjuntura do mundo do trabalho nas últimas décadas, que vem sofrendo alterações devido a fatores como a ampliação nos padrões produtivos, nas tecnologias, nos fluxos internacionais do capital e da força de trabalho, e no qual os imigrantes têm lugares reservados para atuar, eles não formam um mundo do trabalho à parte já que (embora por vezes invisibilizados) eles são contabilizados como precarizados e entre aqueles que devem produzir a riqueza mundial. O fluxo e/imigratório brasileiro, portanto, não é um fenômeno isolado na medida em que está vinculado às dinâmicas e reordenamentos da economia e do mercado de trabalho global na contemporaneidade.

Não é sem razão, portanto, que selecionamos o período entre os anos de 1984 e 2014 como recorte temporal deste trabalho. A maior parte dos mineiros que partiram para os Estados Unidos, o fizeram nesse intervalo de tempo, incluindo a maioria das pessoas entrevistadas e que forneceram relatos para essa escrita. No transcorrer desses anos assistimos a uma intensificação e diversificação das emigrações brasileiras (principalmente mineiras) que se estendeu também para a Europa. É também nesse contexto que outros fluxos e/imigratórios em diferentes partes do mundo se avolumam, sobretudo no sentido Sul-Norte global.

Para Blanco (2006), a intensificação da mobilidade humana nessas últimas décadas está atrelada a fatores como a crescente diferença de desenvolvimento entre regiões, o aumento da interdependência econômica internacional, os avanços nos meios de comunicação e transportes, em alguns casos o reconhecimento dos direitos dos imigrantes de viver com suas famílias, e os crescentes conflitos mundiais geradores de um número cada vez maior de refugiados. Em comparação com os fluxos e/imigratórios de fins do século XIX até meados do XX, esses fluxos possuem como características: certa autonomia com relação ao Estado; um número significativo de deslocamentos não autorizados; as novas possibilidades geradas pelo avanço tecnológico nas áreas de comunicação e transportes (deslocamento, comunicação, envio de remessas e informações etc.); a diversificação dos países de origem e destino; uma maior participação feminina; e a dinamização de redes de e/imigração que diminuem os custos econômicos e psicológicos na experiência do deslocamento.

De acordo com Massey (1987, p.169), a migração internacional é também “um processo social organizado através de redes forjadas diariamente por conexões interpessoais que caracterizam os grupos humanos”. No presente trabalho, por entendermos que de modo geral o fluxo de brasileiros para os Estados Unidos faz parte de um contexto global de deslocamentos consentidos e caracterizados principalmente por motivações econômicas, mas também culturais e subjetivas, privilegiamos o uso dos termos “migrações”, “emigrações” e “imigrações”, em detrimento de outros, como “diáspora”. Também pensamos ser relevante a diferenciação gráfica desses termos. Nesse sentido, entendemos que o termo “migrar” se refere a deslocamentos efetivados dentro de um mesmo Estado nacional. “Emigrar” se refere ao movimento de saída de um Estado nacional para outro e quando se considera o deslocamento a partir da comunidade de origem. “Imigrar” se refere a este deslocamento entre Estados nacionais a partir da comunidade de destino. Deste modo, são migrantes, por exemplo, os nordestinos que chegaram a São Paulo nas décadas de 1950/60, são imigrantes os alemães e italianos que aportaram no Brasil em fins do XIX, e são emigrantes os brasileiros que partiram para os Estados Unidos ao longo das últimas décadas. O Brasil é um país marcado por diferentes tipos de deslocamentos que se concretizam de modos e por razões diversas. Essa diferenciação visibiliza a consciência das singularidades desses fluxos e de seus respectivos contextos históricos.

Contudo, ao tratarmos dos deslocamentos internacionais do período pós-guerra, consideramos também o termo “migração internacional” (como a literatura resenhada frequentemente os apresenta), mas, sobretudo, lançamos mão dos termos contraídos: “e/imigração”, “e/imigrante”, e/imigratório, a fim de apontar nossa concordância com a visão de Sayad (1998), que ao discutir a e/imigração de argelinos para a França na obra “A Imigração ou os Paradoxos da Alteridade”, aponta para a ideia de que todo emigrante é também um imigrante. Nessa concepção o imigrante é essencialmente uma força de trabalho provisória, entretanto, ao emigrar esse trabalhador não se despe completamente de seu histórico cultural, identitário e de relações pessoais. Por isso não raras vezes se depara com conflitos externos e pessoais, relativos a questões de diferenças sociais, culturais e identitárias nos países de recepção, ou em alguns casos até nos seus lugares de origem. Esse é um modo de atentarmos para a complexidade desses deslocamentos e/imigratórios que se vinculam a reordenamentos

da economia e do mercado de trabalho global, mas possuem implicações sociais, culturais e identitárias.

1.2- A FAMÍLIA NAS E/IMIGRAÇÕES DE ORIGEM MINEIRA: NOVOS REARRANJOS FAMILIARES E DE GÊNERO

Por ser uma presença constante e marcante das realidades de vida dos moradores de algumas cidades mineiras, em especial na microrregião de Governador Valadares, a experiência da e/imigração estimulou a produção de uma considerável literatura acerca do tema. Uma revisão bibliográfica revela que os trabalhos produzidos estiveram mais preocupados em demonstrar como a organização social das e/imigrações mineiras para os Estados Unidos e Europa é permeada pela configuração de redes e/imigratórias. O que por sua vez vem mostrando que a instituição da família assume papel de extrema relevância na configuração das redes e dos projetos e/imigratórios (MARTES, 1998; SALES, 1999; ASSIS, 1999; SCUDELER, 1999; GOZA, 2003; FUSCO, 2005; SIQUEIRA, 2006).

No entanto, as estratégias, as consequências e os reordenamentos familiares e de gênero no contexto dessas experiências e/imigratórias parecem ainda pouco explorados. Nesse sentido, essa revisão bibliográfica demonstrou que três trabalhos apontaram mais cuidadosamente para essas questões: Assis (1999, 2002), Machado (2010) e Siqueira (et al, 2011), percebendo-as já numa perspectiva transnacional, os dois últimos com um maior foco nos efeitos para comunidades de origem. No primeiro deles, Assis (1999) realizou uma “cartografia” da emigração de valadarenses para os Estados Unidos. Através de entrevistas semiestruturadas, mas principalmente cartas trocadas entre os e/imigrantes nos Estados Unidos e seus familiares e amigos em Governador Valadares a autora buscou compreender como os e/imigrantes vivenciam essa experiência e por que Governador Valadares se tornou ponto de partida para os fluxos de e/imigração para os Estados Unidos.

Ao assim fazê-lo, ela destacou a importância da estrutura familiar no processo e/imigratório, sugerindo que a e/imigração valadarense seja vista como um projeto econômico, afetivo e familiar, na medida em que a família se apresenta como um importante elemento de apoio emocional e material em uma experiência que também envolve aqueles que permanecem na cidade, e que indica novos padrões de gênero e família (ASSIS, 2002, p.155). O projeto de ir para a "América" é muito

frequentemente efetivado com a ajuda da família que contribui, por exemplo, com o financiamento das passagens, a aquisição e administração de bens materiais no Brasil, ou mesmo ficando a cargo do cuidado dos filhos enquanto os pais estão nos Estados Unidos.

Assis (1999, p.163) também atentou para a transnacionalidade das mobilidades internacionais mineiras, não apenas devido à participação decisiva daqueles que permaneceram em Governador Valadares, mas também pelo sentimento ambíguo de “estar aqui e estar lá” apresentado pelos e/imigrantes. Estes vivem no país de destino, mas são perturbados pela ausência do país de origem. Esse contexto de uma vida fragmentada, onde a emigração nunca se efetiva por completo, é revelador da transnacionalidade dessa conexão e nos impede de caracterizá-los como e/imigrantes temporários ou permanentes. Suas vidas devem ser pensadas num contexto transnacional das e/imigrações recentes, no qual esses sujeitos experimentam um cotidiano caracterizado pelas conexões de longa distância e pelo alargamento das fronteiras espaço-temporais.

Machado (2010), por sua vez, investiga as formas de relações e organizações familiares no contexto da experiência e/imigratória de valadarenses para a Europa, a partir do ponto de vista daqueles que permaneceram na cidade. O autor parte da discussão antropológica sobre o conceito de *relatedness* para demonstrar que a produção dessas relações e a noção de pertencimento são complexas, dinâmicas e distintas (MACHADO, 2010, p.09). Através de relatos orais são analisadas as “reordenações da casa”, ou seja, como as relações são reconstruídas durante a ausência dos emigrantes através de três eixos fundamentais: formas de co-substancialidade, como o projeto de produção da casa e o envio de remessas; o cuidado com os filhos que permanecem no Brasil e a circulação de crianças nesse espaço transnacional; e as relações conjugais permeadas pela distância.

Na análise do autor, o “projeto de construção da casa” (motivo mais alegado para explicar as razões da emigração) é uma espécie de metáfora para a construção de autonomia e centralidade das relações de um casal, que constituindo uma nova família e uma nova casa se desvinculam da casa dos próprios pais e das relações por eles centralizadas. Nesse contexto, o desejo da construção de um modelo familiar tradicional abre espaço para um modelo familiar “com ausência permitida”, que demanda a vivência de uma conjugalidade à distância e mudanças na criação dos filhos. Os dados demonstram que em algumas experiências esse desejo se concretiza, enquanto em outros, o que se

concretiza são os riscos assumidos com a experiência, gerando situações nas quais, por exemplo: os pais encerram o projeto ao “sumir” ou param de enviar remessas; casamentos acabam em razão de fofocas; ou os filhos se integram definitivamente nas relações dos avós, tornando-se filhos.

Entretanto, como o estudo não descreve de fato os relatos dos entrevistados, fazendo, ao invés disso, inferências que carecem de contextualização, não revela as tramas familiares vivenciadas no contexto dessa experiência. Desse ponto de vista, são omitidas as estratégias familiares que ajudam a construir as noções de unidade e pertencimento familiar, sobressaindo-se a importância das remessas financeiras (que substituiriam as relações de convivialidade na definição de uma “casa”) em detrimento de outras formas de remessas sociais. Como o trabalho está centrado na experiência de famílias nucleares, também ficamos sem conhecimento das experiências vivenciadas por famílias que apresentavam outras configurações no contexto da tomada de decisão e que também buscaram na e/imigração uma forma de sobrevivência e diversificação socioeconômica.

Por fim, o estudo de Siqueira (et al, 2011) analisa a experiência das mulheres que permaneceram em uma comunidade rural mineira enquanto seus respectivos maridos emigravam nos Estados Unidos. Nessa situação, muito frequentemente a ausência dos maridos faz com que as mulheres assumam o papel de chefe da família, havendo uma nova divisão sexual do trabalho. As autoras verificam se há mudanças nas representações de gênero, referentes às atividades rurais, e nas relações de gênero, nos casos em que os maridos retornam dos Estados Unidos.

O estudo de caso foi realizado em Córregos Unidos, uma pequena comunidade ainda imersa no meio rural, embora esteja situada a apenas 47 quilômetros de Governador Valadares, de onde a realidade da emigração espalhou-se ao longo da década de 1990. Problemas como a degradação das terras, a contaminação das águas, a presença endêmica de esquistossomose, a debilidade no atendimento à saúde e as más condições das estradas são fatores que caracterizam a baixa renda das famílias de agricultores locais, e que fizeram com que a emigração se tornasse uma alternativa de vida para os mais jovens. Das 76 famílias identificadas (320 habitantes), 24 possuíam algum membro com experiência emigratória, a maioria homens (87,8%), dos quais a quase totalidade eram os pais ou os filhos (97%), e o principal país de destino foi os Estados Unidos (82,9%) (SIQUEIRA, et al, 2011, p.155-156).

Verificou-se que em alguns casos a experiência vivida pelas mulheres significou renegociações das identidades de gênero e sensação de empoderamento. Embora a maioria delas não tenha participado da decisão sobre a emigração dos maridos, tornaram o projeto possível ao assumir a família e a propriedade. A ausência dos maridos propiciou maior autonomia financeira e poder de decisão. Elas assumiram tarefas relativas à paternidade e reordenaram as tarefas domésticas, inserindo-se na dimensão da vida pública ao administrar a compra de imóveis, de animais e a reforma da casa com o dinheiro das remessas enviadas pelos maridos. Algumas ainda retomaram os estudos ou inseriram-se no mercado de trabalho formal, geralmente em Governador Valadares.

Nos casos em que os maridos retornaram elas demandaram mais igualdade no relacionamento, o que implicou reacomodações pacíficas devido à compreensão dos maridos, mas também casos de negociações e conflitos que resultaram na separação dos casais (SIQUEIRA, et al, 2011, p.162-165). O estudo de caso realizado pelas autoras é feliz em demonstrar que no contexto da e/imigração mineira também há demandas de redefinições nas representações e relações de gênero que partem daqueles que esperam nas comunidades de origem, de modo que as mulheres que estiveram nessa situação também vivenciaram processos de autonomia e empoderamento, o que frequentemente é observado na experiência das mulheres que e/imigram.

Reservadas as suas singularidades teóricas e metodológicas, esses três trabalhos aqui rapidamente apresentados possuem em comum a capacidade de asseverar que a experiência da e/imigração não necessariamente provoca a quebra de laços familiares, ela também incita novos arranjos familiares e de gênero nos quais esses laços são reconfigurados, visão que tentamos atestar na construção do nosso próprio texto. A despeito da importância desses trabalhos, consideramos que os impactos familiares, culturais e emocionais dessa experiência podem ser mais explorados, não apenas pela importância em revelar mudanças estruturais nas configurações e relações familiares locais, mas também porque contribuem para a compreensão desse mesmo processo a nível global.

Nesse sentido, na medida em descrevemos mais pormenorizadamente as trajetórias de vida e os vínculos estabelecidos entre os e/imigrantes mineiros e seus familiares que permaneceram nas suas comunidades de origem, nosso trabalho tenta contribuir com essa discussão ao dar visibilidade às tramas e aos processos familiares vivenciados no contexto da experiência e/imigratória. Ao destacarmos

processos de negociações e rearranjos familiares, em especial por meio das experiências que envolvem maternidades e paternidades transnacionais, tentamos reafirmar a noção de que a transnacionalização dessas famílias não é apenas um processo de ordem econômica, mas que também alcança o espaço da cultura e da afetividade por meio de vínculos estabelecidos à distância e avivados periodicamente.

1.3- AS FAMÍLIAS TRANSNACIONAIS: ENTRE O TRABALHO PRODUTIVO E O REPRODUTIVO

Bryceson e Vuorela (2002, p.03) definem as famílias transnacionais como “famílias cujos membros vivem algum ou a maior parte do tempo separados uns dos outros, mas apesar disso permanecem unidos e criam algo que pode ser visto como um sentimento de bem-estar coletivo e unidade, isto é, ‘familiaridade’, mesmo através de fronteiras nacionais”⁴. Através da experiência e/imigratória essas famílias, como “comunidades reais e imaginadas” (VUORELA, 2002), trazem novas e delicadas questões aos estudos migratórios, demandando abordagens que privilegiem uma “perspectiva transnacional da migração” (GLICK-SCHILLER, BASCH e SZANTON-BLANC, 1995). Através dela é possível perceber, por exemplo, a natureza mutável da família como uma unidade de estratégia socioeconômica e como os laços familiares são reconfigurados através do tempo e do espaço (LEVITT e SHILLER, 2004, p.196).

Ao lado de outros processos de rearranjos econômicos estruturais, o caráter transnacional dos fluxos e/imigratórios recentes contribui para conectar comunidades locais a espaços globais, gerando redimensionamentos econômicos e sociais nos quais os e/imigrantes participam como atores ativos. Suas experiências e trajetórias e/imigratórias são essenciais para a compreensão de processos sociais nos quais fatores econômicos e culturais são indissociáveis (ÇAGLAR e GLICK-SHILLER, 2011). Processos globais recentes como a intensificação da circulação de ideias, de produtos, mercados e padrões de consumo, o crescimento e a diversificação da mobilidade humana e o aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho exigem

⁴ No original: families that live some or most of the time separated from each other, yet hold together and create something that can be seen as a feeling of collective welfare and unity, namely ‘familyhood’, even across national borders (BRYCESON e VUORELA, 2002, p.03).

que visões sobre globalização e transnacionalismo não estejam centradas apenas em produção, pois com o atravessamento das fronteiras nacionais o espaço reprodutivo também se torna um espaço de transformações significativas.

Embora os estudos sobre as migrações transnacionais tenham crescido vertiginosamente nas últimas décadas, enfatizando a importância teórica que a manutenção dos vínculos entre as sociedades de origem e destino dos e/imigrantes trazem para processos sociais relacionados à mobilidade humana global, eles estiveram centrados principalmente em fatores econômicos (as remessas financeiras e seus impactos nas comunidades de origem), sobretudo nos Estados Unidos, onde as pesquisas também se destacam por metodologias quantitativas. Na Europa, os trabalhos têm se caracterizado por visões menos economicistas, como a ênfase em remessas sociais, e por pesquisas mais qualitativas (SOLÉ, PARELLA e CAVALCANTI, 2007). O espaço reprodutivo, portanto, é um espaço da experiência e/imigratória ainda pouco estudado e que tornam oportunas as pesquisas e trabalhos sobre as trajetórias e as vivências transnacionais das famílias envolvidas em migrações de longa distância, suas configurações e implicações econômicas e sociais.

É nesse contexto que as famílias e o domicílio (aqui compreendido como a unidade que pode incluir membros que não partilham de laços consanguíneos, mas que vivem sob o mesmo teto e partilham vivências e sentimentos de afeto) têm se apresentado como espaços privilegiados para a compreensão dos fluxos e/imigratórios recentes, em especial aqueles que permitem a sua reprodução: os fatores que motivam o ato de e/imigrar, as tomadas de decisões sobre quem e quando emigra, o planejamento das experiências e/imigratórias, as estratégias delineadas, os retornos almejados etc. Sem desconsiderarmos os determinantes estruturais e econômicos, é preciso perceber o domicílio como uma unidade dinâmica que desenvolve estratégias de sobrevivência, e para o qual a mobilidade internacional se apresenta como uma opção no sentido de equilibrar as suas necessidades de consumo e a sua capacidade produtiva.

A perspectiva transnacional da migração, assim como já se observa nos estudos sobre as redes e cadeias e/imigratórias, permite mudar a unidade de análise do indivíduo para a família ou domicílio. A família é o espaço social onde as decisões e estratégias referentes à mobilidade são tomadas, e nesse sentido ela é um espaço privilegiado de análise, visto que media a relação entre os indivíduos e as estruturas

apontadas pela teoria histórico-estrutural (BRETTELL, 2000; GRASMUCK e PESSAR, 1991). Segundo Brettell (2000, p.108), o domicílio (*household*) é uma espécie de filtro que combina as micro- e macro- perspectivas de análises dos processos e/ migratórios, na medida em que introduz variáveis sociais e culturais que devem ser consideradas em conjunto com variáveis econômicas. Essa aproximação analítica também permite perceber não apenas as sutis diferenças entre comunidades ou classes sociais que extensivamente se envolvem em fluxos e/ migratórios e aqueles que não o fazem, como também ajudam a melhor compreender por que alguns fluxos continuam se perpetuando mesmo quando limitações econômicas e políticas os constroem.

Contudo, como nos alertam Grasmuck e Pessar (1991), ao enfatizar a importância das redes e/ migratórias como fatores propulsores dos fluxos de mobilidade humana, é preciso considerar que as redes, dinâmicas e estratégias familiares são frequentemente perpassadas por relações de poder, de gênero e geração. Ao estudar a e/ migração dominicana para os Estados Unidos, as autoras formularam críticas aos teóricos marxistas, neoclássicos, novos economistas e do capital social por enxergarem o domicílio como uma unidade de “economia moral”, ou seja, como uma unidade de geração de renda coletiva na qual seus membros lutam juntos para ampliar e complementar a renda gerada com trabalhos mal remunerados, mascarando as relações e hierarquias de poder no interior do mesmo, e o apresentando como uma unidade essencialmente passiva, vitimada pela economia de mercado.

As autoras argumentam que para além dessa esfera material e econômica devemos considerar os fatores socioculturais que influenciam essas experiências de deslocamento físico, destacadamente a forma como os laços de parentesco e as relações de gênero guiam as estratégias desenvolvidas pelo grupo familiar na intenção de melhorar seus padrões de vida e adaptar-se ao contexto de uma vida que atravessa fronteiras nacionais. Embora na maioria dos casos a migração internacional seja motivada por fatores econômicos, a decisão de emigrar também pode ser tomada em vista da necessidade dos membros do domicílio de acomodar-se a situações na qual imperam a falta de coesão entre as normas tradicionais do parentesco ou ideologias de gênero e novas circunstâncias materiais (GRAMUSCK e PESSAR, 1991, p.137).

Nesse sentido, o estudo sobre as famílias transnacionais contribui para visibilizar que nesse contexto a família é uma instituição com

profunda influência sobre esses variados tipos de fluxos e que como unidade social transforma e se transforma a partir de dinâmicas do trabalho produtivo e reprodutivo. Entretanto, exige essa necessidade de atentarmos para as dinâmicas de poder, classe, raça e relações de gênero e geração, pois como ressaltam Bryceson e Vuorela (2002, p.24), a configuração das famílias transnacionais, as relações estabelecidas pelos seus membros, os estilos de vida que experimentam e as relações que mantêm com o mundo exterior são perpassadas por estas questões.

As trajetórias familiares transnacionais não apenas revelam a complexidade das situações de dispersão e reunião dessas famílias, mas também demonstram que os deslocamentos além-fronteiras nacionais são processos complexos que cada vez mais aproximam os pontos de origem e destino, combinando os lugares de sujeitos que seus membros ocupam simultaneamente como emigrantes e imigrantes ao negociar o global e o local.

1.4- AS E/IMIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: UMA QUESTÃO HISTÓRICA E INTERDISCIPLINAR

Nesse novo espaço de experiência caracterizado por novas combinações de espaço-tempo, em movimentos que atravessam fronteiras nacionais, os e/imigrantes contemporâneos necessitam lançar mão de novas e diferenciadas estratégias nas relações que estabelecem com seus familiares, amigos, conterrâneos, agenciadores de redes de tráfico ilegal de pessoas e com seus Estados de origem e destino. A transnacionalização das famílias que estão geográfica e temporalmente separadas exige, por exemplo, reorganizações na economia doméstica, rearticulações nas relações familiares e de gênero, e estratégias para a manutenção dos vínculos familiares e afetivos à distância em prol da efetivação da experiência da e/imigração, frequentemente ligada a um projeto de melhora nos seus padrões de vida.

Com a intensificação da mobilidade humana na “era da migração”, desde a última metade do século XX (CASTLES e MILLER, 1993), as conexões, relações e transformações entre as mais diversas regiões do mundo fazem dos fluxos e das experiências de mobilidade humana internacional um dos temas prementes a serem debatidos em diversos e diferentes campos do conhecimento. Algumas das suas características aqui já comentadas, e das quais partilham o fluxo e/imigratório de mineiros para os Estados Unidos, estabelecem uma ruptura no padrão da organização social dessas mobilidades,

transformando-as em novos objetos de estudos interdisciplinares. São, portanto, também importantes objetos de estudos para o campo da História, que é convidado a explicar e compreender as formas pelas quais o deslocamento humano tem se dinamizado no chamado Tempo Presente.

Esse que é um fenômeno complexo e multifacetado tem chamado a atenção de estudiosos de diversas áreas, sobretudo de historiadores, antropólogos, sociólogos, demógrafos, economistas, psicólogos, educadores e cientistas políticos. Contudo, embora as questões suscitadas, as unidades de análise, os arcabouços conceituais e metodológicos sejam o/as mais diversas, pertinentes a cada campo de produção do conhecimento, há uma gama diversificada de analistas e estudiosos ressaltando a necessidade de discussões interdisciplinares que gerem um conhecimento mais profundo sobre os processos migratórios contemporâneos (BRETTELL e HOLLIFIELD, 2000; HEISLER, 2000; SASSEN, 2010). A proliferação de pesquisas e publicações sobre os processos migratórios recentes, destacadamente os fluxos marcados por uma visão transnacional da migração, nos campos histórico, sociológico e antropológico principalmente, exigem que o presente trabalho, bem como qualquer outro que se dedique a falar sobre os processos familiares no contexto das e/imigrações recentes, realize um diálogo interdisciplinar que contemple as importantes inferências que estão sendo realizadas nesses diferentes campos de estudos.

Ainda que não possam se furtar ao diálogo com disciplinas como a Demografia, a Economia e a Ciência Política, uma vez que estas são áreas que vêm apresentando importantes dados, resultados e visões sobre os deslocamentos humanos recentes, o diálogo entre historiadores, antropólogos e sociólogos parece imprescindível, visto que as características dos contextos social, cultural e histórico desses fluxos e/imigratórios levantam questões de comum interesse entre essas áreas, como o comportamento e as experiências dos imigrantes, os fatores causadores dos deslocamentos, as relações de cunho social, cultural, política e econômica estabelecidas entre as regiões de origem e destino, os modos de pertencimento e representação dos imigrantes, bem como as novas formas de organização social da migração, incluindo questões como relações de poder, raciais, étnicas, de gênero e geração.

De acordo com Diner (2000), os historiadores das migrações, sobretudo os norte-americanos, têm mantido certo afastamento da teoria, ainda que suas questões de interesse sejam similares àquelas de outros cientistas sociais. Geralmente privilegiando grupos e mesmo indivíduos

específicos em determinado tempo e lugar e evitando fazer comparações entre diferentes grupos, os historiadores questionam sobre os determinantes e as consequências dos movimentos populacionais: quem se move, quando se move, por que se move, por que algumas pessoas permanecem e outras e/immigram, e como aqueles que se movem experimentam a partida, a experiência do deslocamento da inserção nos lugares de destino. Eles também têm privilegiado mais a atuação dos imigrantes como agentes sociais em detrimento das formas como as estruturas sociais influenciam e constroem seus comportamentos.

Para Thomson (2002, p.342), a área da história das migrações privilegia o estudo das diversas formas como imigrantes se estabelecem nas comunidades de destino, sobretudo pelas maneiras em que “as redes de trabalho e os estilos de vida do local de origem são recriados e modificados no novo mundo”. O que corrobora o argumento de Diner (2006, p.36) de que a narrativa que tem prevalecido nesse campo é aquela sobre como os vários grupos se estabelecem, transformam suas comunidades e constroem suas identidades ao longo do processo migratório, destacando-se, mais do que em outras áreas, um interesse pela questão da formação da etnicidade (DINER, 2000, p.36).

Os antropólogos e sociólogos por sua vez, como destacam Brettell e Hollifield (2000, p.04), têm mais frequentemente compartilhado uma mesma estrutura conceitual, fundamentada nos trabalhos clássicos da teoria social de autores como Marx, Durkheim e Weber e que acentua mais as relações sociais como centrais para a compreensão dos processos migratórios e a incorporação dos imigrantes nas sociedades de destino. Sobressaindo-se como tema comum questões relativas à importância do capital social e, em especial, das redes de e/i/migração, como fator causador e mantenedor dos deslocamentos, embora os sociólogos tenham privilegiado mais as sociedades de destino como campo de estudo do que os antropólogos, que optam pelas sociedades de origem ou pela relação entre ambas.

Segundo Heisler (2000), embora a e/immigração tenha sido tema de estudo de longa data no campo da sociologia, iniciado com os estudos da Escola de Chicago na década de 1920, foi só a partir da década de 1960 que os sociólogos começaram a fazer a crítica do próprio campo, no que concerne à questão do dominante paradigma assimilacionista. Naquela conjuntura os conflitos gerados em torno das desigualdades raciais e, por conseguinte, o empírico aparecimento da questão da etnicidade, questionavam os pressupostos assimilacionistas de que os novos imigrantes aos poucos se integrariam à cultura dominante das

sociedades de destino, ao mesmo tempo em que perderiam suas singularidades culturais.

Heisler destaca que é só a partir de fins da década de 1970 e início da de 1980 que os sociólogos começam de fato a desafiar a trajetória assimilacionista. Reconhecendo que a e/imigração é um fenômeno de escala global, e não circunscrito apenas à sociedade norte-americana, os sociólogos se abrem ao diálogo com outras disciplinas e, ainda que mantenham a curiosidade sobre as causas desses fluxos e os processos de integração dos imigrantes nas sociedades de destino, há uma maior abertura para estudos comparativos e para perspectivas globais e transnacionais. Nesse processo a integração dos imigrantes em novas sociedades deixa de ter um resultado único, a assimilação, e passa a ter prováveis resultados múltiplos que dependem de variáveis como estruturas institucionais, os mercados de trabalho e o capital social (HEISLER, 2000, p.77).

No Brasil, o percurso sociológico não foi diferente, as pesquisas sobre as migrações nessa área estavam fortemente influenciadas pelas noções de assimilação e aculturação desenvolvidas pela Escola de Chicago, pelo menos até o início da década de 1970. Segundo Seyferth (2011, p.47), frequentemente voltados para a compreensão dos processos de absorção e integração dos imigrantes na sociedade brasileira, esses estudos revelavam, na verdade, as evidências da pluralidade cultural e de novas identidades tecidas pelas diferenças culturais. Posteriormente, o campo sociológico se expandiu, voltando-se para questões econômicas e políticas que, acompanhando as demandas da Globalização, ligavam-se às e/imigrações de larga escala.

No campo da antropologia o estudo dos processos migratórios foi crescente a partir da década 1960, momento no qual antropólogos passam a considerar a própria ideia de cultura como menos rígida, homogênea e territorializada. Esse deslocamento do olhar antropológico se dava também pela constatação empírica do aumento dos deslocamentos humanos naquelas regiões que frequentemente eram seus espaços de pesquisa, ou seja, populações da África, Oceania, América Latina e Caribe se movendo de áreas rurais para os grandes centros urbanos de seus países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, onde se ocupavam como trabalhadores não qualificados e moravam em vizinhanças com conhecidos de suas comunidades de origem. Nesse sentido, o interesse pelo tema da migração acompanhou o próprio crescimento dos estudos de populações camponesas e da antropologia urbana (BRETTELL, 2000, p.97).

De acordo com Brettell e Hollifield (2000, p.04), nesse campo antropológico os estudos migratórios se expandem a partir da década de 1970, havendo maior interesse nas populações que se deslocam de centros urbanos para outros centros urbanos e pela migração internacional envolvendo regiões como a Europa, o Oriente Médio, o Sudeste Asiático e Estados Unidos. Contudo, mantém-se um foco sobre a cultura, que privilegia o estudo das relações sociais, das relações entre crenças e comportamentos, das articulações entre as sociedades de origem e destino, e sobre as formas pelas quais populações “locais” respondem a processos “globais”. Registra-se uma ênfase em temas como processos de adaptação e mudanças culturais, questões de identidade, etnicidade e de organizações sociais relacionadas ao parentesco, ao gênero, às redes e cadeias migratórias e aos enclaves étnicos. Para os antropólogos os resultados da migração são moldados pelas localizações sociais, culturais e de gênero dos imigrantes que são considerados como agentes ativos de seus comportamentos, interpretando e construindo dentro das limitações impostas pelas estruturas.

Em termos de nível de análise e metodologias também há diferenças entre as diversas áreas que se dedicam aos estudos e/i/migratórios. Frequentemente os economistas e os demógrafos têm recorrido a análises de nível macro que privilegia a geração e o uso de dados quantitativos, tomando como unidade de análise a população e examinando como as condições estruturais políticas, legislativas e econômicas agem sobre esses fluxos. Em contraposição os historiadores e cientistas sociais têm preferido verificar no nível micro como os indivíduos ou o domicílio respondem a estas forças estruturais através de suas ações e decisões, e como essas estruturas geram modificações nas comunidades de origem.

Os sociólogos e antropólogos, mais do que os historiadores, têm discutido a importância dos dados e análises macroestruturais que são analisados em conjunto com dados qualitativos, metodologicamente levantados em seus campos de pesquisa, como *surveys* e amostras no caso dos sociólogos, e das impressões etnográficas recolhidas por meio do trabalho de campo e da observação participante, no caso dos antropólogos. Os historiadores mais frequentemente têm se detido ao nível da análise de pequenos grupos ou populações e baseando-se em fontes convencionais como cartas, autobiografias, jornais, revistas, registro de terras, diários pessoais, mas também vêm nas últimas décadas agregando a este escopo de documentos dados quantitativos

como registros consulares e dados censitários (BRETTELL e HOLLIFIELD, 2000, p.10).

Uma fonte que tem se tornado lugar comum entre essas três abordagens dos processos migratórios são os relatos orais dos e/i/migrantes, que têm enriquecido esses estudos na medida em que permitem maior acesso à textura da experiência vivida e do contexto cultural que gera a experiência da tomada de decisão que inicia a experiência e/i/migratória. Eles apresentam outros nuances do processo de deslocamento, revelados por meio da pesquisa qualitativa ou em conjunto com ela. Os sociólogos e antropólogos têm lançado mão de metodologias vinculadas à análise de narrativas estruturadas, semiestruturadas ou de histórias de vida, enquanto os historiadores têm encontrado no aporte teórico-metodológico da História Oral um campo promissor para o desenvolvimento de suas pesquisas, como discutiremos à continuação.

Antes, porém, é importante mencionar que na área da História há, desde a década de 1960, linhas de pesquisas e correntes historiográficas que no seu conjunto se constitui como um movimento mais amplo de construção e demarcação de novos campos de percepção de processos históricos, ligados às mudanças sociais e conceituais demandadas pelo processo de globalização, integração das economias e culturas nacionais, e que têm nos obrigado a olhar para o passado numa perspectiva global. Essa visão de que eventos, processos e mudanças históricas ocorrem por meio de relações entre diferentes sujeitos e espaços que transcendem fronteiras locais, regionais e nacionais é compartilhada por uma História Mundial (*World History*), uma História Internacional (*International History*) e uma História Global (*Global History*), que de certa forma tentam descentralizar visões etnocêntricas dos processos sociais mundiais, muito frequentemente formuladas a partir do ponto de vista europeu, norte-americano ou em um senso mais amplo, numa perspectiva ocidental.

Em diálogo com essas perspectivas, emerge também nas últimas duas décadas uma perspectiva transnacional da história, preocupada com a forma como a história global é narrada, inventada, e que considera os diversos tipos de fluxos transnacionais, incluindo uma visão transnacional da e/imigração, como importantes para a escrita da História recente e para a problematização da já existente história das migrações contemporâneas. A “crise” do Estado-Nação tem sido um aspecto chave para explicar o desenvolvimento da “História Transnacional” (*Transnational History*) (CASALILLA, 2007, p.660), e

embora o termo dê ênfase justamente aquilo que de certa forma desconstrói, ou seja, as fronteiras político-administrativas do Estado-Nação, ele dá um senso de movimento e interpenetração aos eventos e processos históricos e por isso está irremediavelmente associado ao estudo dos movimentos populacionais que cruzam fronteiras nacionais.

Uma visão transnacional dos fluxos e/ímigratórios contemporâneos força os observadores a atentarem para as relações efetivas e transformadoras entre os pontos de partida e chegada desses movimentos populacionais. Bem como aponta novos olhares sobre os deslocamentos de retorno ocorridos nas e/ímigrações históricas do século XIX e XX. Nos Estados Unidos, os historiadores da escravidão são pioneiros nessa abordagem, visto que examinam em conjunto uma história americana e uma história africana (AHR, 2006, p.1443).

Em consonância com os Estudos culturais e étnicos, e examinando a circulação e/ímigratória, as redes de parentesco e as novas tecnologias de comunicação, a História Transnacional questiona o próprio conceito de fronteira como um marco fixo na formação das identidades nacionais. Ela implica em uma comparação entre o movimento contemporâneo de pessoas, produtos e tecnologias que atravessam fronteiras nacionais e esses mesmos movimentos em períodos anteriores da história. A reivindicação central de uma abordagem transnacional é seu interesse central nos movimentos, nos fluxos e circulações, ou seja, uma atenção ao que Appadurai chamou na década de 1980 de “espaço dos fluxos”, e nesse sentido seus métodos levam em consideração não apenas o fato de que os processos históricos são feitos em diferentes lugares, mas que eles são construídos no movimento entre esses diferentes espaços (AHR, 2006, p.1444).

Para a História Transnacional, a interação entre as culturas locais, nacionais e globais é uma questão central para a compreensão dos processos históricos, assim como também o são as questões de cunho econômico. Conforme observa o historiador Sven Beckert (AHR, 2006, p.1453) as mudanças econômicas, as desigualdades sociais, a concentração de capital e poder político no interior dos Estados, bem como na relação entre eles, são questões centrais no presente contexto histórico, e o historiador não pode se furtar ao diálogo sob pena de ficar fora do debate público sobre essas mesmas questões. Os processos e/ímigratórios, nessa perspectiva, são fortemente caracterizados por questões culturais e econômicas, por isso há uma maior possibilidade de diálogo com as disciplinas e teorias de migração internacional que discorrem sobre essas questões. Isso faz da História Transnacional um

campo interdisciplinar de produção do conhecimento histórico, que considera relevante questões colocadas na chamada História do Tempo Presente.

Como observa Beckert (AHR, 2006, p.1454), a História Transnacional é mais uma “forma de olhar” para os processos históricos do que de inovações metodológicas. Para ele, ainda que usando métodos tradicionais de pesquisa, os historiadores devem se preocupar mais em redirecionar o olhar para a pluralidade e as relações dos agentes históricos, evitando centrar em um conjunto determinado de protagonistas, de modo que a diversificação das fontes de pesquisa também parece ser um fator importante. Nesse sentido, apesar de estarmos destacando a emergência e a importância desse novo olhar historiográfico, não identificamos o presente trabalho como um trabalho de História Transnacional. Nosso tema de pesquisa requer que privilegiemos como fonte de pesquisa os relatos orais do(a)s e/imigrantes mineiro(a)s, de modo que estamos lidando com as suas experiências e as suas percepções sobre elas, o que caracteriza o presente trabalho como um trabalho de História Oral.

A História Oral, no entanto, desvela nuances das experiências e/imigratórias que contribuem para identificarmos algumas delas como “experiências transnacionais”, o que nos permite um diálogo com o campo da História Transnacional e sinaliza novas possibilidades de trabalhos que possam ser categorizados como estudos dessa área. Assim como outros que têm sido escritos nessa perspectiva da História Oral das migrações, e que derivam de pesquisas empíricas, o nosso trabalho contribui para o amadurecimento da discussão interdisciplinar em torno do Transnacionalismo migrante e da própria História Transnacional como campo de pesquisa e trabalho.

1.5- CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO: AS FONTES E O APORTE TEÓRICO-METODOLÓGICO

Embora um estudo que se propõe a descrever e analisar as práticas transnacionais dos e/imigrantes do período recente possa se basear em outros tipos de fontes, o nosso estudo se fundamenta primordialmente nos relatos orais que descrevem as experiências dos e/imigrantes mineiros e seus familiares não migrantes. Privilegiamos a perspectiva teórico-metodológica da História Oral, que como destacou Thomson (2002, p.335), vem se firmando desde a década de 1980, como

“portadora de uma particularidade a partir da qual podemos entender melhor os significados subjetivos da experiência histórica”.

A memória, a subjetividade e a particularidade dos relatos orais são elementos que definem a História Oral (BARELA, et al., 2009). Para autores como Paul Ricoeur (2007), a memória não é apenas a capacidade de guardar dados mnemônicos, mas principalmente a capacidade de (re)significar os eventos vividos. Uma capacidade através da qual nós revisitamos impressões do passado, compreendemos e produzimos ideias, transmitimos conhecimentos e nos autodefinimos (por isso indispensável para nossos processos identitários e para nossa atuação nos processos sociais).

Como tem sido destacado na historiografia recente, a expansão dos debates sobre a memória e suas relações com a História vem oferecendo novas formas de compreender, interpretar e narrar o passado. Os referidos debates acercam a noção de História do Tempo Presente, corrente historiográfica que vem ganhando vulto desde 1978, quando foi fundado na França o Instituto de História do Tempo Presente (IHTP) e que tinha a frente o renomado historiador François Bédarida. Embora a questão do marco temporal inicial desse ramo da História seja uma das questões suscitadas nesses debates, parece ser consensual a ideia de que a História do Tempo Presente é essencialmente a história do século XX e do XXI (DOSSE, 2012).

Contudo, a questão de que a memória pode ser por si só uma espécie de narrativa histórica sobre o passado, ou de que ela pode ser uma fonte (ainda que complementar) para as narrativas históricas acadêmicas, suscita a crítica da ausência da objetividade da narrativa histórica devido à presença da subjetividade implícita nas recordações relatadas. De igual modo, o fato dos historiadores estarem lidando com investigações relacionadas ao tempo recente, do qual ele é contemporâneo, é percebido como problemático justamente porque estando imerso nesse tempo ele seria objeto e sujeito da investigação que realiza. De nossa parte, no entanto, partilhamos da ideia de que a História é contingencial e de que não existem verdades absolutas. Toda escrita histórica está necessariamente vinculada a uma visão do presente e pode ser questionada pela historiografia futura.

A esse respeito, Chartier (1993) salientou que ser contemporâneo do seu objeto de estudo, e partilhar com os sujeitos históricos que analisa referências comuns, é uma das características do historiador do Tempo Presente. Essa coincidência temporal, argumenta o autor, “ao invés de um inconveniente, pode ser um instrumento de auxílio

importante para um maior entendimento da realidade estudada, de maneira a superar a descontinuidade fundamental que ordinariamente separa o instrumental intelectual, afetivo e psíquico do historiador e daqueles que fazem a história” (CHARTIER, 1993, p.08). Ao discutir essa questão no campo da História Oral, Portelli (1997, p.01) salienta que essa querela gira em torno da ambígua utopia da objetividade: por um lado, a objetividade da fonte e, por outro, a objetividade do cientista com seus “procedimentos neutros e assépticos”. Para o autor, o historiador, como narrador, é “uma das personagens e o contar da história é parte da história que está sendo contada”. Pois,

não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados (PORTELLI, 1997, p.02).

Partilhamos a visão do autor e consideramos que não há uma interpretação histórica destituída de subjetividade, ou que se paute em fontes que não sejam, como definiu Le Goff (2003), “documento-monumento”, ao se referir ao caráter intencional de qualquer tipo de fonte. De modo que a História Oral, como teoria e metodologia, e os relatos orais, como fontes históricas construídas por tal procedimento, não podem ser percebidos como menos legítimos em razão da subjetividade nelas inscritas. A subjetividade deve ser entendida como parte constitutiva de qualquer fonte histórica que utilizamos para criar fatos históricos concernentes a determinados eventos.

No caso da História Oral, a subjetividade, entendida ela própria como um “fato”, na medida em que surge *a posteriori* no trabalho da rememoração, contribui não apenas para deslocar a forma narrativa dos textos históricos, retirando do historiador a posição de onisciência e inscrevendo-o na própria narrativa, mas também para questionar

procedimentos de pesquisas sociais que tomam a sociedade como uma rede geométrica que pode ser medida. Ela também contribui para a compreensão de que determinados eventos podem ter importância menor do que as significações que a eles são atribuídas, de modo que um fato histórico só pode ser, então, a soma entre os eventos “vivididos” e os fatos “significados” (PORTELLI, 1997). De sua parte, a particularidade da fonte oral, como característica que define a História Oral, é evidentemente importante para o campo da historiografia das migrações. A esse respeito Thomson (2002, p.343) destaca em seu trabalho a visão do reconhecido historiador francês Phillipe Joutard, que nos adverte para o fato de que “as migrações modernas dificilmente poderiam ser estudadas hoje em dia sem os relatos de primeira mão dos emigrantes”.

Brettell (2003) também destacou o fato de que nós podemos aprender muito sobre a migração como um processo social estudando a vida de indivíduos particulares, ou como esses relatos revelam como o processo migratório é modelado e subjetivamente vivido. Como sugere a autora, a particularidade da vida dos e/imigrantes nos permite enfatizar aspectos das experiências de mobilidade que nem sempre são destacadas na literatura sobre e/imigração, e um número pequeno desses relatos podem nos ensinar muito sobre o padrão, a estrutura, a cultura e o papel dos indivíduos nesses processos. As experiências migratórias relatadas podem demonstrar o que pode ser específico em determinado fluxo; o que pode ser comparável com a experiência de outros migrantes em outros tempos e espaços, ou o que pode ser generalizado; como os indivíduos respondem a fatores estruturais na tentativa de melhorar seus padrões de vida por meio da migração; o contexto familiar, local, nacional e internacional no qual a decisão de migrar é tomada, e o quanto ela é perpassada por posições e categorias sociais caracterizadas por classe, gênero e geração; bem como influenciadas e moldadas pelas redes familiares e de intermediários (BRETTELL, 2003, p.43).

Para o presente trabalho a perspectiva teórico-metodológica da História Oral é especialmente importante por diversas e diferentes razões. Os relatos orais dos sujeitos entrevistados (os e/imigrantes de primeira geração e seus familiares) descrevem experiências e trajetórias de vida de e/imigrantes que são em sua maioria indocumentados, e por esta razão não gostam de se identificar, ou que, como salientou Bertaux-Wiame (*apud* THOMSON, 2002, p.346), “não costumam deixar vestígios escritos” atrás dele. Os relatos também têm o potencial de apresentar aspectos dessas trajetórias de e/imigração que ultrapassam as suas motivações econômicas, ao evocar a configuração e a circulação de

representações e imaginários culturais, bem como a importância do capital social e a forma como se configuram os variados tipos de redes que sustentam o fluxo e/imigratório para os Estados Unidos. Para Thomson (2002) essas redes têm se revelado primordiais para explicar os fatores e as causas das mobilidades recentes, sobretudo porque denotam processos de trocas de informações e negociações no interior das famílias.

De acordo com Sassen (2010), visões mais subjetivas sobre os fluxos e/imigratórios contemporâneos contribuem para verificarmos a teoria de que a reconfiguração de espaços econômicos associados ao processo de globalização (em especial a mundialização e reestruturação do mercado de trabalho), as possibilidades geradas pelas novas tecnologias de comunicação e transportes, e a crescente informalização econômica, geram modificações nas culturas de trabalho e em processos de empoderamento, com efeitos diferentes sobre homens e mulheres, revelando impactos também no espaço do trabalho reprodutivo. Nesse sentido, a História Oral se apresenta como uma importante perspectiva de trabalho que também nos permite lançar um olhar mais cuidadoso sobre a participação massiva e efetiva das mulheres na configuração desses fluxos e sobre as dinâmicas de gênero que os atravessam.

Desde a década de 1980, quando Scott (1995) o definiu como uma categoria útil para a análise histórica, o gênero tem atravessado irremediavelmente a área da História. Ao discutir o conceito de gênero a autora enfatizava o caráter de construção social das diferenças percebidas entre os sexos, diferenciando as práticas sexuais dos papéis sociais atribuídos à mulheres e homens, e chamava atenção para as relações de poder implícitas na construção de tais papéis. Esse modo de olhar para as relações sociais, incluindo as relações estabelecidas entre homens e mulheres, provocou mudanças paradigmáticas em campos como o da história das migrações (GREEN, 2011) e contribuiu para a afirmação de outros, como a própria área da história oral (PASSERINI, 2011).

Green (2011, p.36) observa uma mudança de paradigma no campo da história e historiografia das e/imigrações ao longo do século XX: de uma história interessada na mobilidade de homens, para um interesse na mobilidade de mulheres, e mais recentemente de uma história que se pergunta como o gênero e a e/imigração tem influenciado um ao outro. Ela observa que as mulheres têm representado em maior número fluxos e/imigratórios importantes, como aqueles dirigidos aos Estados Unidos desde a década de 1930, e à França desde 1970.

Contudo, visões assimilacionistas sobre esses deslocamentos privilegiaram as experiências masculinas em detrimento das femininas, que só foram visibilizadas devido ao interesse do movimento feminista e de uma história das mulheres a partir da década de 1980.

O gênero desempenhou um papel importante no processo de integração da área da História Oral ao campo da História, na medida em que a História Oral também contribuiu para a afirmação da categoria “gênero” nesse campo. De acordo com Passerini (2011, p.99), a História Oral contribuiu para “genderizar” a História, redefinindo abordagens históricas estabelecidas. Ela observa que o gênero continua sendo uma categoria útil para a História Oral, desde que, dentre outras coisas, seja tratado como um “conceito relacional que permita desvendar formas de relações entre mulheres, entre homens e entre mulheres e homens”, e que seja combinado com outras categorias de diferença: “classe, idade, cultura, religião, o nacional e o transnacional, que não se equivalem” (PASSERINI, 2011, p.106).

Brettell (2003, p.43) observou que os relatos orais contribuem para ilustrar a forma como os papéis e as ideologias de gênero podem direcionar as decisões e/í migratórias, antes e depois da partida. Eles também visibilizam modificações ocorridas no seio familiar, as negociações e as trocas, temporárias ou permanentes, de papéis sociais, como quando os avós assumem os netos como filhos enquanto seus próprios filhos emigram, ou mesmo quando esposas de homens emigrantes têm de desempenhar tarefas socialmente identificadas como “coisa de homem” ou vice-versa etc.

Assis (2002) sugeriu a respeito da e/í migração dos valadarenses para os Estados Unidos que esta não parece ser resultado apenas de uma escolha racional, mas sim de estratégias familiares nas quais se inserem igualmente homens e mulheres. Contudo, pesar da participação decisiva dessas últimas, como e/í migrantes (inclusive instituindo um “nicho” no mercado de trabalho secundário nos Estados Unidos para o conjunto dos brasileiros) ou articuladoras de projetos e/í migratórios de familiares, prevalece na região um discurso com excessivo destaque à experiência masculina. Nesse sentido, a perspectiva da História Oral permite que nesse trabalho visibilizemos a participação das mulheres no fluxo e/í migratório mineiro, atestando como elas articulam redes e/í migratórias, estimulam práticas transnacionais e desenvolvem estratégias de gênero que beneficiam a elas e às suas famílias.

Como uma “prática da memória feminina” (PERROT, 2005), os relatos orais das e/í migrantes mineiras são espaços para uma “revanche

das mulheres”, que ao falar de si demonstram as singularidades das experiências femininas e sua importância para a história da e/imigração. Ao lidarmos com tais relatos visibilizamos as experiências das mulheres no ínterim de um fluxo e/imigratório frequentemente percebido como masculino e assim fazendo destacamos a capacidade relativizadora do aporte teórico-metodológico da História Oral quando aplicado aos estudos dos movimentos e/i/migratórios no Tempo Presente.

Construir as narrativas orais a partir do aporte teórico-metodológico da História Oral implicou: na elaboração de um roteiro prévio que ajudou a nortear as conversações com os entrevistados; em mais de um trabalho de campo, nos quais foram identificados os sujeitos e realizadas as entrevistas; e na transcrição, seleção e análise do material produzido. Tais procedimentos foram teórica e metodologicamente embasados por meio de leituras de autores específicos: Portelli (1996, 2004), Delgado (2006) e Barela (et al, 2009).

Portelli (2004, p.297) trata do caráter relacional das fontes orais e destaca a importância dos fatores subjetivos para a compreensão das experiências e eventos históricos. O autor entende que o relato oral é construído numa relação dialógica entre o pesquisador e o narrador, e que, por representar um trabalho de memória, eles são contingenciais: “crescem com o tempo e se decompõem com o tempo”. Delgado (2006, p.23) elabora o conceito de “entrevistas de trajetórias de vida”, definido como “depoimentos de história de vida mais sucintos e menos detalhados”. O que no caso desse trabalho, elucidada, no contexto das histórias de vidas dos entrevistados, as experiências e trajetórias e/imigratórias. Por sua vez, Barela (et al, 2009) nos oferece um importante manual que orienta a construção das narrativas orais: a montagem dos roteiros, os meios de registro e armazenamento das fontes e cuidados que devem ser levados em conta na hora de interpretá-los.

As narrativas aqui apresentadas são provenientes de um banco de dados que totaliza 30 entrevistas de trajetórias de vida, das quais 20 são tomadas como fonte para a escrita do presente trabalho. Ao longo dos trabalhos de campo que as originaram não priorizamos um único tipo de sujeito a ser entrevistado, visto que as redes familiares de e/imigração sempre estiveram no centro das nossas preocupações e interesses. Acreditamos que numa mesma família seus variados membros vivenciam diferentes experiências em torno da e/imigração, inclusive aqueles que não emigram. Pensamos que a pluralidade desses sujeitos e das identidades sociais (nem sempre fixas) que assumem, enriquecem o

conhecimento global da experiência e dos processos e/ímigratórios que podemos obter por meio dos relatos orais e da complementaridade entre eles. Contudo, nesse trabalho os sujeitos são os e/ímigrantes de primeira geração e nele prevalecem as narrativas das mulheres, o que é resultado das próprias pesquisas de campo, nas quais elas se mostraram mais dispostas a conversar e relatar suas experiências pessoais e familiares. Cabe ressaltar que a fim de manter em sigilo a identidade dos entrevistados e das entrevistadas substituímos seus nomes reais por nomes fictícios em todos os casos ao longo do trabalho.

São três as ordens de pesquisa e trabalho de campo a partir dos quais construímos essas narrativas. Eles vinculam-se à trajetória acadêmica do autor e foram realizados nos dois extremos dessa conexão e/ímigratória: no Brasil, a região da cidade de Governador Valadares, e nos Estados Unidos, a região da cidade de Boston. O primeiro trabalho de campo foi realizado em 2007, na cidade de Governador Valadares, e insere-se no contexto da pesquisa intitulada “As conexões entre o Brasil e os EUA: uma análise das redes sociais a partir das cidades de Governador Valadares (MG) e Criciúma (SC)”, na qual o autor participou como bolsista de iniciação científica.

A referida pesquisa ocorreu entre agosto de 2006 e agosto de 2008 e foi coordenada pelas professoras Gláucia de Oliveira Assis (UDESC) e Sueli Siqueira (UNIVALE)⁵. Essa pesquisa tinha como foco a configuração das redes e/ímigratórias estabelecidas entre Governador Valadares e diferentes cidades do estado norte-americano de Massachusetts. Ela também mapeou, por meio de entrevistas semiestruturadas e pesquisa no jornal de maior circulação na região de Governador Valadares, o Diário do Rio Doce, o histórico dos primeiros casos de e/ímigrações de valadarenses para os Estados Unidos, ao longo da década de 1960. No presente trabalho utilizamos 12 das entrevistas realizadas no contexto dessa pesquisa, das quais 10 ajudam a reconstruir o histórico de fluxo e/ímigratório, apresentado no capítulo II, e as outras 2 ajudam a reconstruir uma trajetória familiar de e/ímigração apresentada no capítulo IV.

O segundo trabalho de campo foi realizado em fevereiro de 2010, também na cidade de Governador Valadares. De autoria do autor, ele se

⁵ A pesquisa foi financiada pelo Conselho Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CNPq) e pela Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Agradecemos à professora Sueli Siqueira e à pesquisadora Sandra Nicole pelo compartilhamento das fontes citadas.

insere no contexto da pesquisa que permitiu a escrita da sua dissertação de mestrado. Nessa ocasião foram realizadas 12 entrevistas de trajetórias de vida (8 mulheres e 4 homens), das quais 5 ajudam a embasar a discussão do presente trabalho. A referida dissertação abordou o tema da inserção feminina no fluxo de valadarenses para os Estados Unidos e as entrevistas de trajetórias de vidas realizadas abordaram a questão das redes e das relações familiares no contexto da experiência e/í migratória, por isso também respondem satisfatoriamente aos objetivos do presente trabalho.

O terceiro trabalho de campo citado foi realizado no estado norte-americano de Massachusetts, nos Estados Unidos, quando o autor participou do Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche (PDSE-CAPES) sob a supervisão da professora Eunice Sueli Nodari no Brasil, e do professor Carlos Eduardo Gomes Siqueira na University of Massachusetts (UMASS-Boston) nos Estados Unidos, entre os meses de março a agosto de 2014. Esse vínculo institucional foi estabelecido principalmente porque nessa universidade se situa o “The Mauricio Gastón Institute for Latino Community Development and Public Policy”, um Instituto preocupado em desenvolver pesquisas que substanciem políticas públicas voltadas para o crescimento da Comunidade Latina nos Estados Unidos. Nesse instituto o professor Carlos Eduardo Gomes Siqueira coordena desde 2012 o Projeto Transnacional Brasileiro (*The Transnational Brazilian Project*), que busca reunir pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento para promover e incentivar pesquisas transnacionais, transdisciplinares e transculturais que tenham os imigrantes brasileiros nos Estados Unidos e no Brasil como foco de suas análises.

Nessa ocasião foram realizadas outras 12 entrevistas de trajetórias de vida (9 mulheres e 3 homens), das quais 3 são utilizadas nesse trabalho. A vivência nos Estados Unidos permitiu com que convivêssemos e observássemos os imigrantes brasileiros naquela região e visitássemos instituições voltadas para temáticas referentes às suas vidas cotidianas, como a sede do jornal Brazilian Times, na cidade de Somerville; o Centro do Imigrante Brasileiro, na cidade de Boston; o Consulado Geral do Brasil nos Estados Unidos, também em Boston; bem como espaços de congregações religiosas como a Igreja Evangélica da cidade de Malden; o Centro Comunitário Scalabrini, nas cidades de Everett e Hudson; e o Centro Bom Samaritano, na cidade de Framingham.

As visitas a essas diferentes instituições foram de fundamental importância não apenas para a obtenção de um panorama parcial sobre situações de vida dos imigrantes brasileiros, mas, sobretudo, porque a partir deles foi possível estabelecer vínculos com os imigrantes que foram visitados e entrevistados em suas próprias casas. A pesquisa revelou uma rica diversidade dos locais de origem e destino dos imigrantes mineiros em Massachusetts. Os entrevistados são provenientes de cidades mineiras como Governador Valadares, Timóteo, Conselheiro Pena, Belo Horizonte, Resplendor, Virgolândia, Machacalis, São João do Oriente, Quatituba e Senhora do Porto, mas que atualmente vivem em cidades como Boston, Somerville, Malden, Medford, Everett, Framingham, Worcester e Hudson, no estado de Massachusetts (EUA).

1.6 - A ORGANIZAÇÃO DA TESE

No capítulo I, “A Construção Cultural das E/imigrações Contemporâneas: da assimilação ao transnacionalismo”, abordamos uma trajetória das perspectivas teóricas das migrações internacionais a fim de localizar o Transnacionalismo migrante como uma teoria que tem contribuído para a superação de visões assimilacionistas e economicistas da mobilidade humana contemporânea. A perspectiva transnacional das e/imigrações contemporâneas contempla a importância das dinâmicas de redes e culturas e/imigratórias, familiares, de gênero e geração que perpassam as trajetórias de vida dos e/imigrantes. Essa retrospectiva teórica nos ajuda a entender porque podemos considerar o fluxo e as experiências e/imigratórias dos mineiros em Massachusetts como transnacionais e como a família exerce uma profunda influência sobre esses deslocamentos.

No capítulo II, “Histórico E/imigratório na Região de Governador Valadares: configurando um campo social transnacional”, construímos uma breve narrativa sobre a história de Governador Valadares e da relação que a cidade estabeleceu com os fluxos e/migratórios ao longo do tempo. Procuramos demonstrar que a configuração do fluxo e/imigratório dos mineiros para os Estados Unidos, que se alastra a partir de Governador Valadares, não é resultante apenas de conjunturas econômicas (de cunho local, nacional e global), mas que também foi perpassada por fatores culturais e subjetivos.

No capítulo III, “Famílias Transnacionais de Origem Mineira: esforços e estratégias que reconfiguram laços familiares à distância”,

inicialmente discutimos o conceito de “famílias transnacionais” e demonstramos como os laços estabelecidos nessa conexão se constituem como transmissores de “remessas sociais”. Na sequência reconstituímos e analisamos trajetórias familiares de e/imigração, destacando as vivências de um cotidiano marcado pelas separações físicas de longas distâncias e os enfrentamentos relacionados à dinâmicas de gênero, etnia, classe e geração que as atravessam. Ao longo da discussão também aproveitamos para salientar o papel de destaque que as mulheres desempenham nos rearranjos familiares relacionados ao estabelecimento de novos formatos de laços sociais e aos desafios da economia doméstica.

No capítulo IV, “Família, Maternidade e Paternidade Transnacionais: rompendo convenções sociais, estabelecendo laços de afeto e cuidados”, descrevemos e analisamos experiências de famílias que lançaram mão de arranjos de maternidades e paternidades transnacionais como uma estratégia e/imigratória. No primeiro momento discutimos o processo de feminização dos fluxos e/imigratórios globais das três últimas décadas, dentre os quais o fluxo de mineiros para os Estados Unidos, enfatizando a importância de uma análise de gênero para visibilizar a importância da participação das mulheres nesses deslocamentos. Na continuação discutimos o conceito de maternidade transnacional, apresentando essa experiência como um circuito de cuidado e afeto que transcende fronteiras nacionais e transforma o formato das relações familiares, as quais se reconfiguram por meio do estabelecimento de novos formatos de relações afetivas e pelo envio de remessas sociais à longas distâncias.

2- CAPÍTULO I: A CONSTRUÇÃO CULTURAL DAS E/IMIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS: DA ASSIMILAÇÃO AO TRANSNACIONALISMO

A intensificação da mobilidade humana a partir de meados do século XX é uma das características desse período histórico que já foi definido como a era da migração (CASTLES, 2009). No interm dessa conjuntura histórica, aspectos político-econômicos como o processo de internacionalização da produção e a criação de um mercado de trabalho global, associados aos aprimoramentos tecnológicos em comunicações e transportes têm intensificado alguns tipos de interações entre o espaço “local” e o “global”, dentre elas a própria mobilidade humana (SASSEN, 1988, 2010). Os fluxos e/imigratórios do período pós-guerra se apresentam como fenômenos a causar inquietações econômicas, políticas e sociais em Estados nacionais envolvidos em redes de migração de longa distância, visto que ao atravessar suas fronteiras e manter persistentemente os laços com as suas comunidades de origem, esses fluxos geram ansiedades relacionadas a questões de soberania e coesão nacional, políticas imigratórias, étnico-raciais etc. (PIZARRO, 2011).

Uma característica dessa conjuntura é essa possibilidade de conexões mais intensificadas entre comunidades, vilas, cidades ou regiões geograficamente distantes, e econômica e culturalmente diferentes. Em alguns casos, a configuração dos laços que conectam essas sociedades está bastante adiantada, permitindo que haja um número significativo de e/imigrantes transitando e exercendo intercâmbios econômicos, culturais e políticos entre suas sociedades de origem (quase sempre aquelas que estão em condições econômicas desfavoráveis) e de destino (aquelas que oferecem mercados de trabalho rentáveis).

Exemplos de locais com padrões extensos de e/imigração são inúmeros. Para citar alguns, no continente africano, a região da Cabília, no norte da Argélia, tem um forte histórico de emigração para Paris, na França (SAYAD, 1998); algo semelhante encontra-se em algumas regiões dos países que compõem o Vale do Rio Senegal: o Senegal, a Mauritânia e o Mali, com significativa tradição emigratória para Paris, na França, e mais recentemente para cidades dos Estados Unidos, Espanha e Itália (RICCIO, 2005). Na Europa, pode-se destacar o antigo histórico de portugueses continentais e dos Açores partindo para os

Estados Unidos, especialmente para a cidade de New Bedford, no estado de Massachusetts (FELDMAN-BIANCO, 2011; BRETTELL, 2003).

Nas Américas podemos citar o exemplo da cidade de Tunkás. Uma cidade predominantemente rural no estado mexicano de Yucatán que mantém um forte histórico de emigração para os Estados Unidos, em especial para a cidade de Anaheim, no estado da Califórnia (VICTORIA, 2013); a região sudoeste na República Dominicana tem forte tradição emigratória para os Estados Unidos e desde a década de 1980 para Madri, na Espanha (GIL, 2007); desde o começo da década de 1940 há uma forte concentração de mexicanos na cidade de Los Angeles, na Califórnia (MASSEY, 1987), cidade que desde a década de 1980 recebe significativa quantidade de mulheres mexicanas e também caribenhas (HONDAGNEU-SOTELO, 1997); em Barcelona e Madri há uma forte concentração de equatorianos das áreas metropolitanas de Guayaquil e Quito, e das áreas rurais de Azuay e Loja, bem como peruanos de áreas urbanas de Lima e Trujillo e da área rural de Huancayo (PARELLA, 2007); também há uma forte concentração de peruanos em Sevilla, região de Andalúcia na Espanha (JARIEGO, et al, 1999); e uma significativa comunidade de bolivianos na cidade de Ushuaia, na Argentina (BARRAL, 2011).

Especificamente do Brasil ressalta-se o significativo fluxo de mineiros da microrregião de Governador Valadares para os Estados Unidos, principalmente para algumas cidades do estado de Massachusetts (Boston, Somerville, Everett, Framingham), para algumas cidades do estado da Flórida (ASSIS, 1999; SALES, 1999; SIQUEIRA, 2006), e mais recentemente para a Costa da Caparica, em Portugal, e Antequera, na Espanha (SILVA, 2009); também no estado de Massachusetts encontra-se uma grande concentração de brasileiros provenientes do sul do estado de Santa Catarina, da cidade de Criciúma e região (ASSIS, 2004; CAMPOS, 2003; SANTOS, 2009); há também uma comunidade de goianos em São Francisco, na Califórnia (RIBEIRO, 1999); e por fim, há um fluxo de brasileiros descendentes de japoneses que desde o começo da década de 1980 estão emigrando para o Japão em busca de suas “origens”, inserindo-se como mão de obra não qualificada no mercado de trabalho japonês (os chamados *dekasseguis*), como por exemplo, os paranaenses da cidade de Maringá (SASAKI, 1999; OLIVEIRA, 1999).

Certamente, muitos outros exemplos poderiam ser citados. Eles apontam a diversificação geográfica, étnica, de gênero e de classe que passaram a compor esses fluxos e/ímigratórios recentes. Algumas dessas

conexões apresentam-se como fortemente configuradas, com mais frequência nos casos em que os fluxos e/imigratórios estão a mais tempo estabelecidos. Em algumas dessas comunidades de origem o ato de emigrar se torna algo recorrente e com o tempo há a configuração de uma “cultura migratória”. Aqui utilizaremos a expressão “cultura e/imigratória”, mas tomando-a no sentido do que foi definido pelo cientista político Wayne Cornelius, como uma “cultura da migração para o exterior”, e que se refere aos casos nos quais comunidades apresentam padrões extensos e estabelecidos de migração internacional (MARGOLIS, 1994, p.157).

A emigração, como uma realidade social que faz parte da experiência de vida dos moradores, apresenta-se como uma constante no horizonte de expectativa dos jovens dessas comunidades. Estas se caracterizam pelos fortes laços criados com os países de destino, de modo que a possibilidade da convivência com conterrâneos no exterior, ou mesmo a manutenção de contato com parentes que permanecem na origem, geram um sentimento de familiaridade e de diminuição das distâncias sociais. O que pode funcionar como um elemento motivador na decisão de emigrar, ou retornar, visto que podem modificar as expectativas de permanência dos e/imigrantes.

No campo dos estudos migratórios, algumas perspectivas teóricas têm dado atenção particular a essas questões, como a Teoria do Capital Social (redes migratórias), a Teoria da Causação Cumulativa (cultura migratória) e a perspectiva do Transnacionalismo migrante (persistência de vínculos familiares) (MASSEY, 1987; TILLY, 1990; CASTLES, 2005; PORTES, 2006; GLICK-SHILLER, 1991). Essas visões sobre a mobilidade humana em tempos de globalização, aproximam-se entre elas, na medida em que visibilizam a cultura como um fator determinante dos deslocamentos populacionais. Elas apontam uma dimensão subjetiva e cultural dos processos e/imigratórios que até então não era considerada muito relevante.

Segundo Heisler (2000, p.87), os sociólogos e antropólogos têm derivado suas primeiras compreensões do Transnacionalismo migrante dos estudos das redes e/imigratórias, e especialmente das redes de parentesco, visto que a partir deles foi possível identificar a importância da persistência e da intensificação dos laços econômicos, sociais e políticos que os e/imigrantes tecem entre suas sociedades de origem e destino. As práticas e os vínculos estabelecidos pelos e/imigrantes também podem contribuir para a consolidação de uma cultura da

e/imigração (ao reforçar imaginários sobre o país de destino) e estimular a participação em redes e/imigratórias.

Na sequência desse capítulo discutiremos brevemente uma trajetória das perspectivas teóricas das migrações internacionais, a fim de localizar o Transnacionalismo migrante como uma teoria que tem contribuído para a superação de visões assimilacionistas e economicistas da mobilidade humana contemporânea. A perspectiva transnacional das e/imigrações contemporâneas contempla a importância das dinâmicas de redes e culturas e/imigratórias, familiares, de gênero e geração que perpassam as trajetórias de vida dos e/imigrantes. Essa retrospectiva teórica nos ajuda a entender porque podemos considerar o fluxo e as experiências e/imigratórias dos mineiros em Massachusetts como transnacionais e como a família exerce uma profunda influência sobre esses deslocamentos.

2.1- DA VISÃO ASSIMILACIONISTA À VISÃO ECONOMICISTA DAS MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS

No início do século XX a imigração se tornou um tema relevante nos Estados Unidos em função dos debates políticos trazidos com a chegada dos imigrantes europeus que desembarcavam no país. A discussão era realizada pela chamada Escola de Chicago, cujos estudos se voltavam principalmente para os processos de adaptação, aculturação e assimilação dos grupos imigrantes dentro da sociedade norte-americana. A Escola desenvolveu as análises de Thomas e Znaniecki, divulgadas através da obra de cinco volumes “*The Polish Peasant in Europe and America*” (1918-1920) que reconstrói o histórico da e/imigração de mais de dois milhões de poloneses para os Estados Unidos entre 1880 e 1910. Apesar de reconhecer a importância da família no processo e/imigratório, havia uma ênfase sobre o processo de assimilação dos poloneses à cultura norte-americana e sobre a quebra dos laços com as sociedades de origem.

Nesse contexto era significativo o movimento de americanização dos imigrantes, conhecido como “*melting pot*”, que pressionava os imigrantes no sentido de abandonar seus costumes e idiomas. Inspirado pela obra de Israel Zangwill, “*The Melting Pot*” (1905), ele tinha como premissa a ideia de que os imigrantes poderiam ser assimilados e aculturados na sociedade norte-americana, ainda que os imigrantes de primeira geração não abandonassem totalmente seus valores e modo de vida (SASAKI e ASSIS, 2000, p.03). Segundo Foner (2000, p.182),

muitos estudos desse período mostravam como os imigrantes foram se assimilando. Os laços com a sociedade de origem foram frequentemente interpretados como evidência para ou contra a americanização e em muitos relatos foram percebidos como impedindo o processo de inserção cultural.

O modelo de adaptação dos imigrantes difundido pela Escola de Chicago, no entanto, não levava em conta as diferenças resultantes dos processos de colonialismo e imperialismo que configuravam os fluxos e/imigratórios, o que se tornou uma crítica a ele. Com o passar do tempo e a reunião dos imigrantes em “grupos étnicos”, ficava evidente que o “*melting pot*” não se concretizara e no período pós-guerra novos grupos de imigrantes, latinos, asiáticos e outros não brancos chegaram aos Estados Unidos reforçando a persistência dos laços e dos grupos étnicos e desacreditando os pressupostos assimilacionistas difundidos pela Escola (SASAKI e ASSIS, 2000, p.04).

A partir da década de 1960 e em resposta àquela conjuntura histórica marcada pela visibilidade das permanentes desigualdades raciais e da formação de agrupamentos étnicos, o paradigma assimilacionista dos fluxos migratórios internacionais foi cedendo lugar às teorias macrossociológicas que tentavam explicar os deslocamentos humanos internacionais por meio dos fatores econômicos, sociais e políticos que forçariam as pessoas a deixarem seus países de origem. Na chamada Teoria da Atração e Expulsão (*Push and Pull Theory*) os determinantes dos fluxos migratórios internacionais seriam: o elevado crescimento demográfico dos países em desenvolvimento; a pobreza, ou privação econômica estrutural; o desequilíbrio na distribuição de renda; a estagnação econômica e as violações aos direitos humanos resultantes de problemas políticos e sociais que têm um efeito desestabilizador sobre a sociedade e podem conduzir o deslocamento forçado.

Essa visão da imigração influenciou consideravelmente a mais bem conhecida teoria de migração internacional do século XX, que surgiu da necessidade de criar modelos que explicassem o papel das migrações internas no processo de desenvolvimento econômico, a Teoria Neoclássica (*Neoclassical Economics*). Para os teóricos neoclássicos a migração internacional, assim como a migração interna, emerge das diferenças geográficas no fornecimento e demanda por trabalho que promovem diferenças de taxas salariais entre países (MASSEY, 1999, p.35). Nessa perspectiva os mercados de trabalho são os mecanismos primários pelos quais os fluxos internacionais são

induzidos, por isso eles defendem a teoria do equilíbrio de renda e emprego de diferentes países (SASAKI e ASSIS, 2000, p.05).

Associada a esta teoria macroeconômica está o modelo microeconômico da escolha individual, que enfatiza que os migrantes, como atores individuais e racionais, emigram depois de realizar o cálculo custo-benefício e concluir que os retornos do movimento (geralmente econômicos) serão positivos. Pessoas migram para onde elas podem ser mais produtivas e receber melhores salários, mas não sem antes ocupar-se do cálculo dos investimentos que incluem os custos da viagem, os custos da manutenção do período em que procuram por trabalho, as dificuldades com a cultura e o idioma do país de destino, a adaptação ao novo mercado de trabalho, e os custos psicológicos que emergem do rompimento dos antigos laços e a construção de novas relações pessoais. Assim, a migração internacional é conceitualizada como um investimento em capital humano (MASSEY, 1999).

Ao longo da década de 1980 muitos dos pressupostos da Teoria Neoclássica foram desafiados pelos chamados Novos Economistas da Migração (*New Economics of Migration*), uma vez que estes entendem que as decisões migratórias não são tomadas por atores individuais isolados, mas sim dentro de unidades maiores, como a famílias ou domicílios e algumas vezes até por comunidades inteiras. Ao contrário dos neoclássicos, eles não aceitam o funcionamento perfeito do mercado e acreditam que os domicílios, pela distribuição diversificada dos recursos que estão a sua disposição, incluindo o trabalho familiar, estariam em posição melhor do que o indivíduo para controlar os riscos ao bem estar econômico. Agindo coletivamente o grupo familiar pode elevar a renda esperada e superar uma variedade de falhas do mercado local.

Para os novos economistas, o controle dos riscos ocorre através da diversificação geográfica, de modo que os membros familiares ocupam posições em diferentes mercados de trabalho: alguns deles podem participar da economia local, outros podem trabalhar em qualquer outro lugar no país e alguns podem trabalhar no exterior. A preposição chave dessa teoria é a ideia de que a renda não é um bem homogêneo, como percebem os neoclássicos. A fonte da renda é um fator que realmente importa e os domicílios investem recursos escassos em atividades e projetos que geram novas fontes de renda, ainda que elas não aumentem a renda familiar total. Em alguns casos as famílias enviam membros para o exterior não apenas para aumentar a renda em termos absolutos, mas também para diminuir sua privação relativa

quando comparada com outros grupos de referências (MASSEY, 1999, p.36-37).

A racionalidade do indivíduo migrante que calcula o custo-benefício das suas atividades também é percebida pelos teóricos do Capital Humano (*Human Capital Theory*). Esperando maiores benefícios no futuro, incluindo maiores salários, o indivíduo investe em sua educação formal, treinamento profissional e na aquisição de outros tipos de conhecimentos. No caso dos imigrantes, se num primeiro momento a sua renda é com mais frequência menor que a dos nativos, com o tempo ela pode servir de incentivo para que ele invista em capital humano e assim alcance melhores postos de trabalho e rendimentos financeiros, o que dependerá da expectativa com relação ao tempo gasto para obter algum tipo de retorno e da percepção sobre o tempo em que permanecerá no país de acolhimento (SANTOS, et al, 2010).

Os teóricos do capital humano, no entanto, acusam os imigrantes de tirar os empregos dos nativos, rebaixando os salários das regiões ou cidades onde eles se concentram. Eles defendem a ideia de que os imigrantes ilegais têm acesso aos bens e serviços assistenciais do *welfare* norte-americano (o que teria penalizado alguns estados como a Flórida e a Califórnia) e que a política imigratória deve priorizar a entrada e a permanência de imigrantes com melhor qualificação, a fim de atingir um sistema econômico mais produtivo (SASAKI e ASSIS, 2000, p.07).

Os formuladores da Teoria do Mercado de Trabalho Segmentado (*Segmented Labor Market Theory*), por sua vez, retiram a ênfase sobre a escolha racional dos indivíduos e argumentam que a migração internacional emerge da intrínseca demanda por trabalho das sociedades industriais modernas, que seria inerente à estrutura econômica das nações desenvolvidas. Segundo Massey (1999, p.37), uma demanda por trabalho barato e flexível surge de quatro características dessas sociedades. A primeira delas é a inflação estrutural, no sentido de que os salários não são apenas reflexos das condições do fornecimento e da demanda, mas também das expectativas de prestígio e *status* social que eles conferem. O que em outras palavras significa que os aumentos salariais devem ser proporcionais em toda a hierarquia de trabalho, de modo a mantê-lo alinhado com as expectativas sociais.

A segunda característica refere-se à inerente dualidade entre trabalho e capital, no sentido de que este é um fator fixo da produção, enquanto aquele é um fator variável. Na busca pela estabilidade e pela manutenção dos lucros, os capitalistas precisam manter uma parte da

demanda por trabalho como fixa, visto que o emprego de equipamentos necessita de uma mão de obra na qual é investido treinamento e educação, enquanto outra porção da demanda pode flutuar devido a variações no mercado. Esse processo gera dois grupos de trabalhadores que atenderiam a diferentes oportunidades de emprego de um mercado de trabalho que é segmentado em dois estratos: o mercado de trabalho primário e o secundário. O primário se caracterizaria por requerer alta qualificação, melhores salários e possibilidades de ascensão hierárquica, e estão presentes nas grandes empresas capitalistas, mercado este ocupado geralmente pelos nativos. O secundário frequentemente ofereceria baixos salários, alta rotatividade, baixa qualificação e poucas possibilidades de ascensão hierárquica, é o mercado onde geralmente se alocam os imigrantes. Dessa forma, no que se refere à ocupação no mercado de trabalho, haveria uma complementaridade e não uma concorrência entre imigrantes e nativos.

A terceira característica, como revelou um trabalho de Portes e Bach (*apud* MASSEY, 1999) sobre a inserção de imigrantes cubanos no mercado de trabalho dos Estados Unidos, seria a existência de um mercado de trabalho étnico. Uma grande e concentrada população de co-étnicos cria uma demanda por produtos culturais especializados e serviços étnicos que apenas empresários imigrantes são capazes de preencher. Esses negócios étnicos, geograficamente concentrados, necessitam e apoiam-se na mão de obra imigrante, de modo que a imigração gera sua própria demanda.

A quarta e última característica das sociedades industriais seria a existência de uma demanda permanente por trabalhadores dispostos a aceitar trabalhos desagradáveis, mal remunerados, instáveis e sem oportunidades de ascensão profissional, gerada pela combinação entre o problema da inflação estrutural e pelas variações da economia de mercado. Esses postos de trabalho, que no passado eram preenchidos por mulheres, adolescentes e trabalhadores rurais que chegavam à cidade, mais recentemente são preenchidos pelos imigrantes. A abertura desse espaço de trabalho deve-se a fatores como o aumento da participação feminina no mercado de trabalho qualificado; o aumento da taxa de divórcio que transforma o trabalho feminino na fonte de renda primária de muitas famílias, e que, portanto, exige que elas se beneficiem com melhores salários; o aumento da educação formal que tem afastado os adolescentes do mercado de trabalho; e a industrialização do conjunto da sociedade que tem diminuído o êxodo

rural e o fornecimento de trabalhadores rurais que chegavam às cidades grandes (MASSEY, 1999, p.40).

Os pressupostos dos adeptos da Teoria dos Sistemas Mundo (*World Systems Theory*) surgem em resposta às concepções funcionalistas de fins do século XIX. Autores clássicos como Malthus, Marx, Durkheim e Weber haviam percebido a migração como um processo que resultava do desenvolvimento do capitalismo, visibilizado pela industrialização, a urbanização e a própria mobilidade populacional. Problematicando essa visão, os teóricos histórico-estruturais, como são conhecidos, alegam que mais do que seguir um caminho inexorável em direção ao desenvolvimento e à modernização, os países pobres são, na verdade, “aprisionados” pelas suas posições de desvantagem dentro de uma estrutura geopolítica desigual que contribui com a reprodução das suas situações de pobreza. Em outras palavras, por causa da má distribuição do poder político, a expansão do capitalismo acentua desigualdades e reforça uma ordem econômica estratificada, como demonstrou Wallerstein (1974, 1980 apud MASSEY, 1990) ao analisar a expansão global do sistema capitalista desde o século XVI.

Com a recessão econômica da década de 1970 ficou claro para alguns observadores que os fluxos migratórios internacionais não eram simplesmente temporários, mas que estavam ligados a mudanças estruturais que acompanhavam a inserção de países pobres ao mercado de trabalho global. Assim, os teóricos histórico-estruturais argumentam que a penetração de relações econômicas capitalistas em sociedades não capitalistas ou pré-capitalistas cria uma população móvel propensa a migrar, o que ocorre por diferentes efeitos de conexão: pela presença de países neocolonialistas ou grandes empresas capitalistas em países pobres (que substituindo o papel exercido pelos países ricos no regime colonial buscam por terras, recursos naturais, força de trabalho e mercado consumidor); pela presença de bases ou intervenções militares em alguns desses países econômica e politicamente desfavorecidos; e pela própria globalização econômica que gera conexões ideológicas e culturais, como a expansão de determinados idiomas, sistemas educacionais e modos de vida que são reforçados pelos meios de comunicação.

Uma importante representante dessa perspectiva teórica é a socióloga Saskia Sassen, que acredita que a circulação de trabalhadores pelo mundo está ligada ao processo de reestruturação econômica que internacionalizou a produção e gerou um mercado de trabalho

transnacional, sendo que o investimento estrangeiro seria uma variável importante na conjuntura desse processo. Ela acredita em um mercado de trabalho segmentado, mas inscrito no sistema mundial (SASSEN, 2006). A partir da década de 1970 e 80, com a formação de um espaço transnacional, decorrente da reorganização da economia mundial, os trabalhadores circulariam assim como o próprio capital, as mercadorias, serviços e informações (SIQUEIRA, 2006).

Essas teorias de migrações internacionais aqui brevemente resenhadas têm em comum um caráter economicista, uma ênfase nos aspectos econômicos que estimulam os movimentos populacionais. Segundo Sasaki e Assis (2000, p.05), elas privilegiaram a dimensão macrosociológica, a metodologia quantitativa e colocaram um foco maior no indivíduo do que nas suas relações sociais. Também trouxeram importantes contribuições ao campo das migrações ao visibilizar a importância e o poder que o capital exerce sobre a dinâmica populacional numa perspectiva global. Contudo, são caracterizadas pela ausência de pressupostos mais culturais e subjetivos que parecem imprescindíveis à compreensão dos processos migratórios globais recentes.

2.2- A CONSTRUÇÃO CULTURAL E SUBJETIVA DA DECISÃO DE E/IMIGRAR

As teorias anteriormente descritas, ao enfatizar demasiadamente os aspectos econômicos envolvidos na decisão de emigrar, falham em explicar a configuração dos fluxos e/imigratórios contemporâneos principalmente em razão de fatores de atração e expulsão (*push and pull theory*), ou seja, de um lado fatores como a pobreza e o desemprego, e de outro, fatores como possibilidades de trabalho e melhores salários. Como destacou Fusco (2001), essa situação tenderia a produzir migrações massivas, mas a empiria demonstra que nem todos os sujeitos vivendo em situações semelhantes emigram. Os teóricos neoclássicos, por exemplo, não conseguem explicar por que em países pobres algumas pessoas emigram e outras não, ou por que alguns pontos específicos no destino atraem mais imigrantes do que outros com estrutura de mercado de trabalho semelhante. A ênfase na tomada de decisão de indivíduos racionais também não parece satisfatória, visto que, como argumenta Massey (1999), é preciso considerar que na maioria dos casos a opção de emigrar é socialmente produzida. Como lembrou Sassen (2010, p.115), é crítico que algumas pessoas aceitem realizar trabalhos

indesejáveis e viver em situações desconfortantes que não aceitariam em seus países de origem.

Muitos autores preocupados em explicar por que as pessoas e/imigram (MASSEY, 1999; DINER, 2000; FUSCO, 2001; PORTES, 2006; HAGEN-ZANKER, 2008; HAUG, 2008) consideram que essas teorias de migração internacional, quando tomadas isoladamente, não são suficientes para explicar a emergência dos fluxos de e/imigração no período pós-guerra, ou pelo menos não servem para explicar todos eles, visto que há grandes diferenças de ordem histórica, política e geográfica que os particularizam e os localizam em contextos específicos. O questionamento sobre por que as pessoas emigram se complexificam quando se considera que as respostas poderiam ser particularizadas, para cada grupo de imigrantes em determinado lugar do globo, ou generalizadas, estabelecendo comparações e bases comuns que expliquem processos semelhantes ocorrendo na trajetória de grupos distintos.

Essa é inclusive uma das razões pelas quais alguns historiadores não parecem hospitaleiros com modelos e teorias de migrações. O que, no entanto, não parece ser um consenso. A historiadora Hasia Diner (2000) discorda deles e os critica. Ela observa que mesmo nos Estados Unidos, um país com forte tradição imigratória, os historiadores tem recusado a teoria por três razões. A primeira delas é que eles têm preferido particularizar e abordar a trajetória de grupo por grupo, evitando estudos comparativos e focando mais nas questões relativas à etnicidade do que na migração propriamente dita.

A segunda razão diz respeito aos próprios pressupostos da História como campo e disciplina, que treina os historiadores a pensar em tempo e lugar como variáveis chaves pelos quais se explica os comportamentos. A noção de que determinado fenômeno só pode ser explicado por seu contexto específico, sabendo-se onde e quando ele ocorreu, e que contextos diferem de lugar para lugar e mudam ao longo do tempo, tem gerado o pressuposto de que modelos não podem dar conta dessas variações, e que, portanto, a teoria é problemática. E por fim, autora acredita que a maioria desses historiadores ainda opera com a lógica do “excepcionalismo americano”, ignorando o fato de que pessoas de uma mesma sociedade de origem podem estar dispersas por todo o mundo. Esse foco na experiência norte-americana dificulta a possibilidade de que a e/imigração seja vista em um contexto global amplo, o que é um pré-requisito para se pensar teoricamente (DINER, 2000, p.36-39).

As trajetórias de vida dos e/imigrantes inseridos nos fluxos populacionais do pós-guerra, tais como as dos próprios mineiros que emigraram para os Estados Unidos e que aqui analisamos, apontam a importância da dimensão econômica dos processos e/imigratórios nos quais estão inseridas. Mas elas também revelam uma importante dimensão cultural e subjetiva como fator relevante a estimular essas experiências. Elas demonstram que a ideia de uma “racionalidade da e/imigração” é uma questão complexa e apontam a importância de levarmos em conta fatores subjetivos que caracterizam tais experiências, como a própria subjetividade do emigrante de primeira geração, a formulação de imaginários sociais e a configuração de redes e de culturas e/imigratórias. Questões relevantes que ao lado dos fatores estruturais contribuem para melhor compreender as dinâmicas da mobilidade humana nas últimas décadas.

Para Massey (1999, p.50) uma explicação teórica satisfatória da migração internacional deve contar com pelo menos quatro elementos imprescindíveis: um tratamento das forças estruturais que promovem a emigração de países em desenvolvimento; uma caracterização das forças estruturais que atraem os imigrantes para os países desenvolvidos; uma consideração das motivações, objetivos e aspirações das pessoas que respondem a estas forças estruturais ao se tornar e/imigrantes; e um tratamento das estruturas econômicas e sociais que surgem para conectar as áreas de dentro e fora da migração. De acordo com o autor, cada teoria de migração trabalha com dados específicos focados no máximo sob dois desses elementos, mas o conjunto delas é necessário para se compreender a complexidade das migrações internacionais a partir do final do século XX.

Visão semelhante é compartilhada por Sassen (2010). A autora aponta que, uma vez que as migrações recentes são constituídas basicamente por fluxos de trabalhadores, os delineamentos político-econômicos que as geram não podem ser negligenciados. Contudo, ela reconhece que uma análise desses deslocamentos populacionais exige que se considerem mudanças complexas, algumas de nível micro, que têm ocorrido em processos de imigração, nas construções ideológicas desses processos e nos significados subjetivos deles para os imigrantes. Nesse sentido, esses fluxos são percebidos como singulares, emergindo em momentos e contextos específicos e, embora condicionados por dinâmicas político-econômicas mais amplas, demandam também a análise de variáveis históricas e sociológicas que ajudam a explicá-los (SASSEN, 2010, p.138).

Apesar de que em seus trabalhos a autora, como teórica histórico-estruturalista, discuta principalmente dinâmicas político-econômicas relacionadas ao processo de Globalização, Sassen (2010, p.137) destaca a importância de atentarmos para condições sociais amplas, como a globalização econômica e cultural, que contribuem para que a emigração se torne uma opção viável para determinados indivíduos. A autora enfatiza três dessas condições: a) condições ligadas ao processo de internacionalização econômica em suas possíveis materializações, como os laços coloniais e neocoloniais e conexões criadas pelas formas atuais de globalização econômica; b) condições que envolvem o recrutamento direto de trabalhadores imigrantes por empregadores, governos em nome dos empregadores, e as redes criadas pelos próprios imigrantes; c) e por fim, o conjunto de condições atrelado à exportação e ao tráfico cada vez mais ilegal de homens, mulheres e crianças.

No primeiro caso, como tem sido observado por Stuart Hall (2003, p.81), os antigos laços de dependência coloniais têm sido acentuados pelo crescente processo de interdependência global que atua em dois sentidos: um movimento centro-periferia, no qual países influentes disseminam mercadorias, estilos de vida e identidades consumistas; e um movimento periferia-centro, no qual pessoas de antigos países colonizados, impulsionados por fatores como pobreza, secas, guerras civis, subdesenvolvimento econômico, dívida externa etc., direcionam-se para os locais dos quais a mensagem do consumismo global é enviada. Assim, há argelinos e senegaleses dirigindo-se para a França; turcos e norte-africanos para a Alemanha; caribenhos, indianos e paquistaneses para o Reino Unido, e assim por diante.

Em alguns casos os laços coloniais foram acentuados com o recrutamento de trabalhadores pelos países receptores. Durante o processo de reestruturação da economia mundial pós-guerra (1945), e mesmo até a década de 1990, os chamados “trabalhadores temporários” foram essenciais para alavancar as economias estagnadas dos países do Primeiro Mundo, dirigindo-se para mercados de trabalho segmentados nos quais as ocupações de mais baixo *status* são destinadas aos imigrantes. Na França, Alemanha e Suíça estes programas de contratação de imigrantes temporários foram chamados de “*Guest Work Program*” e nos Estados Unidos de “*Bracero Program*” (ASSIS, 2002). Em alguns países, como é o caso dos Estados Unidos, da Alemanha, da Holanda e da Bélgica, esse fluxo de trabalhadores convidados tomou certa autonomia, estimulados por processos de reunificação familiar e

mesmo pelas redes e/imigratórias tecidas pelos próprios emigrantes (SASSEN, 2010).

A contribuir como fator motivador desses fluxos populacionais também está as e/imigrações organizadas de trabalhadores, legal e ilegal, realizada por governos de países em condições econômicas desfavoráveis e por redes organizadas atuando no tráfico internacional de pessoas. Facilitada pela infraestrutura organizacional e técnica da economia global (mercados globais, redes transnacionais e translocais, desenvolvimentos tecnológicos) a exportação de trabalhadores está ocorrendo principalmente em países que sofrem com os efeitos das antigas políticas imperialistas, com dívida externa e programas de ajuste estrutural. Ambos se apresentam como esquemas lucrativos e mobilizam principalmente o deslocamento de mulheres, parte significativa direcionada para a indústria do sexo (SASSEN, 2003, 2010).

No primeiro caso, o fluxo de remessas enviado pelos emigrantes tem impacto positivo e significativo nas economias de países economicamente fragilizados, como é o caso do governo filipino que desempenha importante papel na exportação de mulheres filipinas para os Estados Unidos, Oriente Médio e Japão e recebe uma média de 1 bilhão de dólares anualmente em forma de remessas (Yamamoto, 2006 apud SASSEN, 2010, p.133; PARREÑAS, 2005). Por sua vez o tráfico ilegal de pessoas, embora também contribua com o fluxo de remessas, tem enriquecido organizações criminosas cujas redes estão cada vez mais organizadas e movimentaram uma quantia de 3,5 bilhões de dólares por ano só na década de 1990, traficando homens e mulheres, segundo relatório da ONU (SASSEN, 2010, p.132).

Como estamos tentando demonstrar ao dialogar com Sassen (2003, 2010) e Massey (1999), os amplos condicionantes sociais de características político-econômicas são de extrema relevância na configuração de fluxos e culturas e/imigratórias e na decisão de emigrar de alguns indivíduos, mas os fatores subjetivos se apresentam como igualmente relevantes. A título de ilustração, a configuração de uma cultura e/imigratória tanto no Senegal quanto na Argélia será aqui brevemente apresentada com a intenção de melhor visualizarmos essa dimensão subjetiva dos processos migratórios contemporâneos, que em nossa visão também caracteriza o fluxo de mineiros para os Estados Unidos e que será discutida à continuação. Esses dois fluxos migratórios foram escolhidos em meio a outros casos de estudos porque ambos se direcionam para um mesmo país, a França.

No caso senegalês, a cultura e/imigratória, assim como no caso de outros países africanos, possui raízes nas relações colonialistas acentuadas no século XIX. A emigração senegalesa para a Europa, mas principalmente para a França, possui diferentes temporalidades e é marcada também pela complexidade da sociedade senegalesa, caracterizada por clivagens religiosas, étnicas, de classe e de castas. Não obstante os contatos levados a cabo pela sociedade europeia na África Ocidental durante muitos séculos, esse fluxo emigratório se acentua durante o período da Primeira Guerra Mundial, quando senegaleses compuseram as tropas do exército francês como *Tirailleurs* (fuzileiros).

A taxa de emigração foi significativamente crescente depois que o Senegal se tornou independente da França, em 1962, devido ao elevado nível de crescimento econômico do Estado francês durante as décadas de 1950 e 60, que demandou a contratação, principalmente por empresas do ramo automobilístico, de mão de obra estrangeira e desqualificada, recrutada principalmente na região do Vale do Rio Senegal: Senegal, Mauritânia e Mali, e na região de Tambacounda. Os principais grupos étnicos que compunham esse universo de emigrantes eram *Toucouleur*, *Serere* e principalmente *Soninké* (TIMERA, 1996; MANCHUELLE, 1997 *apud* RICCIO, 2005).

Do lado senegalês essa emigração foi motivada pelo empobrecimento do país a partir de meados da década de 1970, gerado pela alta taxa de crescimento populacional que elevou o tamanho da população dependente e pelo enfraquecimento da produção agrícola, principalmente a produção de amendoim, que era sua principal base econômica. A ocorrência de grandes períodos de secas a partir de 1968 provocou significativo êxodo rural que levou a população rural a buscar melhores condições de vida nas grandes cidades ou no exterior. O fluxo de emigração senegalesa era constituído, sobretudo, por essa população camponesa (RICCIO, 2005).

A década de 1980, por sua vez, caracteriza-se por novas ondas de emigração senegalesa para a Europa que diversificaram os países de destino, resultado da reestruturação da economia francesa que prejudicou os imigrantes senegaleses. O fluxo e/imigratório para a França arrefeceu e manteve-se apenas devido a estratégias individuais e familiares. Os novos emigrantes, desta vez jovens escolarizados de regiões urbanas, descontentes com a falta de trabalho no mercado formal e com políticas e movimentos sociais, tiveram que procurar trabalho em novos destinos, dirigindo-se para países como Espanha, Itália e Estados Unidos (RICCIO, 2005). O exemplo senegalês, portanto, parece

confirmar a tese sugerida por Sassen (2010, p.121) de que à medida que um fluxo de emigração envelhece as opções de destino tendem a se tornar mais diversificadas, sugerindo certa medida de autonomia dos laços coloniais ou neocoloniais.

Embora também estimulada pelos fatores político-econômicos citados, a dinâmica da emigração senegalesa e a configuração de uma cultura e/imigratória no país também se deve a fatores subjetivos. Ao estudar as representações que a sociedade senegalesa produz a respeito dos imigrantes e as representações que os imigrantes fazem de si mesmos, por exemplo, Riccio (2005) destaca que a capacidade dos imigrantes senegaleses de criar um modelo mais atual de migração circular e construir laços sociais transnacionais é a base de sustentação dessa cultura e/imigratória no país. As representações positivadas sobre os países de destino, principalmente a França, são acentuadas pelas possibilidades de contatos frequentes e principalmente pelo retorno de imigrantes bem-sucedidos (RICCIO, 2005, p.105).

Para o autor, esses fatores apresentam-se entrelaçados na configuração dos fluxos e/imigratórios, de modo que o sucesso econômico dos e/imigrantes e o desenvolvimento da cultura de e/imigração transformam os próprios estereótipos relativos aos e/imigrantes na sociedade senegalesa. Se no passado foram estigmatizados como ignorantes, justamente por se constituir como um fluxo de camponeses, mais recentemente os emigrantes senegaleses são percebidos como heróis e símbolos da sociedade contemporânea, devido à solidariedade e aos esforços que desempenham para o bem-estar das suas famílias, mesmo estando distantes (RICCIO, 2005, p.106).

Fatores subjetivos também foram destacados por Abdelmalek Sayad (1998, p.43) ao analisar a emigração de argelinos da região das montanhas da Cabília para a França. O autor demonstra como na cultura e/imigratória local os próprios e/imigrantes fazem uso dos esquemas tradicionais, como o uso do vocabulário que pertence ao “sistema mítico-ritual”, para organizar e relatar a experiência da e/imigração. De modo que ao descrever as condições de existência do emigrante remetem às “grandes oposições míticas da tradição: interior-exterior, cheio-vazio, claro-escuro”. Por meio desse sistema ritual de inversão de sentido o emigrante fala da *elghorba*, a terra de exílio (França), e da terra de origem, produzindo tensões e sentidos que mascaram a experiência objetiva da emigração.

Esse discurso se organiza em torno da tríplice verdade da *elghorba*: na lógica tradicional local o termo refere-se à terra de exílio,

associada à “escuridão”, à “distância e isolamento”, à “perda” (de sentido) e à “infelicidade”. Contudo, na visão idealizada da emigração (percebida como fonte de riqueza e emancipação), o sentido da *elghorba* é negado em seu sentido original e produz outra verdade que a identifica com a “felicidade”, a “luz”, a “alegria”, a “segurança”. Por fim, a realidade da emigração, ou seja, as reais condições dos imigrantes argelinos vivendo na França, desconstrói a ilusão e restabelece a *elghorba* em seu sentido original. Segundo Sayad, percebemos como

usando os recursos do aparelho tradicional, o informante produz o próprio modelo do mecanismo segundo o qual se reproduz a emigração e no qual a experiência alienada e mistificada da emigração preenche uma função essencial. O desconhecimento coletivo da verdade objetiva da emigração que todo o grupo se esforça por manter (os emigrantes que selecionam as informações que trazem quando passam algum tempo na terra; os antigos emigrantes que ‘encantam’ as lembranças que guardaram da França; os candidatos à emigração que projetam sobre a França suas aspirações mais irrealistas etc.) constitui a mediação necessária através da qual se pode exercer a necessidade econômica (SAYAD, 1998, p.44).

Como mostra Sayad, a experiência de vida do emigrante oscila entre essas verdades contraditórias da *elghorba*. Contradição mascarada porque caso contrário o emigrante deveria renunciar a emigrar. Assim, os sentidos que os e/imigrantes produzem para a experiência da e/imigração fazem parte da cultura e/imigratória local e contribuem a reprodução do fluxo populacional. Esses dois exemplos citados, senegalês e argelino, evidenciam uma importante dimensão cultural e subjetiva na configuração e reprodução dos fluxos e/imigratórios no mundo contemporâneo. Eles revelam que a intensificação e manutenção dos laços entre comunidades, cidades ou regiões em países de origem e de destino são perpassados pela configuração de redes e de culturas e/imigratórias, por imaginários sociais sobre o país de destino e por representações feitas sobre os e/imigrantes, ou que estes constroem sobre si próprios.

2.3- A CULTURA COMO ELEMENTO TEÓRICO: CAPITAL SOCIAL E CULTURA E/IMIGRATÓRIA

Esses fatores culturais e subjetivos têm ganhado mais importância no campo das migrações internacionais a partir da década de 1990, sobretudo porque aliados aos fatores econômicos permitem que melhor visualizemos as formas pelas quais os deslocamentos internacionais de fato ocorrem. Destacamos aqui três dessas perspectivas teóricas que a nosso ver contribuem para compreendermos as dinâmicas do fluxo e/imigratório dos mineiros para os Estados Unidos, na medida em que percebem como determinantes as dinâmicas culturais e as relações e estratégias individuais e familiares.

Elas são a Teoria do Capital Social, que destaca a configuração das redes e cadeias e/imigratórias; a Teoria da Causação Cumulativa, que além da expansão dessas redes percebe outras formas culturais através das quais os deslocamentos internacionais se tornam autossustentáveis, como a configuração de culturas e/imigratórias; e os pressupostos do Transnacionalismo migrante, que necessariamente percebe como relevante o papel desempenhado por essas redes e culturas e/imigratórias, na medida em que acentua como relevante nesses processos a persistência dos laços econômicos, culturais e afetivos que os e/imigrantes estabelecem entre suas sociedades de origem e destino. Essa perspectiva transnacional das e/imigrações contemporâneas será analisada separadamente na próxima sessão.

Os teóricos do Capital Social (*Social Capital Theory*) têm enfatizado o papel positivo que o capital social exerce na aquisição e acumulação de outras formas de capital e destacadamente o papel que desempenha na configuração de redes e/imigratórias. O conceito de “capital social” é definido como “a soma de recursos reais ou virtuais, que provém de um indivíduo ou um grupo, em virtude de possuir uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de conhecimento mútuo e reconhecimento” (BOURDIEU e WACQUANT, 1992 apud MASSEY, 1999, p.43).

De acordo com Massey (1987, p.139) são os laços sociais conectando comunidades de origem a pontos específicos da sociedade de destino que configuram as redes e/imigratórias. Esses laços unem migrantes e não migrantes em uma complexa rede de relacionamentos mantidos por um conjunto de expectativas mútuas e comportamentos prescritos. Uma vez que alguém em uma rede pessoal emigra, os laços são transformados em recursos que podem ser usados para que outras

pessoas consigam emigrar. A probabilidade de que isso ocorra aumenta na medida em que os laços pessoais diminuam os custos e os riscos do movimento e/imigratório. Esse capital social transforma-se em capital financeiro à medida que as pessoas têm acesso a trabalho no exterior, melhores salários, e a possibilidade de acumular poupança ou enviar remessas. Embora não sejam criados pelo processo migratório, os laços sociais são adaptados por ele e são reforçados pela experiência comum da emigração.

Um sentimento de familiaridade advém do fato de que as próprias redes de relacionamentos pessoais locais são “transplantadas” para a comunidade de destino ou, para usar a expressão do historiador Charles Tilly (1990, p.84) ao analisar a imigração para os Estados Unidos em “*Transplanted Networks*”, porque essas “redes migram”. Para esse autor as unidades efetivas da migração não são nem indivíduos nem domicílios, mas sim conjuntos de pessoas ligadas por conhecimento, parentesco e experiência de trabalho que de alguma maneira incorporaram o destino norte-americano nas alternativas de mobilidade, considerado em momentos decisivos em suas vidas coletivas ou individuais.

Com o passar do tempo, conforme essas redes “amadurecem”, tendem a direcionar os emigrantes para uma mesma comunidade de destino, reforçando vínculos e conformando comunidades de imigrantes no exterior, ou “comunidades filhas” (*daughter communities*), como as denomina Massey (1987). Elas também os direcionam para postos específicos no mercado de trabalho do país receptor. A migração internacional, portanto, por estar baseada fundamentalmente em uma “organização social que a suporta e a sustenta”, é conceitualizada por Massey (1987, p.169) como um “processo social organizado por meio de redes forjadas por conexões interpessoais cotidianas que caracterizam todos os grupos humanos”.

O estudo das redes de e/imigração tem contribuído para percebermos as condições em que os deslocamentos se efetivam e a importância que a família exerce nesse processo. Nessa perspectiva a e/imigração passa a ser considerado um projeto coletivo, familiar e afetivo que envolve também aqueles que permanecem nas sociedades de origem (ASSIS, 2002). Segundo Assis (2003), ele constitui uma das abordagens alternativas aos extremos da teoria neoclássica e do determinismo estrutural. Nesse sentido,

enquanto as transformações macroestruturais são compreendidas como desencadeadoras das pressões migratórias, as famílias e as redes sociais respondem a tais pressões e determinam quais membros dos domicílios e das comunidades realmente migram. Nesse contexto, a migração, articulada pelas redes sociais, também vai deixando de ser vista apenas como decisão racional de um indivíduo para ser encarada como uma estratégia de grupos familiares, de amizade ou de vizinhança em que as mulheres inserem-se ativamente (ASSIS, 2003, p.205).

Em geral, como demonstrou Massey (1987) ao estudar a e/imigração de mexicanos para os Estados Unidos, as redes de relacionamentos mais importantes são aquelas baseadas em laços de parentesco, amizade e origem comum. Com o passar do tempo e o aumento no número de e/imigrantes, em situações onde há um desequilíbrio entre o número de pessoas que almejam entrar no mercado de trabalho de países ricos e o número de pessoas autorizadas a fazê-lo, os laços pessoais passam a ser acionados no sentido de viabilizar a emigração indocumentada.

As barreiras impostas por esses países na tentativa de evitar a entrada de mais imigrantes gera um nicho econômico lucrativo para pessoas e instituições que se beneficiam ao promover a continuidade desse movimento de forma ilegal. Esse “mercado informal” da e/imigração pode gerar condições para situações de exploração e vitimização, por isso organizações humanitárias voluntárias ou governamentais são criadas nos países de destino para proteger os direitos e melhorar o tratamento dos imigrantes, legais ou indocumentados, transformando-se elas próprias em outra forma de capital social sobre o qual os imigrantes podem se apoiar para conseguir se inserir no mercado de trabalho global (MASSEY, 1999, p.44-45).

Como as migrações de longa distância implicam em riscos e incertezas como segurança pessoal, conforto, renda etc., não é incomum que os emigrantes sigam seus amigos, cônjuges, parentes e conterrâneos já estabelecidos nos países de destino. Este movimento reproduz e estende as redes, especialmente para aqueles que ao emigrarem adquirem a possibilidade e a “obrigação”, já que neste caso há uma expectativa de reciprocidade, de fornecer ajuda a outros potenciais emigrantes. Ele também revela que nesta trajetória os emigrantes

frequentemente ignoram a possibilidade de outros destinos e dirigem-se para lugares que já possuem conexões com o lugar de origem. Nesse sentido, as redes de e/imigração são “seletivas” com relação aos prováveis emigrantes, apoiando principalmente aquelas pessoas que fazem parte de um mesmo universo de conhecimento.

No Brasil, a importância do papel conferido às essas redes surgiu com os estudos de migração interna, descrevendo a influência delas na trajetória dos migrantes nordestinos para São Paulo. O estudo de Durham (1984), “A caminho da Cidade”, é um dos mais conhecidos deles e analisou a formação e a consolidação das redes no caminho do campo para a cidade. No caso das e/imigrações recentes de brasileiros para o exterior, os primeiros estudos já apontavam a articulação das redes e/imigratórias e salientaram a importância delas para a compreensão do processo migratório (Margolis, 1994; Sales, 1995; Assis, 1995). Estudos mais recentes observaram que as mulheres são hábeis articuladoras dessas redes, contribuindo significativamente para a manutenção das mesmas, gerando novas emigrações e participando ativamente no processo de adaptação dos novos imigrantes (FUSCO, 2001; FLEISCHER, 2002; ASSIS, 2011; FRANCISCO, 2011).

Além das redes, a construção sociocultural de culturas e/imigratórias é outro aspecto teórico que tem sido apontado como relevante na configuração dos fluxos migratórios internacionais recentes, visto que elas contribuem para a compreensão da dimensão social dessas mobilidades. De acordo com Massey (1993), os teóricos da Teoria da Causação Cumulativa (*Cumulative Causation Theory*) têm mostrado que culturas e/imigratórias constituem um dos fatores através do qual a migração internacional se torna autossustentável com o tempo. A causação é cumulativa porque cada ato de e/imigração altera o contexto social dentro do qual novas decisões de emigrar são tomadas, de forma que torna futuros movimentos mais prováveis.

Massey (1999, p.44-45) apresenta oito maneiras pelas quais a migração é afetada dessa forma cumulativa e que têm sido discutidas pelos cientistas sociais: a) a expansão das redes, que como discutido anteriormente diminui os riscos e os custos econômicos e psicológicos, fazendo com que novos casos de migrações sejam cada vez mais prováveis; b) a distribuição de renda, que como argumentado pelos novos economistas da migração, aumenta a probabilidade de que pessoas emigrem em função do sentimento de privação relativa, quando a renda das suas famílias é comparada com a renda de famílias que possuem membros emigrando e enviando remessas; c) a distribuição de

terras, quando imigrantes investem suas poupanças na compra de terras na comunidade de origem, tornando-as improdutivas, uma vez que o salário recebido no exterior é mais lucrativo do que a produção agrária local. Esse padrão de uso da terra diminui a demanda por trabalho local e aumenta a pressão para emigrar; d) a organização da agricultura, quando imigrantes que compram terras na comunidade origem investem também na compra de novos insumos e no processo de mecanização da produção, deslocando trabalhadores locais de tarefas tradicionais e aumentando a pressão para emigrar; e) a distribuição regional do capital humano, quando os imigrantes aumentam seu nível educacional e contribuem para reforçar o crescimento econômico da sociedade de destino enquanto o da comunidade de origem estagna, ou quando o investimento em educação na sociedade de origem acaba incentivando as pessoas com nível educacional aumentado a migrarem para áreas urbanas ou para o exterior; f) o significado social do trabalho, que como percebido pelos teóricos do Mercado de Trabalho Segmentado, aumenta a demanda por imigrantes, pois, uma vez que estes são recrutados para determinadas ocupações e estas passam a ser rotuladas como “trabalho de imigrante”, os nativos relutam em preenchê-las; g) a estrutura de produção, quando a taxa de emigração desacelera em lugares com forte histórico de emigração e novas áreas passam a se apoiar em circuitos transnacionais e suas taxas de emigração começam a acelerar, a emigração em nível nacional continua e se espalha de lugar para lugar; h) e por fim, a própria cultura migratória, quando a continuidade do fluxo migratório modifica os valores e as percepções culturais em nível comunitário ou nacional, aumentando a probabilidade de futuras migrações.

Em algumas situações em que se configura uma cultura e/imigratória, emigrantes retornados acostumados com o estilo de vida do país de destino voltam a emigrar fazendo contínuos os movimentos de ida e volta. Com o tempo os valores associados com a emigração e a sociedade de destino passam a fazer parte da moldagem dos comportamentos, dos sentimentos e dos valores comunitários. A emigração então se torna um rito de passagem para os mais jovens e em casos extremos aqueles que se recusam a emigrar são percebidos como preguiçosos, desinteressados e indesejáveis (MASSEY, 1999, p.45). Uma cultura e/imigratória se constitui, dentre outras coisas, por meio do envio de remessas pelos e/imigrantes do exterior, da persistência dos laços com suas sociedades de destino e por representações sociais

geradas nessas conexões. Nesse sentido, ela parece ser produto e produtora do ato de e/imigrar.

2.4- A PERSPECTIVA TRANSNACIONAL DAS E/IMIGRAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Como alguns sociólogos histórico-estruturais têm apontado, as migrações globais do pós-guerra e suas consequências estão ligadas ao processo de Globalização. A globalização econômica e do mercado de trabalho se insere e modifica economias periféricas (SASSEN, 2010). Apesar da ênfase colocada sob a dimensão econômica, esses teóricos levam em consideração as redes e os fluxos globais que conectam diferentes sociedades e apontam a importância do contexto histórico de desenvolvimento tecnológico nas áreas de comunicação e transportes que facilitam o atravessamento de capital, informações, pessoas e os mais diversos tipos de remessas culturais entre fronteiras nacionais.

Esses fatores trazem implicações importantes para a dinâmica desses movimentos populacionais e incidem sob a caracterização do próprio imigrante como sujeito histórico. Nesse contexto os e/imigrantes não parecem sujeitos definitivamente deslocados física e culturalmente, visto que nem sempre rompem os laços com suas sociedades e culturas de origem e tampouco se assimilam completamente à cultura das sociedades de destino. Parece haver entre os estudiosos das migrações internacionais um consenso no reconhecimento de que nesses deslocamentos recentes os e/imigrantes e suas famílias estão cada vez mais influenciados pela persistência de vínculos que atravessam fronteiras nacionais.

Ao se estabelecerem como fluxos contínuos, os deslocamentos e/imigratórios de trabalhadores também contribuem para o estabelecimento de conexões transformadoras entre lugares geograficamente distantes no globo. Os laços entre as sociedades de origem e destino tendem a se estreitar e extrapolar o âmbito econômico, produzindo mudanças sociais, culturais e políticas. Esse movimento ocorre tanto nas comunidades de recepção, como tem sugerido o estudo sobre as Cidades Globais (SASSEN, 2010), quanto nas comunidades de origem dos imigrantes, como têm apontado estudos embasados por uma perspectiva transnacional das e/imigrações (CASTLES, 2005).

Teóricos que percebem a migração através da ótica do Transnacionalismo migrante (*Transnationalism*) apontam que essas conexões têm gerado um novo campo social, um “campo social

transnacional” (GLICK-SCHILLER, BASCH e ZSANTON-BLANC, 1995). Eles argumentam que a circulação de pessoas, produtos e ideias geram novas culturas, identidades e esferas comunitárias transnacionais que transcendem fronteiras nacionais, ou seja, um espaço social transnacional com culturas e modos de vida que não se encontra nem apenas na sociedade de origem nem na de destino. Para Hondagneu-Sotelo (1997, p.549), os pressupostos do Transnacionalismo aplicados aos processos e/ímigratórios desafiam a bipolaridade entre o “velho país” e o “novo mundo”, o “viajante/forasteiro” e o “colono/estabelecido”, uma visão típica de paradigmas teóricos assimilationistas, que supõem que os imigrantes rompem os vínculos e as relações com seus países de origem.

Contudo, uma das questões suscitadas em meio à discussão sobre a perspectiva transnacional da migração, que incide também sobre o campo historiográfico, é se existe algo novo no conceito de Transnacionalismo, visto que atividades agora rotuladas como transnacionais poderiam ser encontradas mesmo nas migrações massivas de fins do século XIX e começo do XX. A literatura dessa perspectiva teórica tem mostrado um consenso em relação ao fato de que o Transnacionalismo é uma nova perspectiva de análise e não um novo fenômeno (SHILLER, et al, 1995; SMITH e GUARNIZO, 1998; FONER, 2000). O Transnacionalismo contemporâneo faz parte de um período diferente da economia global na qual os imigrantes têm sido capazes de desenvolver novas respostas ou estratégias para lidar com os constrangimentos impostos pelo sistema, muito em razão do acesso a novos recursos tecnológicos.

Muitos dos “velhos” migrantes em fins do século XIX e início do XX mantiveram, extensa e intensamente, muitos laços com as comunidades de origem, operando práticas dentro do que hoje tem sido chamado de um campo social transnacional. Eles tiveram menos oportunidades de se deslocar e se comunicar com o país de origem, embora não tenham cortado em definitivo os laços, ao passo que “relações pessoais, culturais, econômicas e políticas mantiveram-se e não eram raros os casos de regresso e de migração pendular” (CASTLES, 2005, p.78). Esses contatos eram limitados pelos elevados custos e pelas dificuldades de comunicação e transporte. Assim, a figura do “velho” migrante é de certa forma relacionada a um tipo de migração permanente na qual ele é rapidamente assimilado na sociedade de acolhimento.

No contexto histórico e social no qual se inserem os “novos migrantes”, o período pós-guerra, os fluxos populacionais tomaram novos rumos. Os fluxos históricos se inverteram e antigos países de emigração transformaram-se em países de imigração. Eles se avolumaram e se espalharam, tornaram-se mais rápidos e complexos. Com o desenvolvimento desigual dos Estados-nação na nova ordem mundial, sujeitos localizados em países pobres, e que vivenciam desrespeitos aos direitos humanos ou mesmo perseguição religiosa ou étnica, veem na e/imigração uma alternativa de escapar à pobreza e à violência. O que se torna em alguns casos, dados os efeitos da globalização, “uma crença reforçada pelos meios de comunicação sociais globais, que alcançam mesmo as aldeias mais remotas, glorificando os estilos de vida americanos e europeus” (CASTLES, 2005, p.08). A globalização fornece também meios tecnológicos para que os transportes sejam baratos e as comunicações facilitadas, desta forma a comunicação entre aqueles que emigram e aqueles que ficam é facilitada, diminuindo os custos materiais e psicológicos na execução do projeto e/imigratório.

Para Heisler (2000, p.87) o novo transnacionalismo é outra manifestação da globalização, de modo que as atuais práticas transnacionais diferem significativamente das práticas históricas não apenas em termos de frequência e qualidade dos contatos e conexões. Elas são, estrutural e politicamente, “suportadas por sistemas de cada vez mais densas redes comerciais, financeiras e culturais entre os países de envio e acolhimento que estão incorporados e que são parte de um sistema global mais amplo”⁶.

A perspectiva transnacional da migração tem colaborado para que algumas características dos fluxos e/imigratórios históricos sejam revisitadas e questionadas pelos historiadores da migração. Para Portes e DeWind (2007, p.10), através dessa experiência analítica pode ser possível reconceitualizar experiências distintas descritas pela literatura que abordou a história desses deslocamentos, destacar suas características comuns e compará-los com fluxos e/imigratórios mais recentes. De acordo com os autores, é crescente o reconhecimento de que

⁶ No original: “supported by systems of increasingly dense commercial, financial, and cultural networks between sending and receiving countries that are embedded and part of a larger global system” (HEISLER, 2000, p.87).

desenvolvimentos em tecnologias de transportes e comunicação têm qualitativamente transformado o caráter do transnacionalismo imigrante, transformando-o em um intercâmbio transfronteiriço muito mais denso e dinâmico do que qualquer coisa que teria sido possível em épocas anteriores. Não importa o quão comprometidos e conscientes de suas vilas natais os imigrantes italianos ou poloneses de uma era anterior eram, eles possivelmente não poderiam enviar remessas, fazer investimentos, visitar, ou se comunicar com parentes e amigos com a facilidade e velocidade proporcionada por viagens aéreas e a Internet (PORTES e DeWind, 2007, p.10-11)⁷.

Nancy Foner (2000), ao estudar a emigração de italianos e judeus russos para Nova York na virada do século XX, demonstra como os laços transnacionais já estavam presentes nesses dois fluxos e/imigratórios. Embora haja diferenças na experiência transnacional desses dois grupos, algumas das práticas que conectavam a origem ao destino já estavam presentes, como por exemplo: o envio de dinheiro para suas famílias ou para instituições locais; a compra de terras na comunidade de origem; o desejo de um provável retorno permanente e a realização de retornos temporários; o envolvimento em atividades econômicas e políticas ligando as duas sociedades.

Por outro lado, Foner destaca algumas características que são próprias do transnacionalismo experimentado em décadas mais recentes, como as transformações nas tecnologias de comunicação e transporte que permitem contatos mais frequentes e mais intensos com a sociedade de origem; as transformações no espaço da economia global que encoraja o envolvimento em novas e diferentes atividades econômicas; a

⁷ No original: “Developments in transportation and communication Technologies have qualitatively transformed the character of immigrant transnationalism, turning it into a far more dense and dynamic cross-border exchange than anything that would have been possible in earlier times. No matter how committed and mindful of their native villages Italian or Polish immigrants of na earlier era were, they could not possibly send remittances, make investments, visit, or communicate with kin and friends with the ease and speed made possible by air travel and the internet” (PORTES e DeWind, 2007, p.10-11).

maior facilidade de aquisição de dupla nacionalidade e outras mudanças no contexto político e jurídico; uma maior tolerância com o pluralismo étnico; e a própria mudança de perspectiva observada nos estudos sobre a migração internacional que aqui também tentamos destacar (FONER, 2000, p.176).

Segundo a autora, a manutenção das conexões transnacionais também pode variar em intensidade e regularidade de grupo para grupo, o que pode ser fruto de fatores como: a distância geográfica entre o país de origem e de destino e o tempo de existência da comunidade de imigrantes no país de destino; a criação de instituições que satisfazem muitas das necessidades dos imigrantes e que podem desenvolver atividades transnacionais, como a Igreja; e o papel dos Estados, do Estado de origem no sentido de reforçar e encorajar os imigrantes a manterem os laços com os seus países de origem, e a história do Estado de destino com relação ao envolvimento econômico e político com o país de origem. Por fim, devem-se considerar ainda fatores socioeconômicos como o grau de educação dos imigrantes e suas famílias; o status legal ou ilegal da e/imigração; a natureza e o impacto dos laços transnacionais entre homens e mulheres, jovens, pessoas de meia idade e idosos; e o tempo de permanência no país de destino (FONER, 2000, p.186).

Seyferth (2011) nos aponta um exemplo para o caso das e/imigrações no Brasil ao estudar a “Dimensão cultural da imigração”, tomando como caso de estudo a implantação da Colônia Blumenau em Santa Catarina em fins do século XIX, no período da grande imigração de europeus para o Brasil e da implantação do sistema republicano. Ela constatou que houve entre a Alemanha e o Brasil uma intensa atividade transnacional, visibilizada pela circulação de ideias, saberes e valores refletidos num subsistema cultural produzido pela colonização (e que era considerado perigoso pelo nacionalismo brasileiro) que contribuiu para a constituição de uma etnicidade teuto-brasileira. Essa etnicidade se constitui de forma peculiar em meio ao jogo de forças de dois diferentes projetos: o projeto nacionalista e assimilacionista de parâmetros luso-brasileiro de formação da nação, que exigia o caldeamento dos estrangeiros em território nacional, e o projeto colonizador, aventado por Hermann Blumenau, da formação de uma nova *Heimat* (pátria) em terras brasileiras, com uma cultura e um modo de vida diferenciado naquele contexto colonial.

Seyferth analisa um segmento de colonos alemães estabelecidos no Vale do Itajaí, em espaços urbanos que, sob a denominação de

Stadtplatz, surgiram em lugares específicos para sediar a administração de cada núcleo colonial e que tiveram grande importância como mediadores do projeto cultural que se desenvolveu naquela região. O próprio Hermann Blumenau e seus auxiliares mais próximos viajaram muitas vezes para a Alemanha para recrutar emigrantes que pudessem viajar sem subsídios e, em alguns casos, para casar, mantendo contatos com pessoas notáveis. A colônia também foi visitada por muitos alemães que lá viveram por vários anos. A autora cita o casal Gustav (um pastor protestante) e Therese Stutzer como exemplo. O casal viveu em Blumenau durante quase uma década e no retorno à Alemanha publicou vários livros sobre a região e também obras de ficção, acentuando o “caráter” germânico da colônia, que consideravam uma pequena Alemanha no Brasil (SEYFERTH, 2011, p.53). Além disso, naquela região, e especialmente devido aos laços que Hermann Blumenau mantinha com figuras do meio acadêmico germânico, circularam viajantes, geógrafos e outros cientistas, migrantes de todos os matizes e, com eles, muitas ideias relacionadas com o nacionalismo alemão.

A autora destaca que houve uma intensa circulação de pessoas entre a região do Vale do Itajaí e a Alemanha, criando fortes laços com a *Urheimat* (velha pátria) mesmo na situação de isolamento enfrentada na primeira década da colonização. Com vistas ao conjunto de dados sobre a colonização do Vale do Itajaí, Seyferth conclui que eles apontam para uma “dinâmica transnacional envolvendo atores sociais que, de alguma forma, ‘transitam’ entre dois Estados nacionais, desempenhando papel importante na definição da etnicidade teuto-brasileira. O trânsito pode ser tomado num sentido mais literal do deslocamento no espaço, ou numa forma metafórica abrangendo a circulação de ideias”. A autora ressalva que, por estar ligada ao povoamento e colonização de terras devolutas no sul do Brasil, essa forma de Transnacionalismo operando no contexto histórico da imigração alemã é bastante diverso daquele encontrado nos deslocamentos populacionais recentes. De todo modo é possível afirmar que mesmo naquele contexto a imigração não representava necessariamente um rompimento definitivo com o país de origem (SEYFERTH, 2011, p.59).

Essa nova visão transnacional da migração internacional foi estimulada pelos estudos empíricos da Teoria do Capital Social que a percebe como organizada e sustentada por meio das redes e/imigratórias. Foi inicialmente discutida no campo da Antropologia, mas vem enriquecendo e estimulando novas discussões em outros campos. No

campo da História, por exemplo, como já mostramos, ela tem atentado para a utilidade das teorias de migrações, para revisões na historiografia das migrações históricas e para a emergência de um campo denominado História Transnacional.

Essa dimensão transnacional emerge após a publicação dos estudos realizados por Basch, Glick-Schiller e Blanc-Szaton (1994) com grupos de imigrantes caribenhos, haitianos e filipinos nos Estados Unidos e que sugeriram a adoção da transnacionalização como um novo campo analítico para a compreensão das e/imigrações. Com base nos dados das suas pesquisas, indicando que os “novos” imigrantes mantinham múltiplas relações sociais entre a origem e o destino, as autoras criticaram as tradicionais visões sobre a mobilidade humana internacional que criavam uma imagem do imigrante como assimilados ou aculturados na sociedade de destino, negligenciando os dados sobre as conexões estabelecidas com o lar e o país de origem.

Nessa perspectiva o Transnacionalismo é conceituado como o “processo pelo qual os imigrantes forjam e mantém múltiplas relações sociais que ligam suas sociedades de origem e de destino. Chamamos estes processos de Transnacionalismo para enfatizar que muitos imigrantes hoje constroem campos sociais que atravessam fronteiras geográficas, culturais e políticas” (BASCH, GLICK-SHILLER e BLANC-SZATON, 1994, p.07)⁸. Os “transmigrantes”, por sua vez, são aqueles imigrantes que na vida cotidiana desenvolvem e mantém múltiplas relações familiares, econômicas, sociais, organizacionais, religiosas e políticas que atravessam fronteiras nacionais e cujas identidades públicas são configuradas nesse relacionamento com mais de um Estado-Nação (SCHILLER, et al, 1995, p.48).

As autoras apresentam o Transnacionalismo como uma nova perspectiva teórica sobre os fluxos e/imigratórios contemporâneos, sobretudo porque se oferece como uma nova maneira de entender o processo de inserção dos imigrantes na sociedade de acolhimento, que afasta-se de modelos teóricos tradicionais como assimilação/aculturação, exclusão diferencial e o multiculturalismo. As conexões transnacionais não são incompatíveis com um processo de incorporação na medida em que as experiências e/imigratórias se

⁸ No original: “the process by which immigrants forge and sustain multi-stranded social relations that link together their societies of origin and settlement. We call these processes transnationalism to emphasize that many immigrants today build social fields that cross geographic, cultural, and political borders”.

concretizam em um meio termo entre as conexões com as sociedades de origem e a alocação nas sociedades de destino. Em outras palavras, não há um processo integral de incorporação, mas sim simultaneidade de conexões.

Desde que foi iniciada essa discussão sobre uma visão transnacional das e/imigrações contemporâneas diferentes conceitos de Transnacionalismo migrante foram elaborados. De acordo com Portes, o termo Transnacionalismo é encontrado pela primeira vez no título de um artigo de Randolph S. Bourne, "*Trans-National America*", publicado em 1926, e no qual o autor fazia severa crítica à política de homogeneização cultural que pressionava os imigrantes a diluírem-se na cultura nacional perdendo suas heranças culturais específicas (PORTES, 2006, p.208; BOURNE, 1916). Posteriormente o termo teria sido usado de diversas formas, mas especialmente para designar as atividades das empresas globais. Por este motivo Smith e Guarnizo (1998) cunharam os termos "*Transnacionalism from above*" e "*Transnacionalism from below*" para se referirem, respectivamente, às iniciativas transfronteiriças de governos e empresas por um lado, e às dos imigrantes e pequenos comerciantes por outro.

Essa terminologia cunhada por Smith e Guarnizo foi criticada por Portes (2006) que a acusa de agregar conjuntos de atividades muito distintas entre si, sugerindo outras designações. Para ele, qualquer ação levada a cabo através de fronteiras nacionais se enquadram em quatro categorias genéricas: as que são conduzidas pelos Estados nacionais e as que são conduzidas por instituições formais que têm por base um único país remeteriam ao termo "internacional"; as que são conduzidas por instituições formais que existem e operam em múltiplos países remeteriam ao termo "multinacional"; e por fim, as que são conduzidas por atores não institucionais da sociedade civil remeteriam então ao termo "transnacional". Nesta última se encaixaria o transnacionalismo migrante, atividades que, apesar de supervisionadas pelo Estado, são efetuadas por membros da sociedade civil e em nome deles e não em nome do Estado ou de outras entidades coletivas (PORTES, 2006, 209).

Na visão de Vertovec (2000, p. 152), o transnacionalismo se refere genericamente a uma multiplicidade de laços e interações que ligam pessoas e instituições através de fronteiras nacionais, e relaciona-se a outros processos como o desenvolvimento da globalização, da compressão espaço-temporal provocado pelos desenvolvimentos tecnológicos em comunicações e transportes e a formação de redes transfronteiriças de todos os tipos. Para esse autor as práticas

transnacionais dos imigrantes geram mudanças no sistema de valores e na vida social e cotidiana de regiões inteiras. Se forem constantes e intensificadas essas atividades se tornam “modos de transformação”, produzindo mudanças estruturais significativas no âmbito nacional e global de características políticas, econômicas e culturais como reordenamentos identitários, políticas migratórias e processos de desenvolvimento econômico.

Castles (2005, p.80), por sua vez, apresenta o conceito de “comunidades transnacionais”, colocando ênfase no resultado de atividades transfronteiriças que ligam indivíduos, famílias e grupos locais. No contexto de globalização essas ações transfronteiriças podem agir sobre as comunidades primárias ou mesmo sobre as redes sociais já formadas, transformando e alargando-as em extensas comunidades virtuais que podem comunicar à distância. Essas comunidades transnacionais são definidas como “grupos baseados em dois ou mais países, envolvidos em atividades transfronteiriças significativas, recorrentes e duradouras, que podem ser de natureza econômica, social ou cultural”.

Na perspectiva do autor o termo “transmigrantes” serve para designar as pessoas que efetivamente se envolvem nessas atividades transfronteiriças e não aos e/imigrantes de forma geral. A principal característica que define um transmigrante é que as atividades transnacionais constituem uma parte central de sua vida. Aqueles que não se enquadram nessa categoria, no entanto, podem ser vistos como membros de comunidades que são transnacionais (CASTLES, 2005, p. 113). Ele destaca como crescente o número de imigrantes que veem a si próprios como membros de comunidades transnacionais, nas quais a lógica de coesão seria a identidade étnica, quer na origem quer no destino, e o pertencimento a elas substituiria o pertencimento a um Estado-nação enquanto fonte de lealdade e de solidariedade, o que pode, em tese, provocar um déficit de coesão social no país de acolhimento.

Nesse sentido, o transnacionalismo e as comunidades transnacionais podem ser percebidos como ameaças à concepção de Estado-nação moderno. Eles implicam em uma nova forma de compreensão dos padrões das migrações internacionais contemporâneas e das formas de fixação das populações imigrantes, na medida em que alteram de distintas formas o processo de integração da primeira geração e das subsequentes, ao se oferecer como alternativa viável para ultrapassar não só os constrangimentos do mercado de trabalho, mas também os preconceitos dos nativos. As comunidades transnacionais

podem ser encaradas como uma forma de “etnicidade reativa” na medida em que se apoiam em recursos, na solidariedade e nos símbolos étnicos face ao descumprimento do Estado no que se refere à igualdade de oportunidades também para as minorias, seja no Estado de origem ou no de destino (CASTLES, 2005, p.190).

Na incipiente literatura brasileira sobre o tema, Ribeiro (2000, p. 94) percebe o Transnacionalismo como um fenômeno econômico, político e ideológico. Mas a transnacionalidade seria justamente a consciência de “fazer parte de um corpo político global”, e que está intimamente ligada à “relação entre territórios e os diferentes arranjos socioculturais e políticos que orientam as maneiras como as pessoas representam pertencimento a unidades socioculturais, políticas e econômicas”. Neste ponto de vista, teríamos a integração de realidades sociopolíticas que variam entre local, regional, nacional e internacional, sendo que cada um desses níveis “mantém relações de inclusividade nas quais impera uma lógica classificatória que estabelece uma identidade forte entre território, cultura e origem da pessoa ou grupo” (RIBEIRO, 2000, p. 14). No nível transnacional, no entanto, não se pode definir um território específico, disso resulta que o nível de integração transnacional não obedece à lógica de inclusividade típica de todos os demais níveis, só podendo ser representado como um eixo transversal que recorta os demais níveis de integração.

Embora os demais conceitos de Transnacionalismo aqui apresentados contribuam para a discussão em torno dessa perspectiva de análise, aquele elaborado por Basch, Glick-Schiller e Blanc-Szaton (1994) parece ser o mais influente entre outros autores no campo das e/imigrações recentes. Sobretudo porque as referidas atentaram para a necessidade de construção de uma “perspectiva transnacional da migração”, ou seja, um novo paradigma que rejeite a ideia de que o Estado-Nação e a sociedade sejam uma única e mesma coisa. Isso implica em superar o que Wimmer e Schiller (2002) chamam de “nacionalismo metodológico” (*methodological nationalism*), que é a tendência de aceitar o Estado-Nação e suas fronteiras como dado na análise social, ou seja, perceber a sociedade como inscrita no interior das fronteiras de um determinado Estado-Nação e percebê-lo como o espaço no qual se desenvolvem os processos de enraizamento, de incorporação ou de formação de identidades sociais.

Superar esse nacionalismo metodológico significa perceber que a vida social e as experiências dos e/imigrantes contemporâneos não estão circunscritas às fronteiras político-administrativas de um único Estado-

Nação. Elas ocorrem também no espaço de múltiplas relações sociais estabelecidas através de fronteiras nacionais e que conectam os e/immigrantes e seus conterrâneos que permanecem nas cidades de origem. Essas relações sociais cruzam fronteiras nacionais da mesma forma como as cruzam alguns movimentos sociais, políticos e religiosos, as redes profissionais, de tráfico mercadorias e pessoas, e o próprio fluxo de capital (SCHILLER e LEVITT, 2007, p.186).

Schiller e Levitt (2007, p.182) argumentam que é central para o projeto dos estudos da migração transnacional, assim como para outros fenômenos transnacionais, a reformulação do conceito de sociedade. Assim como precisam ser revisitadas suposições básicas sobre instituições como a família, a ideia de cidadania e a própria noção de Estado-Nação. Afim de superar algumas dessas limitações as autoras sugerem ver a sociedade como formada por um conjunto de campos sociais, dentre eles o “campo social transnacional” (*Transnational social field*). Nessa abordagem o campo social é definido como

um conjunto de múltiplas redes interligadas de relações sociais, através das quais ideias, práticas e recursos são desigualmente trocados, organizados, e transformadas. Campos sociais são multidimensionais, abrangendo interações estruturadas de diferentes formas, profundidade e amplitude que se diferenciam na teoria social pelos termos organização, instituição, e movimento social. As fronteiras nacionais não são necessariamente contíguas com os limites dos campos sociais. Campos sociais nacionais são aqueles que ficam dentro das fronteiras nacionais, enquanto campos sociais transnacionais conectam atores, através de relações diretas e indiretas através das fronteiras (SCHILLER e LEVITT, 2007, p.188)⁹.

⁹ No original: “a set of multiple interlocking networks of social relationships through which ideas, practices, and resources are unequally exchanged, organized, and transformed. Social fields are multi-dimensional, encompassing structured interactions of differing forms, depth, and breadth that are differentiated in social theory by the terms organization, institution, and social movement. National boundaries are not necessarily contiguous with the boundaries of social fields. National social fields are those that stay within national boundaries while transnational social field ou grus connect actors,

O conceito de campo social transnacional é uma ferramenta analítica que nos permite traçar as relações estabelecidas entre aqueles que e/imigram e aqueles que não o fazem, mas que recebem influências diretas através de suas redes sociais transnacionais. O que demonstra, como já apontava o estudo das redes e/imigratórias (MASSEY, 1987), que as e/imigrações no período pós-guerra não são necessariamente uma via de mão única. Fazer parte de um campo social transnacional implica ir além da experiência direta do deslocamento físico, de modo que aqueles que não o fazem também podem estabelecer relações sociais cotidianas que atravessam fronteiras nacionais e estar em contato com fluxos de informações, recursos e representações que podem antecipar um possível e futuro comportamento transnacional direto. Contudo, como ressaltam Schiller e Levitt (2007, p.189), isso não significa eliminar a presença e o poder dos Estados-Nação. Os indivíduos dentro de um campo social transnacional estão, através de suas relações e vidas cotidianas, influenciados por um conjunto de leis e instituições de mais de um Estado-Nação simultaneamente, o que tem influência direta em processos ou intenções de reunificação familiar, por exemplo.

As múltiplas relações e práticas que os indivíduos estabelecem com diferentes grupos, organizações e instituições, tais como grupos religiosos ou políticos, família e Estados-Nação, nem sempre ocorrem em conjunto ou simultaneamente. Também variam as formas de identificações que os mesmos assumem com este ou aquele campo social, razão pela qual as referidas autoras estipulam uma diferenciação entre “modos de estar” (*way of being*) e “modos de pertencer” (*ways of belonging*)

Modos de estar se refere às reais relações e práticas sociais nas quais os indivíduos se inserem ao invés das identidades associadas à suas ações. Os campos sociais contêm instituições, organizações e experiências com seus vários níveis, que geram categorias de identidade que são atribuídas ou escolhidas por indivíduos ou grupos. Indivíduos podem estar inseridos em um campo social, mas não se identificar com nenhum rótulo ou políticas culturais associadas com esse campo. Eles têm o potencial de agir ou identificar-se em

um momento particular porque vivem dentro do campo social, mas nem todos optam por fazê-lo. Em contraste, modos de pertencer se refere a práticas que indicam ou decretam uma identidade que demonstra uma conexão consciente com um grupo particular. Essas ações não são simbólicas, mas concretas, ações visíveis que caracterizam pertencimento, tal como usar uma cruz cristã ou estrela judaica, levantar uma bandeira ou escolher uma cozinha particular. Modos de pertencer combina ação e uma consciência do tipo de identidade que a ação significa (SCHILLER e LEVITT, 2007, p.189)¹⁰.

Dentro de um campo social os indivíduos podem combinar esses modos de estar e de pertencer em contextos específicos. Quando estabelecem relações e práticas que atravessam fronteiras nacionais e fazem parte das suas vidas cotidianas, esses indivíduos estão ressaltando um modo de estar inserido no campo social. De outra parte, quando isso é reconhecido juntamente com os elementos transnacionais que mostram quem eles são, eles estão expressando um modo de pertencer ao campo. Esses modos de estar e de pertencer fazem parte, portanto, das estratégias de inserção nas sociedades de destino e nos processos de reconfigurações identitárias dos imigrantes. Essa diferenciação criada pelas autoras contribui para a própria averiguação dos processos pelos quais se estabelece um modo de vida transnacional e se os imigrantes se percebem vivenciando-o.

¹⁰ No original: “Ways of being refers to the actual social relations and practices that individuals engage in rather than to the identities associated with their actions. Social fields contain institutions, organizations, and experiences, within their various levels, that generate categories of identity that are ascribed to or chosen by individuals or groups. Individuals can be embedded in a social field but not identify with any label or cultural politics associated with that field. They have the potential to act or identify at a particular time because they live within the social field but not all choose to do so. In contrast, ways of belonging refers to practices that signal or enact an identity which demonstrates a conscious connection to a particular group. These actions are not symbolic but concrete, visible actions that mark belonging such as wearing a Christian cross or Jewish star, flying a flag, or choosing a particular cuisine. Ways of belonging combine action and an awareness of the kind of identity that action signifies” (SCHILLER e LEVITT, 2007, p.189).

3- CAPÍTULO II: HISTÓRICO E/IMIGRATÓRIO NA REGIÃO DE GOVERNADOR VALADARES: CONFIGURANDO UM CAMPO SOCIAL TRANSNACIONAL

Como revelam os relatos das trajetórias de vida e a bibliografia que discute o tema, o fluxo e/imigratório mineiro para o exterior se iniciou na cidade de Governador Valadares e aos poucos se espalhou para outras cidades e regiões do estado de Minas Gerais, alcançando inclusive áreas rurais. Esse histórico revela que fatores econômicos têm um peso relevante na configuração desse fluxo, como a estagnação econômica local a partir da década de 1960 (caracterizada pelo aumento do desemprego e pelas más condições de vida que resultaram de um modelo de desenvolvimento econômico que privilegiou atividades de cunho extrativista), e a recessão econômica que afetou todo o país na década de 1980. Como apontaram Sales (1999), Assis (2002) e Siqueira (2006), nesses dois contextos históricos a comparação entre o Brasil e os Estados Unidos, em relação à dinâmica dos mercados e as oportunidades de trabalho e o diferencial de renda, apresentaram-se como fatores importantes na decisão de emigrar dos mineiros¹¹.

Todavia, esses fatores de atração e repulsão por si só não explicam porque algumas pessoas emigraram e outras vivendo em condições semelhantes permaneceram na região. Assim como também não explicam por que esse fluxo e/imigratório dirigiu-se para os Estados Unidos inicialmente e por que ele se manteve constante mesmo com reordenações na economia brasileira, pois apesar de ter arrefecido, o fluxo de mineiros para os Estados Unidos continua ocorrendo (inclusive devido a casos de reunificação familiar) e os relatos dos e/imigrantes apontam que ele só não é maior devido às dificuldades e ao alto custo da travessia ilegal (sobretudo após o atentado às Torres Gêmeas em Nova York, no conhecido evento do “11 de Setembro” de 2001).

Estudando a emigração dos mexicanos para os Estados Unidos, Massey (1987) observou teoricamente que as condições que dão origem à emigração podem ser totalmente diferentes das condições que a perpetuam no tempo. Transformações estruturais nas sociedades de origem e de destino podem responder pelo início dos fluxos

¹¹ Sem desconsiderar também, como alertou Sales (1999), que paralelamente a estes fatores econômicos havia um fator político relevante na decisão de emigrar de muitos brasileiros, visibilizado pelos relatos de descontentamento com as decisões políticas e as práticas de corrupção no governo federal.

e/migratórios, mas quase sempre são as redes de e/imigração que lhes conferem estabilidade e os transformam em movimentos massivos. No caso de Governador Valadares e região, para além dos fatores econômicos citados, a configuração de redes e/imigratórias, a construção social de uma cultura da e/imigração e a persistência dos laços que os e/imigrantes mantêm com seus parentes e amigos que permaneceram nas cidades de origem parecem ser fatores importantes que ajudam a explicar porque o fluxo de mineiros para os Estados Unidos manteve certa continuidade ao longo das três últimas décadas.

Uma pesquisa realizada pelo Centro de Informação, Apoio e Amparo à Família e ao Trabalhador no Exterior (CIAAT) na região, em 2007, revelou que há um entrelaçamento de fatores econômicos, culturais e subjetivos que explicam por que as pessoas emigram¹². A pesquisa que reuniu dados quantitativos e qualitativos apontou que 46% dos domicílios visitados possuía algum parente de primeiro grau residindo no exterior, dentre os quais 44% têm de 1 a 5 membros na condição de emigrante. O relatório de conclusão da pesquisa aponta para o fato de que na visão da população entrevistada a emigração ocorre na cidade por três motivos: o fato de não haver bons empregos; o desejo de ascensão econômica em curto prazo de tempo; e o fato de que a realidade da emigração já é algo naturalizado na cidade.

Esse processo de naturalização da emigração se refere, em outras palavras, à constituição de uma cultura da e/imigração ao longo das últimas décadas, o que faz com que esta realidade faça parte da vida cotidiana dos moradores e das famílias mineiras. Como os e/imigrantes que estão no exterior estão em contato direto com seus familiares e amigos, mantendo regularmente os laços econômicos e afetivos por meio de remessas econômicas e sociais, eles fortalecem os vínculos e contribuem para a persistência das redes e/imigratórias e das representações em torno da emigração. Os relatos sobre a experiência bem sucedidas dos emigrantes retornados ou daqueles que ainda estão emigrando também alimentam o ideário da vida no exterior, alimentando o desejo da emigração e fazendo com que ela se reproduza.

As redes desempenham um papel fundamental na dinamização desse fluxo e/imigratório. Elas mantêm em contato as comunidades de

¹² CIAAT. Relatório da pesquisa “A migração internacional na perspectiva da família do emigrante”. Governador Valadares, julho de 2007. Documento disponível na sede da entidade. Site: <http://www.ciaatgv.com.br/>.

origem e destino dos emigrantes, oferecendo suporte à montagem dos projetos e/imigratórios e ao mesmo tempo fazem circular os imaginários que culturalmente informam tais projetos. Essas redes disponibilizam aos potenciais emigrantes o capital social necessário à experiência de emigrar, materializado na forma de recursos financeiros, informações, hospedagem e ingresso no mercado de trabalho no exterior, além de outros suportes logísticos e emocionais. Deve-se destacar, sobretudo, o papel das redes familiares nesse processo, na medida em que como unidade de subsistência e grupo social a família é o contexto no qual, com mais frequência, questões relativas à emigração são discutidas, estratégias são delineadas e onde a decisão de emigrar é tomada.

Nesse capítulo faremos uma breve narrativa sobre a história de Governador Valadares e da relação que a cidade estabeleceu com os fluxos e/migratórios ao longo do tempo. Procuramos demonstrar que a configuração do fluxo e/imigratório dos mineiros para os Estados Unidos, que se alastra a partir de Governador Valadares, não é resultante apenas de conjunturas econômicas (de cunho local, nacional e global), mas que também foi perpassada por fatores culturais e subjetivos presentes nas decisões e logísticas e/imigratórias.

Levitt (2001, p.07) sugere que as trajetórias e experiências dos atores transnacionais não sejam vistas isoladamente dos campos sociais transnacionais nos quais estão inseridos, visto que as iniciativas e práticas econômicas, políticas e socioculturais que estabelecem são poderosamente moldados por esses campos. Por sua vez, Heisler (2000, p.87), relembra que a compreensão do Transnacionalismo migrante como uma nova visão teórica dos fluxos migratórios contemporâneos deriva primeiramente da teoria das redes migratórias e especialmente das redes de parentesco. Nesse sentido, conhecer o histórico do fluxo e/imigratório dos mineiros para os Estados Unidos significa apontar a importância de fatores culturais e subjetivos que fazem daquela região parte de um campo social transnacional, no qual a construção cultural do projeto da e/imigração e a configuração das famílias transnacionais se processam.

3.1- AS ORIGENS DO MUNICÍPIO E O MODELO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO LOCAL

Governador Valadares se situa na região leste do estado de Minas Gerais, a aproximadamente 303 Km da capital Belo Horizonte, e faz parte da mesorregião do Rio Doce. Durante o período monarquista essa

extração da madeira exportada em toras. Essas atividades também cobriram as receitas da Estrada de Ferro Vitória a Minas até a década de 1940, quando se inicia a exportação de minério de ferro (ESPINDOLA, 2008, p.152).

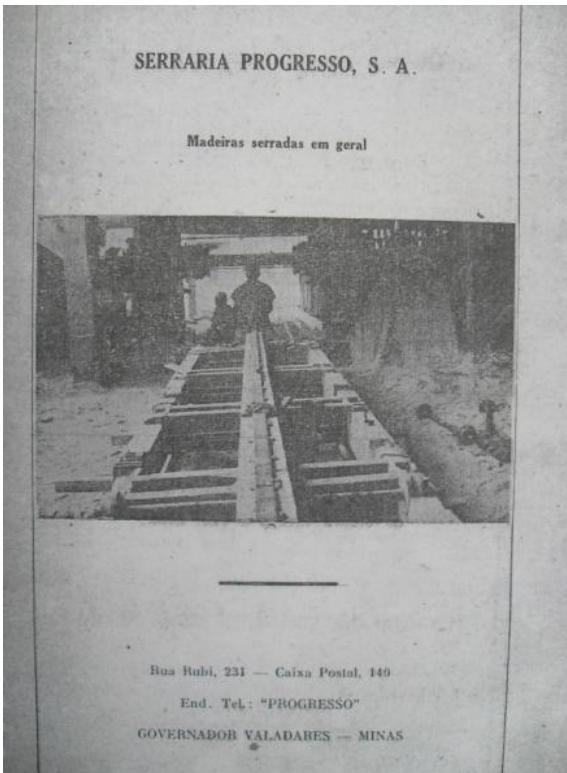
O povoado, que estava ligado ao Porto de Vitória (ES) desde 1910, ligou-se também com grandes centros consumidores como Rio de Janeiro e São Paulo a partir de 1936/37 quando a estrada de ferro Vitória a Minas foi conectada com a Central do Brasil (ASSIS, 2002). A Estrada de ferro foi originalmente arquitetada pelo brasileiro Pedro Nolasco e previa o trajeto entre as cidades de Vitória (ES) e Diamantina (MG), mas acabou se direcionando para a cidade de Itabira (alcançando a cidade somente em 1944) por exigência de grupos estrangeiros que haviam comprado parte das ações da estrada em função da extração do minério de ferro. Até então, o minério era transportado até a estação de Drumond onde então alcançava a estrada de ferro¹³. A construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, necessária ao escoamento dos recursos naturais, apresentou-se como uma fonte de trabalho e renda contribuindo para o crescimento populacional e garantindo para a cidade um papel de fundamental importância para a região. Contudo, como destaca Espindola (2009, p.83), ela também contribuiu como primeira e principal via para o processo de devassamento das florestas do Rio Doce (ESPINDOLA, 2009, p.83).

Com a criação do município de Figueira em 1937, cujo decreto foi assinado pelo então interventor do estado de Minas Gerais, Benedito Valadares, motivo pelo qual a cidade passou a se chamar Governador Valadares em 1938, as atividades econômicas de cunho extrativista se acentuaram. A partir da década de 1940 a cidade transformou-se em um importante entroncamento rodoferroviário e em pólo de transação das atividades econômicas da região, sendo as de maior importância para o município a extração do minério de mica (que substituiu a atividade cafeeira), o comércio de pedras preciosas e semipreciosas (que junto com a atividade de extração de mica marca a presença norte-americana na cidade), a extração de madeira, e posteriormente, acompanhando o processo de esgotamento da atividade madeireira, a atividade pecuarista.

¹³ Sobre a história da Estrada de Ferro Vitória a Minas ver: COELHO, Eduardo José de Jesus e SETTI, João Bosco. A E. F. Vitória a Minas e suas locomotivas desde 1904: a história e as locomotivas a vapor. v.I. Rio de Janeiro: Edição dos autores, 2000.

Com o desenvolvimento dessas atividades econômicas Governador Valadares vivenciou um rápido surto de crescimento econômico, urbano e populacional entre as décadas de 1940 e 1960. A deficiência desse crescimento, contudo, apresentava-se no fato de que ele estava ancorado sob a expansão de atividades econômicas de cunho extrativista, que com o tempo demonstrou a fragilidade desse modelo de desenvolvimento. Essas atividades, responsáveis pela ocupação e dinamização do território, são contemporâneas de um imaginário social que reconhecia a existência dos recursos naturais como uma fonte de riquezas inesgotáveis e de progresso, como deixa ver o nome de uma das grandes serrarias existentes na cidade, a Serraria Progresso.

Figura 3- Foto: Propaganda da Serraria Progresso.



Fonte: Revista Acaiaca, Governador Valadares, 1951.

Esse imaginário pode ser percebido em uma narrativa da história da cidade (talvez a mais antiga delas) escrita por Joaquim Campos do Amaral e publicada por uma revista local em 1951¹⁴. A narrativa intitulada “História de nossa terra” descreve o que o autor chama de “processo de formação e desenvolvimento” da cidade. Ela trata da história do município de Governador Valadares de forma bastante ufanista, mas como fonte para a história local nos oferece algumas informações sobre a configuração econômica e social da cidade na primeira metade do século XX, ainda que construindo uma imagem de cidade em marcha para o “progresso” na qual a concepção de derrubar as matas e exterminar os índios era vista como necessária para o surgimento da cidade e de suas “luzes”, como pode ser percebido na leitura dos trechos a seguir:

Importante salientar que, desde os longínquos tempos do povoamento daquela fecunda região mineira, o homem ali nunca se sentiu amesquinhado diante da majestade da natureza tropical, com a qual travou inicialmente ásperas e contínuas lutas pela sua conquista. Basta que se diga, exaltando-lhe o denôdo e fixando-lhe a bravura, que a sede do município é como se fosse uma larga clareira aberta nas infinitas matas que ensombram o soberbo Vale do Rio Doce. Não obstante a selvagem beleza dos cenários, que constituem a luxuriante vegetação do solo, os mineiros de Governador Valadares construíram, na zona leste do Estado, empolgante civilização, destinada a desenvolver-se sem ruptura em seus ritmos crescentes de progresso. Defrontando, com destemor e férrea vontade, a natureza hostil, soube tenazmente vencê-la, dominou as amplas florestas, extraindo-lhe as grandes riquezas vegetais, e cavou fundo o solo, em busca de seus secretos tesouros, quando não se deteve à superfície, extendendo, pelo dorso das serras, a verdura sem fim dos cafezais (Acaiaca, 1951, p.51).

¹⁴ O texto será aqui citado como: Acaiaca, 1951 e pode ser encontrado no Museu da Cidade, em Governador Valadares, com o título: História de nossa terra.

A Companhia Agro-Pastoril, desde a sua fundação (1943, *grifo meu*), adquire toda madeira empregada na fabricação de seus produtos e beneficiada em suas serrarias. A propósito, devemos salientar ser inesgotável, para esse fim, a opulência vegetal do Vale do Rio Doce. Todas as serrarias do Município, somadas as suas atividades, consomem o mínimo dos recursos da flôra do Vale, sendo insignificante o seu papel no desbastamento das florestas, que ali oferece o grande espetáculo de sua mais empolgante exuberância tropical (Acaiaca, 1951, p.105).

Para Joaquim Campos do Amaral o tempo do “progresso” em Figueira do Rio Doce se inicia com a chegada do século XX, com a expulsão dos índios Aimorés e com a construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas, eventos que de fato seriam marcos decisivos no processo de ocupação da terra e na exploração e degradação das riquezas naturais da região do Rio Doce como um todo. O ciclo de extração da madeira foi o maior responsável pela destruição dos recursos florestais da cidade e região.

Segundo Espindola (2009) a existência dos recursos naturais do solo e da floresta que até a década de 1930 haviam sido pouco explorados, somado à implantação e funcionamento da Estrada de ferro Vitória a Minas, favoreceu a criação de um parque siderúrgico na região do Rio Doce que tinha como base a tecnologia do carvão vegetal e assim contribuiu para um rápido processo de degradação desses recursos. A indústria do carvão vegetal levada a cabo principalmente pela Companhia Belgo-Mineira deslocou grande parte da população que se dedicava à agricultura para a atividade carvoeira e para a extração e venda de lenha pelos posseiros. A lenha era destinada ao consumo doméstico, à produção de dormentes para a estrada de ferro e à siderurgia.

Figura 4- Foto: Extração de Peroba em Governador Valadares, década de 1950.



Fonte: Arquivo do Museu da Cidade, Governador Valadares.

Ao descrever o processo de ocupação do território da cidade Espindola (2009, p.84) conclui que durante as décadas de 1940 e 60 a atividade de extração e beneficiamento de madeira foi um empreendimento com base capitalista que contribuiu para a abertura de estradas, a introdução do caminhão, a criação de povoados e atuou fortemente na definição da configuração do território. A atividade representou 67% do valor da produção extrativa para o conjunto do estado de Minas Gerais no ano de 1954. A atividade pecuarista que se desenvolvia com a derrubada das florestas, uma vez que as empresas madeireiras transformavam a área em pasto para o gado, também se apresentou como uma atividade não sustentável. Ela contribuía com o processo de erosão do solo e apresentava-se como empecilho para o desenvolvimento de outras culturas, além de que gerava um pequeno número de postos de trabalho, o que na década seguinte vai gerar desemprego e fazer com que os trabalhadores que para lá haviam migrado procurassem novas rotas migratórias.

3.2- A PRESENÇA NORTE-AMERICANA EM GOVERNADOR VALADARES: IMAGINÁRIOS E REPRESENTAÇÕES SOBRE A VIDA NA AMÉRICA

Se por um lado a crise do emprego gerada pelo fim das atividades extrativas citadas anteriormente explica por que a população local procurou trabalho em outras regiões do país a partir da década de 1960, por outro esse histórico por si só não explica por que nesse período também surgiu uma rota emigratória para os Estados Unidos. Segundo Assis (2002), esse fato está vinculado à emergência de “um desejo de migrar para a América”, ou seja, aos imaginários e às representações que se criaram em torno da vida na América depois que retornaram os norte-americanos que se fizeram presentes no cotidiano na cidade durante a década de 1940. A pesquisa sobre a história de Governador Valadares nos permitiu identificar três diferentes motivos e episódios que marcaram a presença norte-americana na cidade durante esta década: a intensificação da atividade de extração do minério de mica; a transposição e remodelação dos trilhos da Estrada de Ferro Vitória a Minas (do Centro da cidade para uma região mais afastada); e a implementação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP).

Em 1941 o Brasil assinou com os Estados Unidos os Acordos de Washington, comprometendo-se a vender toda a produção de certas matérias primas por um período de dois anos, entre eles a borracha e uma variada quantidade de minérios (CHAUNU, 1983, p.121-22). O aumento da produção dessas matérias primas exigiu um processo de remodelação da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Para a tarefa de reforma e duplicação dos trilhos, a partir de 1944, a empresa Raymond Morryson Knudsen do Brasil S.A foi contratada pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). A empresa norte-americana nacionalizou-se em função de exigências do governo Vargas e passou a funcionar com esse nome a partir deste mesmo ano¹⁵. Através dela vieram para Governador Valadares técnicos norte-americanos e suas famílias que se instalaram em uma região que ficou conhecida como Acampamento da Vale, ainda

¹⁵ Segundo o decreto nº 14.763 de 15 de Fevereiro de 1944, assinado por Getúlio Vargas. Site da Câmara dos Deputados Federais. Legislação informatizada. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-14763-15-fevereiro-1944-464342-publicacao-1-pe.html>. Acesso em 14 de setembro de 2010.

hoje um bairro da cidade. Os norte-americanos ocuparam principalmente cargos de chefia, alguns deles como engenheiros.

Figura 5- Foto: Técnicos da Companhia Raymond Morrison Knudsen do Brasil S. A. 1944.



Técnicos da Companhia Raymond Morrison Knudsen do Brasil S.A., responsáveis pelos trabalhos da estrada de ferro. Abril de 1944.
CVRD - ARQUIVO JORNAL DA VALE

Fonte: Arquivo do jornal da CVRD¹⁶.

A atividade de extração e beneficiamento do minério de mica também trouxe especialistas norte-americanos para a cidade. Esse era um dos minérios que o Brasil se responsabilizara em fornecer na assinatura dos Acordos de Washington e Governador Valadares por possuir uma reserva bastante significativa se tornou um importante centro de extração e beneficiamento do minério. Do grupo dos filossilicatos, a mica apresenta alta resistência ao calor, motivo pelo qual foi extremamente importante no período da Segunda Guerra Mundial, utilizada principalmente na produção de capacitores para rádios e na indústria bélica. O beneficiamento do minério já ocorria em pequenas oficinas que absorviam quantidade significativa de mão-de-obra local

¹⁶Disponível em: http://www.vale.com/pt/aboutvale/book-our-history/documents/livro/vale_livro_nossa_historia_cap2.pdf. Acesso em 15/03/2015.

composta principalmente por mulheres que eram chamadas de “miqueiras”. Dentre as maiores oficinas de extração e beneficiamento estavam a COMIL, a Cosmopolita e a Santos Nogueira, que possuíam escritórios no Rio de Janeiro cuidando da comercialização e exportação do minério (NETTO, 1999). A foto a seguir demonstra a presença das mulheres no trabalho de beneficiamento de mica.

Figura 6- Foto: “Beneficiamento e classificação de mica” em Governador Valadares.



Fonte: Revista Acaiaca, Governador Valadares, 1951.

Por fim, a presença norte-americana se destacou também nas atividades do Serviço Especial de Saúde Pública, o chamado SESP, sobretudo no combate às doenças tropicais que sempre se apresentaram como grandes inconvenientes no processo de ocupação das terras e na exploração dos recursos naturais da região do Vale do Rio Doce. Siman (1988) acredita que até a década de 1930 o desenvolvimento da parte central desta região, onde se localiza Governador Valadares, ocorreu de forma mais lenta se comparada a outras regiões vizinhas como Caratinga e Teófilo Otoni, em função da situação de insalubridade ali encontrada, caracterizada pela presença da malária e pela falta de infraestrutura para explorar os recursos ali existentes. Combatendo o problema da insalubridade já havia em Governador Valadares, por ocasião da criação

do município, no governo do prefeito Moacir Paletta de Cerqueira Lage, alguns serviços públicos como o “Pôsto da malária” e o “Serviço de Saúde Pública”. Na narrativa de Joaquim Campos do Amaral citada anteriormente o autor destaca que

Todas as construções feitas até 1940 eram abastecidas de água pelo mesmo sistema. Mas a primeira idéia de abastecimento de água por poços artesianos não deu os resultados esperados, e sob a influência do heróico prefeito, o Estado celebrou contrato com o SESP, que aqui instalou um grande pôsto e cuidou logo do serviço de saneamento geral, e também do serviço de captação, tratamento e distribuição de água do rio Doce e da rede de esgotos (Acaiaca, 1951, p.19).

O SESP era um órgão ligado ao programa de saúde do *Office for Coordination of Commercial and Cultural Relations between the American Republics*¹⁷ (apelidado de “Birô”), fruto de um acordo entre Brasil e Estados Unidos. Trabalhando junto ao Ministério brasileiro de Educação e Saúde, o órgão fazia a implementação de projetos que depois seriam continuados por este Ministério. Segundo Campos (2006), os recursos destinados ao SESP provinham tanto de um país quanto de outro, embora ele possuísse autonomia jurídica, administrativa e financeira no âmbito daquele Ministério. Do lado norte-americano tal acordo tinha como intenção criar condições sanitárias adequadas nos vales dos rios Amazonas e Doce, visto que estas regiões eram as principais fornecedoras das matérias-primas importadas do Brasil,

¹⁷ Criado no governo de Roosevelt em 16 de agosto de 1940, teve seu nome simplificado para *Office of the Coordination of Inter-American Affairs*, no Brasil apelidado de “Birô”. Tal “escritório” era destinado a promover a “cooperação interamericana e a solidariedade hemisférica”, e estava ligado ao Conselho de Defesa Nacional dos Estados Unidos. Entre 1940 e 1946 o *Birô*, sobre a direção de Nelson Rockefeller, coordenou agências estatais e privadas norte-americanas na compra de excedentes de produção e materiais estratégicos latino-americanos; participou de outras iniciativas de caráter econômico; atacou problemas ligados à saúde pública e nutrição; e concentrou seus melhores esforços no campo da informação, desenvolvendo rapidamente uma complexa operação de influência exclusiva sobre os meios de comunicação de massa no sul do continente (MOURA, 1989, p.22).

principalmente a borracha e o ferro, e em caso necessário também receberiam forças militares em bases por eles instaladas.

Segundo Moura (1989, p.53), nos dois grandes projetos implementados, o Amazonas e o Rio Doce, a preocupação era com o controle da malária, assistência médica aos trabalhadores e melhoramento das condições sanitárias em geral. Para tal efeito, esses programas criaram pequenos hospitais e postos de saúde, promoveram a drenagem de solos propícios à reprodução da doença, distribuíram milhões de cápsulas de remédios e literatura médica, bem como ofereceram treinamento de técnicos nos Estados Unidos. Em Governador Valadares e região funcionaram principalmente os Projetos Rio Doce e da Mica, ambos contando com o suporte de saneamento do SESP. Contudo, somente no primeiro caso tal suporte transcendeu os objetivos bélicos e gerou uma infraestrutura sanitária importante para a região, posteriormente incorporada aos governos municipais (CAMPOS, 2006).

O processo de introdução do dólar que inflacionou a economia local, o estilo de vida voltado ao consumo, a atração pela estranha língua inglesa, os conhecimentos técnico-científicos empregados na remodelação da Estrada de Ferro Vitória a Minas e nos trabalhos de saneamento e erradicação de doenças tropicais como a malária através do SESP, foram características que marcaram a presença dos norte-americanos em Governador Valadares e que contribuíram para a construção de um imaginário do que seria a “vida na América”. Ela coincide com o momento inicial do surto de desenvolvimento econômico, urbano e demográfico que ocorreu na cidade entre as décadas de 1940 e 60 no qual os moradores observaram um maior cuidado com o planejamento do espaço urbano da cidade, o desenvolvimento de atividades comerciais, a geração de oportunidades de trabalho, um significativo melhoramento nos serviços públicos relacionados ao fornecimento de água, luz e saneamento básico. Este último bastante importante já que ligado a ele estava o controle de doenças tropicais que causavam extrema preocupação na população local.

Essa coincidência entre os eventos que provocaram melhoras nas condições de vida da população local e a presença norte-americana na cidade gerou uma memória que a positivava e a percebia como símbolo de progresso e modernidade. Ao entrevistar moradores locais que vivenciaram este período Assis (2002, p.40) destaca que as narrativas desses moradores evidenciaram a construção de um imaginário que

“naturaliza a presença norte-americana na cidade” e ao mesmo tempo recria um “mito da identidade valadarense internacionalizada”, como se pode observar através do relato de dois dos seus entrevistados, transcritos a seguir:

Os americanos vieram para Governador Valadares na época da mudança da estrada de ferro do centro da cidade para onde passa atualmente e para a extração da mica. (...) Para receber os americanos fizeram um acampamento de casas de madeira no estilo americano que ficou conhecido como - Acampamento da Vale - para os funcionários de maior categoria. (...) Quando os americanos chegavam era uma festa. O dólar naquela época não circulava como hoje, quando você entra em qualquer butiquim e ouve cotação de dólar, mas os americanos com sua moeda podiam comprar muito, e não pegavam o troco, inflacionaram muito o preço das coisas. (...) Nesta época foram os primeiros valadarenses para lá para aprender a manipular a mica, o que a gente notava é que quando eles voltavam o sujeito chegava ‘pisando mais alto, né?’ Chegava com uma roupa melhor, um jeito melhor de conversar e principalmente a imitação da conversa deles na época era "Hai do do" (How are you?), num sei o que lá , era um tal de "good-night", "Yes" que era muito engraçado (Hist II, 60 anos, ASSIS, 2002, p.40).

Esses jornalistas, esse pessoal sempre quer falar comigo e eu nunca me interessei em responder porque eles querem que eu diga que os americanos tinham interesses imperialistas e por isso nos ajudaram. Eles nunca conseguiram incutir no valadarense sentimentos anti-americanos, pois foram eles que nos deram saneamento básico, água, esgoto. Além disso o SESP realizou também pesquisa sobre doenças endêmicas. Eles ajudaram as firmas de mica fornecendo material e pessoal técnico, mas as firmas eram brasileiras. (...) Esta identificação já faz parte de nossa identidade. Governador Valadares é uma cidade de interior voltada para o exterior, para o oceano, antes da guerra eram os alemães e os japoneses depois os

americanos - estes só trouxeram progresso. Nós hoje somos uma cidade internacionalizada, tanto é que você vê qualquer pé de chinelo sai destas cidadezinhas aqui perto vai para o Galeão pega um avião chega no Kennedy e se sente em casa.” (Hist I, 70 anos, ASSIS, 2002, p.42).

Outra forma de demonstrarmos o impacto da presença norte-americana em Governador Valadares é descrevendo parte da trajetória de vida da família constituída por um desses norte-americanos no Brasil, destacando as representações que sobre ela foram criadas. A “família Simpson”, como iremos chamá-la, viveu em Governador Valadares entre os anos de 1944 e 1974, e apesar de somente o pai ser norte-americano, o engenheiro Richard Pitt Simpson, os relatos dos membros da família sugerem que ela era percebida pelos moradores locais como uma família tipicamente norte-americana e ainda hoje faz parte do imaginário e das memórias locais relacionadas à sua presença na cidade durante a década de 1940. Essa trajetória familiar é descrita através de uma entrevista realizada pela pesquisadora Sueli Siqueira com a mãe, Geraldina Simpson¹⁸, e suas filhas Lorna e Dinêdi Simpson, bem como através de três matérias publicadas pelo Jornal Diário do Rio Doce (DRD)¹⁹ na década de 1960 e que indiretamente trataram desse histórico familiar.

¹⁸ A referida entrevista foi realizada pela pesquisadora por ocasião da pesquisa “As conexões entre o Brasil e os EUA: uma análise das redes sociais a partir das cidades de Governador Valadares (MG) e Criciúma (SC)” citada na introdução do presente trabalho.

¹⁹ O Jornal Diário do Rio Doce foi fundado em 30 de março de 1958. Atualmente pertence a Edson Gualberto, que também é dono da Filial da TV Record Minas e outras empresas de comunicação da cidade. Na época de sua fundação o jornal pertencia à família de Ivanor Tassi e tinha como público alvo as famílias mais abastadas da cidade. Ele é desde então o jornal de maior circulação na região do Vale do Rio Doce. Está disponível em formato online desde 2002 no endereço eletrônico <http://www.drd.com.br>. Essas informações me foram passadas por Juliana Vilela Pinto, a quem faço os meus agradecimentos. Juliana é jornalista formada pela Universidade Vale do Rio Doce (Univale), é parceira de pesquisa e tem escrito sobre as representações dos e/ímigrantes valadarenses na imprensa local. Sobre esse tema já publicou um texto disponível através da seguinte referência: PINTO, Juliana Vilela e SIQUEIRA, Sueli. A representação do imigrante valadarenses na mídia impressa local. In: ESPINDOLA, Haruf Salmen e ABREU, Jean Luiz Neves (Orgs).

Na década de 1960, no contexto do que hoje conhecemos como Guerra Fria, marcado pela bipolarização do mundo entre os Estados Unidos, representando o mundo capitalista e “democrático”, e a antiga União Soviética, representando o mundo socialista e “totalitário”, o maior e mais antigo jornal em circulação em Governador Valadares, o Diário do Rio Doce (DRD), publicou uma série de matérias que marcavam seu claro posicionamento e alinhamento político-ideológico com o lado norte-americano. Esse posicionamento também fica evidente nas matérias que retrataram a família Simpson na medida em que claramente reforçavam o modelo e as virtudes das famílias ocidentais.

O norte-americano “Mister Simpson”, como era conhecido na cidade, conheceu a portuguesa Geraldina Lopes de Oliveira Gomes, “Dona Geraldina”, na cidade de Belém do Pará em 1941, casando-se com ela em 1943. O casal se mudou para Governador Valadares em 1944 onde nasceram os cinco filhos do casal: Jayvalde, James, Ricardo, Lorna e Dinadi. Ele trabalhou para a Companhia Vale do Rio Doce, e ela foi professora de inglês no Instituto Brasil-Estados Unidos (IBEU), instituição que ajudou a fundar, bem como em escolas privadas da cidade. Mister Simpson faleceu em 1969 e a família então se mudou para Belo Horizonte em 1974, conforme relato de Geraldina Simpson. Aspectos dessa trajetória familiar são destacados no jornal DRD em setembro de 1960, por ocasião da inauguração de uma coluna intitulada “Notícias da Sociedade”, que em sua primeira edição homenageou Geraldina Simpson e a qual reproduzimos abaixo:

Alguns tópicos da vida de uma dama elegante – trabalhos e merecimentos – sua vinda para Valadares:

Em nossa capa, estampamos hoje, neste primeiro número de ‘NOTÍCIAS DA SOCIEDADE’ a figura ‘top’ de Geraldina Gomes Simpson. Existe, em torno das pessoas de destaque uma aureola de mistificação o que nos induziu a trazer a presença de vocês, alguns tópicos da vida desta elegante dama. Geraldina Lopes de Oliveira Gomes é portuguesa, filha de brasileiros, Waldomiro Oliveira Gomes e Antonia Lopes de Oliveira Gomes, nascida na pequena cidade de Ribeiradio. Quando contava seus doze anos, já menina moça,

seus pais mudaram-se para Belém do Pará. Nesta época, que também era época da guerra, a cruz vermelha da Inglaterra e a dos Estados Unidos realizavam naquela cidade, festas com fins filantrópicos das quais Dina, a exemplo de seus pais, sempre tomava parte. Em Belém do Pará, Dina passou grande parte da sua mocidade, durante a qual dedicou-se a diversas atividades, tais como: teatro amador: desempenhou o papel principal numa peça de Calderon de La Barca, intitulada 'Semana Litúrgica', fez parte do orfeão do Instituto Carlos Gomes, que várias vezes se exibiu sob a batuta do maestro Ernani Braga. Sendo esteno-datilografa bi-lingual, secretariou, dispensada pelo consulado americano, do qual era secretária, vários 'bussinesmem', tomou parte do conjunto de violinos, integrando a orquestra sinfônica belemnense, serviu por diversas vezes como tradutora em congressos, banquetes, etc. Por outro lado, dedicava-se também aos esportes, sendo os de sua preferência, esgrima, tiro ao alvo e pinp-pong, tendo-se destacado no primeiro, juntamente com um seu irmão. No ano de 1941, conheceu em Belém do Pará, Mr. Richard Pitt Simpson que ali se encontrava a serviço do 'ADP' (Airport Development Program) firma norte-americana que promovia a expansão dos aeroportos do Brasil. Dois anos depois casaram-se. Logo depois surgiu a hipótese de mudarem-se para Miami, terra natal de Simpson, mas por influência de um amigo, resolveram vir até Governador Valadares, isso no dia 16 de fevereiro de 1944, onde fixaram residência e permaneceram até hoje, já sem intenção anterior. Dentre as inúmeras atividades de D. Geraldina em nossa cidade, destacam-se as seguintes: é presidente-fundadora da Casa da Amizade, entidade de assistência social que congrega senhoras de nossa sociedade, onde ocupa hoje o cargo de diretora-sem-pasta. Tem sob sua responsabilidade o programa 'Por um mundo Melhor', na emissora do mesmo nome, e lecionou línguas no Colégio Ibituruna e na Escola Técnica Irmãos Salles, sem remuneração. Influuiu, juntamente com seu marido

na fundação do Instituto Brasil-Estados Unidos. Possuidora de tão brilhantes predicados, Geraldina é ainda, e acima de tudo, uma mãe exemplar, zelosa, que cuida com todo afeto de seus filhos Jayvalde, com 15 anos, cursando a 4^o série do curso secundário; James, com 12 anos, no 2^o ano do curso secundário; Ricardo com 9 anos, cursando o 3^o do curso primário e Lorna Jean, com 4 anos de idade. Assim, Geraldina é elegância, Geraldina é Distinção, Geraldina é Simpatia, Geraldina é atuação, Geraldina é Simplicidade, Geraldina é Atenção, Geraldina é Caridade, Geraldina é Bossa, Geraldina é Naturalidade, Geraldina é Expontaneidade, Geraldina é Gentileza, Geraldina é Inteligência, Geraldina é Educação, Geraldina é Cultura. E, por tudo isso, e muito mais, NOSSA HOMENAGEM A ELA (Jornal Diário do Rio Doce, 06/09/1960).

Nessa matéria assinada por Norberto Alvarenga, ao descrever a trajetória de vida de Geraldina Simpson, o autor destaca sua condição de estrangeira e parece construir para ela uma imagem de mulher e mãe de família que se assemelha ao modelo típico de mulher norte-americana e que marca uma diferença quando comparada a modelos de mulher brasileira. A matéria destaca fatos da sua trajetória de vida que de alguma forma estão relacionados aos Estados Unidos: o seu casamento com um norte-americano; as festas filantrópicas promovidas pela Cruz Vermelha norte-americana; a dispensa pelo Consulado norte-americano no qual trabalhava para que ela pudesse se dedicar a atividades culturais, e a expansão dos aeroportos brasileiros promovida por uma firma norte-americana. Situando-a numa posição de intermediadora entre a cultura norte-americana e a brasileira, o autor lhe atribui o adjetivo “Bossa”, ligando-a dessa forma ao movimento da música popular brasileira que naquele começo dos anos 60 tentava se afirmar como uma nova forma de tocar e cantar o samba, um dos nossos mais representativos produtos culturais vendidos ao exterior.

Essa imagem de uma mulher norte-americana é reforçada quando o autor a apresenta como uma mulher “cristã, inteligente, independente, dedicada ao trabalho fora do lar”, mas que também é uma “zelosa mãe de família” que atenta para a importância da educação formal dos filhos para que estes, a exemplo dela, adquirissem “cultura”. A imagem da mulher norte-americana não apenas como mãe, mas também como

trabalhadora, é reforçada pela própria Geraldina Simpson em uma entrevista ao jornal DRD por ocasião do retorno da primeira viagem que fez aos Estados Unidos no ano de 1967. A visão dela, quando questionada sobre sua impressão a respeito da mulher norte-americana, era a de que a mulher “americana das grandes cidades é elegantíssima; nas cidades menores é mais simples, mas as adolescentes se vestem bem em qualquer das hipóteses, (...) é independente, eficiente e geralmente trabalha tanto quanto o marido” (Diário do Rio Doce, 05/10/1967).

Figura 07- Foto: Geraldina e Dinedi Simpson.



Fonte: Diário do Rio Doce, 05/10/1967.

A segunda ocasião na qual a trajetória familiar da família Simpson é abordada pelo jornal DRD ocorre nove anos depois, em 1969, por ocasião do falecimento de Mister Simpson. A matéria, que descreve parte das suas vivências em governador Valadares, pretende ser uma homenagem a ele e foi escrita pelo advogado Silva Monteiro de Castro com quem trabalhou na Companhia Vale do Rio Doce. Na matéria reproduzida abaixo o autor também destaca alguns daqueles aspectos e acontecimentos que ocorrem em Governador Valadares na década de 1950 e que contribuíram para a criação da imagem positiva dos norte-americanos:

Mr. Simpson, Mr. Chips

Êle veio de Ohio, - longes terras dos louros triguais, e das águas do Mahoning beijando a verde e serena Warren. Em 1950, quando eu era advogado da Raymond Morrison, remodeladora das linhas da Vale do Rio Doce, já Mr. Simpson bebia água do rio Doce, apanhando amor à Princesa. Magias da terra. A cidade, esportiva, adolescênte, por fim diplomou-se em civilização, - forja rútila usinado o progresso. E Mr. Simpson (Engenheiro Richard Pitt Simpson), gamado por Valadares, se fez um obreiro de sua grandeza. Viveu momentos solares de nosso progresso. Cia. Vale do Rio Doce, força e luz, congressos regionais, asfaltamento da Rio-Bahia, telefones, clubes de serviços, escolas, MIT, soluções de problemas comunais, - em todo esse feérico festival de trabalho e brasilidade radiava o timbre de sua personalidade, de sua eficiente colaboração, sem teatralidades vistosas, mas tocada da excelsa filosofia do bem comum. Sujeito legal, tinha transcendências. Sua palestra lampejava pitoresco e sabedoria. A graça é que a gente entendia, algo telepaticamente, o seu yankee-nepalense-brasílico dizer, rico de bom senso, atualísimos conceitos, fair play e autênticidade. Eu gostava de vê-lo nos memoráveis conclaves da Associação Comercial. Autoridades, congressistas vips, solenes, temário de alto gabarito. No plenário, moderno seu churchuliano charuto (já em pleno uso capião, êle era todo naturalidade e civilizada descomplicação). (...) Êle costumava passar na minha rua (Israel Pinheiro), agarrado ao volante daquele jipão dos tempos da Morrison, na Vale, veículo com o capot do motor corcovado, lembrando um bisão das planícies do velho OKlaoma. Me via e da cabine sempre me acenava, cortês. Mas o tempo gira, tombando, levando. E a gente não aprende. E acha que os bons deviam viver sempre, com a perenidade da Ibituruna e do rio Doce. Mr. Simpson partiu, num 'stop' de seu grande coração. A cidade chorou a sua perda. Porque êle amava esta terra muito Brasil, envolvendo-a num luar de ternura. Gósto de relêr

‘Adeus, Mr. Chips’, livro-balada-em-surdina de James Hilton. É a história de um modesto professor, amigo dos alunos, da cidade, campeão da bondade humana, uma grande vida. Pois Mr. Simpson, com o seu calor humano, pragmática eficiência, e exemplar vocação para servir à comunidade, me recorda Mr. Chips, aquela ‘figura querida de Brookfield’. Alto, alourado, sorriso fácil, ar de mocinho de filme de classe, mistura de Gary Cooper e Glenn Ford, Mr. Simpson refletia a imagem do jovem americano: - sadio, algo ingênuo, autêntico, amando o trabalho, a família, essencialmente bom. A vida vivida na constância magnética do bem, do dever e da fraterna solidariedade, fulge com a beleza dos versos azuis dos poemas de Tagore. E para não dizer que não falei de flôres, da fragrância do céu e da luz do infinito, acho que o Simpson já esteja, lá no em cima celeste bolando com o bom Deus ‘new deals’ e planos tipo A. B. C. de São Paulo, para a Grande Valadares... Mas sempre intrigado com o carburador daquele jipão dos tempos da Morrison, - bisão mecânico das planícies do velho Oklaoma... – Adeus, Mr. Simpson, digo, Mr. Chips, digo Mr. Simpson (Jornal Diário do Rio Doce, 15/04/1969).

Por representar o papel do que Simel (1983, p.182) chamou de “viajante potencial”: aquele que “chega hoje e amanhã fica” e que ocupa “uma forma muito específica de relação” ao conseguir “reunir ao mesmo tempo as noções de proximidade e distância”, Mister Simpson recebe do autor o título de pioneiro “atestado pelo direito de uso capião”. Na narrativa que homenageia os serviços prestados por ele à cidade (motivo pelo qual o autor o compara com um modesto professor de Brookfield) o leitor é deslocado para a década de 1950 para assim associar Mister Simpson aos eventos que lá ocorreram e que contribuíram para o que o autor reconhece como um tempo de progresso e civilização na cidade. Posteriormente o leitor é trazido novamente para os anos de 1960 quando em consonância com o contexto de industrialização do Brasil, Mister Simpson continuaria simbolicamente planejando “*new deals*” para Governador Valadares. O autor o confere uma “natural brasilidade”, mas também o compara a mocinhos de filmes norte-americanos, como Gary Cooper e Glenn Ford. Os ideais do *american*

way of life são reafirmados na postura do jovem americano que é “bom, autêntico e gosta do trabalho e da família”, um tipo de homem que se aproxima do perfil do “americano médio” prescrito pelo Birô Interamericano desde os anos 40: “alguém que gosta do lar, vai à igreja, ouve rádio, vai ao cinema, e faz seguro de vida para família” (MOURA, 1989, p.74).

Figura 08- Foto: Mr. Simpson.



Fonte: Arquivo do Museu da Cidade, Governador Valadares.

O culto ao que era estrangeiro e alheio à cultura brasileira, aliado às intenções de um discurso que claramente afirma os valores morais e culturais do mundo ocidental, tornava a família constituída pelo casal

uma família representativa da aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos. Mister Simpson representava um típico americano, enquanto que Geraldina era filha de brasileiros, mas portuguesa por nascimento. Ele não era apenas americano, mas também engenheiro dotado de habilidades técnicas empregadas não só nos trabalhos remunerados que realizara na Cia. Vale do Rio Doce, mas também nos trabalhos voluntários voltados à vida comunitária. Por outro lado, se o marido representava o “americano médio”, a portuguesa Geraldina, encarando uma dupla jornada, o trabalho fora do lar e o trabalho reprodutivo, simbolizava a imagem da mulher norte-americana, ainda que nos trópicos. Naquela ocasião em que a mulher norte-americana, tais como as estrelas de Hollywood, eram elevadas à condição de modelo de comportamento para a mulher brasileira, no momento em que “ditavam a moda, indicavam os melhores batons, desodorantes e pastas dentais” (MOURA, 1989, p.83), Geraldina era um exemplo através do qual era possível demonstrar que na sociedade norte-americana a identidade social da figura feminina não se restringia ao espaço reprodutivo, de modo que o princípio democrático norte-americano, não limitado à questões políticas e econômicas, também estava presente no espaço do privado e que as mulheres também circulavam nos espaços públicos.

Afora as representações ideologicamente informadas do jornal DRD, no qual a família Simpson parece representar o *american way of life* nos quentes trópicos valadarenses, também se pode dizer que a família Simpson de Governador Valadares se apresentava aos olhos das famílias locais como um modelo típico e normatizado de família de classe média norte-americana, como demonstram os relatos reproduzidos abaixo no qual Geraldina e os filhos recordam e revelam experimentar certo sentimento de “exotização”, possivelmente gerado por uma percepção de diferença cultural por parte dos moradores locais.

O Miguel, o pai dele me perguntou: ‘dona Geraldina eles vão lá pra sua piscina devem dar tanto trabalho!?’ eu comecei a rir: não eles são muito bons, não dão trabalho nenhum, eu quero que um dia você vá lá em casa pra ver a piscina, e marcamos. ‘A piscina fica atrás da casa?’, eu disse não, é aquilo ali! Era uma placa de ferro que o meu marido tirou da sucata da Vale do Rio Doce com um palmo de altura e era para os patos, eles enxotavam os patos e entravam, chamavam de piscina, a piscina da dona Geraldina (risos).

(Geraldina Lopes de Oliveira Gomes, entrevista realizada por Sueli Siqueira em Belo Horizonte em 02/11/2007. Transcrição do autor).

Imagina, uma cidade pequena como era, quando eles chegaram lá, tinha acabado de mudar, antes era Figueira, então você imagina andando num Jipão que já era esquisito, com aquelas roupas caras, morando no alto do morro. Eu vejo que até hoje, às vezes eu tô em algum lugar e pelo sobrenome as pessoas lembram da gente como uma referência. Na verdade nós éramos estrangeiros né, se hoje ainda é cultuado você imagina naquela época, é como se nós tivéssemos comunicação direta com Hollywood. (...) Quando meu pai faleceu, logo em seguida minha vó também, a gente se mudou para Esplanada, eles me colocavam no centro de uma roda pra eu falar inglês, era horrível. Eu fui lanchar na casa de alguém uma vez e comi pão puro com leite puro, então eu virei a atração do lanche porque era a norte-americana que comia pão puro com leite puro (risos), tinha umas coisas assim, venho gente pra ver o que eu estava comendo. (...) A Ana Clarisse, era interessante você falar com ela, ela mora aqui perto, ela foi uma das primeiras alunas do IBEU e ela conta sobre esse olhar pra nós, parece que foi aí que as famílias se aproximaram, eu lembro dela falando assim, da relação com o meu pai, da conversa, do olhar para ele que era quase que uma coisa cinematográfica mesmo. (...) (Dinadi Simpson, filha do casal Simpson, participação na entrevista citada).

Oh, calça Lee era um sucesso, quando a minha mãe foi aos Estados Unidos pela primeira vez, foi em 67, eu ainda não estava numa de querer calça jeans, mas ela trouxe para os meninos, e era muito difícil, então eu acho que tudo contribuiu pra formar essa curiosidade a respeito dos Estados Unidos, tinham as músicas, as roupas, os filmes. (...) E ele (o pai, grifo meu) cai na cabeça da gente de vez em quando, um dia eu tô em casa e me falam, 'oh, o seu pai foi citado na última página da Veja', eu guardei essa revista, mas não sei

onde está. Outro dia me ligaram, ‘oh, seu pai tá aparecendo no Globo Repórter’ (risos), é muito engraçado! (Lorna Simpson, filha do casal Simpson, participação na entrevista citada).

As representações geradas sobre a família Simpson na imprensa local e aquelas criadas pelos moradores locais, como demonstram os relatos memorialísticos de Geraldina e dos filhos, nos mostra como a memória da presença norte-americana na cidade durante a década de 1940 e 50 era avivada naquela década de 1960 e como ela ainda hoje faz parte da memória coletiva local. Desse modo é possível perceber como o imaginário sobre a vida na América estava presente em Governador Valadares no período em que os primeiros e/ou imigrantes rumaram para os Estados Unidos e as representações geradas em torno dessa família contribuíam para um processo de materialização e visibilização dessa memória e desse imaginário.

3.3- A INVERSÃO DA IMAGEM DA CIDADE DE GOVERNADOR VALADARES: DE CIDADE DE IMIGRAÇÃO PARA CIDADE DE EMIGRAÇÃO

Além do histórico do desenvolvimento da economia local e da presença norte-americana em Governador Valadares é importante destacar também o histórico e o dinamismo dos movimentos populacionais que marcaram a história de Governador Valadares. Acompanhando a diversificação e o relativo crescimento econômico que a cidade vivenciou entre as décadas de 1940 e 1960 estava um aumento populacional significativo gerado pelo fato da cidade ter se tornado uma rota privilegiada dos fluxos migratórios no sentido Nordeste-Sudeste. A taxa de crescimento populacional foi 4,84% na década de 1940 e 7,08% na década de 1950 (ASSIS, 2002, p.34). Nesses anos de 1950 a população praticamente triplicou seu tamanho, de uma estimativa 20.700 habitantes no início da década para 60.000 habitantes no final da mesma. Na década seguinte, de 1960, a cidade teve sua população duplicada novamente, alcançando uma média de aproximadamente 120.000 habitantes²⁰.

²⁰ Crescimento populacional da cidade de Governador Valadares, décadas de 1970 a 2000. Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais e Diário do Rio Doce, terça-feira, 30 de janeiro de 1962. Dados apresentados por SANTOS e ABREU, 2009, p.04.

Essa população deslocada era proveniente de outras regiões do país, principalmente capixabas e nordestinos, mas também era composta por imigrantes estrangeiros como italianos, espanhóis, sírios e libaneses, como estudado por Siman (2008). Segundo essa historiadora, o processo de imigração na cidade estava ligado à existência de riquezas naturais naquela região, atraindo pessoas que procuravam melhores condições de vida e acreditavam na facilidade de adquirir propriedades e posses. O imaginário social de que a cidade era uma grande fonte de riquezas e de oportunidades influenciava a sua dinâmica populacional e fazia dela uma espécie de “Eldorado” mineiro. Pode-se dizer, portanto, que a história da cidade é também a história de milhares de trajetórias de migrantes que para ali convergiram em busca de trabalho e/ou enriquecimento e que as trajetórias migratórias já faziam parte da história da cidade antes da conexão estabelecida com o exterior, ou seja, migrar já fazia parte da cultura local.

O conjunto desse significativo crescimento populacional, econômico e urbano que caracteriza a história da cidade até a década de 1960 provocou uma melhora real na qualidade de vida dos moradores e gerou um discurso de que aquele era um tempo de progresso e modernização. Na narrativa histórica de Joaquim Campos do Amaral já citada, a primeira metade do século XX foi descrita como um “período das luzes”. Assim como ela, outros trabalhos da historiografia local destacam a presença e o papel desempenhado pelos “imigrantes pioneiros” e o caráter de “civilização” que estes imprimem à cidade (NETTO, 1999; CAMPELO, 2006).

Essas são ideias visíveis também no discurso do presidente da Companhia de Eletricidade Médio Rio Doce, Júlio Soares, por ocasião da inauguração do serviço provisório de fornecimento de energia elétrica à cidade no dia 15 de novembro de 1951, publicado como parte da narrativa de Joaquim Campos do Amaral. A solenidade que contava com a presença do então governador do estado, Juscelino Kubitschek, anunciava a assinatura do contrato governamental com a Construtora Mantiqueira S.A., para a construção da barragem que, aproveitando os recursos do rio Tronqueiras, “sanaria uma dos problemas mais prementes dos valadarenses, o serviço de luz”. Assim Júlio Soares se refere à cidade:

Nesse continuado anseio de bem cumprir os nossos compromissos, nunca esqueceremos que o alvo a ser visado imediatamente é uma das mais

robustas esperanças da terra mineira, esperança que não vingaria, ou permaneceria por muitos anos como um sonho inatingível, se a Companhia de Eletricidade do Médio Rio Doce falhasse nos seus objetivos. Governador Valadares constitui uma das reservas econômicas mais potentes à disposição do progresso de Minas Gerais. E estaremos com a verdade afirmando que a jovem urbe surgiu como expressão das forças novas que começam a elaborar a seiva da nossa incipiente civilização industrial. (...) Assim, daremos imediato comêço, em termos de pedra, cimento e aço, ao que poderemos, sem exagêro, qualificar de nova idade nos fastos de Governador Valadares e desta região, onde modernos bandeirantes prosseguirão a êmpresa dos primeiros conquistadores do território, não mais entregues ao esforço de devassar a terra em busca de uma quimêra, como Fernão Dias Pais Leme, mas aplicados a povoá-la de lavouras, rebanhos e fábricas (Acaiaca, 1951, p.107).

Em seu discurso Júlio Soares apontava a ideia de que o melhoramento do serviço de luz caracterizava o nascimento de um novo tempo na cidade, marcado pelo surgimento de uma “civilização industrial”. Nele é visível uma noção colonialista de que a cidade apresenta-se como uma “esperança”, como uma reserva econômica à disposição do aparato político e administrativo do estado de Minas Gerais. Contudo, a euforia que perpassa o seu e outros discursos públicos naquele período não durou muito tempo, visto que o processo de industrialização desejado para a cidade não se concretizou.

Um movimento de involução econômica e demográfica se inicia no fim da década de 1960 obrigando futuros e possíveis discursos sobre o presente e o futuro da cidade a tomar novos contornos. Não surgiram novas atividades econômicas e o ritmo das atividades extrativas diminuiu consideravelmente com o início da escassez dos recursos que, ao menos até o início dos anos 1950, eram vistos como inesgotáveis. A cidade entra em um contexto de estagnação econômica gerada principalmente pelo fim das atividades extrativas de mica e da madeira, reduzindo consideravelmente as oportunidades de trabalho e acentuando a desigualdade da distribuição de renda.

Segundo Espindola (1998, p.160), entre 1960 e 1980 a participação regional no PIB mineiro reduziu-se de 7,2% para 5,7% e já no fim da década de 1950 a exploração da madeira chegava ao ponto de exaurir os recursos da floresta da região, de modo que a insuficiência da madeira fez com que grandes serrarias da cidade fechassem as portas. Como não houve investimentos na área o capital madeireiro migrou para o norte do Espírito Santo e Sul da Bahia na década seguinte. As atividades de exploração da madeira, de produção de carvão vegetal e o comércio de lenha duraram até o esgotamento total dos recursos na década de 70, restando “a imagem da antiga prosperidade fixada na paisagem: nas ruínas das serrarias, da antiga usina de açúcar, do prédio da fábrica de compensados, dentre outras”.

A atividade de extração e beneficiamento do minério de mica também arrefeceu com a diminuição do clima de Guerra e com a substituição dela por outros produtos, gerando uma produção pouco significativa em fins da década de 1960 e contribuindo com a diminuição das oportunidades de trabalho. A atividade que empregava cerca de três mil pessoas no início da década de 1950 mantinha apenas 500 em fins da década de 1960, e as famílias que com ela trabalhavam em suas próprias casas também foram prejudicadas. As atividades de agricultura e pecuária também não se modernizaram, de modo que o empobrecimento do solo diminuiu a capacidade de manutenção dos rebanhos, fechando frigoríferos, e a importação de gêneros agrícolas teve de ser iniciada (ESPINDOLA, 1998).

No período de transição entre as décadas de 1950 e 60 uma análise retrospectiva do balanço de atividades econômicas revela que nenhuma nova unidade industrial havia sido criada na cidade e a pressão criada em torno do mercado de trabalho aumentava já que no mesmo período o crescimento demográfico havia atingido o índice equivalente ao dobro do nacional. O contexto de estagnação econômica iniciado no município era o resultado de uma série de fatores conjugados ao longo do tempo, dentre eles, o caráter predatório da economia extrativista, a falta de investimento em infraestrutura, a baixa taxa de investimento industrial e as crises que atingiram o conjunto da região e que prejudicaram o desenvolvimento da economia local (SANTOS e ABREU, 2009).

Como resultado desse processo, Governador Valadares, que até então representava o papel de polo dinamizador da economia local e um centro catalisador de mão de obra, sofreu com o impacto causado pela estagnação econômica do conjunto da região e tornou-se um grande

reservatório de mão de obra. O excesso de mão de obra e a diminuição dos níveis salariais, gerados por um desequilíbrio entre o crescimento populacional e o econômico, fez com que a população iniciasse novas rotas migratórias em busca de trabalho e melhores condições de vida. Segundo Assis (2002), podemos observar neste período o início de um processo de inversão da imagem da cidade: de cidade de imigração para cidade de emigração, e tal inversão contribui para evidenciarmos que uma cultura de migração interna já fazia parte da experiência de vida dos valadarenses.

Calcula-se que cerca de 670.000 pessoas deixaram o conjunto da região na década de 1960, e na década seguinte esse número chegava a 750.000 (Espindola, 1998, p.160). Em Governador Valadares os dados do IBGE atentam para uma progressiva diminuição da taxa de crescimento da população. O crescimento demográfico na cidade mantinha-se, como resultado de um processo de êxodo rural observável em todo estado mineiro, porém em um ritmo menor (SANTOS e ABREU, 2009). A taxa geométrica de crescimento da população da cidade entre as décadas de 1960 e 1970 foi de 4,21%, quando a cidade atingiu cerca de 164.000 habitantes, diminuindo para 1,47% entre as décadas de 1980 e 1990, quando a população alcançou o número de aproximadamente 230.000 habitantes (ASSIS, 2002, p.38).

3.4- CONFIGURANDO REDES E/IMIGRATÓRIAS: AS REPRESENTAÇÕES E EXPERIÊNCIAS DOS PRIMEIROS EMIGRANTES VALADARENSES RETORNADOS DOS ESTADOS UNIDOS

É nesse contexto de estagnação econômica local na década de 1960 que os habitantes da cidade iniciam um incipiente fluxo emigratório em direção aos Estados Unidos. Conforme esses emigrantes retornavam à Governador Valadares, colocavam em circulação na cidade outras representações que positivavam a vida na “América”. Ainda na primeira metade da década de 1960 esses e/imigrantes estabelecerão um segundo momento na história das conexões entre norte-americanos e valadarenses (ASSIS, 2002; SIQUEIRA, 2006). Os primeiros emigrantes eram jovens que rumaram aos Estados Unidos com a intenção de trabalhar e que eram informados por experiências prévias de amigos de um mesmo grupo de relações sociais que participaram de programas de intercâmbio cultural nos Estados Unidos e que também acabaram trabalhando. Algumas dessas experiências foram

noticiadas pelo jornal DRD que também destacou a presença de bolsistas, professores e turistas norte-americanos em Governador Valadares.

Nos EE.UU. Ensino é Mais Prático, diz Tony Coelho – Nos Estados Unidos a vida é muito diferente do Brasil pois lá as pessoas são sinceras, a existência muito agradável e não existe a pobreza. O povo norte-americano é muito diverso do nosso, porque todos são amigos – começou falando ontem no DIÁRIO DO RIO DOCE o jovem Antônio Rodrigues Coelho Junior, que regressou daquele país na noite de anteontem, depois de lá passar cerca de um ano como estudante bolsista. Interrogado sobre a vida estudantil norte-americana Antônio Coelho disse que as escolas naquele país são práticas, quase não existindo teorias (...) Terminou o jovem Antônio Coelho sua rápida palestra com a reportagem pedindo que ressaltássemos o fato de que todo o povo norte-americano trabalha. – É muito comum um quase médico lavando carros em plena rua ou trabalhando de pedreiro. Mas quem não lava um carro para ganhar dois dólares? – Concluiu com a pergunta (Jornal DRD, 26/07/1963).

Ouvindo pelo DRD, Léa Coelho afirmou que está plenamente encantada com a hospitalidade daquele povo amigo do qual já sente saudades. Enquanto permaneceu nos EE.UU, Léa foi hospede da Família Fowler, em Dumas, Texas, onde estivera seu irmão Antônio, por um ano como bolsista colegial (...) Achou que o Presidente Johnson está fazendo um bom governo e que a maioria dos americanos também pensam assim (...) (Jornal DRD, 12/03/1964).

Figura 9- Foto: “Jovem esteve nos EE.UU. e acha Johnson bom governo”.

Jovem Esteve nos E.E.UU. e Acha Johnson Bom Governo

Depois de alguns meses em excursão pelos Estados Unidos, regressou à cidade a Srta. Léa Rodrigues Coelho, filha do casal Antônio R. Coelho — Facema Carvalho Coelho residente em GV.

Ouvida pelo DRD, Léa Coelho afirmou que está plenamente encantada com a hospitalidade que teve amigos de quem já sente saudades.

Enquanto permaneceu nos E.E.UU., Léa foi hópede da Família Fowler, em Dumas, Texas, onde estivera seu irmão Antônio, por um ano como bolsista colegial.

Diz e que os americanos gostam muito de festas e tudo bem organizado. Entre as maravilhas que conheceu, destaca o "Sequarium".

Achou que o Presidente Johnson está muito bom em governo e que a maioria dos americanos também pensam assim.

Entre as cidades que conheceu Miami e Fort-Lauderdale são as mais bonitas, principalmente a primeira.

Sobre o concurso de Miss Universo, Léa afirmou que os norte-americanos não dão tanta importância a certames como nós brasileiros.

A jovem valadarense ainda conheceu as cidades de Amarillo, Hereford, Albuquerque, San Diego, São Francisco Alto e Glendale, entre outras.



SRTA. LEA COELHO

na Segurança; no Governo

Fonte: Jornal DRD, 12/03/1964.

Segundo o jornal DRD, o programa *American Field Service* (AFS) promovia o intercâmbio de estudantes entre mais de 60 países e os Estados Unidos, sendo que até 1965 o Brasil foi o país que mais enviou estudantes para aquele país (DRD, 16/06/1965). Até 1967 oito jovens valadarenses haviam sido beneficiados, a maioria mulheres: Stela Maris Murta, Antonio Rodrigues Coelho Júnior, Marcos Ferreira, Marcos Túlio Zambele, Léa Maria Rodrigues Coelho, Maria Helena Lott Lage, Heloísa Helena Silva e Maria Auxiliadora Murta (DRD, 05/08/1966 e 06/08/1967). Como é possível perceber através dos relatos dos primeiros emigrantes valadarenses, as experiências desses jovens intercambistas favorecidos principalmente pelo programa do *American Field Service*, promoveram a circulação de notícias mais concretas sobre as oportunidades de trabalho nos Estados Unidos e influenciaram na decisão de emigrar por parte de outros jovens que foram com a intenção de trabalhar.

Quando eu voltei, acho que é aí que é interessante, eu fui procurado aqui em Valadares, eu comecei a

dar aulas de inglês aqui, já percebi assim uma inquietação das pessoas, querendo ir para Estados Unidos. Na época, tinha um banco, banco “Apto Estoril”, esse banco quebrou, e dois funcionários que tinha, inclusive um primo meu, me escreveu e tal: “o banco quebrou e tal, queria arrumar pra mim ir pros Estados Unidos”, isso em 63, 64, eles foram pra trabalhar, pra trabalhar, gente já querendo, como opção de trabalho. (Antonio Coelho, 71 anos, intercambiou em 1962, entrevistado por Gláucia de O. Assis e Sueli Siqueira em Governador Valadares, 04/05/2007. Transcrição do autor).

Porque nós fomos os primeiros a embarcar para os Estados Unidos filha, o nosso porto de chegada era Nova York, a primeira turma, o Délcio foi na minha frente porque me traiu (risos). E o Toninho quando retornou me deu informações sobre os Estados Unidos, que se eu conseguisse a imigração pra lá eu não teria problema nenhum, que eu trabalharia vinte horas, que eu estudaria numa escola normalmente e o que eu ganhava pra me sustentar e pagar as minhas despesas todas sem problemas. (...) Eu fui como imigrante, pra trabalhar lógico, com a permissão de trabalho, com o *Green Card* na mão (...), mas isso tem quarenta e tantos anos, o meu eu já perdi, já sumiu (...) Então no início chegamos nós quatro lá (...) Do Brasil tinha algumas pessoas mas de Valadares não, ninguém! Do Brasil tinha, por exemplo, do Rio, mas por que não influenciou na imigração? Porque um morava lá em Deodoro, o outro morava em Copacabana, o outro em Caxias, então, entendeu? Não existia ligação. E aqui não, aqui todo mundo frequentava o mesmo clube. (José Julio Cipriano, 71 anos, migrou em 1964, entrevistado por Sueli Siqueira em Governador Valadares, 27/04/2007. Transcrição do autor).

Como revelam as matérias reproduzidas abaixo, o jornal DRD também noticiou o retorno e as visitas dos primeiros emigrantes valadarenses destacando as diferenças entre o Brasil e Estados Unidos no tocante à cultura do trabalho e do poder aquisitivo da população, de

modo que essas narrativas jornalísticas também contribuíam para a criação do imaginário em torno da vida na América, sobretudo por enaltecer aspectos da sociedade e da cultura norte-americana. A circulação desses relatos e a intensificação de representações e imaginários sobre a vida na “América” favorecem a cultura e/imigração que começava a se configurar na cidade.

Délcio de Oliveira Fernandes, o rapaz valadarense que se dirigiu a Nova Iorque há menos de um ano, em busca de uma colocação e acabou sendo o pioneiro de um grupo de jovens desta cidade que está trabalhando na grande metrópole norte-americana, acha-se em GV, visitando seus pais e passando o carnaval (...). Délcio, que já tem um irmão também residindo em Nova Iorque, declarou que não é difícil arranjar emprego naquela grande cidade, onde a vida é agitada mas é estável e organizada. Aduziu que a vida nova-iorquina é cara, mas que há meios de barateá-la, principalmente se a pessoa tiver espírito de economia, sendo assim, possível guardar dinheiro com relativa facilidade (Jornal DRD, 27/02/1965)

José Júlio Cipriano, um dos jovens valadarenses que está residindo em Nova Iork acha-se na cidade, a passeio, dizendo que ficará até agosto próximo gozando férias. José Júlio passou já sete meses na grande metrópole norte-americana (...). Visitando, ontem, a redação do DRD, José Júlio reviu velhos amigos e relatou algumas das suas principais impressões da vida norte-americana. Disse que o padrão de vida e o poder aquisitivo nos Estados Unidos é fabuloso, não havendo qualquer possibilidade de comparação com o do Brasil. Repetindo informações de outros jovens valadarenses que estão em Nova Iork José Júlio reafirmou que o povo norte-americano trabalha intensamente, advindo daí a grandeza inigualável daquele país (Jornal DRD, 21/05/1965).

Siqueira (2008) pontua o ano de 1964 como aquele no qual se inicia o fluxo de emigração de brasileiros da Região de Governador Valadares para os Estados Unidos. Segundo ela, os emigrantes dessa

década eram jovens na faixa etária de 18 a 27 anos, pertenciam às famílias da elite valadarense, emigraram com visto de trabalho, possuíam alguma noção da língua inglesa e foram motivados pelo desejo de conhecer um país que consideravam desenvolvido e que ofereceria muitas oportunidades. Esses jovens podem ser considerados os pontos iniciais das redes de e/imigração que se fortaleceram com o tempo e que permitiram que valadarenses de diferentes classes sociais emigrassem massivamente na década de 1980.

Como já discutido no capítulo anterior, esse processo ocorre porque com o tempo essas redes de migração vão se dinamizando e se autossustentando ao fornecer o capital social necessário à experiência daqueles que desejam adentrar o mercado de trabalho norte-americano mesmo dispondo de poucos recursos financeiros. Esse processo é semelhante àquele apontado por Massey (1987, p.171) ao estudar o histórico da e/imigração mexicana para os Estados Unidos. Segundo o autor, a configuração do que ele chama de redes migratórias explica por que o fluxo e/imigratório espalhou-se envolvendo todos os grupos sociais nas comunidades de origem que foram estudadas (Altamira, Chamitlán, Santiago, San Marcos), tornando-se uma característica comum da vida no ocidente mexicano: “como os custos da migração diminuem constantemente, a migração torna-se amplamente acessível e finalmente emerge como um fenômeno de massa abrangendo todos os setores da sociedade”²¹.

Devido a diferenças próprias dos contextos históricos e como apontam os relatos dos entrevistados, alguns aspectos das experiências e/imigratórias dos valadarenses da década de 1960 se diferenciam dos que emigraram a partir da década de 1980. É interessante perceber, no entanto, que considerando os motivos alegados para emigrar, dois aspectos permanecem semelhantes: o desejo na melhora do padrão de vida e retorno financeiro, e a influência exercida pelos imaginários sobre a vida na América. Assim, mesmo se os emigrantes da década de 1960 possuísem melhores condições financeiras e um maior grau de qualificação profissional, a deficiência no mercado de trabalho local também foi apontada como um dos fatores que os levaram a emigrar, e a possibilidade da emigração, ainda que o tipo de trabalho exercido não correspondesse a esse grau de qualificação, tornou-se uma possibilidade

²¹ No original: “As the costs of migration steadily drop, migration becomes more widely accessible and eventually emerges as a mass phenomenon encompassing all sectors of society”. Tradução livre.

de maiores retornos financeiros. Foi o que ocorreu com Leonel que descreve esse fato no relato a seguir:

O Ivan tá lá até hoje, mas o Ivan pra mim foi o que começou, ele chegava aqui, Valadares era pequena, a gente conhecia os carros de todo mundo, ele chegava com aquela dinheirada danada, fazendo festa e lá ganhava tanto, eu acho que na minha época não existia nem visto. Eu cheguei em Nova York com dezesseis dólares no bolso, em agosto de 68 (...). Pra trabalhar! Valadares não tinha emprego, era meia dúzia de emprego, rapaz aqui não arrumava emprego, eu inclusive ia servir o exército pra servir e sair da cidade porque não tinha condições, mas fui por intermédio desse menino, nós andávamos juntos: ‘eu to indo’. Mas eu não tenho dinheiro! Ele falou: ‘não tem nada?’ Naquela época não precisava passagem de ida e volta, podia ser só de ida, mas precisava alguém pra financiar. Como o pai dele me devia uma grande obrigação, já é falecido, podemos dizer que foi o meu grande anjo da guarda, ele virou e falou: ‘eu abalizo a passagem pra você’, e como ele falou que abalizava aí eu arrumei dezesseis dólares e fui (Leonel, 67 anos, migrou em 1968, entrevistado por Sueli Siqueira em Governador Valadares, 14/03/2007. Transcrição do autor).

Os relatos orais também apontam que a participação das mulheres foi representativa desde a fase inicial da configuração do fluxo e/imigratório mineiro. Segundo Margolis (1994), até a década de 1980, 30% do total de emigrantes brasileiros nos Estados Unidos era composto por mulheres. Como destacaram Assis e Siqueira (2008), as emigrantes mineiras que partiram ainda na década de 1960 também eram jovens na faixa etária de 20 a 30 anos, tinham em média oito anos de escolaridade e, assim como os homens, foram motivadas pelo desejo de melhorar seus padrões de vida e de conhecer um país rico como os Estados Unidos. Pode-se dizer que contrariando as expectativas de gênero locais essas mulheres percorreram trajetórias distintas da maioria das mulheres de sua época, na medida em que nesse contexto emigrar parecia coisa de homem, não de mulher. O relato de Eneida, reproduzido na sequência, visibiliza essas questões e demonstra como o apoio da família se

configurou como um fator importante na concretização do projeto de emigrar, mesmo nesse momento em que os emigrantes são mais qualificados e financeiramente providos.

Parece que foram quinze ou dezesseis pessoas ao todo, não lembro muito bem, mas lembro que éramos oito mulheres, tinha menos homens do que mulheres. Foi uma coisa assim: eu fiquei sabendo que ia ter uma excursão, excursão neh, entre aspas (risos), que iria lá pra Nova York. Eu já tinha vinte e quatro anos, meus pais já não podiam me impedir de ir, mas eles que financiaram a minha passagem, papai que comprou a minha passagem depois de muita luta porque eles não queriam que eu fosse de jeito nenhum, e eu realmente fui porque tinha um namorado lá, era um brasileiro (...). Olha essa foto, isso lá no hotel que eu trabalhava de camareira, limpando os quartos dos hóspedes, era o Cutter Contry Club, nas montanhas em nova York, só que ele trabalhava no Medley, que era perto (...). Foi a J.M que tinha a agência da Varig ali na Barão do Rio Branco só que quem nos levou foi a irmã dela que eu esqueci o nome, ela que foi conosco até Nova York. Só tinha a Varig e naquela época a passagem custou 856 dólares, você imagina em 1968 a passagem custar esse preço, hoje você encontra passagem muito mais barata do que isso, mas naquela época ninguém ia para os Estados Unidos, era muito complicado. E todos estavam indo pra trabalhar, eu sinceramente não fui pra trabalhar, mas trabalhei é lógico, eu fui com eles! (Eneida, 66 anos, migrou em 1968, entrevista realizada por Sueli Siqueira em Governador Valadares, 17/04/2007. Transcrição do autor).

No contexto dessa nova experiência dos mineiros, cartas acompanhadas de fotos e com narrativas que contavam as maravilhas da terra do Tio Sam começavam a ser enviadas a parentes e amigos destacando as oportunidades de trabalho e retornos financeiros e difundindo a aventura que era emigrar para os Estados Unidos durante a década de 1960. Seus relatos orais, que também eram publicados na imprensa local, contribuíam para difundir o desejo do projeto de “fazer a

América”. As experiências e/imigratórias desses primeiros e/imigrantes mineiros, homens e mulheres, de forma geral foram “bem sucedidas”, o que significa que a maioria deles conseguiu realizar o desejo de melhorar seu padrão de vida. No retorno, os investimentos realizados na cidade com o dinheiro poupado proporcionou a alguns deles um rendimento significativo, de modo que alguns se tornaram proprietários de importantes pontos comerciais como lojas, restaurantes e postos de gasolina em Governador Valadares.

A visibilidade dessas experiências positivas na cidade é um fator determinante para a configuração de uma cultura e/imigratória local. Para além da influência que exerciam sobre outros através de seus relatos, esses emigrantes ofereceram a parentes e amigos todo tipo de ajuda necessária ao projeto de emigrar: emprestavam dinheiro para as despesas para obtenção de passaporte e visto, buscavam no aeroporto, ofereciam alimentação e hospedagem, arrumavam emprego etc. Por isso podem ser considerados os primeiros pontos de conexão das redes de e/imigração que se constituíram em Minas Gerais. A exemplo do que fizeram Gerson e Leonel, como descrito nos relatos a seguir, aqueles que foram entrevistados revelaram ter ajudado mais de 30 parentes e amigos a emigrarem:

Quando eu trabalhava lá eu ajudava muitas pessoas a arrumar emprego, buscava pessoas no aeroporto, arrumava alojamento, recebia em minha casa (...) não posso falar precisamente quantas pessoas, mas sei que foi mais de 50 pessoas. O mais foi aqui em Governador Valadares, porque quando cheguei aqui pouca gente tinha voltado de lá, muitos me paravam para perguntar sobre lá e como não tinha muita coisa para fazer eu ficava na agência de turismo levava e buscava encomendas para a agência, o dono da agência vendeu muitas passagens no momento em que nós ficamos ali dando explicações para o que as pessoas perguntavam (Gerson, 63 anos, migrou em 1967, entrevista realizada por Sueli Siqueira em Governador Valadares, 20/03/2005. Transcrição de Sandra Nicole.)

Levei muitas pessoas, em especial, minha família, levei mãe, irmã, irmão, cunhada, sobrinho, primos e amigos, mais ou menos umas 20 pessoas da

família e com amigos umas 30 pessoas e por intermédio de mim imagino que foi umas 50 pessoas, isso até os anos 80. Organizava toda a ida deles buscando no aeroporto, com moradias já arrumadas e na maioria das vezes até com serviço no jeito. Emprestei dinheiro para os que queriam ir (Leonel, 67 anos, migrou em 1968, entrevista citada).

Também de acordo com seus relatos, parte desses primeiros emigrantes mineiros foi para os Estados Unidos já com visto de trabalho e tiveram facilitadas as possibilidades de regularização. Aqueles que emigraram com visto de turista permaneciam no país após o prazo de expiração do mesmo, mas com a recorrência dos casos a obtenção desse tipo de visto começou a ser dificultada. Cabe lembrar que embora a emigração de brasileiros para os Estados Unidos fosse insignificante neste período, o país recebia significativas levas de imigrantes provenientes de outros países, sobretudo do México, e por isso já havia uma política de controle da emissão e fiscalização de vistos que também dificultou a imigração dos brasileiros. Em 1968 já há registros de emigrantes valadarenses presos com vistos expirados e o jornal DRD publicizou o primeiro caso de prisão de valadarenses nos Estados Unidos em função da falta de documentação legal. Segundo a matéria intitulada “Valadarenses regressam dos Estados Unidos”:

Rapazes valadarenses que foram para os Estados Unidos em busca de trabalho estão regressando a cidade, em vista das restrições impostas pelo Governo daquele país, que mantém fechada a imigração e proíbe o trabalho a quem vai na categoria de turista. Uma turma de oito rapazes regressou no final da última semana e dezenas de outros estão sendo aguardados, conforme notícias recebidas. As informações transmitidas pelos jovens que estão retornando a cidade são de que a Polícia de Imigração Americana está localizando os turistas que passaram a trabalhar fora da lei e os mandando de volta ao Brasil (Jornal DRD, 11/12/1968).

A notícia do regresso não desejado desses jovens valadarenses parece ter repercutido na cidade. No dia seguinte o jornal DRD publicou

o que talvez seja a primeira intervenção municipal em favor dos emigrantes. Segundo a matéria publicada pelo jornal, a Câmara Municipal de Governador Valadares, assim que tomou conhecimento da notícia, reuniu-se extraordinariamente a fim de aprovar o envio de um radiograma ao Chanceler Magalhães Pinto “pedindo a interferência do Governo brasileiro em favor dos valadarenses que estão passando por privações e vexames nos Estados Unidos”. O radiograma tinha o seguinte teor:

Esta Câmara tomou conhecimento da situação difícil e até vexatória de alguns jovens valadarenses presos nos Estados Unidos pela Polícia de Imigração Americana e na oportunidade solicita a intervenção desse Ministério, no sentido de dar aos citados jovens plena assistência para que recebam o devido tratamento, caso a notícia seja real. Antecipamos os agradecimentos dos representantes do povo desta cidade – Eurides Inácio de Lima, presidente da Câmara Municipal (Jornal DRD, 12/12/1968).

Esse processo de aumento de condições restritivas à entrada e permanência nos Estados Unidos contribuiu para o surgimento de mecanismos que facilitavam a organização e execução do projeto de emigrar em Governador Valadares. Um exemplo disso é o de que as agências de turismo locais passaram a oferecer informações e serviços para a emigração documentada, como a organização da documentação necessária, o agendamento e traslado para entrevistas no consulado norte-americano, informações sobre os modos de se comportar e trajar durante as entrevistas etc. Na narrativa de Ronaldo, um dos emigrantes retornados, é possível ter uma noção da forma como o entrelaçamento de fatores como o auxílio fornecido pelas agências de turismo, os relatos dos emigrantes que retornavam e o capital social ao qual os emigrantes potenciais passavam a ter acesso, funcionaram de forma conjunta na tarefa de estimular novos casos de emigrações. Sua narrativa demonstra como a atuação desses mecanismos facilitadores, que passava a incluir agenciadores localmente conhecidos como “consul”²², contribuiu para a mudança no perfil dos emigrantes valadarenses que se aventuravam na experiência de emigrar.

²² Os valadarenses denominam de “cônsul” os agenciadores responsáveis pelo esquema ilegal de envio de pessoas para o exterior através da “montagem” de

A Aerolineas Peruanas precisava de um representante e eu comecei a vender passagem na minha loja de louças, e eu senti facilidade de influenciar as pessoas porque já havia estado na América, estava cheio de fotos, os carros que eu estava não eram meus, mas a gente sempre encosta num carro bonito e tira uma foto (risos), então eu fazia a cabeça das pessoas e elas começaram a ir embora pros Estados Unidos (...) e o movimento fez isso oh puff!!! Eu vendi tanta passagem que a companhia tinha dois vôos por semana e era tudo lotado com gente daqui, isso em 68 e 69. Todo mundo foi pra trabalhar, eu não vendia passagem pra turista e era tanta gente mesmo de ligar pra mim e eu dizer: oh, só tem passagem pra você daqui há três meses! Gente de toda região aqui, os primeiros colonizadores de Boston saíram de Conselheiro Pena, foi eu que mandei. E surgiu outra forma de ganhar dinheiro também, tinha que levar mil dólares, era importante quando chegava nos Estados Unidos pra comprovar que você ia passear, como essas pessoas não tinham, tinham 100 dólares, 200, até a passagem era financiada, a companhia dava seis meses de prazo pra pagar e eu dava 10, os 4 finais eram meus. Eu descobri que quando eles passavam lá, na maioria das vezes não precisava mostrar dinheiro não, eles abriam o passaporte viam o carimbo do banco, Citibank. Aí eu aproveitei, eu comprava os dólares, ia com eles no Rio de Janeiro, cada um com seu passaporte, com o meu dinheiro, separava os dólares que eles iam comprar, 200 dólares se tivesse dinheiro por exemplo, e os outros 800 que ele perdia porque não tinha dinheiro eu inteirava, na saída do banco ele ficava com os 200 dele e me dava os meus 800 em traveler cheques, eu comprava e vendia no paralelo, pra turista era mais barato, era 60% de

documentação falsa e pela travessia na fronteira mexicana. São eles que possuem os contatos com outros membros destas redes de tráfico de pessoas localizados em outros estados brasileiros ou em outros países. Nesta nomenclatura, estes membros estrangeiros são chamados de “coiotes”.

diferença (...). Era tão fácil, eu fazia um triângulo, saía de Valadares, ia a Belo Horizonte, pegava eu os passaportes na Polícia Federal, eles só tinham que assinar o pedido de passaporte, o delegado em Belo Horizonte brincava comigo: “éh rapaz, desse jeito você vai deixar só o bispo pra pagar a luz”. Ia pro Rio lotado de passaporte, uns 30, 40 a cada 15 dias. Mas começou a estragar, começou aparecer a concorrência (...). Numa dessas ocasiões que eu levei passaporte para o Rio pra pegar visto eu tive o descuido de botar os passageiros que foram comigo na praça em frente ao consulado americano, eles iam embarcar naquele dia, e eu desci e distribuí os passaportes, o cônsul deve ter visto lá de cima, só pode ser, foi aí que esse grupo ficou queimado, eram 17 pessoas de Conselheiro Pena, eles foram, viajaram naquela noite, quando chegaram lá foi a primeira vez que voltou gente do aeroporto, 6 pessoas que estavam na mesma fila, eles não sabiam nada, era gente da roça, deu uma mancada, disseram que foram pra trabalhar, foi a primeira vez que foram deportados (...) (Ronaldo, 67 anos, migrou em 1967, entrevista realizada por Sueli Siqueira em Governador Valadares, 05/08/2007. Transcrição do autor).

No final de 1969 os consulados americanos em Belo Horizonte e também em São Luiz do Maranhão foram fechados. O jornal DRD informou que a medida fazia parte de um projeto de contenção de despesas e que outros 15 consulados seriam fechados na América Latina. Segundo o jornal, o fechamento do consulado americano em Belo Horizonte já era “uma providência esperada desde quando foi suprimido o serviço de informação cultural dos Estados Unidos naquela capital”. Desta forma, encerrava-se junto com a década de 1960 o projeto de difusão cultural norte-americana no Brasil, bem como se iniciava outro capítulo da história do fluxo emigratório de mineiros para os Estados Unidos, marcado por um grande aumento no número de emigrantes, principalmente na primeira metade da década de 1980, e pelo significativo número de emigração indocumentada que passará a incluir a travessia pelas fronteiras mexicanas.

3.5- O ADENSAMENTO DO FLUXO E/IMIGRATÓRIO NA DÉCADA DE 1980

Esse fluxo se consolida na década de 1980 quando aquele contexto socioeconômico peculiar encontrado em Governador Valadares e região foi agudizado pela crise econômica que afetou o conjunto do país. A economia brasileira da década de 1980 foi caracterizada por uma significativa crise que provocou fortes efeitos sociais, dentre eles a diminuição das possibilidades de trabalho e obtenção de renda. Denominada de “década perdida” e em contraposição ao chamado “milagre econômico” na década anterior, a década de 1980 se caracterizou por um grande impacto nos níveis inflacionários que levou o país a assumir uma política abertamente recessiva com restrições de créditos, aumento de juros, corte nos gastos públicos e alteração da política salarial (SALES, 1999).

Margolis (1994), ao realizar uma etnografia dos imigrantes brasileiros em Nova York no início da década de 1990, destacou que os imigrantes brasileiros se autodenominavam como “exilados econômicos”. Segundo Teresa Sales (1995), ao examinar a relação entre emigração e crise econômica, os últimos anos desta década apresentaram os mais altos índices de inflação, 685% em 1988 e 1.320% em 1989. Através de uma pesquisa realizada em Governador Valadares em 1997, a autora observou que o maior número de casos de emigração foi crescente justamente na segunda metade desta década, atingindo seu ápice entre os anos de 1987 e 1989. Nestes três anos o país assistiu a ascensão e a queda de pelo menos três planos econômicos, motivo pelo qual a autora chamou o período de “triênio da desilusão”.

A chamada década perdida foi na verdade muito mais do que uma época de recessão econômica. Nela, a sociedade brasileira se mobilizou e criou esperanças. O país se redemocratizou, segmentos da sociedade se organizaram politicamente, partidos e movimentos sociais foram criados, o povo foi às ruas para exigir eleições diretas para presidente, voltamos a exercer o direito do voto para eleger o presidente do Brasil. A inflação, o desemprego e a recessão não vieram sozinhos, mas juntos com muitas perspectivas promissoras e até o vislumbre de saídas com o Plano Cruzado ou com as promessas políticas que se renovavam a cada eleição e a cada fator de mobilização popular.

Sales (1999) também salienta que nas pesquisas que efetuou sobre o tema frequentemente os imigrantes brasileiros se referiam à decepção com o Brasil da inflação e do confisco da poupança no

governo Collor de Mello como um dos fatores que os levaram a emigrar. Os mesmos motivos apresentaram-se e foram reforçados na imprensa “brazuca”²³ que circulava nos Estados Unidos e que foi por ela analisada. Este também foi o motivo pelo qual muitos brasileiros redefiniram as expectativas temporais, prolongando o projeto de permanência naquele país. A conclusão de Sales (1995, p.129) é a de que considerando-se as esperanças e frustrações dos primeiros anos do período da redemocratização, podemos dizer que o fator político teve um peso significativo na balança dessas migrações internacionais brasileiras.

Uma estreita relação entre imaginários sociais e períodos de crise foi destacada por Baczko (1985, p.310) ao teorizar sobre o imaginário social. Segundo o autor é em tempos de crise de um determinado poder que se intensifica a produção de imaginários sociais concorrentes e antagônicos, e no qual “as representações de uma nova legitimidade e de um futuro diferente proliferam e ganham difusão”. Esse conhecimento aplicado à história de Governador Valadares sugere, ao menos metaforicamente, que com a situação de crise econômica iniciada nos anos de 1960 aquele imaginário de que a cidade era uma imensa fonte de riquezas naturais e oferecia possibilidades de enriquecimento foi sendo substituído pelo imaginário do “fazer a América”, o que para os emigrantes significa: migrar, trabalhar, economizar, retornar, construir ou investir. A década de 1980 parece ter sido um momento de consolidação desse imaginário na cidade.

²³ Este termo é recorrente na comunidade brasileira nos Estados Unidos. A autora o utiliza para designar o conjunto de jornais e revistas produzidas por brasileiros e que circula na comunidade brasileira nos Estados Unidos, dentre eles podemos citar os jornais: *Brazilian Times*, *Brazilian Voice*, *Diário do Brasil*, *Jornal de Sports*, *Green Card*, *Shalom* e *States News*, este último, produzido em Governador Valadares como complemento do jornal *Diário do Rio Doce*, circula na cidade e também é enviado aos Estados Unidos. Para Sales esta imprensa reforça a imagem de um país em crise e cheio de problemas, na qual predomina assuntos como “corrupção, crimes, estelionatos, sequestros, falta de segurança, pobreza, questões salariais, desmandos do Congresso Nacional, escândalos envolvendo pessoas do governo, má utilização da receita, narcotráfico”. Para a autora, na medida em que esta imprensa apresenta “o sol brilhando do lado dos que lá prosperaram e a noite escura de um país cheio de problemas” acaba contribuindo para a criação de um imaginário “que foi aos poucos se formando em torno da crise, como parte da constituição da etnia brasileira nos Estados Unidos e em reforço aos planos de sua maior permanência naquele país” (SALES, 1999, p.24-28).

A pesquisa realizada em Governador Valadares em 1997 e coordenada por Teresa Sales revelou características importantes do fluxo emigratório valadarense, dentre elas o fato de que até esse período 85,6% do total de valadarenses emigrados tiveram os Estados Unidos como destino (FUSCO, 2001), dos quais 58,6% haviam emigrado entre os anos de 1980 e 1989 (SOARES, 1999). Esses emigrantes se dirigiram para pontos específicos nos Estados Unidos e, da mesma forma que os goianos se concentraram em São Francisco, na Califórnia (RIBEIRO, 1999), 51% dos valadarenses se dirigiram principalmente para o estado de Massachusetts, um terço deles localizados na cidade de Boston (FUSCO, 2001). Esse direcionamento evidenciava a atuação das redes de e/imigração nesse fluxo e/imigratório, sugerindo-nos que quando alguns indivíduos se fixam em determinados lugares, e com certo “amadurecimento” dessas redes, elas direcionam o fluxo para lugares específicos, é por este motivo que Tilly (1990) sugeriu que “as redes migram”.

Desde então Governador Valadares é a cidade que contribui com o maior número de imigrantes brasileiros no exterior. Os números referentes à quantidade de brasileiros que viveram ou vivem nos Estados Unidos não são fáceis de precisar na medida em que grande parte deles emigrou sem a documentação exigida pelas políticas migratórias norte-americanas. Alguns extrapolaram o tempo de permanência do visto de turista, outros emigraram com passaportes falsos ou mesmo se aventuraram pela fronteira Mexicana ou por outras rotas alternativas. No entanto, podemos deduzir por meio dos *surveys* já realizados que alguns milhares de mineiros emigraram para os Estados Unidos. Segundo Soares (1995), a estimativa era a de que até 1993 cerca de 27 mil valadarenses já haviam emigrado para o exterior, a maioria em idade produtiva entre 16 e 35 anos (SOARES, 1995).

No levantamento realizado por pesquisadores da UNICAMP sob a coordenação de Teresa Sales em 1997, estimou-se que 18% dos domicílios da cidade possuíam ao menos um membro da família residindo no exterior e que 80% do total de emigrantes havia se dirigido aos Estados Unidos. Dez anos depois, em 2007, a já citada pesquisa realizada pelo Centro de Informação Apoio e Amparo à família e ao trabalhador no exterior (CIAAT), coordenada por Sueli Siqueira, estimou que o número de domicílios com membros emigrantes havia saltado para 46%, o que tem relação não apenas com a expansão das redes e da cultura migratória na cidade, mas também com a ampliação do número de emigrantes que se dirigiu para alguns países da Europa

devido ao processo de recrudescimento das políticas imigratórias e de controle das fronteiras nos Estados Unidos, sobretudo após o atentado às Torres Gêmeas em New York em 2001. Segundo dados do IBGE, referentes ao censo demográfico de 2010, a população residente de Governador Valadares naquele ano era de 263.689 habitantes, dos quais 125.237 eram homens e 138.452 mulheres. A estimativa do órgão é de que atualmente o total da população se aproxime dos 279.000 habitantes²⁴.

3.6- AS REDES E A CULTURA DA E/IMIGRAÇÃO

Desde a década de 1980, portanto, a realidade da emigração passa a fazer parte do cotidiano das famílias valadarenses, num processo crescente que vai se espraiando aos poucos para as regiões vizinhas. Os emigrantes através de suas experiências e/imigratórias e da manutenção de laços econômicos e afetivos com seus parentes e amigos modificam aspectos desse cotidiano, das sociabilidades e dos espaços físicos da cidade, contribuindo para a consolidação do que pode ser categorizado como uma cultura e/imigratória. Esse processo, visível na dinâmica do comércio local, no funcionamento de muitas agências de turismo, na explosão da construção civil que durante todo o período de existência deste fluxo vem alterando significativamente os espaços físicos da cidade, e em mudanças culturais de outras ordens, são fatores que explicam porque os moradores apelidaram a cidade de “Valadólares”²⁵. De um modo diferente, pessoas que nunca emigraram também se envolveram de alguma forma com a realidade da emigração, o que fez

²⁴Dados disponíveis em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=312770&search=mi-nas-gerais|governador-valadares|infograficos:-informacoes-completas>.

²⁵ Esta foi uma denominação dada à cidade durante a década de 1980 devido aos dólares que impulsionavam a economia local e é recorrentemente citada pelos valadarenses. Tal denominação também apareceu na entrevista que realizamos com Lorena: “No início foi ótimo, o dólar aumentou, o pessoal ficou numa euforia, chegou a três reais se eu não me engano. Mas qualquer um que tem o mínimo de noção sabia que aquilo não ia ficar assim, ele ia baixar e baixar muito mesmo. Então muitos que trabalhavam em construções foram mandados embora, afinal nós estamos em “Valadólares” como eles falam” (Lorena, 68 anos, nunca migrou mas tem um filho desde 2005 no exterior, entrevistada pelo autor em 03/02/2010 em Governador Valadares. Transcrição do autor.

com que os emigrantes e suas famílias “estruturassem a vida entre dois lugares” (ASSIS, 2002), provocou uma “nova configuração no estilo de vida local” (SIQUEIRA, 2006), gerou mobilidade social (SIQUEIRA, 2009) e modificou consideravelmente o espaço urbano (SOARES, 1999).

As vindas e idas ao Brasil daqueles que são documentados, a troca de cartas, os telefonemas, os presentes trocados com amigos, as remessas enviadas ao Brasil para alguma finalidade, a obtenção de informações necessárias ao projeto de e/imirar e mais recentemente a comunicação pela internet são exemplos das relações que os emigrantes estabelecem entre o Brasil e os Estados Unidos. Essas redes sociais que se mantêm apesar da distância geográfica atenuam o sentimento de saudade causado pela separação física e ajudam na reorganização de um cotidiano que muitas vezes é vivido de modo multi-situado, entre o Brasil e os Estados Unidos. Elas permitem que a conexão entre a sociedade de origem e destino se mantenha constante na medida em que os sistemas de telecomunicações têm o potencial de permitir a elas transcender fronteiras nacionais e ligar redes domésticas através de grandes distâncias, o que permite manter viva e atualizada a realidade e a cultura da emigração na cidade, e constituir o que na literatura das migrações transnacionais tem sido chamado de um “campo social transnacional”.

As redes e a cultura e/imigratória, portanto, são dois fatores que permeiam a vida e a experiência das famílias dos emigrantes e por isso também se constituem como elementos teóricos cruciais para explicar a dinâmica desse fluxo e/imigratório. Não sem razão, permeiam a bibliografia nacional e internacional que apresenta e discute o tema da e/imigração mineira para os Estados Unidos e Europa. Além do já referido trabalho de Assis (1999), que demonstrou a importância das redes familiares na configuração do fluxo de valadarenses para os Estados Unidos por meio das cartas trocadas por e/imigrantes e familiares, outros trabalhos deram destaque para a configuração e a importância dessas redes, ajudando-nos a entender a configuração do fluxo e como a experiência da e/imigração tem sido vivenciada pelas famílias mineiras.

O trabalho de Sales (1999), por exemplo, cuja pesquisa analisava os emigrantes brasileiros em Massachusetts, mais especificamente em Framingham, já chamava a atenção para a importância das redes migratórias na constituição da comunidade brasileira que se articulava através dos comércios étnicos e da Igreja. A autora analisava como a

redefinição da expectativa temporal é reveladora das mudanças nos projetos de permanência dos emigrantes, o que indicava um amadurecimento dessas redes de e/imigração. Essa redefinição da expectativa temporal é percebida de diversas maneiras, como por exemplo, no arrefecimento das remessas para o Brasil; no investimento em compras de imóveis nos Estados Unidos; no pagamento das taxas e impostos visando a diferentes passos no processo de legalização naquele país; na solidificação dos laços familiares lá e planejamento do nascimento dos filhos também lá para fazer jus à legalização norte-americana baseada no *jus solis*²⁶.

Entretanto, como acentua a autora, esse processo não significa um rompimento com as redes sociais estabelecidas no Brasil, mas apenas a solidificação de novas redes no local de destino. Segundo ela:

Na medida em que o migrante brasileiro vai redefinindo sua expectativa de permanência nos Estados Unidos por um período mais longo do que simplesmente aquele necessário para juntar dinheiro e voltar ao Brasil, ele vai também voltando-se mais para a sua vida lá. É a partir desse momento, quando se apresenta a perspectiva de permanência lá por um período mais longo de tempo, que se dão os primeiros passos, os mais significativos, para a construção da identidade étnica. E, a partir de então, passa a existir uma preocupação mais explícita com a sua auto-imagem” (SALES, 1999, p. 35).

Essa “auto-imagem” que na verdade é coletiva é discutida pela autora quando fala dos esforços da comunidade brasileira em criar uma imagem de “povo trabalhador”, que realiza um trabalho “bem visto” pelos norte-americanos. Ela também aponta para o fato de que os imigrantes brasileiros indocumentados criam um significado de “legitimidade para a sua condição clandestina”, pois apesar de não terem os documentos necessários conseguiam fazer tudo nos Estados Unidos: trabalhar usando documentos falsos, colocar os filhos na escola pública, ter acesso aos serviços de saúde, abrir conta em banco etc. A

²⁶ De acordo com este princípio, a nacionalidade de uma pessoa está baseada no lugar de seu nascimento e não pelos laços consanguíneos que carrega consigo, este outro princípio denomina-se *jus sanguinis* e é adotado por vários países da Europa, como a Itália por exemplo (nota do autor).

comparação desses direitos com a ausência dos mesmos no Brasil reforçava essa legitimação. Contudo, com o aumento da expectativa temporal os imigrantes brasileiros começavam a se preocupar com a legalização. É preciso destacar, no entanto, que o contexto da pesquisa efetuada pela autora é anterior aos acontecimentos vinculados ao “11 de setembro” de 2001, evento que provocou um maior recrudescimento das políticas imigratórias e dificultou a vida cotidiana dos imigrantes indocumentados nos Estados Unidos.

Martes em “Imigrantes brasileiros em Massachusetts” (1998) acentua a importância das redes migratórias (familiares, de amizade, religiosas ou de origem comum) para explicarmos como e por que os brasileiros chegam aos Estados Unidos. No entanto, ao analisar o caso das redes religiosas e o comércio de postos de trabalho no nicho do serviço de limpeza (faxina doméstica ou em escritórios, condomínios, restaurantes) entre os imigrantes brasileiros em Massachusetts, a autora conclui que frequentemente as faxinas são conseguidas através da venda do *Schedule* (como os brasileiros chamam o quadro de horário com o agendamento das faxinas), o que questionaria o pressuposto da “solidariedade étnica” implícito na teoria das redes de migração.

Contudo, é importante matizar que esse não é um ato generalizado uma vez que em muitos casos as casas são doadas devido aos laços de amizade e parentesco, como demonstraram Fleischer (2002) e Assis (2004) ao analisar respectivamente as emigrantes valadarenses e cricumenses na região de Boston e como nós mesmos evidenciamos com a pesquisa realizada para esse trabalho. Assis (2004) demonstrou que não havia apenas casos de venda, mas também de doações de *schedule*, e que sua pesquisa não apontou nenhum caso de venda de faxinas para outros grupos de imigrantes, o que revela as ambiguidades em torno desse “negócio”. A autora argumenta que é importante considerar que solidariedade e competição fazem parte das relações nos grupos imigrantes e são acionadas em diferentes momentos e contextos ao longo do processo migratório. No caso das vendas de faxinas a reciprocidade continua existindo já que há um ganho substancial para quem compra o ponto, como a confiança dos futuros patrões, o serviço nas casas e a possibilidade de ter o seu próprio “negócio”.

Em “Capital Cordial: a reciprocidade entre os imigrantes brasileiros nos EUA”, Fusco (2005) também discute essa noção de reciprocidade e solidariedade étnicas entre os brasileiros nos Estados Unidos. Analisando a configuração desse fluxo a partir de Governador Valadares salienta a relevância das redes de migração para explicar por

que a cidade se tornou nacionalmente conhecida como ponto de partida dos emigrantes brasileiros e traz uma importante contribuição por demonstrar como se configuram essas redes nas migrações de longa distância, destacando a importância das redes familiares e os diferenciais por sexo na utilização do capital social disponibilizado por elas. Segundo o autor,

Quando os imigrantes já estabelecidos propiciam a circulação de certos recursos, os quais correspondem às necessidades conjunturais dos que acabam de chegar, as condições adversas são atenuadas, e o novo imigrante se adapta mais facilmente à nova realidade. Os dados sobre as transferências de recursos mostram claramente que a principal fonte de ajuda para os imigrantes são os favores obtidos por meio de laços sociais. Empréstimos diferenciados, acolhimento ou indicação para hospedagem, e preciosas informações sobre emprego, são benefícios mediados pelos mecanismos do capital social. Além disso, mostramos que as redes de parentesco são as mais importantes nesse aspecto, e que são as mulheres as melhores ‘negociadoras’ de favores através dessas redes (FUSCO, 2005, p.118).

Fusco (2005, p.115) contraria o pressuposto apontado por Margolis (1994) e Martes (1998) de que haveria uma certa carência do que ele chama de “base de representações coletivas suficientemente forte” para conferir solidariedade entre os membros da comunidade brasileira nos Estados Unidos. Para o referido autor o mercado de capital social serve muito bem à comunidade brasileira nos Estados Unidos, mas ele gira em torno da convivência de grupos sociais mais restritos, como grupos familiares e de amizades. O que ocorre devido à forma como a distribuição desses recursos está condicionada à nossa cultura comportamental e nossas formas de sociabilidade, marcadas pela tradição patriarcal da sociedade brasileira. Por essa razão, o autor sugere a expressão “capital cordial” para designar “a ausência de uma solidariedade étnica generalizada” e a presença de “um tipo de reciprocidade específica entre os imigrantes brasileiros” (FUSCO, 2005, p.116).

Ao tratar do tema da inserção dos imigrantes valadarenses no mercado de trabalho dos Estados Unidos, Scudeler (1999) salienta a importância das redes de e/imigração nesse processo. A autora discute as teorias econômicas sobre a inserção de trabalhadores imigrantes no mercado de trabalho norte-americano e demonstra como no caso dos valadarenses esta inserção está extremamente articulada às redes sociais que os migrantes dispõem, tanto na cidade de origem quanto na região de destino. A autora caracteriza os imigrantes valadarenses como “indivíduos que são, na sua maioria, trabalhadores jovens, do sexo masculino, nascidos em Governador Valadares e que buscam, por meio da inserção no mercado de trabalho norte-americano, um melhor padrão de vida” (SCUDELER, 1999, p. 203). Na visão da autora os imigrantes valadarenses

contam com uma rede social bem estruturada, tanto na origem como no local de destino, a qual fornece as condições necessárias para que o migrante encontre não apenas moradia e emprego, mas todo um conjunto de produtos e serviços já disponíveis à emergente ‘comunidade brasileira’ nos EUA. A existência das redes sociais também reduz a necessidade imediata de se comunicar em inglês e contribui para a permanência de forma ilegal no país (SCUDELER, 1999, p.203).

Estudando o processo de retorno dos emigrantes valadarenses da região da Nova Inglaterra, Siqueira (2006) demonstra como as redes de e/imigração são cruciais para entendermos os movimentos de ida e retorno dos emigrantes e os seus efeitos na abertura de novos empreendimentos na região de Governador Valadares. A autora considera que essas redes e os mecanismos facilitadores que existem na microrregião de Governador Valadares tornaram a emigração para os Estados Unidos uma alternativa viável e de fácil acesso. Para o jovem é “uma das opções que lhe é apresentada numa fase da vida em que os projetos são construídos. Entre cursar uma faculdade e ir trabalhar nos EUA, muitos optam pela segunda” (SIQUEIRA, 2006, p.165).

A autora verifica os casos de “sucesso” e “insucesso” nos empreendimentos que os e/imigrantes constroem na cidade de origem. Os laços sociais tornam-se assim fundamentais, pois muitos necessitam do auxílio de parentes e amigos em tal projeto, seja no recebimento das remessas enviadas ao Brasil, seja no acompanhamento das obras quando

estes ainda se encontram nos Estados Unidos, ou até mesmo para verificar a viabilidade de tal empreendimento já que muitos desses emigrantes estão no exterior há muito tempo e consequentemente fora da realidade social e econômica da cidade. A autora destaca que dentre os emigrantes que estão nos Estados Unidos grande parte pretende retornar e investir, mas muitos deles o fazem sem ter conhecimento do mercado e experiência no ramo, o que frequentemente acaba por definir dois grupos de imigrantes retornados: os que obtiveram sucessos em seus empreendimentos e aqueles que não obtiveram e acabaram reemigrando. De acordo com ela, os emigrantes que retornaram

fizeram seus investimentos e permanecem até hoje na cidade de origem, apresentam como diferencial dos que reemigraram, o fato de terem investido em negócios em que tinham experiência ou se associaram a pessoas com experiência no ramo. Outro aspecto que diferencia estes dois grupos é o tempo de permanência nos EUA. Os que permaneceram menos tempo obtiveram mais sucesso nos investimentos ao regressarem. Isto se deve ao fato de que a ausência por um longo período distancia o imigrante da realidade local, tanto no aspecto econômico como das relações sociais (SIQUEIRA, 2006, p.04).

A pesquisa da autora permitiu a ela concluir que os empreendimentos dos emigrantes retornados geram dinamismo na economia da cidade, pois ainda que a maioria deles seja de empresas de baixo investimento e com pequenos números de empregos, elas geram postos de trabalho e pagam impostos, já que são documentadas. A autora ainda chama atenção para a necessidade de projetos e políticas públicas que auxiliem o emigrante no seu retorno, tornando seus investimentos rentáveis, produtivos e orientados para a demanda da região.

O pesquisador Franklin Goza (2003) também tem destacado a importância do enquadramento conceitual das redes de migração através de pesquisas empíricas. Numa delas o autor analisa o papel desempenhado por essas redes comparando a emigração de valadarenses para os Estados Unidos e para o Canadá. Ao estudar a configuração e comparar as redes estabelecidas pelos emigrantes nesses dois fluxos e/migratórios, o autor conclui que tanto nos Estados Unidos quanto no Canadá os imigrantes possuem parentes residindo na mesma região, evidenciando a rapidez com

que as redes crescem nos fluxos que partem de Governador Valadares, o que sustenta o argumento teórico de Massey sobre a “causação cumulativa”. O autor também destaca que nessa comparação as redes estabelecidas no fluxo direcionado aos Estados Unidos parecem mais bem consolidadas do que aquelas tecidas no fluxo para o Canadá.

Na pesquisa quantitativa realizada, os valadarenses:

compreenderam 21% e 13% das amostras dos EUA e Canadá, respectivamente. Quando acrescentamos os indivíduos dos municípios vizinhos, a contribuição desta região aumentou para 25% e 17% em cada amostra. Alguns poderiam suspeitar que isso é resultado da amostragem obtida pela técnica conhecida como ‘bola de neve’, usada nesta pesquisa. Eu sugiro, no entanto, que isso se deve as redes de migração consolidadas emanando de Valadares, e indica, ainda, que a noção de ‘causação cumulativa’ (Massey, 1990), também se aplica a imigração brasileira. Aparentemente, estas redes funcionam de forma que os imigrantes potenciais usualmente não consideram outros destinos possíveis e se dirigem para aquelas localidades nas quais fortes laços com a região de origem já existem (GOZA, 2003, p. 275).

Nessa bibliografia que analisa o tema da emigração em Governador Valadares e região a configuração de uma cultura de e/imigrar para o exterior também aparece como um fator importante para explicar por que as pessoas emigram, pois assim como as redes a cultura e/imigratória é um fator que permite a reprodução do fluxo. Essa ideia foi primeiramente sugerida por Margolis (1994), e posteriormente Assis (2002) a associou com a experiência de migração interna dos moradores locais. Margolis (1994, p.159) evidenciou que o indicador mais importante da existência de uma cultura e/imigratória na cidade de Governador Valadares estava na diversidade de classes sociais representando a presença brasileira nos Estados Unidos no início da década de 1990, desde profissionais liberais qualificados, como ortopedistas, até cozinheiros e operários da construção civil, que a autora denominou de “imigrantes econômicos: pessoas de classe média-baixa que não têm casa própria”.

A autora aponta uma relação entre a classe social e o local de origem no Brasil com o local de residência nos Estados Unidos, o que se explicaria pelo fato de que a:

presença de uma cultura disseminada de migração para o exterior numa determinada cidade ou região favorece emigrantes de situações econômicas e educacionais diversas. Não somente uma ampla variedade de cidadãos são expostos a informações sobre a emigração, como também as remessas enviadas pelos parentes que já fizeram sua mudança para o exterior permitem que outros ainda os acompanhem. Em outras palavras, uma cultura de migração para o exterior proporciona tanto a ideologia quanto as bases materiais – na forma de remessas feitas por parentes lá fora – que aumentam a possibilidade de emigração para pessoas de situações bastante diversas (MARGOLIS, 1994, p.159-160).

Comparando os dados apresentados no trabalho pioneiro de Bicalho (1989) sobre os valadarenses na cidade de Framingham com o seu próprio *corpus* de pesquisa sobre os brasileiros em Nova York, a autora conclui que os primeiros possuíam nível educacional inferior aos segundos, o que se daria pelo fato de que os valadarenses influenciados pela cultura e/imigratória estavam seguindo parentes e amigos já estabelecidos em cidades do nordeste norte-americano como Framingham, Boston, Danbury e Newark.

Por sua vez, Assis (2002, p.38) apontou a existência de uma cultura migratória associando-a a experiência de migração interna de parte significativa das famílias da região e sugerindo que essa cultura contribuiu para a configuração do fluxo e/imigratório para o exterior. Segundo ela, a crise econômica brasileira e a limitação do mercado de trabalho local são fatores pertinentes para explicar porque um grande número de valadarenses emigrou durante a década de 1980, embora eles não expliquem o direcionamento do fluxo para os Estados Unidos. Assim como outros autores (BICALHO, 1989; SALES, 1991; GOZA, 1992; MARGOLIS, 1994) ela considera a presença norte-americana em Governador Valadares durante a década de 1940 como um dos fatores mais prováveis para o direcionamento desse fluxo e/imigratório. A autora argumenta que o mito e as representações sobre a vida na “América” criadas pelos moradores locais a partir deste contato geraram

no plano das subjetividades um “desejo de migrar para a América” e não para outro lugar, o que combinado com a experiência de migração interna das famílias valadarenses e a rede de relações que se estabeleceu entre os primeiros emigrantes e os que os sucederam explicaria os contornos tomados pelo fluxo.

Assim, passados cinquenta anos desde que os primeiros imigrantes mineiros, homens e mulheres, rumaram aos Estados Unidos, é perceptível que se constituiu na região não apenas uma série de representações sobre a emigração, mas também um campo singular de relações sociais transnacionalizadas que colocam sempre em contato os e/imigrantes que ainda residem no exterior e seus conterrâneos nas cidades de origem. Por meio das redes que os imigrantes estabelecem com suas cidades de origem circulam informações, produtos, remessas monetárias, presentes etc. que alteram o modo de vida e as relações sociais dos moradores locais. Com o passar do tempo, o amadurecimento dessas redes, o acúmulo de informações e conhecimentos e a estabilização da conexão criada pelo fluxo e/imigratório essa circulação torna-se mais frequente e mais transformadora.

Esses contatos, que na maioria dos casos são muito frequentes, ocorrem pelos mais variados motivos, para o envio de remessas monetárias ou presentes, para “matar a saudade”, contatos realizados por muitos e/imigrantes que retornados ao Brasil ainda mantêm relações econômicas com os Estados Unidos, como no caso daqueles que criaram negócios de importação e exportação de diversos produtos ou em outros casos semelhantes nos quais os imigrantes documentados passam a viver em dois ou mais lugares simultaneamente como migrantes transnacionais (SIQUEIRA, 2006). A intensificação desses contatos transnacionais faz com que a cidade esteja em contato direto e permanente com o exterior, de modo que os e/imigrantes e suas famílias passam a reconstruir suas vidas simultaneamente imbricadas em mais de uma sociedade, constituindo um campo social transnacional (PARELLA, 2007).

Nesse campo social transnacional, a cultura da emigração ali estabelecida não nos parece dizer respeito apenas à dinâmica das redes de migração, mas a tudo que emerge da realidade da emigração, à qual se podem acrescentar os imaginários sociais sobre os países de destino, as representações que a comunidade formula sobre os emigrantes e as que eles formulam sobre si próprios, o viver cotidiano, as alterações culturais, urbanas, econômicas e sociais percebidas na comunidade em

função da emigração etc. Desse modo, a cultura e/imigratória inscreve-se no cotidiano, na trajetória de vida e na subjetividade dos indivíduos que dela partilham, tanto daqueles que emigram quanto daqueles que permanecem na cidade de origem, contribuindo para explicar como o fluxo emigratório se mantém e se reproduz ao longo do tempo.

Como referido no capítulo anterior o termo “cultura migratória” ou “cultura emigratória” está aqui sendo tomado como sinônimo da expressão “cultura da migração para o exterior”, referindo-se às comunidades com padrões extensos e bastante estabelecidos de migração internacional e com fortes e diferenciados vínculos estabelecidos com cidades no exterior (MARGOLIS, 1994, p.157; MASSEY, 1999). Trazendo-o para a realidade dessa pesquisa, no entanto, conceituamos o termo “cultura e/migratória” como o conjunto de práticas, discursos e representações que sustentam as conexões reais e simbólicas que a região de Governador Valadares estabelece com o exterior desde meados da década de 1960.

Essa cultura e/migratória pode ser visibilizada na materialidade do espaço urbano: nas transformações urbanas, nos monumentos, nas casas comerciais, em cartazes e propagandas, na arquitetura e decoração das casas; na produção literária e artística: nos livros que narram a história da cidade, nos livros de contos e poesias que enfatizam o tema de e/imigração, na encenação de peças teatrais, nas narrativas jornalísticas, na produção acadêmica; na dinâmica econômica e política: no envio de remessas monetárias, na dinamização do setor de serviços, na atuação dos órgãos municipais com a criação de setores e políticas voltadas para a problemática dos investimentos e do retorno dos emigrantes; nas transformações operadas no estilo de vida local: nas forma de vestir, viver, trabalhar, comer; nas relações sociais: nas narrativas sobre as experiências e/imigratórias de seus familiares e amigos e que estão presentes em conversas informais nas ruas, supermercados, igrejas, eventos festivos, espaço escolar, nas narrativas de emigrantes retornados, esposas, filhos, mães, avós e parentes; e nas relações, práticas e construções de sentidos que se estabelecem no espaço familiar: na manutenção dos laços econômicos, afetivos e de cuidado entre os emigrantes nas cidades de destino e seus familiares que permanecem na cidade de origem, nos rearranjos das relações familiares, de gênero e entre gerações, bem como na produção de novos sentidos para o que seja Família, Maternidade e Paternidade.

Com a realização dos trabalhos de campo que realizamos na cidade de Governador Valadares procuramos refletir sobre as maneiras

pelas quais essa cultura e/migratória pode ser visibilizada e de que forma ela emerge nas narrativas dos emigrantes retornados ou dos seus familiares que não emigraram. Como um elemento sociocultural que caracteriza a trajetória de vida dos moradores e das sociabilidades no espaço da cidade, essa cultura emerge de distintas formas. Inscrita na história e na cultura local, ela encontra-se na materialização do espaço urbano, nas conversas com os moradores locais que falam da história do fluxo emigratório e dizem sobre o espaço das relações sociais, na literatura local, no espaço da política, em elementares afazeres da vida cotidiana etc.

Ela apareceu associada ao uso de jargões populares que fazem referência ao tema da emigração e com os quais tivemos contato através das conversas que estabelecemos com os moradores e da bibliografia que aborda a questão da emigração. Assim, por exemplo, é comum ouvir na cidade que “todo valadarense tem uma bicicleta e um amigo ou parente nos EUA” (ASSIS, 1999, p.128). Margolis (1994, p.157) afirma ter ficado admirada com a conversa que teve com uma valadarense numa agência de remessas em Manhattan. A mulher lhe disse que não é verdade que todos os valadarenses tenham trocado a cidade pelos Estados Unidos: “conheço pelo menos duas pessoas que ainda continuam lá – minha mãe e minha irmã”. Mas quais seriam os sentidos atribuídos à circulação desses jargões populares? Aparentemente o uso deles na vida cotidiana dos moradores da cidade os transforma num elemento da cultura e da identidade local e demonstram o grau de naturalização que a realidade da emigração vai tomando conforme o fluxo emigratório vai se consolidando. Em última instância, esses jargões como representações sociais são elementos que contribuem para a manutenção do mito em torno da cidade e para a visibilização da cultura de emigrar.

Práticas da vida cotidiana relacionadas à emigração também vão se naturalizando. O espaço da vida cotidiana é um espaço privilegiado para a visibilização da cultura e/imigratória, na medida em que demonstra como o espaço “local” e o “global” estão conectados e como a existência dessa conexão faz com que pessoas que nunca emigraram também compartilhem da realidade e da experiência da emigração. Assim ocorre, por exemplo, com as famílias transnacionais nas quais os avôs se encarregam de cuidar dos filhos de seus filhos quando estes estão emigrando e, portanto, envolvem-se com toda função cotidiana que exige o cuidado com uma criança: as atividades relacionadas à vida escolar; problemas de saúde; quando as crianças demonstram sentir a

ausência afetiva dos pais, o que em alguns casos se reflete no baixo rendimento escolar; ou quando as esposas, cujos maridos estão emigrando, têm que assumir sozinhas a criação dos filhos, desempenhando todas as tarefas que a economia doméstica demanda, inclusive aquelas direcionadas à figura masculina como a construção da casa quando os esposos enviam dinheiro para este fim; ou, para citar um último exemplo, quando mães e pais, muitas vezes já de idade avançada, têm de aprender a lidar com aparatos tecnológicos como o computador e a Internet para assim manter a comunicação com os filhos que estão emigrando.

Outros elementos dessa cultura e/migratória que afetam a vida cotidiana dos moradores locais são o processo de dolarização da economia local e o crescimento do setor da construção civil. A introdução do dólar na economia local, quando se transformou em assunto das entrevistas, foi geralmente descrito como algo natural, mas percebido de forma negativa na maioria dos casos, visto que encarece o custo de vida local e afeta a vida daqueles que não estão envolvidos com o fluxo e/imigratório. A inflação da economia local foi percebida como negativa, sobretudo quando se referia ao encarecimento do preço dos imóveis. O fato de que muitos valadarenses emigram para adquirir a casa própria (frequentemente inscrito no projeto de retorno) faz com que parte significativa dos recursos enviados em forma de remessas, estimule o crescimento do setor da construção civil que cresceu vertiginosamente nas últimas décadas.

Amauri, um engenheiro local entrevistado, destacou que o *boom* da construção civil local foi perceptível sobremaneira a partir da década de 1980, um período em que este setor “tinha com relação aos recursos vindos de fora, principalmente dos Estados Unidos, um índice bem significativo das obras realizadas na cidade”. “Eu cheguei aqui em 78”, disse ele, “acredito que já existiam muitas famílias com parentes fora, mas não na intensidade que ocorreu na década de 1980, 90”. Outros entrevistados destacaram que o crescimento deste setor contribuiu para um rápido processo de urbanização de alguns bairros específicos, como “o bairro São Pedro e o universitário”. Juntos, o processo de dolarização da economia local e o crescimento do setor da construção civil estimularam o processo de urbanização e modificaram os espaços físicos da cidade, visibilizando o impacto real do envio das remessas.

Figura 10- Foto: Propaganda de agência de turismo em Governador Valadares, 2010.



Fonte: Arquivo do autor.

Relacionado ao processo de dolarização da economia local está o surgimento de um grande número de agências de turismo neste mesmo período. Na última década o número delas reduziu consideravelmente, mas para aqueles que são de fora o número delas ainda pode causar admiração, principalmente na região central de Governador Valadares. No começo da década de 1990 a cidade tinha uma média entre 35 e 40 agências de turismo servindo uma população de 210 mil habitantes (MARGOLIS, 1994, p.155). Essas agências contribuíram significativamente com a cultura e/migratória na cidade na medida em que funcionaram como bancos, recebendo as remessas enviadas pelos emigrantes no exterior, e disseminaram informações sobre o projeto de emigrar: salientando aspectos da vida no exterior, organizando a retirada de passaporte e visto, agendando passagens, entre outros (SIQUEIRA, 2009). Agenciada por uma dessas agências de turismo local, Verônica nos narrou sua experiência de deportação ocorrida em 1989:

Mas eu esqueci de te contar um detalhe, em 1989 eu já tinha tentado ir, com o meu próprio visto e fui deportada, eu era solteira na época. Quem conseguiu foi um tal de Moisés que tinha aqui na época, era dono da R. Turismo, ele e o Renato que tá até preso. E ele conseguiu, ele falou que o meu

visto era verdadeiro, o meu passaporte, a minha foto, tudo, e eu fui, na maior boa vontade, era adolescente. Mas não era verdadeiro porque quando eu cheguei lá eles me deportaram falando que o visto era falso, isso em 1989, eu nem tinha completado 21 anos (Verônica, 43 anos, emigrante retornada. Entrevistada pelo autor em Governador Valadares em 04/02/2010. Transcrição do autor).

Mais do que visibilizar a participação das agências de turismo como intermediadoras no processo de construção de projetos e/imigratórios, a narrativa de Verônica ajuda a demonstrar como a noção dessa cultura e/imigratória emergiu nos relatos de emigrantes retornados ou dos seus familiares. Subentendida como um costume local, nessas narrativas ela aparece relacionada à construção do projeto de emigrar, ou mais precisamente, aos motivos que levam os valadarenses a emigrar. Nelas, a realidade da emigração aparece como algo naturalizado na cidade, como denota a fala de uma entrevistada ao dizer que “os valadarenses tem essa mania”. Os motivos da emigração, além das razões econômicas relacionadas às aspirações por melhores salários ou padrões de vida, apareceram nas narrativas associados à construção de um “desejo” de emigrar dos valadarenses, uma espécie de *habitus* local.

No relato de Verônica, quando a entrevistamos em Governador Valadares, esse “desejo” de emigrar foi substituído pela ideia da realização de um “sonho”, frustrado pela experiência da deportação já no aeroporto de Nova York em 1989, quando ela tinha 20 anos. Um primo que estava há algum tempo nos Estados Unidos pagou 3.500 dólares por passagem, passaporte e visto a um agente de uma das agências de turismo da cidade que organizaria a viagem dela. Porque os documentos que em tese seriam verdadeiros eram na verdade falsos, Verônica viveu o que ela definiu como “a horrível experiência da deportação”. Mas essa experiência apenas aguçou o desejo que ela tinha de emigrar, “a sensação é horrível e acho que era por isso que eu tinha vontade de ir, porque eu tinha aquela frustração de não ter conseguido, mas eu falei: ainda vou, e fui com o passaporte montado e consegui”, disse ela.

Em 1995, já casada, Verônica e o marido conseguiram entrar nos Estados Unidos, ambos com passaporte “montado” e com visto de turista. Moraram e trabalharam durante oito anos nos Estados Unidos,

primeiro na região de Boston e mais tarde em Deerfield, na Flórida, retornando definitivamente a Governador Valadares em 2003. Sobre a construção do projeto de emigrar relata:

Na época eu estava trabalhando, trabalhava no departamento de pessoal há 8 anos em uma empresa de fora que fazia limpeza urbana na cidade, meus patrões não queriam que eu fosse porque gostavam muito do meu trabalho mas era o meu sonho, então eu me casei em outubro 1993 e em 95 eu fui. Financeiramente eu estava satisfeita, mas eu sempre tive aquele sonho de ir pra América e eu acho que se eu não fosse eu não seria bem resolvida hoje. Eu acho que valeu a pena porque eu me senti realizada, mesmo fazendo trabalho que eu nunca tinha feito que era limpar casa, mas interiormente eu me realizei. (...) A minha mãe entrou em depressão quando eu fui, eu sou a caçula, meu irmão também não queria que eu fosse, nem minha irmã, nós somos só três, mas era um sonho. Meu maior projeto era ir pra América!” (Verônica, 43 anos, migrou em 1995, entrevista citada).

Esse desejo de emigrar para os Estados Unidos não é uma especificidade da experiência de vida de Verônica, é algo recorrente nas entrevistas realizadas e que em determinado momento do tempo passou a fazer parte dos projetos de vida de muitos moradores em diferentes regiões do estado de Minas Gerais. Quando entrevistei Benta em Governador Valadares, uma senhora de 67 anos que assim como toda sua família passou pela experiência de emigrar para os Estados Unidos, ela disse que em 1989 quando se inicia essa história familiar de emigração, a ideia de deixar a cidade sequer havia sido cogitada, ainda que muitos casos de emigração já fossem conhecidos, mas que de repente aquela realidade “caiu sobre suas cabeças”. Em sua narrativa destaca: “eu achava aquilo o fim do mundo e que nunca aquilo ia chegar na minha casa, até que o pai da Luiza (neta) chegou com essa ideia, parece que se ele não fosse ele até morria”. O desejo do genro levou a filha, os outros dois filhos, o esposo e ela própria para Deerfield, na Flórida, o que para todos eles representou uma novidade inesperada nas suas experiências de vida.

Durante a experiência da pesquisa de campo em Governador Valadares pareceu demasiadamente significativo o trabalho realizado em um bairro chamado Santa Teresinha, pela razão de que pareceram nítidos os efeitos da cultura e/imigratória na cidade. Fazendo divisa com o Centro da cidade e à beira do rio Doce, motivo pelo qual a população já enfrentou algumas enchentes, o Santa Teresinha é reconhecidamente um bairro de população de baixa renda e com muitos casos de emigração: em quase todas as casas era possível localizar algum emigrante retornado ou familiares que têm parentes emigrando. Através das visitas realizadas no bairro foi possível perceber com clareza a dinâmica das redes e/imigratórias. Considerando os diferentes pontos de destino apontados pelos moradores e a realidade das suas condições financeiras, a questão que se poderia formular era como os seus parentes e amigos, originalmente também moradores do bairro, poderiam estar espalhados por países como Estados Unidos, Portugal, Inglaterra e Espanha? A trajetória de pesquisa no bairro revelou a própria dinâmica das redes e/imigratórias, de modo que a cada casa visitada nós conhecíamos outras duas ou três a visitar.

Foi desse modo que chegamos à casa de Lorena, uma senhora que contava com seus 68 anos. Apesar de morar no bairro, as condições de vida da família dela eram visivelmente melhores do que a maioria dos outros moradores, algo que como ela definiu: “foi conquistado com muito esforço”. A intenção da entrevista era a de conhecer a experiência de uma mãe com filho nos Estados Unidos, revelando mais sobre a experiência daqueles que permanecem na origem. Contudo, por ser ela uma antiga moradora de Governador Valadares acabamos aprendendo também sobre a história da cidade e sobre a história da migração na cidade.

Elton- A senhora me disse que mora aqui há 50 anos. Eu vou começar perguntando se a senhora se lembra de como começou esta história de ir para os Estados Unidos.

Lorena- Lembro! Das primeiras lágrimas também, das mães. Antigamente foram muitas pessoas porque a nossa cidade é assim, tem ricos e pobres, médios são aqueles que conseguem sobreviver. A cidade sempre foi muito rica, depois ela caiu, então as pessoas começaram a ir, a migrar pros EUA, e era mais fácil e lá muitos fizeram muita coisa, mas pouco pelo tanto de pessoas que foram.

Eles achavam que lá ganhava mais, podiam ganhar mais dinheiro, e eu acho que iam com a intenção de voltar só que com o passar do tempo eles se regularizavam lá e ficavam. Eu tenho uma prima que foi na década de 60, o ano eu não lembro, mas os filhos dela são americanos e ela mora lá ainda. Mas já iam antes eu acho. Aqui quando acabou a serralheria, acabou as pedras preciosas, essas coisas que chamavam dinheiro, as pessoas começaram a procurar outro lugar, os Estados Unidos primeiro, Portugal, Inglaterra, Espanha, são mais recentes.

Elton- E o seu filho, foi em que ano?

Lorena- O meu filho primeiro foi pra Inglaterra, em 2005, foi como estudante, trabalhava uma parte e a outra estudava, mas o sonho dele era ganhar dinheiro na Inglaterra pra ir pros Estados Unidos. Era o sonho dele, eu lutei de mais com ele pra ele não ir, eu preferia que ele ficasse na Inglaterra e não nos Estados Unidos, eu não sei por que, mas eu sentia mais segurança. Como ele fala fluentemente o inglês, o espanhol, o alemão, então não foi difícil pra ele como nos Estados Unidos, muito difícil porque ele não queria trabalhar, ele é um advogado e foi trabalhar de pedreiro, de pintor, fazendo jardins, aprendeu a consertar eletrodomésticos que aqui nunca tinha feito. O sonho dele era os Estados Unidos, como diz ele “é um sonho que se torna um pesadelo”. (...) Tem essa prima minha que eu te falei, que mora lá há muito tempo, ele não conhecia eles, eles foram buscar no aeroporto com a camisa do Atlético Mineiro e com a camisa do Cruzeiro pra ele identificar as pessoas. Essa minha prima ajudou muito ele lá por lá, mas ele queria ir para a Virgínia porque tinha trabalho lá, não deu certo, daí começou a maratona”. (Lorena, 68 anos, nunca migrou mas tem um filho desde 2005 no exterior, entrevistada pelo autor em 03/02/2010. Transcrição do autor).

Mais do que narrar um pouco da trajetória de e/imigração do filho, Lorena falava indiretamente da configuração da cultura e/migratória na cidade. Embora sem oferecer um marco temporal

definido ela falava sobre a inversão da imagem da cidade ao longo do tempo: da imagem de uma cidade “rica” porque economicamente ativa e porque oferecia oportunidades de trabalho, para a imagem de uma cidade que se empobrece, que se torna economicamente estagnada e que se torna reservatório de mão de obra. Mas ela também aponta para a construção daquele desejo de emigrar para os Estados Unidos e não para outro lugar. Um desejo que fez com que seu próprio filho, mesmo sendo advogado formado, com escritório montado e já com algum sucesso profissional, largasse a vida que levava em Governador Valadares para realizar o sonho de emigrar para os Estados Unidos. Abrindo mão do trabalho e da permanência documentada na Inglaterra para executar nos Estados Unidos um tipo de serviço de baixo *status* social que não correspondia à sua formação e que nunca tinha realizado. Uma parte da experiência de vida do filho que ela própria não era capaz de entender e explicar direito.

Esse “desejo/sonho” de emigrar que perpassa a trajetória de vida do filho de Lorena, do genro de Benta e de Verônica faz parte de uma dimensão cultural que contribui para a construção social da decisão de emigrar e da emigração, como projeto e processo social. Esse elemento da cultura local, em conjunto com os demais citados, configura um padrão de migração estabelecido em Governador Valadares que nos permite considerar a existência de uma cultura e/imigratória, cuja reprodução depende do constante avivamento dessa estrutura simbólica. Estudar um pouco da história de Governador Valadares e compreender alguns dos indícios que explicam por que os mineiros emigram para os Estados Unidos é importante na medida em que visibiliza as origens do contexto sócio-histórico no qual se inserem a reconfiguração dos laços familiares e as práticas transnacionais que perpassam a vida de muitas famílias de origem mineiras, como discutiremos nos próximos capítulos.

4. CAPÍTULO III: FAMÍLIAS TRANSNACIONAIS DE ORIGEM MINEIRA: ESFORÇOS E ESTRATÉGIAS QUE RECONFIGURAM LAÇOS FAMILIARES À DISTÂNCIA

No dia 20 de setembro de 2006, o jornal brasileiro de maior e mais antiga circulação no estado de Massachusetts (EUA), o Brazilian Times (fundado em 1986), divulgou a notícia da publicação do livro “Adeus Rio Doce” de Geny Vilas-Novas, no Brasil. Apesar de ser publicado no Rio de Janeiro, onde a autora reside há muitos anos, o livro trata de uma faceta da realidade social vivenciada por moradores da região do rio Doce em Minas Gerais, onde ela nasceu. A escrita do livro é, portanto, não só um exercício de reflexão e criação artística da autora, mas também um trabalho de memória no qual, ao reconstruir uma trajetória familiar de e/imigração, ela se baseia nas suas próprias lembranças que envolvem o fenômeno migratório internacional que caracteriza a história daquela região. O livro agora faz parte da literatura local que ajuda a contar a história desse fenômeno regional, e nós mesmos o encontramos por acaso numa visita a uma livraria na cidade de Governador Valadares em 2010.

Figura 11- “Livro conta separação de imigrante da família”.



Fonte: Jornal Brazilian Times, 20/09/2006. Arquivo do autor.

Não encontramos indícios de que o livro de Geny Vilas-Novas circule entre os brasileiros que vivem no estado norte-americano de Massachusetts, tampouco se eles o conhecem. O fato é que de alguma forma o episódio dessa publicação pelo jornal demonstra que os

brasileiros de Minas Gerais que vivem nos Estados Unidos podem estar cientes do que se passa em seus lugares de origem, graças a uma mídia impressa e digital que conecta esses lugares. Os e/ímigrantes mineiros não estão isolados dos acontecimentos que se passam no Brasil, da mesma forma como os moradores de Governador Valadares e região não estão isolados do que se passa nos Estados Unidos, graças também a uma imprensa local que afetada pela realidade da emigração noticia fatos e acontecimentos que conectam esses dois países e que faz parte da cultura da e/imigração que existe naquela região.

Contudo, é outra característica dessa cultura e/imigratória que discutimos aqui e que introduzimos a partir da história narrada no livro de Geny Vilas-Novas: a reconfiguração dos laços e das relações familiares no contexto da experiência e/imigratória dos mineiros para os Estados Unidos. Na narrativa da autora a personagem principal que conta a história em primeira pessoa é Carla, uma menina de 15 anos. Ela tem uma irmã gêmea chamada Lara, e um irmão que é um ano mais novo que elas, o menino Guilherme. Os três foram deixados no Brasil quando os pais emigraram para os Estados Unidos. Na ocasião as meninas e o menino tinham 2 e 1 ano de idade, respectivamente. Os pais emigraram em busca de trabalho, pois segundo Carla: o pai “não conseguia tirar dinheiro da terra”, na pequena fazenda da família, localizada numa cidadezinha no Vale do Rio Doce. As meninas ficaram aos cuidados da avó, enquanto Guilherme foi temporariamente adotado pelos tios que moravam no Rio de Janeiro. A narrativa não nos informa exatamente quando, mas poucos anos depois os pais retornaram e a família voltou a viver sob o mesmo teto na fazenda.

Nos anos que se seguiram, as condições de vida da família não apresentaram melhora. Por essa razão, o pai, convencendo-se de que a renda que ganhava com a venda da cachaça que produzia não era suficiente para suprir a expectativa de qualidade de vida que desejava oferecer aos filhos, decidiu reemigrar para os Estados Unidos. As crianças, àquela altura pré-adolescentes, certamente não participaram das decisões envolvendo o projeto e/imigratório e apresentaram dificuldades para compreender por que a mãe, na sequência do pai, também os deixou novamente. A menina Carla não se conforma com o fato de a mãe ter ido em novembro: “poderia pelo menos ter passado o natal com a gente...”. Os três irmãos então permaneceram juntos na casa da avó que já era viúva, e todos se mudaram para uma casa na cidade de Caratinga, pois a avó estava ficando velhinha e precisava da ajuda das filhas e de cuidadoras.

“A casa estava sempre cheia”, recorda a menina sobre a residência da avó. As tias, mesmo morando em lugares diferentes: Caratinga, Governador Valadares, Rio de Janeiro, estão sempre lá e ajudam na educação das crianças. A tia que mora em Governador Valadares vem com menos frequência porque também mora em Rochester, nos Estados Unidos. Ela é divorciada e sua família também está geograficamente dispersa, por isso ela passa seis meses com as filhas que moram lá e seis meses com o filho que mora aqui. Como paisagista ela faz jardins aqui no Brasil e lá nos Estados Unidos. A avó, por sua vez, vive triste devido à ausência do filho: “o que tinha ela de se apegar ao meu pai? Puxa vida! Agarrasse às minhas tias. Elas estão sempre aqui. Mas é justamente isso que amola a minha avó, essa bendita distância, essa impossibilidade de ver o filho”, destaca Carla.

Ela descreve a si e a irmã como duas meninas gordinhas, pois devido à ansiedade elas comem demais e também roem as unhas. As tias mandam: “passar manteiga pra ver se fica mais gostoso”. Descreve-se também como a mais centrada dos três irmãos. É ela que de certa forma gerencia as coisas na casa da avó e organiza a vida dos irmãos: “eu faço as compras do supermercado. Fico na rua escolhendo os melhores preços na hora de comprar sapatos, roupas para mim e para eles. Meus tios sempre me ajudam nessas coisas. Já aprendi a lidar com os bancos. Ponho dinheiro, tiro, vejo o saldo, controlo as despesas pra não ficar no vermelho”, observa. Ela também atenta para o fato de que os irmãos não estudam, têm rendimento baixo na escola. Faltam com frequência as aulas de inglês pagas pelos pais, que também pagam um professor particular que os ensina todas as matérias na casa deles, exigência feita pelas tias como parte do que poderíamos chamar de contrato de cuidado. A menina Lara, descreve a irmã Carla, vive deprimida, reclamando da vida e de todos, é a única que sente vontade de viver nos Estados Unidos com os pais, mas o projeto não parece muito promissor, pois lá “as universidades são caras”.

O menino Guilherme vive feliz apesar da ausência física dos pais. Como outros garotos da sua idade, está mudando de voz, “tornando-se homenzinho”, mas continua deixando os calçados pelo chão, e apesar de ser muito inteligente vem fazendo muita bagunça na escola. Junto dele estão quase sempre os tios e os primos, com quem joga futebol e faz “outras coisas de homem”. Observando aspectos de gênero na forma como o irmão é educado, Carla questiona: “aqui em casa só tem mulheres. Nessas horas é bom ser homem. Não pode lavar uma louça porque é homem, não pode estender a cama porque é homem. Não pode

fazer aquilo, porque é homem. Desse jeito todo mundo quer ser homem”. O menino não gosta dos Estados Unidos, e apesar do pouco empenho, pretende estudar e promete trazer os pais de volta.

A respeito das relações que ela e os irmãos mantêm com os pais à distância e sobre a vida que os mesmos levam nos Estados Unidos, Carla observa que:

Meus pais foram morar em Boston, ou melhor, nos arredores. Lá meu pai fazia muro de pedras, cuidava de cavalos, trabalhava em construção civil, em certas épocas do ano. Mamãe fazia faxina, dobrava roupas em grandes lojas, cuidava de crianças. Com o dinheiro que economizaram, compraram uma pequena firma de prestação de serviços de limpeza e montaram uma equipe própria. Nessa firma eles trabalham faxinando casas, cuidando de jardins, pintando paredes e fazendo reparos. Isso é que dá dinheiro, minha mãe fala (...). Lá ele (o pai, grifo meu) trabalha por hora, ganha em dólar, é diferente. Ele até ficou mais bonito! Sempre nos vemos pela internet. Ainda bem, dá pra matar um pouco a saudade. Não sei, ele ficou mais bonito. Acho que veste umas roupas melhores, é isso. Lá é frio. Roupas de frio é mais chique (...). Minha mãe está controlando a limpeza do quarto do Guigui, lá de Boston (...). Tem vez que ela chega quente da faxina e começa a falar com a gente pela internet: vocês estão trocando as roupas das camas nos dias certos? Precisam lavar bem as cabeças, pentear bem os cabelos. Vocês são umas moças muito despencadas. Papai fica irritado, acha que ela não tem que ficar brigando com a gente. Ué, ela está no direito dela. Eu sempre me dei muito bem com a minha mãe (...). Ela continua tomando remédio pra emagrecer. Ela pede pra eu comprar esse remédio aqui e enviar pra ela. Meu pai falou pra eu não mandar mais, e eu não vou mandar (...). Meus pais telefonavam a qualquer hora, não se preocupavam em falar nos horários mais baratos. Às vezes uma ligação desnecessária ficava em cem reais (...). O maior problema das nossas vidas é a legalização dos meus pais. Se eles fossem legais, não teria problema. Poderiam visitar a

vovó de vez em quando, nós poderíamos ir a casa deles nas férias. Sei que tudo é caro, teria que ser só de vez em quando. Mas poderia. Desse jeito fica impossível. Não sei por que os meus pais não falam em tentativa de legalização (VILAS-NOVAS, 2006).

A experiência da avó, Carla, Lara e Guilherme são na verdade a experiência de Dona Maria, Clara, Clarice e Guilherme. Eles são as personagens reais que inspiram a história fictícia dos personagens criados por Geny Vilas-Novas no livro “Adeus, rio Doce”, como explica a própria autora ao final do livro, quando faz os agradecimentos pelas entrevistas concedidas. Da história das crianças que Geny narra no livro para a história das crianças reais que o inspiram (ou da história vivida cotidianamente por milhares de crianças mineiras reais) é muito tênue o limite entre a ficção e a realidade. O livro trata da forma como a realidade da emigração marca as trajetórias de vida dos membros de uma família que vive numa cidadezinha às margens do rio Doce. Trata do espraiamento da realidade da emigração que iniciada no centro urbano de Governador Valadares alcança outras cidades da região ainda imersas no mundo rural.

Trata também da experiência dos pais, que deixando os filhos aos cuidados dos avós, emigram para os Estados Unidos em busca de melhores condições de vida para suas famílias. Da experiência dos filhos, que têm de aprender a lidar com a dor da saudade que provoca a ausência dos pais, e que não raras vezes carregam sob os ombros as responsabilidades da vida de um adulto. Trata da experiência das avós, que além de suportar a ausência física dos filhos têm de lidar com o constante medo de que algo de ruim lhes aconteça nos Estados Unidos quando não estão devidamente documentados, e algumas ainda lidam com a responsabilidade que assumem com a educação dos netos que as tornam novamente mães. Trata da experiência da tia que se legalizou nos Estados Unidos e experimenta uma forma mais acabada do transnacionalismo migrante, como alguém que está constantemente atravessando fronteiras nacionais, trabalhando e vivendo entre o Brasil e os Estados Unidos.

Mas o livro não trata exatamente da história de uma desestruturação familiar causada pela experiência da emigração, como pode dar a entender num primeiro momento, e tampouco trata apenas da experiência da separação do e/imigrante da sua família, como sugere o título da matéria publicada pelo jornal *Brazilian Times*. O livro também

nos informa sobre a forma como as relações e reconfigurações da família ampliada, através do papel exercido por avós e avôs, tios e tias, padrinhos e madrinhas, primos e primas, possibilitam que a experiência da emigração se concretize, se mantenha e se reproduza.

Desse modo, o livro dá conta da forma como a responsabilidade pelas crianças circula junto com as próprias crianças no seio da família extensa, uma estratégia familiar de deslocamento de lugares de sujeitos que contribui para o sucesso do projeto coletivo da e/imigração. Aborda os processos de negociações das identidades pessoais, coletivas e culturais que os pais que estão e/imigrando vivenciam. Oferece-nos, enfim, elementos para percebermos alguns dos esforços, das práticas e estratégias que emanam dessas famílias na intenção de continuar sendo família apesar da distância geográfica, a forma como o cuidado e o afeto podem cruzar fronteiras político-administrativas e preceitos jurídicos nacionais.

O livro “Adeus Rio doce” (e a nossa crítica recai sobre o título, visto que a própria estória narrada demonstra que esse “adeus” não se concretiza) nos serve como ponto de partida para discutir uma série de elementos que configuram as experiências familiares dos e/imigrantes mineiros. Essa literatura, como uma inspiração do vivido, visibiliza que muitas cidades do estado de Minas Gerais, e especialmente na região do Vale do Rio Doce, fazem parte de um campo social transnacional no qual relações sociais transnacionalizadas permeiam o espaço da vida cotidiana de muitas famílias mineiras e que, por essa mesma razão, torna-se tema da literatura local e transnacional.

Embora não seja o escopo documental que aqui privilegiamos, a literatura nos alerta para a importância de estudarmos o espaço do trabalho reprodutivo e a reconfiguração dos laços e relações familiares no contexto das experiências transnacionais das e/imigrações do período pós-guerra, e de percebê-las como indissociáveis dos campos sociais transnacionais nas quais estão inseridas. A modo do que fizemos introdutoriamente ao rerepresentar a história familiar narrada por Geny Vilas-Novas, nesse capítulo apresentaremos por meio de relatos orais outras duas trajetórias familiares de e/imigração, demonstrando como essas famílias se configuram como famílias transnacionais. Nesse sentido, ao reconstituir essas trajetórias, salientaremos os esforços e as estratégias dos quais os e/imigrantes mineiros e seus familiares lançam mão para continuar sendo família, reconfigurando laços familiares, econômicos, afetivos e de cuidados a longas distâncias físicas e geográficas que os separam entre o Brasil e os Estados Unidos.

Iniciaremos discutindo o conceito de “famílias transnacionais” e demonstrando como os laços estabelecidos nessa conexão se constituem como transmissores de “remessas sociais”. Em seguida apresentaremos outras duas trajetórias familiares de e/imigração, destacando as vivências de um cotidiano marcado pelas separações físicas de longas distâncias e os enfrentamentos relacionados à dinâmicas de gênero, etnia, classe e geração que as atravessam. Ao longo da discussão também aproveitamos para salientar o papel de destaque que as mulheres desempenham nesses rearranjos familiares relacionados ao estabelecimento de novos formatos de laços sociais e aos desafios da economia doméstica.

Os dois exemplos que apresentaremos na sequência evidenciam que mesmo que as mulheres não ocupem o lugar de principal provedoras econômicas do lar, ou até que isso aconteça, elas encontram espaços de negociações e empoderamento que as tornam protagonistas dessas cenas cotidianas, familiares e transnacionais. Nossa noção de empoderamento se refere ao que Morokvasic (2007, p.73) descreveu como “um processo de fortalecimento da agência das pessoas, isso significa o fortalecimento das estratégias individuais e coletivas de resistência (mas também de negociação, subversão etc.) para se livrar de pressões sociais, econômicas e políticas e/ou tentar encontrar alternativas valoráveis”²⁷.

4.1- AS FAMÍLIAS TRANSNACIONAIS: COMUNIDADES REAIS E IMAGINADAS

Em uma visão mais ocidental a família é frequentemente confundida com o domicílio, ou seja, com a partilha de um cotidiano em comum, vivenciado sob o mesmo espaço físico, a casa. Contudo, essa visão não dá conta de capturar a composição e a estrutura das famílias transnacionais, cujos membros partilham um cotidiano marcado pela separação física entre os mesmos, o que não os impede de manter vínculos de afetos e cuidados, ou se perceber e identificar como uma unidade familiar, visto que o senso de lugar e de pertencimento é continuamente reformulado através da experiência da dispersão física (BRYCESON e VUORELA, 2002). Elas são unidades de estratégias

²⁷ No original: “Empowerment can be understood as a process of reinforcing people's agency, it means strengthening individual and collective strategies of resistance (but also negotiation, subversion etc.) to get rid of social, economic, political pressures or/and try to find valuable alternative” (MOROKVASIC, 2007, p.73).

socioeconômicas que desafiam os esforços analíticos de múltiplas ciências sociais justamente por essa habilidade de se reconstituir e se redefinir através das contingências espaço-temporais.

O conceito e a discussão sobre as famílias transnacionais se ampliaram significativamente depois da publicação do livro *“The transnational Family: new european frontiers and global networks”* (BRYCESON e VUORELA, 2002) organizado por Bryceson e Vuorela, ainda que as redes e as relações familiares no contexto das e/imigrações globais recentes já estivessem presentes na discussão sobre os contextos socioculturais nos quais estão inseridas essas famílias, destacadamente as ideias de “comunidades transnacionais” (LEVITT, 2001) e “campo social transnacional” (GLICK-SCHILLER, BASCH e ZSANTON-BLANC, 1995). No referido livro essas famílias foram definidas como “famílias cujos membros vivem algum ou a maior parte do tempo separado uns dos outros, mas apesar disso permanecem unidos e criam algo que pode ser visto como um sentimento de bem-estar coletivo e unidade, isto é, ‘familiaridade’, mesmo através de fronteiras nacionais” (BRYCESON e VUORELA, 2002, p.03)²⁸.

A configuração das famílias transnacionais demonstra que a instituição da família pode ser vista mais como uma comunidade imaginada do que como uma ordem biológica, na qual as pessoas estão ligadas por laços sanguíneos. Segundo Vuorela, a família e a própria ideia de nação podem ser vistas como “comunidades reais e imaginadas”, e o pertencimento a cada uma delas é uma “construção social de fundamentos políticos e emocionais que não necessariamente se implicam” (VUORELA, 2002, p.63). Ao tomar como estudo de caso a história de uma família de classe média, que nas últimas décadas se dispersou por quatro continentes (África, Ásia, Europa e América), a autora demonstra como o investimento familiar na educação dos filhos transformou esta em um importante capital simbólico e social que permitiu ao coletivo familiar manter um padrão de vida relativamente alto, através da mobilidade transnacional de seus membros (VUORELA, 2002, p.79). Estes, por conta das separações físicas e das rupturas culturais, forjam seus próprios sentidos de pertencimento e lealdade à família e ao Estado-nação.

²⁸

No original: families that live some or most of the time separated from each other, yet hold together and create something that can be seen as a feeling of collective welfare and unity, namely ‘familyhood’, even across national borders (BRYCESON e VUORELA, 2002, p.03).

Essa trajetória familiar estudada por Vuorela revela que os modos de vida transnacionais não representam um problema do ponto de vista dos membros familiares, assim como pode representar para o Estado-nação, que pode suspeitar do sentimento de pertencimento e lealdade de sujeitos de múltiplas cidadanias. Não se pode pensar que os e/imigrantes contemporâneos simplesmente transferem suas lealdades de um país para outro. O que ocorre é que eles são, em diferentes graus, integrados nos países de destino, ao mesmo tempo em que se mantêm conectados aos seus países de origem, o que se define como a própria condição da transnacionalidade. O senso de lugar e identificação social pode mudar de acordo com a relativa facilidade do deslocamento e da comunicação. Segundo Levitt (2001, p.07), identificações sociais de membros de famílias transnacionais podem ser ambíguas e sujeitas a mudanças, e a própria família transnacional se torna um espaço para depositar a lealdade, considerando os laços que objetivam o bem-estar coletivo e que fornecem uma fonte de identidade.

Ao examinar as famílias transnacionais como unidade de estratégias socioeconômicas nós estamos estudando o processo de globalização “visto de baixo”, especificamente do ponto de vista dos indivíduos cujas vidas estão caracterizadas pela mobilidade transnacional e pela dispersão física, ou daquilo que Guarnizo e Smith (1998) chamaram de “*transnationalism from below*”, ou seja, do ponto de vista das pessoas comuns, como os e/imigrantes e suas práticas transnacionais. Em outras palavras, o estudo sobre as famílias transnacionais exige que os processos ligados à globalização sejam considerados pelo nível da vida cotidiana e da perspectiva da sociedade civil (BRYCESON e VUORELA, 2002, p.08), o que visibiliza a importância da vida e do trabalho reprodutivo nos processos migratórios recentes, e razão pela qual, aspectos como agência e práticas cotidianas são centrais para a compreensão da mobilidade, das orientações futuras e das dinâmicas das redes que constituem os modos de vida transnacionais.

A família transnacional está constantemente realizando negociações internas e externas, ou seja, aquelas que os membros familiares realizam entre si e aqueles que realizam com organizações, situações, contextos e condições sociais que os cercam. Para a análise das relações que os membros das famílias transnacionais estabelecem entre si e com o mundo exterior, nas quais lançam mão de práticas e agências, Bryceson e Vuorela sugerem os conceitos de “*frontiering*” e “*relativizing*”. Com o conceito de *frontiering* as autoras querem

indicar as formas e meios que os membros das famílias transnacionais usam para criar espaço familiar e laços de rede em terreno onde conexões afins são relativamente escassas. O termo parece mais apropriado do que o termo ‘negociação’, o qual é usado na literatura para identificar formação. *Frontiering* denota o encontro entre as pessoas, e sugestões nos vários modos de encontrar que podem ser mais ou menos agradáveis, criativos e gratificantes ou assolados por conflitos. Associar *frontiering* com confronto é relevante algumas vezes, considerando que *frontiering* também pode ser utilizado para designar o ato de definir identidades, diferenças, e acordos sobre a apropriação de espaço ou funções. *Frontiering* prossegue como movimento para a compreensão implícita sobre a interface e encontro, onde as fronteiras são desenhadas entre aceitável e inaceitável (BRAYCESON e VUORELA, 2002, p.11-12)²⁹.

Terminologicamente as autoras explicam que o termo, originalmente utilizado para descrever os processos de conquista territorial e domínio cultural dos europeus pelo resto do mundo, agora é utilizado justamente porque descreve um processo reverso, no qual fluxos e/ímigratórios massivos se dirigem para a Europa ao invés de ter origem nela. Descreve também a significação de noções como as famílias transnacionais e o multiculturalismo na Europa atualmente,

²⁹ Tradução livre do autor. No original: “We suggest the term ‘frontiering’, to denote the ways and means transnational family members use to create familial space and network ties in terrain where afinal connections are relatively sparce. The term seems more appropriate than the term ‘negotiation’, which is used in literature about identify formation. Frontiering denotes the encounter between people, and hints at various ways of encountering that may be more or less amiable, creative and fulfilling or conflict-ridden. Associating frontiering with confrontation is relevant at times, whereas frontiering may also be used to denote the act of defining identities, diferences, and agreements about the appropriation of space or roles. Frontiering proceeds as movement towards implicit understanding about the interface and encounter, where boundaries are drawn between acceptable and unacceptable” (BRYCESON e VUORELA, 2002, p.11-12).

contexto histórico caracterizado por profundas mudanças de composição e mobilidade populacional. O termo se refere ao entrecruzamento e choques de valores e culturas que acompanham as trajetórias das famílias transnacionais, mas que estão presentes na sociedade como um todo. Tal experimentação cultural ocasiona, por exemplo, conflitos e enfrentamentos gerados por diferentes concepções de gênero, geração e desencontros entre projetos pessoais e coletivos no seio familiar.

Por sua vez, o conceito de “*relativizing*” é usado para

fazer referência à variedade de formas individuais de estabelecer, manter ou limitar laços relacionais com membros familiares específicos. Destina-se a salientar o senso de relatividade, de estar relacionado, que ocorre nas relações de famílias transnacionais que são criadas por ativa perseguição ou negligência passiva de laços sanguíneos familiares e a inclusão possível de laços não sanguíneos como membros familiares. Quando famílias estão divididas e dispersas a longa distância, a necessidade de manter os laços familiares ativos e renovados vem à tona. *Relativizing* refere-se aos modos de materializar a família como uma comunidade imaginada com sentimentos compartilhados e obrigações mútuas (BRAYCESON e VUORELA, 2002, p.14)³⁰.

Devido à distância física de alguns membros familiares, outros deles precisam “relativizar” o parentesco, ou as posições de sujeitos, em um contexto que envolve a formação seletiva de conexões materiais e emocionais requeridas pelas situações de separações físicas e espaço-temporais. Apesar disso, ainda que essas separações sejam de longo tempo, ou mesmo caracterizadas por encontros rápidos e esporádicos, o

³⁰ No original: “Another term that we suggest is ‘relativizing’, used here to refer to the variety of ways individuals establish, maintain or curtail relational ties with specific family members. It is intended to stress the sense of relativity, of being related, that occurs in transnational family relation that are created by active pursuit of passive negligence of familial blood ties and the possible inclusion of non-blood ties as family members. When families are split and dispersed across long distances, the need to keep family ties alive and renewed comes to the fore. Relativizing refers to modes of materializing the family as a imagined community with shared feelings and mutual obligations” (BRAYCESON e VUORELA, 2002, p.14).

sentimento de pertencimento a uma família, com sua utilidade econômica e emocional, a mantém como uma unidade social viável. Ao atravessar fronteiras político-administrativas nacionais, a continuidade de práticas culturais e o estabelecimento de vínculos econômicos e afetivos que suprem necessidades individuais à distância demonstram que as famílias transnacionais não são caracterizadas simplesmente por vinculações consanguíneas, tampouco são entidades fixas, elas são unidades sociais altamente relativas a situações e contextos.

4.2- AS REMESSAS SOCIAIS: TRANSNACIONALIZANDO FAMÍLIAS, MUDANDO CULTURAS

Em certo sentido, a família transnacional é tecida por um conjunto de sentimentos de pertencimento e proximidade que se sustentam através da manutenção de vínculos e de práticas culturais, como por exemplo: o compartilhamento de tradições familiares; a troca de correspondências e presentes ou objetos simbólicos; as chamadas telefônicas; os aplicativos para celular e programas de computador que permitem a comunicação oral e visual via internet; o envio de remessas financeiras; ou visitas esporádicas (no caso daqueles que são documentados). Essa configuração também foi observada por Levitt (2001) ao analisar a vida cotidiana e transnacional dos e/imigrantes de Miraflores, uma comunidade da República Dominicana com forte tradição emigratória para a região de Boston (especialmente o bairro Jamaica Plain) desde a década de 1960.

No livro “*The Transnational Villagers*”, Levitt (2001) demonstra que apesar de parcialmente incorporados na comunidade de destino, parcela significativa dos miraflorenhos continua mantendo relações familiares e afetivas à distância, e participando da vida econômica e política da comunidade de origem. Esse intercâmbio ocorre por meio de visitas, chamadas telefônicas, trocas de correspondências e afetos, pela manutenção de hábitos alimentares, de formas de se trajar, de decorar as casas e exercitar a religiosidade etc. Tais vínculos e práticas transmitem “mensagens” que alteram os modos de vida dos e/imigrantes miraflorenhos, tanto na comunidade de origem quanto na de destino, revelando que eles não se destituem completamente das suas relações sociais e tradições pré-imigratórias. Ao invés disso, constroem laços através dos quais negociam novas formas e estilos de vida, e através de arenas políticas, religiosas e cívicas exercitam seus direitos através de fronteiras nacionais (LEVITT, 2001, p.03).

Essas mensagens, intercambiadas por sujeitos cujos pés estão “entre dois mundos”, são o que autora conceitua como “remessas sociais”:

As remessas sociais são as ideias, comportamentos e capital social que fluem das comunidades de recebimento às comunidades de envio. Elas são as ferramentas com as quais indivíduos ordinários criam cultura global a nível local. Eles ajudam os indivíduos incorporados em um contexto específico e acostumados a um conjunto especial de identidades e práticas a imaginar uma nova cartografia (Appadurai, 1990), incentivando-os a experimentar novas posições de gênero, experimentar novas ideias sobre política, e adaptar novas estratégias de organização. Uma vez que este processo tenha começado, a vida diária na vila é alterada de forma que os migrantes e não migrantes muitas vezes se tornam tão dependentes uns dos outros, que vilas transnacionais são propensas a durar (LEVITT, 2001, p.11)³¹.

Segundo Levitt os significados, os tipos e os impactos das remessas sociais variam de acordo com o capital cultural que os e/imigrantes carregam com eles e o nível de integração na cultura e sociedade do país de acolhimento. Ou seja, estão vinculados ao processo de enfrentamento cultural que as famílias transnacionais vivenciam no contato com o mundo exterior e como respondem às consequências desses enfrentamentos, em outras palavras, estão vinculados ao que Brycesone Vuorela (2002) chamam de *frontiering*. Em algumas situações as normas e os valores socioculturais dos imigrantes

³¹ No original: “Social remittances are the ideas, behaviors, and social capital that flow from receiving to sending communities. They are the tools with which ordinary individuals create global culture at the local level. They help individuals embedded in a particular context and accustomed to a particular set of identities and practices to imagine a new cartography (Appadurai, 1990), encouraging them to try on new gender roles, experiment with new ideas about politics, and adopt new organizing strategies. Once this process has begun, daily life in the village is changed to such an extent, and migrants and nonmigrants often become so dependent on one another, that transnational villages are likely to endure” (LEVITT, 2001, p.11).

permanecem inalterados, enquanto outros são totalmente reformulados, negociados e adaptados. A autora define três tipos de remessas sociais: estruturas normativas, sistemas de prática e capital social.

As estruturas normativas “são as ideias, valores e crenças. Elas incluem normas de comportamento, noções sobre responsabilidades familiares, princípios de vizinhança e participação comunitária e aspirações para a mobilidade social” (LEVITT, 2001, p.59)³². As mesmas também dizem respeito aos valores de organização coletiva, ideias sobre o que representa um bom governo ou como políticos e religiosos devem se comportar. Um exemplo dessas remessas são os desafios à identidade de gênero. É comum que as mulheres miraflorenhas mudem suas noções sobre o que as mulheres devem fazer e como devem se comportar a partir da participação no mercado de trabalho e do contato com instituições como clínicas médicas, escolas, etc. Essas noções são transmitidas às mulheres não emigrantes em Miraflores que usam essas remessas sociais para tecer novas versões de feminilidade (LEVITT, 2001, p.61).

Os sistemas de práticas são as ações reais alteradas por essas estruturas normativas. Alguns exemplos são as formas como as tarefas domésticas são delegadas, o formato dos rituais religiosos nos quais os imigrantes se integram, a medida na qual eles participam de grupos cívicos e políticos ou escolhem lideranças. Levitt (2001, p.62) cita como exemplo a forma como a mudança no senso de privacidade altera a arquitetura das casas que os imigrantes constroem em Miraflores. Contrariando a arquitetura local, essas novas casas são construídas com jardins na parte traseira da casa, cercada com muros altos, o que afasta a vida cotidiana dos olhos da vizinhança, que está acostumada a conhecer pelo menos parte da vida privada de outras famílias.

O capital social, por sua vez, diz respeito ao acesso a recursos nem sempre materiais a que os indivíduos têm acesso. A autora cita como exemplo a forma como alguns imigrantes que trabalharam em prol da comunidade em Boston transferem esse capital social para Miraflores, o que lhes permite planejar e executar projetos na comunidade local. Desse modo, o capital social adquirido em Boston é transferido para a comunidade de Miraflores (LEVITT, 2001, p.62).

³² No original: “Normative structures are ideas, values, and beliefs. They include norms for behavior, notions about family responsibility, principles of neighborliness and community participation, and aspirations for social mobility (LEVITT, 2001, p.59).

O impacto dessas remessas sociais nas comunidades de origem depende de valores como a natureza da própria remessa e do sistema transnacional, as características de quem ou o que transmite a mensagem e de quem a recebe (variando a partir de concepções como gênero, classe e estágio do ciclo de vida), e ainda as diferenças e similitudes entre os países de origem e recepção. Os mecanismos de transmissão das remessas sociais também são variados. Ela acontece quando os imigrantes visitam suas comunidades de origem ou para ela retornam definitivamente, quando indivíduos não migrantes conseguem visitar seus parentes e amigos nos países de destino, ou são intercambiadas através do envio de cartas, vídeos, e-mails, chamadas telefônicas etc. Esses mecanismos não são completamente diferentes daqueles que transmitem outros tipos de cultura global, mas as remessas sociais possuem objetivos mais específicos, as mensagens são mais particularizadas e enviadas a pessoas específicas, que se conhecem efetivamente (LEVITT, 2001, p.63-69).

Desse modo a conexão entre uma comunidade de origem e destino é relativamente persistente. As remessas sociais são capazes de gerar mudanças culturais, alterações na cultura material, nas tradições e visões de mundo dos e/imigrantes. Elas representam papel relevante na configuração dos fluxos e/imigratórios contemporâneos e possuem uma historicidade ligada às formas de concretização e manutenção dos vínculos estabelecidos a longas distâncias e que caracterizam substancialmente as experiências tanto daqueles que partiram quanto daqueles que permaneceram na origem. A história da efetividade das remessas sociais é a história da relação entre esses fluxos e a modernização das formas e veículos de comunicações, suas funções na definição das distâncias sociais e coletivização da experiência migratória ao longo do tempo.

Essa historicidade pode ser ilustrada brevemente por dois trabalhos que analisam o fluxo de africanos para a França. No primeiro deles, “A Imigração: ou os paradoxos da alteridade”, Sayad (1998) demonstrou que a criação de um sistema de comunicação, a partir de um conjunto de instrumentos que coexistiram e se alteraram ao longo do tempo: a mensagem oral, a carta e a gravação em fita cassete, possibilitou um diálogo entre os emigrantes argelinos na França e seus conterrâneos na Argélia, o que por sua vez gerou novos constrangimentos sociais e provocou significativas mudanças no cotidiano destas famílias.

Segundo Sayad, a forma de comunicação mais direta utilizada pelos emigrantes argelinos, porque naturalmente inscrita no sistema das relações familiares que inclui o autor, o portador e o destinatário da mensagem, é a mensagem oral. Tal processo, dado tão somente pela cultura da oralidade, serve a dois propósitos principais. Em primeiro lugar, enviar notícias das famílias na Argélia aos emigrantes na França: acontecimentos, projetos, pedidos, lembrando-os das suas obrigações para com suas famílias. E de forma inversa, enviar notícias dos emigrantes na França às suas famílias na Argélia: se estão bem, se enviaram ou enviarão dinheiro, lembrar as mulheres da sua condição de mãe, esposa e mulher honrada etc. E em segundo lugar, e no caso em que o portador da mensagem esteja emigrando pela primeira vez, que isto sirva para que este possa ser recebido e amparado por aquele que receberá a mensagem. E ainda, por ser uma forma de comunicar com o exterior, portanto, com o espaço público, a mensagem é um ato essencialmente masculino e as mulheres só podem enviá-la através de uma rede de relações ainda mais estreita, geralmente por um homem que é parente ou amigo próximo.

O envio de carta complementa a mensagem oral com algum intervalo de tempo e é considerado um ato mais formal, “privado” ainda que outros a leiam, sendo associada à intenção de “segredo”. Entretanto, na medida em que se desenvolve o processo de escolarização e se intensifica o número de emigrantes, a carta vai ganhando terreno sobre a mensagem oral e tende a se “feminizar”, já que as mulheres passam a escrever ao invés de ditá-la para que outro escreva, ou na medida em que seus filhos escolarizados assim o façam. A mensagem gravada (por meio de fitas do tipo K7), por sua vez, é uma técnica especialmente feminina, carregada de qualidades consideradas femininas: intimidade, interioridade, afetividade, fidelidade da mensagem etc., e é também uma técnica de “objetivação” que “contribui para desfazer ou dissipar as ilusões que produz”, o que se origina do sucesso “que encontra junto a todos aqueles que não conseguem se sentir à vontade na linguagem pública, oral ou escrita” (SAYAD, 1998, p.139-148).

Por sua vez, em “Migração e telecomunicações: tecnologias e famílias transnacionais na França e África Ocidental”, Sargent, Larchance-Kim e Yatera (2007) analisaram a e/imigração de africanos do Mali, da Mauritânia e do Senegal para Paris no período compreendido entre 1965 e 2005 e destacaram a relevância das tecnologias de comunicação na (re)definição da distância social e na facilitação do envolvimento dos e/imigrantes com suas comunidades de

origem. O estudo com 90 emigrantes (49 homens e 41 mulheres) demonstrou que devido ao processo de modernização dessas tecnologias e o acesso a elas, as conexões mais recentes dos e/imigrantes e suas famílias são mais intensas, de modo que as separações físicas e as distâncias geográficas são muito menos determinantes do que no passado porque diminuem as distâncias sociais.

Dos e/imigrantes entrevistados, 98% declararam receber notícias frequentes de casa, mas apenas 31% disseram visitar o país de origem com alguma regularidade (a cada dois ou três anos). Os meios mais populares de comunicação são o telefone (74%) e uma mistura entre telefone e correio (11%). Uma minoria disse preferir apenas o correio, uma mistura entre telefone e internet, ou a ocasional troca de fita de áudio. A comunicação através do telefone foi apontada como sendo a preferida da maioria deles porque mais prática e mais comovente, visto que é possível escutar a voz de entes queridos. Em contraste à constatação de Sayad (1998) sobre os emigrantes argelinos, o telefone possibilitava mais privacidade do que a carta, visto que na ausência de um membro familiar letrado, esta deve ser lida por alguém que não pertence ao círculo familiar e que pode espalhar informações à comunidade, sobremaneira aquelas que dizem respeito ao que um dos imigrantes chamou de “os segredos da casa” (SARGENT, et al, 2007, p. 265-7).

Entretanto, a possibilidade de comunicação oferecida pelo telefone, que cresce vertiginosamente com a disseminação do uso de telefones celulares na África Ocidental (muitos dos quais são enviados pelos emigrantes que estão na França) é percebida ao mesmo tempo como uma vantagem e um problema, pois permite que se informem sobre a vida dos seus familiares e amigos nas comunidades de origem, mas também geram constrangimentos sociais na mesma medida em que aumenta a intensidade dos contatos. Isso ocorre, por exemplo, quando os e/imigrantes se dizem impelidos a enviar ajuda financeira às suas famílias nas comunidades de origem mesmo quando suas condições de vida em Paris são ruins ou quando desempregados. Confirmando a afirmação de Levitt (2001, p.63) de que apesar de diferentes em termos de natureza, formato e intencionalidades, as remessas sociais e outros mecanismos de difusão de cultura global podem reforçar uns aos outros, os constrangimentos sociais citados pelos entrevistados são frutos dos imaginários mediados por meios de comunicação de massa, através dos quais os familiares idealizam o modo e as condições de vida dos imigrantes em Paris e que geralmente não correspondem à realidade.

Finalmente, é interessante destacar que apesar das inúmeras possibilidades de acesso a computadores e internet em Paris, apenas 3% da amostra das autoras disse preferir a internet como meio de comunicação para manter contato com parentes e amigos. A pesquisa delas em Bamako, no Mali, permitiu observar que esse dado está ligado tanto ao baixo grau de escolarização dos entrevistados e de seus familiares, quanto à presença ainda pouco disseminada dessa tecnologia naquela região, cujo acesso ainda é restrito às famílias mais abastadas. O mesmo pode ser dito das linhas telefônicas residenciais que ainda parece requerer altos custos, o que faz com que haja muitas cabines telefônicas públicas por toda a região.

Portanto, em um contexto histórico e social no qual as relações sociais são mediadas também por novas tecnologias, as remessas sociais exercem um papel fundamental na manutenção dos laços transnacionais de parentesco e nos modos de vida dos membros de famílias transnacionais. Por meio delas o processo de reconfiguração dos laços econômicos, afetivos e de cuidados que as famílias transnacionais estabelecem a longas distâncias é acompanhado de uma percepção da diminuição das distâncias sociais que contribui para que seus membros reconfigurem também seus próprios sentidos de lugar e de pertencimento, imaginando a família dispersa como uma unidade capaz de fornecer auxílio econômico, emocional e identitário.

Essa não é uma realidade diferente para as famílias transnacionais de origem mineira. Como mostraremos na continuação deste trabalho, a configuração de famílias e modos de vida transnacionais é um fenômeno global que também vem caracterizando as experiências de vida de muitos sujeitos de origem mineira cujas trajetórias foram atravessadas pela experiência das migrações de longa distância.

4.3- LÉIA'S FAMILY: FAMÍLIA TRANSNACIONAL E DINÂMICAS DE CLASSE, GÊNERO E GERAÇÃO

Foi na cidade de Everett, nos arredores de Boston, que conhecemos Léia, e através dela uma instigante versão sobre a constituição de uma família transnacional. Filhas nascidas nos Estados Unidos; mudanças radicais nos planos de vida, móveis enviados de contêiner para o Brasil; o sucesso profissional do marido no exterior; seu próprio processo de independência pessoal; negociações na relação conjugal; mães que atravessam o continente para ajudar na gravidez das filhas e participar dos primeiros meses de vida dos netos. Essas são

algumas das questões que permeiam a trajetória de vida dessa mineira natural de Timóteo, que completava 40 anos em 2014, por ocasião da entrevista.

Em 1991, com 16 anos de idade, Léia conheceu Alceu, seu futuro marido. Natural de Governador Valadares, naquela ocasião ele acabara de voltar de New York onde trabalhou durante dois anos e meio negociando pedras preciosas e também como engraxate. O dois casaram 2 anos depois e ao longo desse tempo ele sempre deixou claro sua vontade de casar e emigrar para os Estados Unidos, isso por acreditar que lá seria mais fácil de conseguir uma estruturação financeira mais rápida. Outros argumentos seriam o fato de que toda sua família estava morando lá, ele já se comunicava em inglês e também tinha válido um visto de turista de 10 anos. Por outro lado, a ideia assustava a família de Léia que apesar de conhecer o histórico de emigração em algumas cidades mineiras não tinha nenhum parente nessa situação. Além disso, ela acabara de completar 18 anos. Mesmo a contragosto, a família dela acabou aceitando e por ocasião do casamento ela também já havia conseguido um visto de 10 anos. “Foi por decisão dele que a gente veio pra cá, e eu respeitei. Nós casamos em setembro e em novembro a gente veio começar a vida aqui. Viemos como um casal em lua de mel, eu tinha 18 anos, foi em 1993”, comenta ela.

Se por um lado a decisão de emigrar foi do marido, por outro o projeto e/imigratório foi planejado entre ambos. Consistia na permanência nos Estados Unidos por um período de quatro anos no qual o casal trabalharia e faria poupança para comprar uma casa e investir em um pequeno negócio na cidade natal de Léia, em Timóteo, pois segundo ela “naquela época tudo já estava muito caro em Valadares, tava tudo influenciado pelo dólar”. Se possível o marido trabalharia como engraxate, e ela trabalharia com limpeza doméstica, inicialmente. Naquele ano ela estava concluindo o curso de magistério e abrindo mão do sonho de ser professora. As despesas do processo da viagem foram quase todas pagas por eles mesmos. Alceu tinha certa reserva que foi acrescida pela ajuda financeira de um tio de Léia: “pouca coisa e ficou em família mesmo”, explica ela.

O casal viajou para New York e de lá para Boston, onde uma irmã de Alceu já os esperava. Foi a cunhada de Léia, que já morava há bastante tempo na região, que os hospedou nos seis primeiros meses, intermediou o aluguel de um apartamento para o casal e com quem Léia trabalhava esporadicamente ajudando na limpeza de casas. Foi também a cunhada que posteriormente intermediou com outro brasileiro um

emprego para ela, no qual fazia a limpeza dos quartos de um asilo. Léia explica que o emprego só foi possível porque ela não precisava se comunicar durante o trabalho e o próprio patrão brasileiro se encarregava de pegá-la em casa todos os dias. Uma experiência típica da maioria dos imigrantes brasileiros que chegam à região sem falar inglês e sem saber dirigir ou sem a documentação necessária para a obtenção da carteira de motorista.

Alceu, por sua vez, trabalhou um curto período na construção civil até conseguir montar seu próprio “*business*”, uma engraxataria no centro financeiro de Boston. Segundo Léia o trabalho do marido é muito bem sucedido. A dedicação dele ao trabalho que oferece na cidade tem sido a base das conquistas financeiras da família ao longo desses mais de vinte anos nos Estados Unidos. Além disso, já lhe rendeu um prêmio de melhor serviço oferecido nessa categoria por uma importante revista de Boston. O marido chegou a ter três “*stands*” no centro de Boston, mas as mudanças no projeto imigratório familiar, em função do nascimento das filhas e da dificuldade em ter que pagar despesas altas com seguros e funcionários, acabaram fazendo com que vendesse dois deles. Por meio dos clientes, em sua maioria norte-americana, Alceu também conseguiu casas para Léia limpar e montar um pequeno *schedule*³³, que só não era maior em função da necessidade de cuidar das filhas.

As mudanças no projeto e/imigratório inicial foram, segundo Léia, provocadas por acontecimentos não previstos. Cerca de sete meses depois da chegada do casal, que não tinha a intenção de ter filhos nos Estados Unidos, eles se depararam com a surpresa da gravidez de Léia, logo depois da descoberta de um pequeno tumor atrás do seu nervo óptico. Segundo ela, a médica cortou o anticoncepcional em função do tratamento da doença e porque ela não engravidaria de qualquer modo. “Essa glândula altera os hormônios, então eu não ia poder engravidar, mas ela cortou em maio e em novembro eu engravidei. Então mudou tudo! A minha filha mais velha já tem 19 anos, e eu tive mais três filhas depois disso”, explicou ela.

Entretanto, a gravidez dela não foi a única surpresa familiar naquele período, pois sua cunhada, a irmã de Alceu que havia recepcionado o casal, também descobriu que estava grávida. Por conta

³³ O *schedule* consiste em uma agenda estruturada que distribui as casas nas quais as emigrantes trabalham ao longo dos dias da semana e pode conter casas semanais, quinzenais ou mensais.

das duas gravidezes, tanto a mãe de Léia quanto a mãe de Alceu obtive visto de turista para viajar aos Estados Unidos e ajudar as filhas no período final da gestação e para acompanhar o nascimento e os primeiros meses de vida dos respectivos netos. Léia relata mais vivamente esse processo de reunificação familiar nos Estados Unidos:

Foi engraçada a situação porque nós engravidamos juntas, não foi planejado. Foi um pacote! A minha mãe veio primeiro pra me ajudar e logo depois a minha sogra veio também. Elas ficaram aqui bastante tempo, acho que uns 10 meses, o visto era só de 6, mas elas entraram com pedido de extensão de visto e ficaram mais. Quando elas chegaram eu estava grávida de uns 5 meses e quando elas voltaram a Isabela tinha uns 4 meses, inclusive depois disso a minha mãe não conseguiu mais visto. E o mais interessante é que nós ganhamos bebê no mesmo dia, dia 10 de março de 1995. Quando o cunhado do meu marido ligou dizendo que estava no hospital nós estávamos indo pra lá. E foi muito bom, foi maravilhoso ter nossas mães aqui porque elas ajudaram muito como só mãe ajuda, e quando a gente está num país estranho é melhor ainda né. E eu era novinha, era minha primeira gravidez e a primeira neta da minha mãe, ela queria acompanhar, ajudar. Depois pra ir embora você não imagina o chororô. A minha mãe ficou de coração partido em ter que ir embora, nós até pensamos de ela ficar por aqui porque a minha mãe era bem jovem na época, ela tinha só 45 anos e os meus pais eram separados, mas ela tinha um salão de beleza lá e estava acostumada já, ela gostava do trabalho dela, então ela não quis ficar (Léia, 40 anos, emigrou em 1993, Everett (MA), 30/05/2014. Entrevista e transcrição do autor).

A gravidez de Léia provocou a primeira mudança significativa no projeto e/imigratório inicial do casal que pretendia permanecer apenas quatro anos nos Estados Unidos. A decisão da permanência temporária afastava a ideia de um possível processo de regularização do status migratório, sobretudo porque implicava em gastos que prejudicariam a poupança financeira iniciada pelo casal. Contudo, o episódio da

gravidez aliado à possibilidade de legalização aberta pelo que os imigrantes brasileiros chamam de “lei do trabalho” (*Section 245 of the Immigration and Naturalization Act*), iniciada em 1994 durante o governo do presidente Bill Clinton, obrigou o casal a repensar as incertezas futuras das suas experiências e/ou imigratórias e reconsiderar o projeto. “A gente se legalizou na última lei que teve, do Clinton, foi em 94 se eu não me engano, a lei do trabalho. A minha patroa me legalizou como *housekeeper*. Nós pagamos as taxas mas ela que iniciou o processo”, explicou Léia.

A legalização do casal, no entanto, não mudou a intenção do retorno ao Brasil, mesmo três anos depois quando descobriram a chegada da segunda filha, mas obrigou a Léia aprender a dirigir e tirar a carteira de motorista, de modo a lidar com questões importantes do cotidiano da família nos Estados Unidos, como levar as filhas para a escola por exemplo. Segundo ela: “quando a gente chegou aqui não pediam documento para trabalhar, e a carteira de motorista a gente tirou só com o passaporte. Então esses 4 primeiros anos foram muito intensos, de mudança de planos, mas a gente ainda tinha a intenção de investir tudo no Brasil”. Em 1998, 5 anos depois da chegada do casal e com o fim do processo de obtenção do *Green Card*, o que seria o retorno definitivo ao Brasil se transformou apenas na primeira viagem de visitação aos parentes e amigos. Junto com o casal foram as filhas Isabela de 5 anos e a recém-nascida Giovana, ambas com dupla nacionalidade. Nesse pacote de mudanças de planos estava previsto também a chegada de mais um filho, pelo menos, mas no decorrer dos anos seguintes acabaram chegando mais duas meninas.

O nascimento das filhas provocou uma nova mudança nos planos de permanência e investimento no Brasil. O casal decidiu ficar por mais alguns anos nos Estados Unidos com o intuito de trabalhar e poupar dinheiro para investir na construção de um pequeno prédio com duas salas comerciais e quatro apartamentos (um deles com maior espaço para acomodação da família no retorno definitivo), ao invés de uma casa, como era planejado inicialmente. Outra decisão tomada foi a compra de uma casa da cidade de Malden, através de financiamento bancário, em 2004. Segundo Léia a compra da casa também serviria como um investimento e o casal trocaria o valor pago de aluguel pelo pagamento mensal do financiamento.

Para não prejudicar a poupança do investimento no Brasil, o casal aceitou a ajuda de uma das patroas de Léia que se ofereceu para pagar o valor de 20 mil dólares referente à entrada do financiamento, e que

seriam aos poucos descontados em troca dos serviços de limpeza que Leia realizava na sua casa. Contudo, depois de 5 anos residindo na casa comprada e com a explosão da crise imobiliária iniciada nos Estados Unidos em 2008, o casal teve que vender a propriedade por não conseguir quitar o valor das prestações. Conforme ela esclarece: “nós não compramos com juros fixos e com a crise os bancos colocaram os prejuízos deles nas nossas mensalidades, ficou tão caro que nós decidimos vender”. A venda da casa acelerou os planos de retorno do marido, que sempre manifestou o desejo de voltar a morar no Brasil, argumento que ganhou força com os eventos do “11 de Setembro” nos Estados Unidos. De acordo com Léia: “era o sonho dele voltar e depois do 11 de setembro ele quis voltar de qualquer jeito, dizia que não queria criar nossas filhas aqui. Ele trabalha no centro financeiro de Boston, então ficou com medo de acontecer alguma coisa”.

Esse processo também acelerou um conflito familiar, visto que Léia e a filha mais velha eram contra o retorno definitivo da família ao Brasil. O desejo de Léia de permanecer estava ligado ao seu processo de amadurecimento e independência pessoal nos Estados Unidos, de modo que o episódio inaugurava também um conflito pessoal que a deixou dividida entre a defesa do seu desejo de permanência e a realização do desejo de retorno do marido:

Eu não quis voltar porque eu gosto daqui, eu casei e vim pra cá, então a minha história de vida é aqui. E hoje a gente pode voltar ao Brasil pra visitar, os meus pais também já vieram, então a gente mata a saudade que é uma coisa que dá e passa. A minha estrutura de vida é aqui, eu era uma menina e vim ser independente aqui. No Brasil eu não tenho carteira, eu me sinto presa lá, dependendo de alguém pra tudo, então dá uma semana ou duas e eu já estou louca pra voltar. O meu marido que é o chefe da casa, eu sou católica praticante então eu acho que o marido que deve decidir as coisas, a gente não pode tirar isso deles se não os filhos também não respeitam. Como ele decidiu voltar nós fizemos a vontade dele. (...) O meu marido dizia que era frustrado porque não sabia como seria se tivesse ficado no Brasil. Eu queria fazer reformas na casa daqui, colocar piso de madeira, mas eu via que ele não dava importância porque o sonho dele era voltar para o

Brasil, ele ia empurrando com a barriga só pra poder investir lá. Então eu vi que tinha que fazer isso, e com o aumento dos juros eu disse pra ele vender a casa que a gente ia embora. E fomos. Ele mandou toda a mudança de contêiner, da Confiança, porque era muita coisa e nós tínhamos que pagar um aluguel a mais aqui só pra guardar as coisas. Foi tudo daqui, lustres, tudo do bom e do melhor (Léia, 40 anos, migrou em 1993, entrevista citada).

A experiência de Léia nos aponta o repertório de ambiguidades que podem permear as trajetórias de vida dos e/immigrantes contemporâneos. Nesse caso, mesmo reconhecendo a si própria como uma mulher católica que respeita a figura do marido como chefe da família, ela não só se identifica como uma pessoa independente como também estabelece uma série de sutis negociações com o marido, tentando mostrar a ele as razões pelas quais a família deveria permanecer nos Estados Unidos, sem confrontá-lo diretamente. Três dessas razões eram: a manutenção do padrão de vida que a família mantinha nos Estados Unidos, a situação escolar da filha mais velha e os planos pessoais e profissionais dela mesma.

No primeiro caso, durante as viagens de visita que fizeram ao Brasil ela e o marido já percebiam que o custo de vida aqui era maior. Ela observa que “ele ia voltar pra trabalhar como vendedor de TV a cabo, então ele via que ia ganhar muito pouco e não ia dar conta. E se fosse pra comprar tudo pras crianças não ia ter como, é um absurdo, não tinha como manter o padrão de vida”. Com relação à situação da filha, que naquele momento concluía o *High School* (o equivalente ao Ensino Médio no Brasil), o argumento era o de que a mesma não desejava viver no Brasil por ter sido alfabetizada nos Estados Unidos e por isso não dominava o português, e portanto, achava-se incapaz de prestar vestibular. Segundo Léia: “ela queria fazer faculdade aqui. Ela estuda e trabalha como *baby sitter*, então ela disse que não ia voltar pro Brasil conosco. Então eu fui mostrando esses pontos pra ele. A gente gosta dos filhos perto da gente, né?”.

Um terceiro argumento apresentado por Léia ao marido era o de que nos Estados Unidos ela estava trabalhando na área da educação como sempre desejou, estava aos poucos substituindo o trabalho de limpeza doméstica pelo trabalho de assistente de professora e pretendia melhorar o inglês para fazer um curso na área educacional. “Eu gosto

muito de ser ajudante de professora apesar de ganhar pouco, eu já ganhei dinheiro com o meu *schedule* mas com as meninas fica complicado. Eu vivia isolada no trabalho de limpeza, e nem aprendi inglês direito. Eu quero trabalhar pra sair de casa, pra aprender coisas”, argumenta. Associado a isso, ela também sustenta que nos Estados Unidos se sente mais livre em função das situações cotidianas que experimenta. O que por sua vez tem relação com a sua percepção sobre a relação entre mulher e espaço público, nos Estados Unidos e no Brasil. Como exemplo ela faz comparações com a experiência de vida da irmã que mora em Timóteo:

Eu acho que as mulheres no Brasil estão diferentes, as coisas estão mais corridas, trabalhando fora, estudando. Mas a minha irmã, por exemplo, ela cursou o magistério e técnico de enfermagem, mas não exerce nenhuma das profissões. Ela é do lar, decidiu ser só mãe. O meu cunhado que sustenta eles, trabalha com telecomunicações. Eu digo pra ela que não ia conseguir viver como ela porque eu saio pra trabalhar, pegar as crianças na escola, ir na Igreja. Eu não consigo ficar dentro de casa o tempo todo. Quando eu vou pra Timóteo a minha mãe reclama porque ela vê que aqui eu levanto e me arrumo, ponho maquiagem, e lá eu só prendo o cabelo. Eu digo que é porque lá eu tô presa. Eu sinto falta da minha rotina. Lá o meu marido sai, vai pro centrinho rever gente, jogar baralho, mas mulher é diferente, não fica em esquina de rua (Léia, 40 anos, migrou em 1993, entrevista citada).

O relato de Léia aponta para a ideia de que embora a irmã tenha uma formação técnica, decidiu por ser dona de casa e mantém poucas relações com o espaço público, não apenas por decisão própria, mas também porque na cultura local o espaço do privado parece ser percebido como mais apropriado às mulheres. Nesse sentido, o desejo dela de continuar morando nos Estados Unidos está relacionado a uma forma de vivenciar o cotidiano com uma sensação de maior liberdade. Embora reconheça em outros momentos que seu comportamento de mulher e esposa é orientado por preceitos dessa cultura local, ela encontra nesse modo de viver o cotidiano uma forma de agência que lhe permite se afastar de algumas dessas prescrições, ou pelo menos encará-

las de uma forma menos radical, como nos aponta a postura diplomática que tenta estabelecer na relação conjugal.

Em 2009, depois que o casal decidiu pelo retorno e pela venda da casa nos Estados Unidos, todos os móveis foram enviados para o Brasil e a família voltou a pagar aluguel. Nessa ocasião o apartamento do casal no prédio em Timóteo não estava completamente concluído, em razão dos recursos financeiros terem se esgotado, o que fez com que estendessem a expectativa de retorno. De acordo com Léia, “o tempo planejado, que era 1 ano e meio, virou 4”. Por desejo de Alceu e com o consentimento dela, o casal retornou de fato ao Brasil apenas em 2013, junto com as filhas, inclusive a mais velha que “veio para ver como seria”.

Pela descrição de Léia percebemos que todo esse processo só foi possível com a ajuda da mãe que se envolveu em todas as questões, desde a construção do prédio até os preparativos finais para a chegada da família, como ela demonstra ao comentar, por exemplo, que: “quando eu resolvi que a gente ia voltar mesmo, a minha mãe foi colocando todas as coisas no lugar, montando os móveis, pra gente chegar com as coisas mais ou menos encaminhadas”. O que revela a importância que assumem os familiares que permanecem nas cidades de origem ao longo do processo e/imigratório.

Ela também ressalta, de forma cômica, mas não sem preocupação, na medida em que faz uma crítica política à situação econômica do Brasil, que as expectativas de retorno do marido foram frustradas na feijoada que ofereceu para 30 pessoas no mesmo dia em que a família chegou ao país, intencionando comemorar o retorno definitivo da família e a conclusão da montagem do apartamento. Ela comenta com certo ar de ironia que “foi 380 reais em uma compra de meia dúzia de coisas para a feijoada: carne, arroz branco, laranja, essas coisas. Então na primeira comprar de alimentos ele viu que não ia dar certo, tudo estava muito caro no Brasil e a gente não tinha como manter o padrão de vida”.

Ela e o marido se deram conta de que naquela situação o retorno ao Brasil significava, na verdade, uma radical mudança de vida que podia prejudicar inclusive o futuro das filhas. Um recomeço incerto, após muitos anos de trabalho e uma vida estabilizada nos Estados Unidos. Diante de tal situação, a família logo chegou à conclusão de que o mais prudente seria reemigrar para os Estados Unidos, e também se desfazer dos bens adquiridos no Brasil, de modo a investir na compra de uma casa própria lá. Léia comenta que “nem vale a pena manter as

coisas no Brasil porque tem muita coisa pra alugar e ficou muito barato, tem que alugar muito barato se quiser alugar”. Até maio de 2014, quando concedeu a entrevista, a família não conseguira vender o prédio.

Léia se mostrou feliz ao dizer que o marido percebeu que ela tinha alguma razão quando argumentava contra o retorno definitivo da família para o Brasil e ao defender a necessidade de certa medida de enraizamento e “estruturação”, esta última inclusive é uma ideia ou termo que aparece com frequência nos relatos dos e/imigrantes brasileiros e de seus familiares. Fica evidente, no entanto, que tais medidas não apontam a ideia de um abandono do Brasil. O casal, inclusive, não descarta a possibilidade de voltar a viver aqui depois da aposentadoria e que as filhas tenham condições de fazer suas próprias escolhas. As razões de certa medida de enraizamento e ao mesmo tempo o desejo de manter os contatos com o Brasil são justificadas no trecho a seguir:

Se você tem a intenção de voltar você não vive nem lá, nem aqui. Fica na dúvida de onde investir, mas tem que se fixar porque tem a escola das meninas, tem a faculdade da mais velha que tem que pagar, então tem que se organizar. Não dá pra fazer tudo porque a família é grande. Viajar por exemplo, ou a gente viaja por aqui ou vai para o Brasil. Ano passado nós viajamos por aqui, fomos pra Flórida, e esse ano nós vamos para o Brasil, a gente pretende fazer sempre assim. A minha filha não quer se formar e ter dívidas pra pagar, então a gente tem que ajudar pra pagar direitinho, se estruturar. Ela trabalha, mas o dinheiro é pra comprar as coisas dela, nós pagamos a faculdade e demos um carro mas ela tem que pagar o seguro, as roupas dela, ela tem que ajudar. Nós damos as tarefas para ajudar a formar os valores! Então a gente vai vender tudo e comprar uma casa aqui, viver aqui sem aluguel e Brasil agora vai ser só pra passar férias, ver os parentes, matar a saudade. Inclusive já estamos com as passagens compradas pra passar seis semanas, vamos em julho e voltamos em agosto porque são as férias

das crianças, eu também tenho férias e o meu marido coloca alguém no lugar dele. A gente vai ficar bastante tempo porque é muito dinheiro, são seis passagens. Infelizmente os meus pais não podem vir, a minha mãe não conseguiu mais visto e o meu pai já tentou duas vezes e negaram, mas ele tem o sonho de nos visitar aqui, então eu tô aplicando o *Green Card* pra ele. A minha mãe já veio e ela acha que o mais importante é que a gente não pare de visitar eles no Brasil (Léia, 40 anos, migrou em 1993, entrevista citada).

Como nos parece demonstrar o relato de Léia, a própria família estendida é o maior motivo das preocupações dos imigrantes brasileiros no que concerne ao desejo de manter os vínculos com o Brasil, ou seja, o desejo de manter as conexões afetivas com os membros familiares nas suas cidades de origem. Contudo, no relato dela também aparecem questões relacionadas a outros elementos culturais. Um deles é a saudade que o marido Alceu demonstra dos estilos de vida e das sociabilidades no Brasil, quando ela cita, por exemplo, o fato de que uma vez visitando o Brasil, o marido procura rever pessoas e fazer coisas que ele costumava fazer antes de emigrar, jogar cartas nos bares locais, por exemplo, uma forma prática, mas também simbólica de reavivar a sua identidade brasileira. Outro elemento cultural é o desejo de manter viva a comunicação a partir do idioma nacional, o português, e nesse sentido é importante que as filhas nascidas nos Estados Unidos visitem o Brasil com alguma frequência.

Essa segunda questão tem sido, inclusive, uma das querelas familiares vivenciada no cotidiano da família de Léia nos Estados Unidos atualmente, motivo de novas negociações entre ela e o marido. Ela argumenta que até antes da experiência familiar de retorno ao Brasil convivia muito no seio da comunidade brasileira, sobretudo porque estava ainda engajada com o trabalho de limpeza e frequentando apenas a igreja católica de denominação brasileira, o que impedia que ela aprendesse a falar inglês. Por essa razão ela decidiu que em casa a família deveria conversar em inglês para que ela aprimorasse o seu aprendizado da língua, e com isso, a comunicação em outras esferas sociais, uma estratégia relacionada ao seu processo de desenvolvimento pessoal e profissional. Contudo, o marido era contra, argumentava que primeiro as meninas precisavam aprender o português. Segundo Léia, as

três mais velhas frequentaram por um tempo a aula de português em uma “escolinha da comunidade brasileira”, mas como era apenas uma aula semanal de duas horas aprenderam muito pouco, “elas falam muito bem, mas escrevem muito pouco”.

O meu marido não queria, ele diz que primeiro tem que aprender o português, mas a mais nova já vai fazer 5 anos. Então eu disse pra ele que ela tem que aprender inglês também. Eu já estudei inglês, mas eu chegava muito cansada porque eu tinha um *schedule* muito grande e tinha gente de todas as raças na aula, então não rendia. O meu marido diz que agora eu vou aprender trabalhando na escola, mas eu digo que em casa eu vou aprender mais ainda porque eu não tenho vergonha nenhuma e eu sou muito tímida, então elas que vão me ensinar e eu quero aprender direitinho, com gramática, porque inglês de índio eu não quero mais (Léia, 40 anos, emigrou em 1993, entrevista citada).

Podemos inferir que o desejo de Alceu, de que as filhas aprendam primeiro o português, faz parte de um receio pessoal de que as mesmas, nascidas nos Estados Unidos, não integrem nas suas bagagens culturais elementos e valores da cultura brasileira, o que poderia, em certo sentido, gerar um distanciamento entre a forma como ele percebe o mundo e a forma como as filhas o percebem. Embora circunstancialmente a família tenha optado por investir e se fixar nos Estados Unidos, o casal não desacredita na possibilidade de um dia retornar a viver no Brasil, ainda que as filhas não o façam. Desse modo elas teriam que conviver e manter relações com os pais e os parentes que continuariam vivendo no Brasil, e o aprendizado do idioma é uma garantia real e simbólica da continuidade dos vínculos familiares, além das fronteiras nacionais. Essa querela familiar envolvendo a aprendizagem dos idiomas está relacionada à complexidade do viver cotidiano das famílias mineiras nos Estados Unidos que não optaram nem por um retorno definitivo, nem por uma permanência definitiva, e que vislumbram que os laços familiares estabelecidos entre o Brasil e os Estados Unidos ultrapassarão essa primeira geração de e/imigrantes.

O constante avivamento dos vínculos afetivos com familiares e amigos no Brasil também foi um elemento que preencheu o cotidiano da família de Léia nesses mais de 20 anos vivendo nos Estados Unidos,

motivo de estratégias da família na intenção de conseguir realizar esses contatos que são fundamentais inclusive para o próprio sucesso do projeto e/imigratório. Segundo Léia, durante todo esse período, a família que eles constituíram nos Estados Unidos se manteve em contato com a família dela e de Alceu, em Minas Gerais. Na década de 1990, quando o casal emigrou, esses contatos se deram por cartas acompanhadas de fotografias, chamadas telefônicas, pelo envio constante de fitas VHS com filmagens de eventos comemorativos (como as festas de aniversário das filhas) e presentes que incluíam “roupas, toalhas, perfumes, enxoval para bebê”, que ela enviava para a mãe, para a irmã e até para amigas de infância em Minas Gerais.

Ela recorda que nesse momento as chamadas telefônicas eram dispendiosas e muitas pessoas ainda não tinham telefone fixo em Timóteo, mas a mãe felizmente sim. Então, além da compra de cartões telefônicos, duas das estratégias da família eram fazer ligações por meio do “espertinho”, quando “toda a família ia para o orelhão falar com a família no Brasil”, e as chamadas que o irmão dela fazia do Brasil através da Embratel, empresa brasileira de telecomunicações na qual ele trabalhava.

Mais recentemente, com a ampliação e o barateamento do serviço, Léia faz ligações telefônicas semanais para a família no Brasil, que além de amenizar o sentimento de saudade, também servem para verificar se tudo está indo bem com os apartamentos que estão sendo alugados até que o prédio seja definitivamente vendido em Timóteo, e que estão a cargo da mãe dela. Ela observa que: “o meu marido fala mais com a minha família do que eu porque tem que ver se está tudo bem com o aluguel e é a minha mãe que cuida de tudo”. Ela também destaca que liga com frequência para o pai que há muitos anos vive sozinho: “eu gosto de ligar pra ver se está tudo bem com ele, pra ele não se sentir sozinho”. Um gesto simples, mas revelador da forma como as novas tecnologias de comunicação contribuem para que práticas de cuidado e afeto atravessem fronteiras nacionais.

O advento da internet, no entanto, alterou as maneiras e a intensidade com que a família se comunica com o Brasil. De acordo com Léia:

Eu falo muito com o meu irmão pelo Facebook e às vezes acontece de o meu pai ou a minha mãe estar por lá, daí ele liga a câmera, mostra as fotos, porque eles não têm computador. Eu gosto de ter Facebook porque a gente pode ir acompanhando a

vida dos amigos porque se não a amizade vai se perdendo. A gente vê as fotos das crianças nascendo, crescendo, as festas, então é uma forma de manter o contato com essas pessoas. A minha mãe reclama porque antes eu mandava muita carta com as fotos das meninas, ela adorava, mas hoje é tudo pelo Facebook, então ela não vê. Ela diz que antes acompanhava mais, então eu digo pra ela pedir para o meu irmão mostrar os álbuns no Facebook porque está tudo lá, fotos dos aniversários, de primeira eucaristia, essas coisas (Léia, 40 anos, emigrou em 1993, entrevista citada).

Como aponta o relato, as correspondências com as fotografias e os arquivos VHS foram substituídas pelo uso de redes sociais como o Facebook, enquanto os *chats* atenuaram a frequência das chamadas telefônicas. Os novos veículos de comunicação alteram a intensidade da manutenção dos contatos que os imigrantes brasileiros estabelecem com o Brasil. Eles podem acompanhar as transformações do ciclo de vida de familiares e amigos, bem como transformações urbanas, políticas e sociais nas suas cidades de origem.

Podemos concluir essa parte da narrativa ressaltando que essa experiência familiar de e/imigração traduzida através da trajetória e do relato de Léia nos mostra com certa riqueza de detalhes o processo de transnacionalização de parcela significativa das famílias mineiras envolvidas em redes de e/imigração. Ela nos obriga a perceber como identidades culturais pessoais, coletivas e de gênero, bem como relações entre os gêneros estão presentes em muitas dessas trajetórias familiares e ajudam a moldá-las. Em outras palavras, podemos inferir por meio dos elementos e das situações citadas e que compõem essa trajetória familiar, que o processo de transnacionalização dessas famílias é perpassado por dinâmicas de classe, gênero e geração.

A experiência de Léia, em particular, revela um exemplo de como os imigrantes brasileiros negociam suas próprias identidades culturais ao longo do processo e/imigratório. Um exemplo aqui discutido é a própria forma como ela reconstrói sua identidade de mãe, de mulher e de trabalhadora. Ao citar, por exemplo, o que entende como correto no que concerne às relações entre marido e mulher, ela apresenta uma visão assentada em princípios culturais e religiosos constituídos ainda no Brasil e que defende a figura masculina como chefe de família. Mas, ao

mesmo tempo, isso não a impede de reconhecer outras possibilidades de ser mulher e esposa nos Estados Unidos e, a partir disso, promover um jogo no qual elementos culturais nacionalmente distintos são acionados em diferentes situações de vida.

Essa faceta da sua trajetória e/imigratória pode nos servir de exemplo para questionar a visão assimilacionista da migração que advoga uma destituição completa dos traços culturais que os e/imigrantes carregam consigo quando se deslocam. Léia não se despiu completamente das referências culturais brasileiras e tampouco as substituiu por referências norte-americanas. O que ela fez foi estabelecer uma negociação cultural que gerou uma identidade no qual esses dois campos de referências estão presentes. De outra forma, se nessa visão assimilacionista as mulheres eram percebidas como problemáticas porque como “detentoras da tradição” retardavam a assimilação masculina (GREEN, 2011, p.44), a trajetória de Léia demonstra que na era dos deslocamentos transnacionais o inverso pode ser possível. Enquanto as mulheres almejam novos modos de vida e inserção social nas comunidades de destino, os homens podem ser mais propensos ao retorno definitivo, dado a ameaça da perda de elementos culturais que lhes são caros, dentre eles o poder conferido pelo papel de autoridade ou chefe de família, quando tal papel é deslocado ou difícil de ser exercido em um novo contexto.

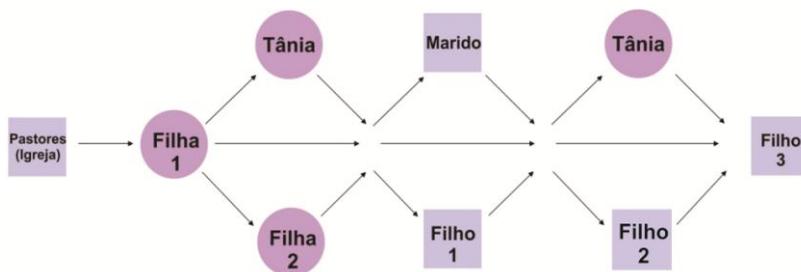
4.4- TÂNIA, UMA E/IMIGRANTE MINEIRA “SEM FRONTEIRAS PARA ANDAR O MUNDO”: ARTICULANDO REDES FAMILIARES E SE EMPODERANDO

Tânia é uma senhora que completara 70 anos de idade quando a entrevistamos em 2010. De origem de família de renda baixa, ela conseguiu administrar as adversidades e viver uma experiência que a transformou numa cidadã de dupla nacionalidade, uma “valadarense com cidadania americana”, como ela mesma se descreveu, e que só foi entrevistada porque estava “passeando e resolvendo algumas coisas” em Governador Valadares. Ela cresceu no bairro São Paulo, em Governador Valadares, durante mais de 40 anos, onde também criou os seus 8 filhos com muitas dificuldades financeiras. Sua trajetória de e/imigração inicia em 1985 quando uma das filhas foi para os Estados Unidos com a ajuda de pastores da igreja evangélica que a família frequentava (Assembleia de Deus). Nesse mesmo ano, ela também resolveu se aventurar pela fronteira mexicana para levar outra filha para os Estados Unidos e

acabou ficando oito meses por lá: “pra ganhar um dinheirinho, pagar minha passagem e vir embora porque eu tinha muita criança pequena nesse tempo”, comenta ela.

Mais tarde, em 1988, o marido, fazendo uso das economias feitas pela família nesse meio tempo, foi se juntar às duas filhas nos Estados Unidos e preparar a chegada de Tânia que reemigraria depois que o marido estivesse estabelecido. Nessa ocasião um dos filhos homem também emigrou acompanhando o pai. No ano posterior, em 1989, oito meses depois da partida do marido, Tânia deixou os três filhos menores aos cuidados da filha mais velha e de uma de suas irmãs para ir ao encontro da parte da família que já estava nos Estados Unidos. Partiu levando com ela mais um filho homem e só retornou ao Brasil 11 anos depois, quando os filhos menores e os netos “já estavam mocinhos”. Ao longo desse período, e com a emigração de mais um dos filhos homens, a família juntou sete membros nos Estados Unidos. Abaixo uma representação gráfica dos deslocamentos que formam essa rede familiar de e/imigração:

Figura 12- Mapa gráfico da rede familiar de Tânia.



Fonte: elaborado pelo autor.

De acordo com Tânia, devido ao trabalho que exercia e à sua rede de sociabilidade em Governador Valadares, o marido intermediou a viagem de todos os integrantes da família. Ela observa que ele: “trabalhou num açougue aqui na JK (Avenida Juscelino Kubitschek) mais de vinte anos e por isso tinha muitos fregueses. E o povo fica

sabendo, né? Porque um fala, outro fala, e as coisas chegam”. Excetuando a filha que partiu primeiro com visto obtido com a ajuda da igreja, todos os demais emigraram da mesma maneira, indocumentados e atravessando clandestinamente a fronteira mexicana. Em um percurso (Governador Valadares – Rio de Janeiro – Cidade do México (MEX) – Matamoros – Brownsville (EUA) – Houston – Boston – Framingham) que ela qualificou como “muito seguro naquela época. A fronteira era um riozinho da largura desta sala, só não teve deserto, não teve correria, polícia, avião (risos). Foi muito tranquilo”. No relato dela a atuação da rede de tráfico de pessoas que existe na região é suavizada pela frase: “através de pessoas conhecidas na cidade”, o que nos aponta para a ambiguidade em torno da interpretação moral do serviço prestado pelos intermediadores que agem na região.

Questionamos Tânia sobre as razões que fizeram com que ela e sua família emigrassem. Ela apontou três distintos motivos, os quais podem ser percebidos no relato abaixo:

Aqui no Brasil eu tive muitas dificuldades com relação a trabalho porque eu tinha muita criança pequena e sempre que a gente ia falar quantos filhos tinha a pessoa já nem queria dar o trabalho. Mas eu trabalhei 1 ano e pouco em uma confecção que teve aqui em Valadares que já fechou há muito tempo, mas foi o único trabalho de carteira assinada que eu tive aqui. Depois que eu saí desta confecção eu forneci marmitta na minha casa um bom tempo, uns 2 anos, ajudou bastante nesse período, mas depois começou a não dar certo, aí o meu esposo desempregou e foi. Dali a oito meses eu fui também. Ele foi com um filho e eu fui com outro filho depois, então nós nos tornamos lá um grupinho bom da família. Dos meus filhos foram três homens e duas mulheres, tem cinco lá. O meu propósito maior era dar uma força para os filhos aqui, e a minha relação conjugal também não estava muito boa, mas a gente tinha desejo de restaurar e eu achei que ir pra lá podia ajudar bastante, e também porque eu sou evangélica e queria ter uma experiência nova no campo espiritual lá nos Estados Unidos, o que graças a Deus eu realizei (Tânia 70 anos, emigrou em 1985, Governador Valadares, 07/02/2010. Entrevista e transcrição do autor).

Destaca-se que ela reconhece na possibilidade de emigrar uma oportunidade de melhorar o padrão de vida da família e, conhecendo o histórico das suas condições sociais e materiais de vida, o argumento soa bastante compreensível. Contudo, ele não se encerra aí. Tânia vislumbra também, por meio da experiência da emigração e respondendo a preceitos religiosos, restaurar o casamento (que àquela altura encontrava-se às portas do rompimento) e vivenciar novas experiências no campo religioso. Em conjunto os argumentos dela nos apontam a ideia de que as razões das e/ímigrações recentes não são sempre apenas econômicas, visto que frequentemente estão acompanhadas por fatores subjetivos. Tais argumentos validam o pressuposto de Gramusck e Pessar (1991, p.137) de que as razões econômicas são quase sempre relevantes, mas fatores socioculturais podem ser decisivos nesse processo de tomada de decisão, em vista da necessidade dos membros do domicílio de se acomodar a situações nas quais imperam a falta de coesão entre as normas tradicionais do parentesco, ideologias de gênero ou novas circunstâncias materiais.

Na chegada aos Estados Unidos Tânia foi recepcionada pelo marido que foi buscá-la no aeroporto de Boston e de onde se dirigiram para a cidade de Marlborough, cidade na qual ele já havia alugado uma casa. Foi ele também quem conseguiu o primeiro trabalho dela. Ela trabalhou como camareira, limpando quartos em um dos hotéis da cidade, um posto de trabalho que os imigrantes tipicamente ocupam naquela região ainda hoje. Mas ela relembra que hoje não é a mesma coisa, visto que “naquele período o governo dava pra gente um número, a gente fazia a carteira de motorista e já podia se conduzir, e tudo que a gente ia realizar a gente usava aquele número. Valia como o *Social Security*”.

Posteriormente Tânia também trabalhou em mais de um restaurante, por intermédio de outros brasileiros que conheceu lá. “Às vezes a pessoa estava indo embora e passava o trabalho pra gente. A gente ficava sabendo – ‘oh, vai ter uma vaga em tal lugar!’ Corria e procurava”, comenta. Ela também trabalhou como *housecleaner*, primeiro acompanhando uma amiga brasileira que tinha um *schedule*, e depois a própria filha que comprou um. Observamos, portanto, que as redes familiares e de origem comum foram de fundamental importância na experiência e/ímiratória de Tânia, pois ofereceram assistência na recepção e acomodação no novo país, bem como no ingresso de um novo mercado de trabalho.

As redes sociais de cunho religioso também se mostraram importantes, não apenas porque a trajetória familiar de e/imigração iniciou com a ajuda de pastores da igreja que frequentavam em Governador Valadares, mas também porque nos Estados Unidos os laços sociais de Tânia e de sua família eram tecidos principalmente no seio da comunidade brasileira, devido às dificuldades com o inglês e das próprias afinidades religiosas. Os amigos brasileiros eram em sua maioria “gente da igreja”, famílias de brasileiros evangélicos que conheceram na igreja ou que o marido conhecera por meio do trabalho que desempenhava com limpeza e organização de jardins, *landscape*, como é chamado esse ramo de trabalho. “Um grupo de amigos brasileiros que trabalhavam com ele, aí a gente entrava em contato com as esposas e criava aquelas amizades de famílias. É o tipo de amizades que a gente tem lá”, observa ela.

Sobre relações sociais com os norte-americanos, Tânia comenta que elas ainda estão muito restritas às relações de trabalho, como se lê no trecho a seguir:

Com os americanos eu também me dava bem, apesar de não falar inglês porque eu me movimentava mais no meio dos brasileiros do que dos americanos. Mas mesmo assim eu pude fazer um bom trabalho nos hotéis onde eu trabalhava, nos restaurantes que eu trabalhei. A gente não fala o inglês, mas entende bastante, então dá pra gente ter um ótimo relacionamento. E o trabalho do imigrante brasileiro é um trabalho que eles gostam muito porque brasileiro pega pra valer mesmo e faz bem feito. Então eles amam o trabalho da gente e a gente tinha uns privilégios por isso, não fica desempregado (Tânia, 75 anos, entrevista citada).

A ideia de que o trabalho realizado pelos brasileiros é mais apreciado pelos patrões norte-americanos, que os preferem em detrimento do trabalho de imigrantes de outras nacionalidades, está quase sempre presente nas narrativas dos e/imigrantes brasileiros entrevistados, como percebemos na fala de Tânia. A valorização social e financeira do trabalho da limpeza, principalmente, é o motivo pelo qual os brasileiros preferem prestar serviços aos norte-americanos, mais do que aos empregadores brasileiros que são frequentemente percebidos como “exploradores”. Não apenas porque o trabalho realizado para e

com eles é menos remunerado e mais exigido, mas também porque há a suspeita de que muitos deles se aproveitam da situação de fragilidade dos imigrantes que são indocumentados, que não dirigem, ou que não se comunicam em inglês, sobretudo os que são recém-chegados.

No relato de Tânia, o apontamento sobre a credibilidade do trabalho dos imigrantes brasileiros e a questão dos “privilégios” que estes recebem dos norte-americanos em razão dela denota que o ramo da limpeza doméstica é um espaço de trabalho disputado também por imigrantes de outras nacionalidades. Por isso se torna um elemento que contribui para fortalecer uma imagem/identidade coletiva/étnica desses grupos, e a razão de conflitos que ocorrem não apenas no interior deles, mas também entre eles. Como já estudado por Sales (1999), no caso dos e/imigrantes brasileiros, a positivação do trabalho no ramo da limpeza doméstica é parte de um processo de subjetivação e afirmação identitária, do qual faz parte a construção de uma autoimagem de “povo trabalhador” (na qual se percebem como bons de trabalho, eficientes, caprichosos e atenciosos, que limpam melhor que os norte-americanos e outros grupos de imigrantes).

A criação dessa autoimagem não é fortuita, ela está estrategicamente vinculada à tentativa de tentar imprimir nos Estados Unidos uma imagem de “povo trabalhador”. Uma estratégia que vem funcionando, pois tem garantido a eles lugar de destaque nesse nicho do mercado de trabalho norte-americano, segmentado por classe, etnia e gênero (MARTES, 2000; ASSIS, 2004; MELO, 2003). Mas esse processo pode ser pensado dentro de um quadro mais amplo de construções de estereótipos e representações no conjunto das redes internacionais de migrações que também definem e caracterizam hierarquicamente diferenças étnicas, raciais e de gênero.

Etnicamente, no caso dos e/imigrantes brasileiros nos Estados Unidos, uma relação de alteridade e conflito ocorre principalmente com o grupo dos imigrantes hispânicos, imigrantes latinos de língua espanhola, principalmente dominicanos, caribenhos, porto-riquenhos e mexicanos. Como demonstrou Fleischer (2002), os brasileiros não gostam de ser identificados também como hispânicos, situação frequentemente causada por semelhanças culturais, dentre as quais a proximidade entre as línguas portuguesa e espanhola. Na pesquisa realizada a autora percebeu que os brasileiros frequentemente os associam a elementos negativos como violência, formação de gangues, criminalidade, tráfico de drogas e a um menor grau de instrução quando a eles comparados. Os estereótipos negativos relacionados a tais grupos,

que se encontram a mais tempo estabelecidos nos Estados Unidos, podem ser vistos como uma reação negativa à concorrência que representam no ramo da limpeza (FLEISCHER, 2002, p.246).

Existem também estereótipos de gênero que tipificam os imigrantes nas sociedades de acolhimento. Como destacou Lisboa (2007, p.812), ao analisar o caso europeu, lá as filipinas são frequentemente preferidas por serem mais dóceis e submissas, enquanto as polonesas e russas o são pela beleza exótica que apresentam. As latinas pela disposição e força para o trabalho e as mulçumanas, em sua maioria negras, raramente são contratadas por contrastar radicalmente do modelo de mulher e mãe europeia. No caso das brasileiras, na Europa elas frequentemente são associadas ao mercado transnacional do sexo e à imagem da prostituição (PISCITELLI, 2007). Apesar de também estarem presentes esses estereótipos sexuais, nos Estados Unidos se agrega a elas representações de sensualidade e beleza, e também a imagem de uma mulher carinhosa, boa mãe, boa esposa e boa trabalhadora. Essa representação relativamente positiva, frequentemente reforçada pelas próprias brasileiras, confere a elas uma distinção quando comparadas aos homens brasileiros naquele país, o que significa para elas certa vantagem no mercado dos afetos (ASSIS, 2007).

A julgar pelo relato dos e/imigrantes brasileiros e se tivéssemos uma pesquisa quantitativa nesse sentido, talvez pudéssemos conferir, por exemplo, que o número de mulheres brasileiras que se casam com cidadãos norte-americanos é maior do que o de homens brasileiros que casam com cidadãs norte-americanas, ou até mesmo de qualquer outra nacionalidade, visto que tais relatos destacam uma preferência dos homens brasileiros em se casar apenas com mulheres brasileiras. Esse fato sugere um possível receio deles de que as diferenças culturais anulem as possibilidades de convivência e relações conjugais duradouras.

Para retomar a questão das redes de e/imigração, a religiosidade foi, como já vimos mostrando, um dos fatores mais marcantes da experiência de e/imigração de Tânia, de modo que desde 1991 seu tempo se voltou inteiramente para os trabalhos desempenhados na igreja, onde passou a receber um salário. Nesse ano ela foi “ordenada pastora por uma equipe americana” e abriu uma igreja da sua congregação evangélica, pastoreada por ela até 1997, quando então a entregou a outro pastor para iniciar o trabalho de abertura de outra. Até 2010 ela já havia sido responsável pela abertura de três igrejas, e na semana em que foi entrevistada em Governador Valadares se preparava

para retornar aos Estados Unidos e “abrir” a quarta. Sobre a relação entre sua congregação religiosa e a comunidade brasileira em Massachusetts, Tânia observa que o papel das igrejas foi ou é de fundamental importância para a experiência e/imigratória de alguns brasileiros:

Se a pessoa chegava, por exemplo, e não tinha onde morar a gente organizava um lugar pra morar, pagava aluguel, arrumava emprego, dava uma força né, não deixava ele na rua, cuidava dele. Mas não eram muitos porque sempre que as pessoas vão, eles já tem parentes, já tem contato lá, já tem um meio de sobreviver. Uma vez ou outra surge uma situação e a gente também não vai deixar a pessoa no desalento (Tânia, 75 anos, entrevista citada).

O relato de Tânia reforça os resultados de um estudo desenvolvido por Martes (2000) que demonstra que as congregações religiosas (as católicas e evangélicas principalmente) e as redes religiosas tecidas a partir delas ocupam um espaço importante da vida dos imigrantes brasileiros naquela região. Sobretudo por ser um local de socialização entre nacionais, a partir do qual se estabelece uma rede de ajuda que fornece, por exemplo, conforto emocional e possibilidades de ingresso no mercado de trabalho, e por isso, não raras vezes se torna uma referência básica para os imigrantes recém-chegados. Entretanto, o relato de Tânia também sugere que ainda que a ajuda fornecida por essas redes religiosas sejam importantes para a execução do projeto e/imigratório dos brasileiros, a base dele é a estruturação e as redes familiares, o que se verifica a partir da sua própria experiência familiar de e/imigração que estamos apresentando.

A religiosidade também contribuiu com o desejo de Tânia de restabelecer sua relação conjugal, no sentido de que nos Estados Unidos o marido também passou a frequentar a igreja e a valorizar o trabalho que ela desenvolve lá. De acordo com ela, em Governador Valadares “ele não ia de jeito nenhum, lá ele foi, participou dos trabalhos, me deu todo apoio nos trabalhos que eu participava e isso trouxe fortalecimento”. Foi também através do trabalho desenvolvido na igreja que ela conseguiu se legalizar nos Estados Unidos. Tânia comenta que foi sua congregação religiosa de “denominação americana” que por meio dos seus representantes intermediou o processo de legalização

depois de oito anos da sua chegada ao país. Ela recebeu o *Green Card* três anos depois que o processo foi iniciado e pôde finalmente retornar ao Brasil.

E quando completou onze anos que eu estava lá o meu *Green Card* saiu, foi onde eu vim para o Brasil. Já fazia onze anos que eu não vinha, fiquei todo esse tempo sem ver filhos e netos que eu nem vi nascer e quando cheguei já estavam mocinhos. Eu fiquei com ele 5 anos e depois eu fiz a aplicação pra cidadania e saiu. Fiz o teste, fui aprovada, jurei a bandeira. A cerimônia foi em Boston e tinha imigrantes de toda raça que você pode imaginar. Tem aquele momento em que a gente levanta a mão fazendo juramento, ser um americano, respeitando as leis, reconhecer as autoridades, isso deve durar quase umas três horas. Depois todo mundo vai assinar a folha e com esse papel a gente vai no correio e faz o passaporte de cidadão americano e não tem mais problema. Mas mesmo com o *Green Card* a gente já pode andar o mundo inteiro, não há mais barreira pra entrar em lugar nenhum. Trocou o passaporte então é melhor ainda, daí não tem barreira pra andar o mundo (Tânia, 75 anos, entrevista citada).

O tempo transcorrido entre a chegada de Tânia nos Estados Unidos e a primeira viagem de visitação à família no Brasil revela a complexidade dos processos de transnacionalização das experiências e/imigratórias dos e/imigrantes indocumentados. A impossibilidade de retornar ao Brasil devido à ausência de documentação legal não impede, obviamente, que eles mantenham laços de todos os tipos com parentes e amigos nas suas cidades de origem e que tal experiência possa ser caracterizada como transnacional. Contudo, pode ser árduo, dispendioso e demorado o processo que permita que a experiência transnacional da e/imigração se concretize na sua forma mais acabada, levando em conta essa possibilidade de transitar fisicamente entre o Brasil e os Estados Unidos, de modo a manter também contatos físicos materializados nessa experiência de visitação aos seus familiares e amigos. Uma experiência e um desejo tão caros aos e/imigrantes contemporâneos indocumentados.

Além de Tânia, dois dos seus filhos também conseguiram a cidadania norte-americana, mas estes através do casamento com brasileiras já documentadas. Ambos trabalham como caminhoneiros e só não vêm com muita frequência ao Brasil em função do trabalho. A mãe observa que “eles não podem sair a hora que querem. Tem que esperar as férias que não é como aqui, que é um tempão. Às vezes tá faltando funcionário, então eles dão uns 15 dias só, tem que correr”. O marido de Tânia ainda não é legalizado porque teve problemas de saúde e preferiu retornar ao Brasil em função do tratamento, mas o processo de legalização dele, ao qual ela deu entrada, está em andamento e atualmente depende do resultado de exames médicos que serão enviados pelo “médico da Imigração” ao Consulado norte-americano que dará prosseguimento ao processo.

Como parte do processo de reconsiderações do projeto e/imigratório, Tânia revelou ter pagado prestações do INSS do marido no Brasil, o que permitiu a ele se aposentar com um salário de R\$ 1.380 e assim se manter por aqui enquanto for necessário. Um gesto que ela avalia como “um bom investimento, né? Um bom salário aqui no Brasil. Eu também me aposentei lá, então a gente ajuda de lá também. Passa um dólíinha de vez em quando”. Nessa última viagem ao Brasil ela veio pessoalmente resolver questões relacionadas ao tratamento de saúde do marido e ao processo de legalização dele nos Estados Unidos, aproveitando também para “matar a saudade” dos filhos e netos em Governador Valadares.

Ao estudar a “significação das visitas” dos e/imigrantes paquistaneses que vivem no Norte da Inglaterra às suas famílias e comunidades de origem, Mason (2004, p.427-428) observou que as visitas representam um importante papel prático e simbólico na manutenção dos laços familiares transnacionais. Elas nem sempre são harmoniosas e não raro precisam ser negociadas de modo a evitar ou minimizar conflitos familiares. Entretanto, com maior frequência servem não apenas para a efetivação de compromissos práticos que exigem presença física, como acompanhar nascimentos e eventos relacionados ao falecimento de algum ente familiar, ou ainda questões relativas à divisão de heranças ou venda de bens materiais coletivos, mas, sobretudo, para reafirmar laços afetivos, identitários e de pertencimento à família e ao país de origem. No caso aqui analisado, os motivos apresentados para justificar a visita de Tânia, e que exigem dela um esforço transnacional, nos serve como exemplo desse processo de reafirmação prática e simbólica dos laços afetivos e de pertencimento

familiar, ou de como o afeto e o cuidado transitam entre fronteiras nacionais. A visita é, nesse contexto, uma espécie de remessa social, que assim como a remessa financeira, é crucial em determinadas situações de vida.

Os motivos alegados também revelam uma contradição pessoal de Tânia: deseja que o marido retorne aos Estados Unidos para que possa manter o casamento, pois reconhece que não é mais capaz de viver somente no Brasil. Tal contradição aponta uma vontade de vivenciar a experiência transnacional da e/imigração em todas as suas formas. Apesar do desejo de retomada do casamento e da vivência cotidiana com o marido, a vontade de Tânia de continuar vivendo nos Estados Unidos está vinculada a um processo crescente de independência pessoal e sucesso profissional que ela conheceu naquele país. Seu relato sugere que Tânia reconhece uma espécie de valorização social do trabalho que ela realiza no exterior, iniciada com o trabalho no ramo da limpeza doméstica e que agora se limita ao trabalho de cunho religioso, e que contribuiu para um sentimento de autovalorização que a estimulou na consecução desse trabalho e dessas vivências cotidianas.

Tânia também se expressa a respeito de um sentimento de liberdade, não apenas quando comenta a quase ausência de situações de violência nas ruas, mas também quando relata que aprendeu a dirigir e se conduzir para visitar e pregar em diferentes cidades da região de Boston. “Eu já tenho 70 anos e o trânsito aqui não ajuda. É uma loucura o trânsito aqui no Brasil”, relata. Questionada sobre um possível retorno definitivo ao Brasil ela argumenta que não o faria pelas razões a cima mencionadas, mas apresentando uma visão religiosa sobre o futuro, adverte que o destino de qualquer pessoa está “nas mãos do Senhor”. Atentando para sua condição de imigrante legalizada, também comenta que os laços com a parte da família que está no Brasil não podem ser rompidos e que isso não lhe representa mais um problema: “porque agora eu posso vir à hora que eu quero! Eu venho visitar, ver minha família, meus netos”.

Mesmo no decorrer dos longos onze anos em que esteve impossibilitada de retornar ao Brasil Tânia não deixou de manter frequentes contatos com a família em Governador Valadares. Além de presentes e das frequentes remessas financeiras que enviava para sustentar os filhos menores, ela sempre fez chamadas telefônicas, que em alguns meses dos primeiros anos como e/imigrante chegaram a lhe custar U\$ 1.500. Na visão dela, felizmente essas chamadas foram barateando muito ao longo dos anos, deixando de representar um

problema, ao comentar que “as coisas vão evoluindo, facilitando. Hoje eu tenho um telefone de uma companhia chamada MetroPCS e pago 60 dólares por mês e falo a vontade. Falo o tanto que quero com qualquer cidade do Brasil”. Tânia também recorda que enviava cartas com fotos que retratavam a vida cotidiana nos Estados Unidos, e que os filhos no Brasil faziam o mesmo: “vez ou outra chegava pelo correio uma cartinha com as fotos deles”.

Esse processo de modernização tecnológica e a necessidade de se comunicar com a família no Brasil exigiram que Tânia se inserisse no mundo digital. Em 2005 ela comprou seu primeiro computador e aprendeu a manuseá-lo com a ajuda de amigos. Através da Internet ela resolve questões de trabalho na igreja, envia e-mails e conversa com a família no Brasil. “Às vezes a gente se fala pelo computador e aquele que não tem câmera pra gente se vê vai na casa de um irmão, junta todo mundo. Daí tem um horário marcado e eu falo um pouquinho com cada um”, explica ela.

A presença do Brasil no cotidiano dos e/imigrantes nos Estados Unidos também se tornou mais frequente devido ao crescimento de uma imprensa étnica no seio da comunidade brasileira em Massachusetts e à transmissão de canais pagos de televisão, como a Globo Internacional, que é o mais comprado e assistido. Tânia relata fatos que apontam para a historicidade da forma como os e/imigrantes se informam sobre os acontecimentos no Brasil:

No início alguém recortava o jornal e mandava, quando era uma coisa assim muito absurda que acontecia aqui. Eu tenho um amigo em Belo Horizonte que gosta de recortar jornal e mandar, então a gente ficava sabendo. E também tinha gente que vinha aqui e levava um monte de comentários. Mas agora lá tem muito jornal de brasileiro, é muito fácil, a gente sabe de tudo pelos jornais. Tem o Jornal da Semana, o Globo Esporte, tem tantos que a gente nem consegue lembrar, jornal impresso. Agora de televisão é Globo, lá não passa SBT, essas coisas não, é a Globo que é forte. E tem outra também, eu não sei se é Record, mas a gente gosta mesmo é da Globo. Todo brasileiro tem a Globo Internacional lá, é como se a gente estivesse aqui no Brasil. Tem o jornal nacional, então a gente fica sabendo de todas as notícias, todas as enchentes, todos os

crimes e tudo que é coisa que passa aqui (Tânia, 75 anos, entrevista citada).

Em seu relato Tânia faz referência a situações e vivências que demonstram como questões relacionadas ao Brasil estão sempre presentes no cotidiano dos e/immigrantes brasileiros nos Estados Unidos. Não apenas porque os e/immigrantes estão em contato direto com suas famílias, mas também porque existe uma mídia transnacional que faz circular notícias de acontecimentos políticos, econômicos e sociais. A vida e o cotidiano nos Estados Unidos, com as vantagens que oferecem e que são citadas pelos e/immigrantes quando fazem comparações com o Brasil, não anulam as relações que estes estabelecem com o país, e tampouco os destitui completamente de traços culturais brasileiros. Persistem, por exemplo, o hábito de assistir determinado canal de televisão, a preferência por determinados esportes, por determinada comida, pelo formato das relações afetivas e conjugais etc. Parece-nos, portanto, que existe nesse cotidiano estrangeiro permeado de “Brasil”, um sentimento de “presença na ausência”, e que paradoxalmente parece contribuir para que muitos imigrantes brasileiros estendam seus projetos de permanência nos Estados Unidos, ou que optem pelo não retorno definitivo ao Brasil.

Tânia, por exemplo, ao avaliar as condições de vida entre os dois países e tomando sua cidade natal como referência, observa que apesar de ver melhoras significativas em Governador Valadares, observa que a falta de empregos bem remunerados na região é um fator importante a pesar na decisão dos e/immigrantes de não retornar definitivamente. Em sua avaliação sobre as mudanças percebidas na cidade ao longo dos últimos anos, ela comenta que: “o que eu não vejo e pensava que podia ter é na área de indústria, que podia ter mais pra produzir emprego, mas isso não aconteceu. Mas que a cidade ficou mais bonita, mais organizada, que os bairros ficaram melhores, nisso eu tenho notado que a cidade está bem melhor”. Ela também destaca as razões pelas quais ela mesma optou por uma vida entrecortada entre os dois países: “a minha vida assim está estabilizada, porque eu tenho aposentadoria lá e o meu marido aqui. Tenho meu salário da igreja, tenho a cidadania, tenho meu seguro saúde. Posso ficar bem, posso ir e vir. Então tá melhor assim”.

De igual modo, ao avaliar sua experiência e/immigratória, Tânia a descreve como uma experiência positiva, não porque conseguiu comprar imóveis ou outros tipos de bens materiais no Brasil (o único investimento realizado foi a compra de um “sítio lá no Pontal”), mas sim

porque forneceu um estilo e um padrão de vida que ela considera muito melhores do que aqueles que tinha no Brasil anteriormente. Mesmo apontando os últimos anos como um bom momento para o retorno dos e/imigrantes brasileiros, em função do fato de que as condições de vida e trabalho dos e/imigrantes naquela região têm piorado, principalmente com o início da crise econômica iniciada em 2008 e também em razão dela, Tânia acredita que nem todos os brasileiros estão dispostos a retornar porque ainda assim vivem melhor lá do que no Brasil, incluindo aqueles que “não têm papel”.

Esse é um argumento que nos ajuda entender que a concepção de um transnacionalismo migrante transcende a definição terminológica desses sujeitos: se são e/imigrantes temporários, definitivos ou transmigrantes, abarcando também as formas de experimentação das vivências e experiências que constituem um viver transnacional. Nesse sentido, mesmo que fisicamente vivendo nos Estados Unidos, tais sujeitos mantêm uma memória afetiva do país de origem que transparece nas suas práticas e modos de vida de um cotidiano que é transnacional porque marcado pela presença dos dois países simultaneamente. No caso de Tânia, nesse cotidiano caracterizado também pela ausência de “barreiras para andar o mundo”, ela vai fazendo desse ir e vir, dessa presença na ausência e desse novo estilo de vida, o seu horizonte de negociações e possibilidades.

5. CAPÍTULO IV: FAMÍLIA, MATERNIDADE E PATERNIDADE TRANSNACIONAIS: ROMPENDO CONVENÇÕES SOCIAIS, ESTABELECENDO LAÇOS DE AFETO E CUIDADOS

A intensificação dos deslocamentos populacionais globais no período pós-guerra tem sido acompanhada de um processo de feminização do mercado de trabalho global e ambos os fatores contribuem para impactos significativos nas estruturas familiares. As famílias transnacionais que se constituem nesse contexto experimentam transformações nas suas relações econômicas, afetivas, geracionais, de gênero e poder. A configuração e a dinâmica dessas famílias estão diretamente associadas a uma maior participação das mulheres e aos papéis que as mesmas exercem na conformação desses fluxos e/imigratórios.

A ideia de feminização de tais fluxos está estritamente vinculada a um maior protagonismo das mulheres não apenas em relação ao aumento do número daquelas que e/imigram, mas também devido à importância do papel que elas vêm desempenhando na configuração de redes de e/imigração, na diversificação da economia doméstica através do envio de remessas, e em processos de rearranjos e relações familiares. Embora não diretamente associado a esse conceito, também se deve destacar a importância do papel desempenhado pelas mulheres que permanecem nas sociedades de origem no contexto e/imigratório de outros membros familiares, sobretudo as tarefas que exercem no sentido de organizar a economia doméstica, conciliar trabalhos produtivos e reprodutivos e manter a unidade familiar (SASSEN, 2003; PARREÑAS, 2005; MOROKVASIC, 2007; PEDONE, 2011).

Mais recentemente e em razão de um prisma mais feminista, uma das preocupações dos estudos migratórios tem sido o de analisar se os fluxos e/imigratórios das últimas décadas têm sido estudados de modo a apontar como uma maior inserção das mulheres no mercado de trabalho global, e conseqüentemente uma maior independência econômica das mesmas, tem transformado a distribuição de poder no espaço privado de suas vidas. Alguns deles têm mostrado que em determinados casos essa visão generificada do mercado de trabalho contribui para a manutenção de normas tradicionais de gênero também no que diz respeito à divisão sexual do trabalho reprodutivo (PARREÑAS, 2005; MOROKVASIC, 2007).

Parreñas (2005) observou que a participação das mulheres no mercado de trabalho do mundo globalizado confronta-se com um

paradoxo de gênero. Ou seja, o fato de que o processo de globalização atrai as mulheres para o mercado de trabalho, mas frequentemente as mantém como únicas responsáveis pelo trabalho reprodutivo, e o resultado, portanto, é o sobrecarregamento das mesmas. Ainda que de formas diferentes, isso é válido tanto para as mulheres ricas quanto para as mais pobres (dentre as quais estão as trabalhadoras imigrantes). A autora pontua que o aumento da participação feminina no mercado de trabalho (frequentemente marcada pela diminuição salarial masculina), a recusa masculina em reconhecer que o trabalho produtivo feminino aumenta a demanda do reprodutivo, e a falha do Estado em reconhecer as necessidades de famílias monoparentais são alguns dos fatores que demonstram que os problemas das mulheres vão além das desigualdades de gênero no seio familiar (PARREÑAS, 2005, p.168).

A constatação de Parreñas foi evidenciada no estudo que realizou sobre as famílias transnacionais filipinas. Para ela a situação das mulheres filipinas é também desgastante devido ao que ela chamou de “persistência do gênero”, ou seja, à dificuldade apresentada pelas famílias filipinas em reconfigurar posições e relações de gênero frente às demandas dos rearranjos estruturais exigidos com a experiência da e/imigração. A maioria delas se recusa a alterar tradicionais convenções de gênero, o que resulta no sobrecarregamento do trabalho e das responsabilidades das mulheres, tanto daquelas que estão emigrando, quanto daquelas que permanecem nas comunidades de origem enquanto os homens emigram.

A persistência do gênero é observada em situações nas quais os filhos têm dificuldades em compreender as razões da emigração das suas mães, porque culturalmente as percebem muito mais como provedoras do cuidado e do afeto do que como provedoras econômicas do lar. A sensação de abandono dos filhos é acentuada pela invisibilidade dos pais, que na ausência das mães emigrantes se recusam a assumir o trabalho reprodutivo, que passa a ser realizado por alguma outra mulher da família. Os parentes e as comunidades também contribuem para a persistência do gênero na medida em que atualizam o discurso do ideal das mães biológicas como provedoras do cuidado e do afeto dos seus filhos. Contudo, a situação é agravada pela própria concepção das imigrantes que acreditam ser mais responsáveis pelos filhos do que os pais das crianças. Esse conjunto de situações limita a possibilidade de grandes transformações do gênero na configuração das famílias transnacionais filipinas (PARREÑAS, 2005, p.164-165).

Morokvasic (2007) também observou que em alguns casos a e/imigração acaba por fortalecer normas convencionais de gênero. Contudo, a autora observa que determinadas situações revelam que processos de reprodução de ordens de gênero também apresentam elementos que podem questioná-las e subvertê-las. A autora argumenta que homens e mulheres, de formas diferentes ou integradas, apoiam-se conscientemente em ordens e convenções de gênero de modo a beneficiar seus propósitos individuais e familiares (MOROKVASIC, 2007, p.71). Em outras palavras, em algumas situações guardar normas convencionais de gênero pode ser uma estratégia de transformação social, de modo que, ao invés de confrontá-las, homens e mulheres estabelecem entre si, por meios de negociações e laços de reciprocidade e solidariedade, novos arranjos conjugais e familiares que podem gerar benefícios coletivos em meio a ambientes sociais mais complexos.

Exemplos de tais arranjos são as experiências de maternidade e paternidade transnacionais que também têm caracterizado as experiências de muitas famílias transnacionais. Assim como novas configurações familiares, novas experiências de maternidade e paternidade vivenciadas nos contextos e/imigratórios globais das últimas três décadas têm desafiado preceitos culturais que relegam as mulheres ao espaço reprodutivo e privado da vida. Nesse sentido, dando continuidade ao nosso objetivo de demonstrar como as famílias dos e/imigrantes mineiros têm se configurado como famílias transnacionais, apresentaremos no presente capítulo experiências daquelas famílias que lançaram mão de arranjos de maternidades e paternidades transnacionais como uma estratégia e/imigratória. Essas experiências ajudam a evidenciar ainda mais dinâmicas de classe, etnia, gênero e geração que perpassam experiências transnacionais de e/imigração.

Inicialmente discutiremos o processo de feminização dos fluxos e/imigratórios globais das três últimas décadas, dentre os quais o fluxo de mineiros para os Estados Unidos, enfatizando a importância de uma análise de gênero para visibilizar a importância da participação das mulheres nesses deslocamentos. Num segundo momento, discutiremos o conceito de maternidade transnacional, de modo a salientar que esse é principalmente um circuito de cuidado e afeto que transcende fronteiras nacionais e transforma o formato das relações familiares, as quais se reconfiguram por meio do estabelecimento de novos formatos de relações afetivas e pelo envio de remessas sociais à longas distâncias. À continuação são descritas e analisadas as experiências de quatro diferentes famílias de origem mineira. Elas envolvem diferentes atores

sociais e visibilizam a fundamental importância das articulações femininas na forma como essas famílias transnacionais têm vivenciado essas experiências de maternidade e paternidade, caracterizadas pela dispersão física entre pais e filhos.

5.1- OS FLUXOS E/IMIGRATÓRIOS GLOBAIS: FEMINIZAÇÃO E (IN)VISIBILIDADES DE GÊNERO

Historicamente, como apontado por Vicente (2006), o protagonismo feminino nos deslocamentos populacionais globais insere-se em um novo contexto de acumulação capitalista que demanda novas formas de produzir e que emerge com a chamada crise do petróleo, ao longo da década de 1970. A autora argumenta que nesse contexto,

de recessão econômica e do aumento dos índices de desemprego em um mundo desenvolvido, inicia-se um período de fechamento de fronteiras a fim de frear a chegada de pessoas procedentes de outros países com o objetivo de trabalhar na sociedade de acolhimento. Assim, o imigrante, representado pela imagem do trabalhador, homem, que emigra sozinho e que se instala na sociedade de acolhimento com caráter temporário, irá alterar seu perfil pelo trabalhador que decide se instalar na sociedade de acolhimento com sua família de forma mais ou menos permanente, dadas as crescentes dificuldades para cruzar as fronteiras e o declínio das condições econômicas nas sociedades de origem." (VICENTE, 2006, p. 212).³⁴

³⁴ No original: “de recesión económica y de subida de los índices de desempleo en el mundo desarrollado, se inicia un período de cierre de fronteras con el objeto de frenar la llegada de personas procedentes de otros países con el objetivo de trabajar en la sociedad de acogida. Así, el inmigrante, representado por la imagen del trabajador, varón, que emigra solo y que se instala en la sociedad de acogida con carácter temporal, va a cambiar su perfil por el del trabajador que decide instalarse en la sociedad de acogida con su familia de forma más o menos permanente, dadas las crecientes dificultades para cruzar las fronteras y el empeoramiento de las condiciones económicas en las sociedades de origen” (VICENTE, 2006, p.212).

Vicente observa que nessa conjuntura de crise econômica e fechamento de fronteiras nacionais ocorre uma mudança no perfil dos e/imigrantes, que a princípio são trabalhadores homens e temporários, mas que passam a se fixar nos países de acolhimento e por isso tendem a trazer de seus países de origem as esposas e os filhos. A possibilidade e a efetividade desses processos de reunificação familiar exigem que os países de acolhimento repensem suas políticas de fixação de mão-de-obra e integração, de modo que em alguns casos ocorre a consolidação de políticas de fechamento de fronteiras e intervenções no sentido de facilitar e encorajar o retorno, e em outros, aquelas que favorecem a chegada das famílias dos imigrantes já estabelecidos, consideradas fundamentais no processo de assentamento definitivo. Em ambos os casos as políticas migratórias afetam de forma decisiva os processos e as formas das reunificações familiares, sobretudo se elas ocorrem de forma legal, sob a supervisão do Estado, ou à revelia de suas normas legislativas. Seja como for, elas ocorrem e contribuem significativamente para um maior protagonismo das mulheres nesses fluxos e/imigratórios.

O histórico da imigração para os Estados Unidos, no qual o fluxo mineiro se insere, é bastante representativo nesse sentido. Uma reforma migratória, a Lei de Cotas de 1921/1924, encerrou a política histórica de imigração aberta da Europa, afetando a composição de gênero da população imigrante, posteriormente. Induzido pela política de nacionalismos inaugurada com a Primeira Guerra e pelos avanços e desenvolvimentos da produção industrial, que derivavam mais da evolução tecnológica do que da mão de obra não especializada, o Congresso restringiu a imigração para o país em 350 mil por ano em 1921 e 150 mil em 1924. Também aumentou a fiscalização das entradas ilegais criando a Patrulha de Fronteiras Terrestre, o que resultou em um grande aumento no número de deportações: de 2.762 em 1920 para 9.495 em 1925 e 38.795 em 1930 (MAE NGAI, 2008, p.13).

Até aquele período a imigração para os Estados Unidos havia sido predominantemente masculina, mas de 1930 a 1979 as mulheres representaram 55% do total de imigrantes e passaram os homens em mais de um milhão. Isso se explica pelo fato de que até 1952 a política migratória do país eliminou a discriminação por sexo nos direitos de residentes reunirem-se com as esposas estrangeiras, favorecendo a admissão de mulheres, dispensando-as de diversas restrições e inclusive conferindo status de residência permanente para as mesmas. Essa feminização da população imigrante norte-americana também teve

ressonâncias do programa de trabalhadores convidados estabelecido com o México, o *Bracero Program*, que no período pós-guerra, entre 1942 e 1964, levou cerca de 5 milhões de trabalhadores mexicanos para a área da agricultura. Mesmo de forma não prevista, o programa provocou processos de reunificação familiar, pois com o seu encerramento muitos destes trabalhadores decidiram se fixar no país e estimularam a chegada de suas famílias, mesmo sem documentação legal (SALES, 1992; ASSIS, 2002; MAE NGAI, 2008).

Ao tomar o caso norte-americano como exemplo, Green (2011, p.39) argumenta que ele é ilustrativo da forma como o mercado de trabalho e as políticas estatais afetam decisões pessoais e consequentemente a proporção de gênero entre grupos migratórios. Por outro lado, os mercados de trabalho e as políticas e/imigratórias sofrem efeito direto das representações de gênero, ou seja, das suposições sobre as características próprias de homens e mulheres e a vinculação delas a trabalhos específicos. As representações de gênero contribuíram, por exemplo, para que nas e/imigrações globais do início do século XX fossem os homens os atraídos para o trabalho nas fábricas nos grandes centros urbanos em desenvolvimento. Da mesma forma como mais recentemente são as mulheres que e/imigram atraídas por uma expansão do mercado de trabalho na área de serviços domésticos e de cuidados (GREEN, 2011; PEDONE, 2011).

Historicamente, apesar da presença massiva e dos relevantes papéis desempenhados pelas mulheres no encadeamento dos deslocamentos populacionais globais, eles foram mais frequentemente percebidos como deslocamentos masculinos, nos quais as mulheres participaram como acompanhantes passivas de pais, irmãos ou maridos, tendo desconsiderados seus papéis como e/imigrantes e legítimas protagonistas de seus deslocamentos. Green (2011, p.38) destaca essa situação nos fluxos imigratórios dirigidos aos Estados Unidos e França, nos quais as mulheres chegaram em maior número que os homens a partir das décadas de 1930 e 1970, respectivamente. A autora ainda destaca o protagonismo de muitas mulheres que chegaram sozinhas a esses países (como as irlandesas nos Estados Unidos e as alemãs na França), e que as mesmas, sobretudo as solteiras, não raro foram recebidas com suspeição pelos agentes da Imigração, visto que eram associadas à prostituição, poligamia e miscigenação (GREEN, 2011, p.41).

Na virada do milênio, segundo os dados das Nações Unidas para o ano 2000, a média de mulheres nos fluxos populacionais globais

ficava na faixa dos 48%. Mas ela é ligeiramente superada nos países mais desenvolvidos, casos em que as mulheres constituem mais da metade do total de emigrantes (ONU/DESA, 2004; VICENTE, 2006, p.206). No caso da e/imigração dos mineiros para os Estados Unidos, a bibliografia que realizou estimativas sobre o número de emigrantes mostrou que a proporção entre homens e mulheres foi se equiparando entre as décadas de 1960 e 2000, atingindo essa média global de 48% ao longo dos anos de 1990.

Entre as décadas de 1960 e 1980, quando o fluxo de mineiros para os Estados Unidos ainda era mais restrito à cidade de Governador Valadares, a proporção de mulheres era menor que a dos homens, mantendo-se na faixa de 30%, conforme estimativa de Margolis (1994). Como apontado anteriormente, Assis e Siqueira (2008) salientaram que o perfil dessas primeiras e/imigrantes valadarenses se assemelhava ao dos homens em alguns aspectos: a maioria estava na faixa etária entre 20 e 30 anos, apresentava uma média de oito anos de escolaridade, e dentre as motivações para emigrar, declararam questões relacionadas à melhora nos padrões de vida e às representações sobre a vida nos Estados Unidos que circulavam na cidade. Há que se destacar o protagonismo e a coragem dessas primeiras emigrantes, pois há registros de muitas mulheres que partiram sozinhas, e mesmo aquelas que partiram ao encontro de seus companheiros deixaram o país em um momento em que a emigração ainda era vista na cidade como uma aventura masculina, além do que enfrentaram igualmente as dificuldades de adaptação ao estilo de vida e trabalho no exterior (ASSIS e SIQUEIRA, 2008; FRANCISCO, 2011).

Segundo as estimativas de Fusco (2001), referentes à pesquisa realizada em Governador Valadares em 1997, um percentual de 30% no saldo de mulheres emigrantes se manteve pelo menos entre os anos de 1967 e 1986. Nos anos seguintes, entre 1987 e 1989, devido à intensificação da crise econômica brasileira, registrou-se o maior número de emigrações de valadarenses para os Estados Unidos e elas representaram 35% do total de emigrados. No transcorrer dos anos de 1990, esse número chegou aos 48% (FUSCO, 2001). Siqueira (2006) confirmou essa proporção de mulheres em pesquisa realizada na região das cidades de Boston e Framingham no ano de 2004. O *survey* da autora encontrou naquele ano um percentual ligeiramente maior de mulheres: 51,1% contra 48,9% de homens. Os dados de Fusco e Siqueira demonstram um processo de feminização do fluxo

e/imigratório mineiro para os Estados Unidos, ao revelar que o número de mulheres emigrantes tem inclusive acompanhado a média global.

Um conjunto de fatores pode ajudar a explicar esse aumento da participação das mulheres nesse fluxo e/imigratório, dentre eles a naturalização da emigração como uma estratégia de sobrevivência econômica e de ascensão social, a efetivação de processos de reunificação familiar, e a dinamização das redes e/imigratórias, nas quais as mulheres figuram como ótimas articuladoras. Com relação a essas redes, os dados apontados por Fusco (2001) demonstram que pelo menos até 1997 foram as mulheres as que mais fizeram uso dos recursos disponibilizados por elas. Pelo menos 22,6% das mulheres indicou como principal motivo da sua migração a reunificação familiar (considerando o reencontro com pais, cônjuges e filhos) contra apenas 3,2% no caso dos homens. A maior parte delas, 65,1%, indicou que conhecia parentes no lugar de destino nos EUA, contra 50,5% no caso dos homens. Assim como 44,6% delas contou com o apoio financeiro da família, enquanto no caso masculino, 37,3% o fizeram (FUSCO, 2001). Esses dados demonstram a emigração como um projeto coletivo, formatado em bases familiares, e que oferece suporte às emigrações femininas.

A ativa participação das mulheres nas e/imigrações históricas entre meados dos séculos XIX e XX, bem como o processo de feminização desses fluxos globais no período pós-guerra, sob o qual o fluxo das mineiras para os Estados Unidos nos serve como exemplo, tardaram a ser reconhecidos no campo dos estudos migratórios. Fazendo uma referência ao estudo clássico do economista Michael Piore, *“Birds of Passage: migrant labor and industrial societies”* (1979), no qual o autor defende a ideia de que a intensificação dos deslocamentos populacionais globais do período pós-guerra é resultado de forças inerentes à natureza das economias industriais, Morokvasic publica um influente artigo denominado *“Birds of passage are also women”* (1984), criticando a predominância de uma visão economicista e a ausência de uma análise de gênero nos estudos de migração internacional.

Essa crítica revelava que, ao menos até a década de 1980, a ausência do gênero como uma variável importante na configuração dos fluxos e/imigratórios contribuiu para que a participação das mulheres fosse invisibilizada. Autoras mais recentes como Pessar (1999), Boyd (1989) e Assis (2002) reforçaram essa crítica ao analisar estudos clássicos de e/imigração a partir de uma perspectiva feminista e constatar que, tanto no passado como mais recentemente, a participação ativa das mulheres nesses deslocamentos foi frequentemente encoberta,

um gênero invisível (“*gender blind*”). Essa “invisibilidade” está ligada ao fato de que muitos teóricos eram influenciados pelas teorias neoclássicas de migração, nas quais os homens eram vistos como mais aptos a correr riscos, enquanto as mulheres eram guardiãs da comunidade e da estabilidade.

Essa visão mais feminista tem contribuído para atestar que a feminização das e/imigrações globais no pós-guerra também se relaciona a fatores culturais e subjetivos, como o fato de que desde meados do século XX as mulheres e/imigrantes vêm se beneficiando com a expansão de oportunidades educacionais e por legislações mais liberalizantes no que se refere ao divórcio e às discriminações de gênero em diversas sociedades (ASSIS, 2007). Em algumas delas a emigração feminina está vinculada não apenas a uma fuga da pobreza, mas também de fortes preceitos patriarcalistas que insistem em discriminar e manter as mulheres em posições de subordinação, de modo que o trabalho e a emigração são fatores que contribuem para processos de emancipação e empoderamento dessas mulheres no âmbito pessoal e familiar (MOROKVASIC, 1984).

Os estudos da área têm mostrado que as e/imigrações são processos generificados, ou seja, que as experiências e/imigratórias e as suas consequências são vivenciados de formas diferentes por homens e mulheres. Frequentemente as representações de gênero têm sido um fator que contribui para invisibilizar o trabalho das mulheres ou para mantê-las em uma dupla jornada de trabalho, na medida em que delegam a elas todo o trabalho reprodutivo, reconhecido como trabalho feminino. Alencastro e Renaux (1997, p.322) chamaram atenção desse fato ao tratar da participação e contribuição das mulheres nas imigrações históricas de europeus para o Sul do Brasil. Os autores atentam para o fato de que um discurso sobre “os imigrantes alemães” escamoteia a importante participação das mulheres nos processos de adaptação e desenvolvimento das colônias. Observam que apesar de viver necessariamente daquilo que produziam, as famílias imigrantes que se apresentavam como “pequenas empresas” necessitavam ter filhos para a ajuda nos trabalhos da lavoura. No entanto, enquanto os filhos cresciam, “o maior número de tarefas repousava sobre os ombros das mães”.

Como nas e/imigrações históricas, também está presente nas e/imigrações globais do pós-guerra uma lógica de gênero que invisibiliza o trabalho reprodutivo e contribui para um processo de precarização do trabalho feminino. O pressuposto ainda existente de que as mulheres possuem habilidades inerentes que lhes possibilitam

desempenhar melhor do que os homens atividades da esfera reprodutiva dificulta o reconhecimento dessas atividades como trabalho, vinculando-as mais a um tipo de “ajuda”.

Essa situação contribui para que alguns postos de trabalho ocupados pelas mulheres sejam caracterizados pela informalidade e por baixos salários, sobretudo no serviço doméstico, no qual se aloca um número crescente de mulheres que partem de países mais pobres do Sul em direção a países mais ricos do Norte global, e onde exercem as funções de empregadas domésticas, diaristas, enfermeiras e cuidadoras de crianças e idosos (HIRATA, 2009). Nesse sentido, independente dos ganhos das mulheres com a experiência da e/imigração, elas ainda permanecem sobre uma ordem imperiosa de classe, etnia e gênero, que não raro se traduz na forma da perda de status, na exploração e no aumento da carga de trabalho (LISBOA, 2007; MOROKVASIK, 2007; ASSIS, 2007).

5.2- MATERNIDADE TRANSNACIONAL: OU A CIRCULAÇÃO GLOBAL DO CUIDADO E DO AFETO

Ao analisar experiências de maternidades transnacionais de e/imigrantes latinas entre seus países de origem e os Estados Unidos, Hondagneu-Sotelo e Avila (1997, p.550) destacaram que embora os estudos e/imigratórios da década de 1990 já estivessem informados por uma perspectiva transnacional e atentassem, sobretudo, para as experiências femininas, eles ainda apresentavam o gênero mais como uma variável analítica do que como uma construção que organiza a vida social. Nesse sentido, perceber essas experiências de maternidade transnacional não apenas como um circuito de suporte financeiro, mas principalmente como um circuito de afeição e de cuidados que transcendem fronteiras nacionais, possibilitou apontar visões generificadas sobre transnacionalismo e e/imigração (HONGAGNEU-SOTELO; AVILA, 1997, p.550).

No trabalho intitulado *“I’m here, but I’m there: the meanings of latina transnational motherhood”* (1997), as autoras analisam as trajetórias e experiências e/imigratórias de imigrantes centro-americanas que trabalham como empregadas domésticas e babás em Los Angeles, na Califórnia. Elas descrevem a forma como essas imigrantes, que deixaram seus filhos nos países de origem (ou que os levaram posteriormente) para se inserir no mercado de trabalho norte-americano, criam novos sentidos, significados e prioridades para a tarefa da

maternidade. Os esforços, estratégias e significados criados por essas mães e/ímigrantes, no sentido de se acomodarem às separações espaço-temporais e continuar contribuindo com a criação de seus filhos, que nos países de origem estão sob a tutela de avós, parentes próximos ou cuidadoras contratadas, constituem um novo tipo de experiência e arranjo familiar que as autoras chamam de “maternidade transnacional”.

Essa é uma estratégia familiar que tem sido observada em muitos fluxos e/ímigratórios contemporâneos e faz parte do que Hochschild (2004 apud LISBOA, 2007) tem definido como “cadeia global de assistência” (“*global care chain*”) e “evasão de cuidados” (“*care drain*”) (HOCHSCHILD, 2002). Nesse processo, essas trabalhadoras domésticas que partem de países mais pobres para países ricos estão substituindo o cuidado até então desempenhado pelas famílias, hospitais, asilos e outras instituições. De modo que se gera uma cadeia perpassada por nacionalidade, classe e raça, na qual as mulheres mais pobres cuidam dos filhos das mais ricas: uma mulher cuida dos filhos da e/ímigrante no país de origem, outra cuida dos filhos desta mulher, geralmente a mãe ou a filha mais velha, enquanto as e/ímigrantes cuidam dos filhos das profissionais liberais (LISBOA, 2007, p.811)

A maternidade transnacional é uma experiência que desafia modelos de maternidade historicamente estabelecidos tanto nos Estados Unidos quanto nos países de origem dos imigrantes latinos. Como destacaram Hondagneu-Sotelo e Avila (1997, p.550), tanto no modelo mais típico de classe média branca e urbana norte-americana, quanto no modelo da classe trabalhadora latina, prevalece um ideal de maternidade no qual esta é vista como uma experiência privada, ou seja, as mães devem permanecer no lar e tomar conta elas mesmas de seus filhos. Esse “culto à domesticidade” é histórica e culturalmente específico, fruto do período posterior à revolução industrial e corolário da ideia de que o salário dos trabalhadores homens seria o suficiente para prover o lar.

No entanto, esse permanece como um ideal, visto que ao longo desse período, as mulheres, inclusive as mulheres latinas, raramente tiveram acesso à seguridade econômica que lhes permitissem serem as únicas envolvidas na criação de seus filhos. Nesse sentido, tanto as mulheres da classe trabalhadora norte-americana (sobretudo as afro-americanas), quanto as mulheres latinas em seus países de origem, tiveram que recorrer à ajuda de instituições específicas ou arranjos compartilhados de maternidade para que também elas pudessem contribuir com as despesas domésticas, ou mesmo ser as únicas provedoras econômicas do lar (HONGAGNEU-SOTELO; AVILA,

1997, p.551). Enquanto as trabalhadoras norte-americanas quase sempre recorreram a instituições de cuidados, como as creches, as mães latinas possuem forte histórico de divisão das tarefas da maternidade com outras mulheres do grupo familiar, mais frequentemente as avós, as irmãs mais velhas ou as madrinhas das crianças, o que culturalmente pode ajudar a explicar a emergência dos arranjos de maternidade transnacional em famílias de origem latina (HONGAGNEU-SOTELO; AVILA, 1997, p.559).

De toda forma, mesmo com a experiência do trabalho produtivo e compartilhamento das tarefas da maternidade, prevalece entre essas mulheres o ideal de que as mães biológicas devem permanecer junto a seus filhos, ainda que não em tempo integral. Assim, embora a maternidade transnacional não seja uma novidade no sentido de compartilhar as tarefas e responsabilidades da criação das crianças, ela rompe com esse ideal de relativa proximidade física e cotidiana entre mães e filhos, visto que a experiência e/imigratória pode implicar em longas separações de tempo e espaço entre eles. Ao se aventurar nessa experiência, que rompe com noções estabelecidas e generificadas de trabalho e família, as e/imigrantes que deixam seus filhos nos países de origem frequentemente precisam lidar com críticas e estigmas de outros membros familiares ou da comunidade, bem como sentimentos de culpa que elas mesmas podem alimentar.

Esses enfrentamentos fazem parte de um processo que incide na própria resignificação dos sentidos de maternidade, ou daquilo que representa uma “boa maternidade”. Segundo Hondagneu-Sotelo e Avila (1997, p.557), ser uma mãe transnacional não significa apenas ser a mãe de crianças que crescem em outros países, mas principalmente conseguir abandonar essa crença de que os filhos devem crescer ao lado de suas mães biológicas, substituindo-a por definições mais elásticas de maternidade. As autoras acreditam que para estas mulheres

os significados da maternidade não parecem estar em um estágio liminar. Ou seja, elas não parecem estar fazendo uma progressão linear de uma forma de maternidade que envolve cuidados presenciais e cotidianos em direção a uma que é definida principalmente pelo sustento econômico. Em vez de substituir o cuidado por sustento econômico em definições de maternidade, elas parecem estar expandindo suas definições de maternidade para abranger o papel de provedoras econômicas que

pode demandar separações físicas de longo prazo. Para estas mulheres, uma crença central é que elas podem melhor cumprir responsabilidades tradicionais de cuidados por meio de geração de renda nos Estados Unidos, enquanto seus filhos permanecem nas sociedades de origem (HONGAGNEU-SOTELO; AVILA, 1997, p.562).³⁵

As definições de maternidade elaboradas pelas mães transnacionais frequentemente contemplam uma mistura entre o cumprimento das obrigações financeiras e o cuidado, ou seja, uma mescla entre seus papéis de provedoras econômicas do lar e de provedoras afetivas de seus filhos. Sustentar seus filhos, proteger seu bem estar e prepara-los para o futuro são características compartilhadas da maternidade e que as mães transnacionais procuram garantir através da experiência da e/imigração. Isso significa que além de trabalhar no exterior para garantir o sustento familiar, essas mães precisam reservar tempo para se comunicar à distância e assim, por meio do envio de remessas sociais, cuidar, estreitar laços de afetos e transmitir conselhos e valores aos filhos que estão fisicamente distantes. Desse modo, visões de boa maternidade frequentemente passam a se caracterizar mais pela qualidade do que pelo tempo gasto junto aos filhos (HONGAGNEU-SOTELO; AVILA, 1997, p.564), e que em alguns casos é apenas virtual.

Ao construir formas alternativas de maternidade essas mães transnacionais atestam que ela não é uma experiência biologicamente predeterminada, mas histórica e socialmente construída. Contudo, a ressignificação da maternidade também pode implicar o medo das consequências dessas experiências, para elas e para os filhos. O que nos recorda o fato de que as experiências transnacionais de e/imigração se

³⁵ No original: "For these women, the meanings of motherhood do not appear to be in a liminal stage. That is, they do not appear to be making a linear progression from a way of motherhood that involves daily, face-to-face caregiving toward one that is defined primarily through breadwinning. Rather than replacing caregiving with breadwinning definitions of motherhood, they appear to be expanding their definitions of motherhood to encompass breadwinning that may require long-term physical separations. For these women, a core belief is that they can best fulfill traditional caregiving responsibilities through income earning in the United States while their children remain 'back home'" (HONGAGNEU-SOTELO; AVILA, 1997, p.562).

passam em contextos sócio-históricos também perpassados pela falta de oportunidades sociais e não raro pela ausência de direitos, dentre eles o direito de se reunir fisicamente em família. Nas próximas sessões, ao descrever as trajetórias e/imigratórias de membros de quatro famílias transnacionais de origem mineira, mostraremos como elas têm se organizado ao protagonizar esses arranjos de maternidade e paternidade transnacionais, os quais são destacados como uma estratégia e/imigratória e familiar que tem as mulheres como sua principal articuladora.

5.3- “AQUI NÃO, AQUI EU SOU MÃE E HOMEM”: HISTÓRICO E/IMIGRATÓRIO E FAMILIAR DE SORAIA, UMA “MÃE À DISTÂNCIA”

Ainda é presente na cultura brasileira a ideia de que a tarefa de prover o lar é exclusivamente masculina, do chefe de família. Em algumas situações e contextos ela persiste como um elemento atual entranhado nessa cultura ainda permeada de machismo e patriarcalismo que percebe o homem não apenas como principal provedor, mas como principal mediador das relações sociais, que inclui as familiares. Como em outras partes do mundo, também há no Brasil atual momentos em que mulheres que se tornam financeiramente independentes, chefes de família, provedoras econômicas do lar e mediadoras das relações familiares são percebidas com certa desconfiança ou estranhamento. Felizmente o comportamento de muitas mulheres brasileiras tem contribuído não apenas para a superação dessa noção cultural, mas também para a escrita de um novo capítulo da história das mulheres no Brasil.

Dentre elas estão as e/imigrantes brasileiras, cujas trajetórias de vida têm mostrado que elas também têm contribuído para a superação desse aspecto cultural ao se visibilizarem como mulheres trabalhadoras independentes, com projetos de vida próprios, projetos coletivos e familiares que as têm como protagonistas e articuladoras. É o caso de Soraia, que a partir da construção de um projeto e/imigratório familiar, tornou-se a provedora econômica de três diferentes lares em dois diferentes países, como mostraremos ao apresentar sua trajetória de vida. Desde 2001 ela vive no Nordeste dos Estados Unidos, atualmente na cidade de Malden (MA), de onde partem as remessas financeiras, afetivas e emocionais que contribuem com a criação do casal de filhos

que ficou aos cuidados da mãe dela na sua cidade de origem, Conselheiro Pena (MG).

Atualmente o seu cotidiano é perpassado por uma espécie de “presença-ausência” tripla: na casa da mãe, que segue morando em Conselheiro Pena; no apartamento por ela alugado em Governador Valadares, para onde os filhos recentemente se mudaram a fim de frequentar a faculdade na qual ganharam bolsas de estudos; e na sua própria casa em Malden, que é alugada e onde também mora o atual namorado dela, que vive reclamando que ela “nunca está em casa porque trabalha demais”. Nesse cotidiano marcado por uma jornada longa de trabalho com limpeza de casas, e entre uma faxina e outra, Soraia está sempre lidando com questões relacionadas a esses três diferentes espaços familiares. À essa jornada de trabalho nos Estados Unidos se somam outras demandas cotidianas que são transnacionais.

Ela tinha 38 anos quando a entrevistamos em Malden, em 2014. Sua trajetória de e/imigração iniciou com uma proposta que partiu da mãe e que lhe deixou extremamente surpresa. Apesar de ter uma tia por parte de pai morando em Connecticut (EUA) desde que era criança, e de acompanhar o desejo da mãe e dos dois irmãos que sonhavam em também emigrar para os Estados Unidos, Soraia nunca manifestou esse desejo. Quando seu pai ainda era vivo, a mãe dela pensava seriamente na possibilidade de emigrar com o esposo, instigada pela emigração da cunhada e das coisas positivas que esta falava a respeito da vida que lá levava.

Soraia explica que porque casaram e tiveram filhos muito cedo os pais tiveram que prolongar o projeto de emigrar, que acabou não se concretizando devido ao falecimento do pai, acometido pelo câncer. Com três filhos para criar, a mãe não deu conta de efetivar o projeto sozinha. Sua mãe desejava que a trajetória de vida de Soraia fosse diferente daquela que ela mesma vivenciou, ou seja, que estudasse e se formasse em algum curso superior antes de casar e ter filhos. Mas em desacordo com o projeto da mãe, ela sempre manifestou o desejo de casar e ter filhos cedo, o que de fato aconteceu.

Soraia conheceu o ex-marido aos 16 anos. Depois de um ano eles se casaram e foram morar com os pais dele em Vitória (ES), onde ela concluiu o ensino médio. Aos 18 anos engravidou e teve um menino, Marcos, e um ano e meio depois nasceu uma menina, Maysa. Ao longo desse tempo em Vitória ela trabalhou fazendo limpeza em uma escola particular. Um dia, quando a filha Maysa completou um ano e meio, ela recebeu a visita de uma mulher que pedia pensão para um filho que dizia

ter tido com o marido de Soraia, e que na ocasião tinha a mesma idade do filho mais velho dela. Diante da descoberta da traição Soraia “largou” o marido e voltou para a casa da mãe em Conselheiro Pena com os dois filhos.

Desde então o pai nunca mais contribuiu de nenhuma forma com a criação das crianças e ela passou a não fazer nenhuma questão da ajuda depois de um episódio no qual as duas crianças tiveram pneumonia e o pai negou a ajuda por ela requerida. Soraia observa que: “desde esse dia eu nunca mais procurei ele. Eu quis mostrar pra ele que eu podia criar meus filhos sozinha”. Nessa mesma ocasião ela própria foi diagnosticada com câncer e à luta pelo bem estar da família agregou-se a batalha contra a doença que felizmente pôde ser tratada e curada.

Três anos depois de retornar para a casa da mãe com os filhos e de estar totalmente curada do câncer é que Soraia estava desembarcando em Boston (MA). A ideia de emigrar não fazia parte do seu projeto de vida, ainda que ela estivesse bastante acostumada com a realidade da emigração, acompanhando a aventura e os projetos de parentes e amigos. Ela se disse surpresa quando a mãe propôs a ela cuidar das crianças para que ela fosse tentar a sorte como imigrante. “A ideia partiu dela. Ela que acendeu a chama”, observa. Na ocasião a mãe trabalhava em dois empregos de meio turno, fazendo limpeza na Estação Ferroviária da Vale do Rio Doce e no escritório de uma empresa de transporte urbano, sendo que também passou a receber pequena pensão depois da morte do marido.

A surpresa gerada pela situação deveu-se ao fato de que a mãe de Soraia, relativamente jovem e disposta, sempre dizia “que não ia cuidar do filho de ninguém, que neto era só pra visitar”. Até que um dia:

Ela me perguntou se eu não queria ir. Só que com um propósito. Ela tomaria conta dos meninos e eu teria que ajudá-la porque ela ia largar o serviço pra cuidar deles, ela tinha dois empregos. A minha menina tinha 4 anos e o meu menino tinha 6 anos. Então foi um acordo que eu fiz com ela. Eu tinha que mandar pelo menos dois salários mínimos pra ela, pra compensar porque ela estava abrindo mão de tudo. No começo ela continuou trabalhando porque eu precisava me organizar primeiro, mas já faz 9 anos que ela não trabalha mais fora. Eu que sustento eles. Então eu fui no Consulado e me deram visto de 10 anos sem pedir nada. Aí, aqui em Massachusetts um amigo meu de muito tempo

que cantava comigo no coral da igreja ficou sabendo que eu tava indo e me procurou. Ele me ofereceu hospedagem, disse que ia me ajudar com trabalho, essas coisas todas. Então eu fui pra casa dele, mas ele dividia com muito homem e aqui, há 12 anos atrás, quando chegava uma brasileira era a história de que ‘a fresquinha chegou nos Estados Unidos’, então eu ficava com medo. E depois eu descobri através de uma mulher que também é de Conselheiro Pena que ele me ajudou porque gostava de mim, tinha intenções comigo. Então com duas semanas eu sai e fui morar com a minha tia em Connecticut. Foi bem na semana que caíram as Torres Gêmeas (Soraia, 38 anos, emigrou em 2001, natural de Conselheiro Pena, entrevistada em Malden (MA-EUA), em 19/07/2014, entrevista e transcrição do autor).

Na casa da tia, no estado norte-americano de Connecticut, Soraia ficou apenas um mês porque o episódio do atentado às Torres Gêmeas teria dificultado a procura de emprego para os imigrantes que chegavam à região, fato que fez com que ela retornasse para Boston onde obteve mais promessas de ajuda, inclusive de “amigos de infância” que ela “começou a reencontrar” por lá. Soraia observa que: “o brasileiro é muito solidário. Muitas pessoas me procuraram oferecendo ajuda, então eu voltei porque eu não podia deixar de passar o dinheiro da minha mãe. Eu tinha um acordo com ela”. Foi com uma amiga de infância que Soraia passou a morar na cidade de Revere. Foi essa mesma amiga que a levou para trabalhar em uma padaria na cidade de Concord, ambas nas proximidades de Boston. A padaria era propriedade de norte-americanos, mas os funcionários eram todos brasileiros. O retorno à Boston, portanto, foi uma estratégia de Soraia que diante da difícil situação vivenciada principalmente pelos imigrantes indocumentados, percebeu na ajuda oferecida por amigos e conterrâneos a única saída para o contorno daquele momento complicado no qual ela precisava se inserir no mercado de trabalho local.

Depreendemos por meio de seu relato que esse primeiro emprego, no qual permaneceu cerca de cinco anos, foi uma espécie de escola na experiência e/imigratória de Soraia. A partir dele ela iniciou um importante processo de independência pessoal nos Estados Unidos, e que nos demonstra como a inserção no mercado de trabalho é um fator importante para os demais processos de inserções dos imigrantes na

sociedade norte-americana. Apesar do salário que percebia não ser considerado bom para os padrões dos imigrantes brasileiros, foi a partir dele que Soraia aprendeu a se comunicar em inglês e a dirigir um automóvel, dois aprendizados fundamentais que contribuíram para o sucesso da sua experiência como imigrante nos Estados Unidos, a começar pelo processo de autonomização no ramo da limpeza doméstica.

Quando chegou ao país ela desconhecia completamente o idioma, mas o convívio com os colegas de trabalho brasileiros, os patrões e os próprios clientes da padaria ofereceu um nível de aprendizado da língua que permitiu a ela se comunicar em outras situações da vida cotidiana. Aprender a dirigir foi o evento mais marcante nesse processo de independência pessoal. É corrente entre os imigrantes a ciência de que o carro representa uma ferramenta de trabalho fundamental naquela região, sobretudo devido à ausência de um sistema de transporte público que integre cidades próximas na região da Grande Boston. Os contatos na comunidade brasileira foram fundamentais para essa experiência de Soraia, visto que a partir deles ela conseguiu não só comprar um carro em condições facilitadas como também obter uma licença falsificada para dirigir e orientações para o registro legal do carro.

Soraia observa que:

Nunca tinha pego um carro na vida, mas como aqui o brasileiro dá jeito em tudo, eles conseguiram fazer a minha carteira. Eu tinha que dirigir porque eu não podia faltar ao trabalho quando não tinha carona. Então eu fui na concessionária de um brasileiro, dei um pouco de dinheiro e disse que pagava o resto depois. Coloquei seguro, registrei o carro, enchi o tanque e pensei: agora eu vou aprender a dirigir. Em um dia eu gastei um tanque de gasolina! Foi uma tensão porque aqui parece que tem 10 policiais pra cada morador, mas nesses 12 anos eu nunca causei um acidente. Já fui parada muitas vezes, mas nunca fui presa porque eles sabem que a carteira é falsa, mas se o Motor Veículos (refere-se ao Massachusetts Registry of Motor Vehicles - MRMV, grifo meu) registra, eles não ligam, o problema é se você dirigir bêbado. Aqui em Massachusetts 70% da população é imigrante então se proibirem os indocumentados de dirigir o

estado para. Eu faço limpeza, e quase sempre as casas ficam longe. Eu saio daqui e vou pra Allston, pra Woscester, então quer dizer, você gasta gasolina, paga pedágio, então gera dinheiro e as pessoas precisam das casas limpas (Soraia, 38 anos, entrevista citada).

Soraia ainda esclarece que uma das estratégias dos imigrantes brasileiros é fazer o registro da abertura de uma empresa junto às prefeituras locais, pois gasta-se “apenas 80 dólares e você pode registrar o carro no nome da companhia”. Destaca-se também nesse processo de inserção o contato dela com um discurso que legitima a presença dos imigrantes e a garantia de seus direitos como trabalhadores, ressaltando-se nestes a consciência de fazer parte de uma comunidade mais ampla, que independe de nacionalidade ou comunidade de origem e do próprio status migratório, que seria a comunidade dos trabalhadores imigrantes.

As habilidades de dirigir e se comunicar em inglês contribuíram para que após quatro anos de trabalho na padaria Soraia se tornasse gerente de produção, da mesma forma como permitiram que no ano seguinte, e devido a cortes da jornada de trabalho e pagamento de horas extras, ela pedisse demissão e “migrasse” para o ramo da limpeza doméstica, graças ao convite de uma amiga brasileira que ficou impossibilitada de dirigir. Os ganhos de Soraia aumentaram significativamente, principalmente dois anos depois do ingresso nesse ramo, ocasião na qual comprou parte do *schedule* dessa amiga, que se mudou com o marido para o estado da Carolina do Norte na intenção de abrir um restaurante.

A referida amiga dividiu em duas partes iguais um *schedule* de 36 casas. Doou 18 delas para uma irmã e vendeu as outras 18 para Soraia pelo valor de 16 mil dólares. Apesar de representar um valor financeiro significativo, Soraia explica que a compra desse *schedule* foi fundamental para o atual sucesso econômico do seu projeto e/migratório, inicialmente porque naquele contexto, em 2006, o valor dele representava aproximadamente três vezes o valor total das faxinas, enquanto que em 2014 esse valor era multiplicado por seis, ou seja, um investimento positivo para este que é considerado um “*business*” (negócio) pelos imigrantes. Além disso, como ela sugere,

todo mundo fala que isso não se faz, mas todo mundo faz e você precisa comprar porque precisa de referência. Se não for assim não funciona. Por

isso que eu mantenho essas casas até hoje e ganhei muitas outras através delas. Só não tenho mais porque não tenho tempo, e formar uma segunda equipe é complicado porque eles não fazem o serviço que você faz e já teve muito caso de roubo, problema que o brasileiro arruma. Eu tenho 36 casas e tenho a chave de todas, são médicos, advogados, gente que tem Ferrari na garagem. Deus que me livre se acontece alguma coisa porque a responsabilidade é minha. Então eu pago só uma menina que já está há 4 anos comigo e a gente limpa 5 ou 6 casas por dia e já é compensador (Soraia, 38 anos, entrevista citada).

Segundo ela, o trabalho no ramo da limpeza doméstica tem sido o grande responsável pelas suas conquistas financeiras, visto que através dele Soraia consegue gerar uma renda que fornece a ela e à sua família no Brasil um padrão de vida que antes desconheciam. Parte desse sucesso é fruto da qualidade do trabalho que oferece aos seus clientes, ou seja, faz uma faxina que agrada os norte-americanos. Segundo seus próprios termos, ela “adaptou a limpeza”, o que significa dizer que, embora os produtos de limpeza sejam de lá, as técnicas de limpeza são realizadas “ao nosso estilo”, ou seja, ao modo brasileiro de faxinar, definido como: “uma limpeza não superficial. Por isso eles gostam”.

Essa adaptação significa utilizar em alguns momentos, por exemplo, pano úmido ao invés de espanador de pó para limpar os móveis; pano molhado e vassoura ao invés aspirador de pó para limpar o chão; não jogar água no banheiro, mas jogar ao menos na limpeza do box; lavar a louça a mão ao invés de utilizar máquina de lavar louça etc. Mas esse processo de estranhamento cultural é uma via de mão dupla, visível quando, por exemplo, os clientes observam com espanto o fato de ela lavar a louça a mão e não na máquina de lavar louças, e quando ela mesma ironiza a aparente inocência de alguns deles quando: “compram tudo que vê na propaganda da televisão: papel mágico pra limpar, achando que é o papel que vai limpar (risos)”.

A melhora do padrão de vida familiar, que é o motivo da persistência nessa experiência de relações familiares à distância, é expressa quando Soraia comenta que “a minha mãe ainda não tem a casa que ela queria porque não é fácil sustentar a mim e a eles, mas ela tem uma vida melhor, ela mesma reconhece. Então o que me faz ficar aqui é olhar para o passado e ver como as coisas eram difíceis e como elas

estão melhorando”. Esse padrão de vida familiar é sustentado pelo trabalho duro que ela exerce no seu cotidiano em Massachusetts, e que é preenchido também pela organização das despesas domésticas de três diferentes espaços familiares. Como Soraia observa, “a minha vida agora é dividida em três lugares: a minha vida pessoal aqui, a vida dos meus filhos em Valadares e a minha mãe em Conselheiro Pena. Então tenho as minhas despesas aqui e as deles lá”.

Dos Estados Unidos Soraia envia remessas para duas contas bancárias no Brasil que ela mesma ajuda a gerenciar virtualmente. A do Banco do Brasil é da sua mãe, onde ela deposita valores referentes ao pagamento de todas as despesas fixas como energia elétrica, água, telefone, plano de saúde e despesas pessoais da mãe. A outra conta, na Caixa Econômica Federal, é referente às despesas pessoais dos filhos, incluindo o valor que pagam pelo aluguel do apartamento em Governador Valadares. Soraia explica que a organização da economia doméstica é feita de forma coletiva e que o filho é quem melhor a gerencia. “O meu menino é que faz todos os cálculos”, observa ela. É ele também que ajuda a avó a organizar e efetuar os pagamentos que estão a cargo da mesma.

A mãe também relata, não sem orgulho, que o filho tem acesso a todas as contas, inclusive à poupança deles, e que como qualquer adolescente de 19 anos podia gastar “com qualquer desculpa: roupas, tênis”. Entretanto, não o faz, não apenas porque ela mantém certo controle sobre as contas, mas também porque aprendeu a ser “muito responsável”. Na concepção dela, a sua maneira de agir e educar os filhos, mesmo à distância, tornou-os mais responsáveis com as tarefas domésticas e o uso do dinheiro. O que é importante para que os filhos cresçam sabendo que não podem ter tudo “só porque têm a mãe nos Estados Unidos. Porque as pessoas acham que quem tá aqui tem dinheiro”, observa.

Por esse mesmo motivo, foram poucas às vezes em que, ao longo de todos esses anos longe dos filhos, ela enviou presentes como roupas e brinquedos. Somente em 2014 ela enviou presentes relativamente caros aos filhos: um computador para Marcos e um celular para Maysa, levados por uma amiga também natural de Conselheiro Pena que é documentada e por isso pode fazer visitas frequentes à sua família no Brasil. “Eu podia mandar mais vezes por ela, mas não. Então é o plano de saúde, o celular e o computador. Essa é a riqueza deles”, acrescenta ela. Por ser uma conhecida e frequentar a casa da família de Soraia em Conselheiro Pena, essa amiga é uma “mensageira com referências”

(LEVITT, 2001, p.64). Por isso além de objetos materiais ela também transmite mensagens orais enviadas por Soraia aos filhos, e que tem a intenção de lembrá-los da importância de guardar algumas normas de conduta, como o respeito com a avó e os tios, e dos sentimentos de amor, carinho e afeto que a mãe nutre por eles.

Essa forma de agir de Soraia é pauta das conversas que mantém com o namorado que está morando com ela e que acredita ser exagero da parte dela a atenção demasiada que dispensa aos filhos, sugerindo que ela os deixe agir por si só, para que assim aprendam a ser mais independentes. Contudo, na sua concepção de mãe à distância, suas inferências ocorrem justamente no sentido de contribuir com o processo de autonomização dos filhos. Ela também parece responder a uma demanda sensitiva dos filhos que permitem que ela aja dessa maneira. A resposta deles ao seu comportamento é o que ela define como “uma brecha” que os filhos abrem nessa relação, e que é “uma maneira que eles têm de me ter mais perto deles, porque eles são independentes, mas é o jeito deles suprirem a necessidade afetiva que a minha ausência causa. O Marcos diz: ‘pra que nem minha mãe nem eu se sinta distante’. Então por que eu vou deixar passar? E tudo vem do dinheiro das faxinas. Eu sempre dei conta!”.

Parece-nos, portanto, que tentar envolver todos os membros familiares na organização dessa economia doméstica transnacional é uma das estratégias que Soraia encontra não apenas para contribuir com a educação moral e financeira dos filhos (ou para usar suas próprias palavras, “pra eles aprender a dar valor ao dinheiro”), mas também e ao mesmo tempo, conseguir manter unida a família que atualmente está fisicamente dividida em três diferentes lugares. Nesse contexto, as estratégias econômicas se transformam em estratégias afetivas, assim como as remessas econômicas se transformam em remessas sociais, visto que comunicam a intenção do cuidado.

Ao falar da relação que mantém com o namorado Soraia também destacou que apesar de se dedicar bastante ao próprio trabalho, ele frequentemente se queixa do tempo excessivo que ela passa fora de casa trabalhando. Segundo seu relato: “ele sempre diz pra eu não trabalhar muito, pra eu cuidar mais de mim, ficar mais dentro de casa. Ele chega do trabalho antes de mim e eu não estou em casa”. Mesmo entendendo que o namorado se preocupa com o seu bem estar e que ele não a critica pelo fato de ela trabalhar fora, inclusive pela noção óbvia de que em sua maioria e independentemente do gênero os imigrantes estão nos Estados Unidos para trabalhar, ela percebe que o fato de o namorado estranhar

que ela trabalhe mais do que ele (o que faz com que ele não a encontre em casa quando retorna do trabalho), não deixa de representar uma atitude machista que varia do pensamento masculino brasileiro de que lugar de mulher é dentro de casa. Em outras palavras, ela parece reconhecer que mesmo naquele contexto o namorado tem dificuldade de se destituir dessa bagagem cultural.

Essa percepção é reforçada quando ela sugere a crítica (também formulada por outras entrevistadas) de que embora no Brasil dos dias recentes as mulheres estejam cada vez mais trabalhando fora de casa, isso pouco tem implicado em mudanças nas suas relações de gênero e identidades femininas. Segundo ela, “no Brasil a gente aprende que mulher deve estudar, casar e ser submissa ao marido. Essa foi a minha criação. Elas até podem trabalhar fora porque hoje as coisas mudaram, mas continuam submissas dos maridos”. Na visão dela, a sua posição de mãe solteira e o compromisso de cuidar da própria mãe no Brasil, vinculados à sua atual posição como mãe à distância, não permitem que ela se enquadre nesses rótulos femininos, devido ao que ela chamou de “choque de realidade”, referindo-se ao fato de que: “além de cuidar dos meus filhos eu tenho a minha mãe que é pra vida toda. Eu tenho dois irmãos, mas eu me sinto na obrigação de cuidar dela. Eu tenho uma dívida com ela. Eu sinto saudade, vontade de voltar, mas não, aqui eu sou mulher e homem porque tenho que dar conta de tudo”. Nesse sentido, a experiência de Soraia nos demonstra como alguns casos de maternidade transnacional demandam novas identidades e lugares de sujeitos que fazem circular o masculino e o feminino.

Contudo, apesar das críticas, Soraia também procura relativizar as atitudes do namorado. Segundo ela, apesar de ser homem e por isso ter “a caixinha vazia” (referindo-se ao pensamento obtuso que percebe na maioria dos homens brasileiros), ele é diferente de muitos imigrantes brasileiros nos Estados Unidos, principalmente daqueles que se aproveitam das mulheres brasileiras que trabalham bastante e muitas vezes ganham tanto quanto eles. Tomando a si própria como exemplo, ela diz que seus namorados anteriores “só queriam se aproveitar. Eles pensavam: por que eu vou trabalhar demais se a mulher dá conta de tudo? Mas o Emerson não! Ele trabalha na construção civil e tem a sua própria empresa”. Na visão dela, portanto, ainda que o namorado Emerson, em alguns momentos, reproduza um comportamento machista de base cultural brasileira, exigindo que ela permaneça em casa por mais tempo, por exemplo, nos Estados Unidos ele se difere de muitos

brasileiros, sobretudo daqueles que tentam tirar proveito das trabalhadoras brasileiras que são bem sucedidas.

Essa visão positiva do namorado também é reforçada pela forma como ele desempenha o seu papel de pai à distância, a forma elogiável com que presta toda a assistência necessária ao cuidado e à educação da filha que, assim como a entrevistada, deixou no Brasil. Segundo Soraia, são muito frequentes os casos em que pais e mães e/imigrantes delegam essa responsabilidade inteiramente às suas mães no Brasil. A respeito deles ela comenta com ar de reprovação que “tem demais! Estão aqui gastando dinheiro como se fossem adolescentes, e as mães lá no Brasil se ferrando pra criar filhos dos outros. Tem uns que dizem: eu vou juntar dinheiro por quê? Eu não espalhei! (risos)”.

Esse julgamento de valor que Soraia efetiva quando trata do(a)s referido(a)s imigrantes brasileiro(a)s se vincula à sua visão sobre a tarefa da maternidade e da paternidade, e que se refere aos esforços e os sentimentos dos quais lançam mão para criar, educar e proteger os seus filhos, mesmo à distância. É ocupando o lugar de alguém que também vivencia essa experiência e que “valoriza a família demais”, que ela elabora a referida crítica e toma essa situação para fazer um julgamento sobre o caráter do namorado, que apesar de afetado por princípios culturais machistas se apresenta como alguém capaz de amar e proteger à distância, e que pode não ser o melhor namorado, mas analogamente a ela, é um bom pai.

As opiniões de Soraia se tornam mais compreensíveis quanto atentamos para o fato apresentado de que é um sentimento de amor pela família, expressado no desejo de oferecer uma vida melhor aos filhos e à sua própria mãe, que a move nesse projeto e/imigratório. Na concepção dela esse é o principal elemento motivador da sua experiência como e/imigrante, na qual ela realiza uma espécie de sacrifício (estar fisicamente longe dos filhos) em nome do amor e do bem estar dos filhos, e que só é concretizada em razão da certeza de que a tarefa da maternidade podia ser compartilhada com a sua própria mãe, que como avó cuidaria, amaria e protegeria as crianças mesmo se Soraia não estivesse emigrando. A garantia da presença e permanência da avó é, nesse sentido, uma garantia e uma prova de que a própria Soraia não está abdicando da responsabilidade da maternidade. Também é interessante destacar nesse caso que embora as razões para emigrar sejam econômicas, tais fundamentos são estruturados em aspectos subjetivos/afetivos que lhes dão origem e as ultrapassam.

No relato sobre sua trajetória de vida Soraia descreve vivamente os esforços e as estratégias das quais lança mão para continuar sendo mãe, mesmo estando física e geograficamente distante dos filhos, ou para usar sua própria expressão, para ser “mãe à distância”. Também demonstra como muitas vezes o papel de mãe e pai de seus filhos foi ocupado também pela avó das crianças e pelos seus dois irmãos, sujeitos fundamentais para a concretização e perpetuação de um projeto que nasce e permanece coletivo e familiar. A tarefa de ser mãe à distância é, sem dúvidas, a parte mais instigante dessa trajetória de vida.

Soraia reconhece que “ser mãe à distância não é fácil”, referindo-se ao fato de que também ela precisa organizar e planejar seu cotidiano e incluir nele tarefas próprias do exercício da maternidade, que muitas vezes são compartilhadas, planejadas e negociadas com os membros familiares que estão ajudando a tomar conta dos filhos no Brasil, como a preocupação com o processo de escolarização deles, por exemplo, mas que também inclui o tempo próprio para a construção de valores e a manutenção das relações afetivas.

Mas ela acredita que apesar das dificuldades na tarefa de exercer a maternidade (no sentido de prover a criação e a educação dos filhos) nessa situação, essa tem sido uma experiência desafiadora e gratificante. E argumenta que nunca deixou de se ver como mãe, mesmo que esse papel seja compartilhado com sua mãe e seus irmãos. Ela também destaca, fazendo uso de outras palavras, que a manutenção dessa identidade de mãe se deve também ao suporte oferecido pelas tecnologias e meios de comunicações do nosso contexto recente, visto que de modo metafórico “encurtam” o espaço geográfico ao diminuir a distância social.

Soraia enaltece a existência dos meios de comunicações recentes e explica como eles têm favorecido a tarefa da maternidade à distância. Desde que emigrou, o telefone tem sido o meio de comunicação mais comum entre ela e a família no Brasil. O barateamento desse veículo de comunicação nos Estados Unidos contribuiu para que ela fosse sempre uma “mãe presente”, como ela mesma se identifica. “Eu comprava um cartão de 5 dólares e falava umas 5 horas com eles, então já era bom. Eu ligava e controlava tudo daqui”, relata. Ela comenta que sempre conseguiu perceber as transformações e as mudanças comportamentais dos filhos nos diferentes momentos do ciclo de vida dos mesmos, ao falar com eles pelo telefone. Ele foi utilizado como uma estratégia de intervenção quando esta lhe parecia necessária. Ela observa, por exemplo, que na ocasião em que as crianças ainda frequentavam a

escola, sentiam menos a saudade dela porque “se distraíam mais”. Mas com a chegada da adolescência, “eles sentiram mais”. O filho Marcos, em especial, “teve uma época que ficava muito calado”, deixando-a preocupada. Para se fazer presente e acompanhar esse momento mais delicado da vida do filho, ela procurou “ligar com mais frequência”.

As chamadas telefônicas também foram fundamentais para que Soraia acompanhasse a presença e o desenvolvimento dos filhos na escola onde eles sempre estudaram. Para isso também contribuíram as redes de relacionamentos pessoais anteriores à experiência da emigração e que foram acionadas nesse contexto transnacional. Boa parte dos profissionais dessa comunidade escolar eram pessoas conhecidas. A diretora e algumas das professoras foram suas amigas de infância em Conselheiro Pena. Essas relações favoreceram a presença dela na escola mesmo à distância. De acordo com Soraia: “eu fiquei muito conhecida na escola porque ligava quase todo dia pra ver se eles tinham chegado, se estava tudo bem. E elas me tranquilizavam. Diziam: ‘não se preocupa Soraia que está tudo direitinho!’ (risos)”.

O processo de escolarização das crianças teve a ajuda imprescindível da avó, que dentre outras coisas, cobrava a frequência na escola, realização dos deveres e acompanhava as reuniões de pais e professores. Além disso, conforme Soraia, quando era preciso “ela colocava de castigo, brigava. Ela fez a parte dela, ela foi mãe de novo!”. Por ter cursado só até o quarto ano do antigo primário, a avó tinha dificuldade de esclarecer dúvidas sobre alguns conteúdos que as crianças estudavam na escola, o que exigia maior intervenção da parte de Soraia, que observa: “eu tinha que ensinar porque tem muita coisa que ela não entende. Os meus irmãos ajudavam a ensinar também, mas eles tinham a vida deles. Então eu tinha que dar um jeito de ajudar”.

Além de também contribuir com a escolarização dos sobrinhos, os dois irmãos de Soraia muitas vezes ocuparam o papel de pais, contribuindo em outras dimensões da vida das crianças. “Levavam para o futebol, para a igreja. Sempre ajudaram”, destaca ela. De acordo com o relato, Soraia também sugere que mesmo a comunidade local, a exemplo do que acontecia na escola, cumpriu determinado papel na educação e no cuidado dos filhos, identificando-os e de alguma forma protegendo-os quando estes frequentavam os espaços públicos da vizinhança. Segundo ela, a sua família “é muito conhecida em Conselheiro Pena, então facilita”. Essas intervenções aconteciam como no exemplo que ela relata a continuação:

Outro dia uma amiga me avisa: ‘ontem eu vi Maysa dançando na rua e tinha uns homens em volta que eu não gostei’. No outro dia eu liguei pra Maysa e perguntei: o que aconteceu de diferente ontem? E ela: ‘o que a senhora já tá sabendo?’. Então eu agradeço muito a Deus o fato de não ter nem pai nem mãe presente não ter modificado a cabeça dos meus meninos, porque eu tenho a tese de que filho nasce com o HD vazio. Então mesmo se o mundo ensina diferente, o que fica é a base, aquilo que você ensina quando eles são pequenos (Soraia, 38 anos, entrevista citada).

A exemplo da experiência de outras famílias transnacionais, a difusão da internet como meio de comunicação representou uma revolução no modo e na frequência com que Soraia se comunica com a família no Brasil e ajudou significativamente na educação dos filhos ao diminuir a distância social entre eles. Segundo ela, “a distância nunca foi um empecilho na educação dos meus filhos, mas na saudade sim. Graças a Deus hoje existe a internet”. A internet permitiu um maior grau de interação entre eles, visto que alguns programas e aplicativos permitem diálogos audiovisuais em tempo real que provocam a sensação de proximidade física. “A gente se falava muito pelo MSN. Depois foi o Skype e agora é o tempo todo no WhatsApp”, observa Soraia destacando a mudança na concretização de tais diálogos. Ao proporcionar um espaço de proximidade e interação social familiar, a internet tem sido uma grande aliada na tarefa dela de contribuir com a educação dos filhos à distância e a organizar o cotidiano familiar que atualmente é atravessado pela vivência real e virtual em três espaços geográficos distintos.

Os meios de comunicações possibilitaram, por exemplo, que a mudança dos filhos de Soraia, que deixaram Conselheiro Pena para estudar em Governador Valadares, se transformasse em um evento transnacional que mobilizou toda a família. Lá de Malden (MA) a própria Soraia realizou a pesquisa de busca pelo apartamento que os filhos alugaram. Segundo ela: “eu que procurei o apartamento. Ligava para as imobiliárias, via preço, a viabilidade, tudo isso. Eu passava falando no telefone, entrava no Google e via a localização. Depois eles foram com a minha mãe ver os apartamentos que eu tinha escolhido”. Soraia fez a busca pelos apartamentos, mas foi a avó que deixou

Conselheiro Pena e foi até Governador Valadares verificar as reais condições de moradia dos apartamentos apontados na pesquisa. Uma vez escolhido o apartamento, o filho Marcos o alugou em seu nome, enquanto o irmão mais velho de Soraia ficou como fiador. “Foi um evento. Mobilizou toda a família!”, observa Soraia com ar de gratidão pela ajuda que vem recebendo da mãe e dos irmãos.

A contribuição de sua mãe é enaltecida por Soraia quando explica que, apesar de pouco escolarizada, a avó foi de fundamental importância para o sucesso escolar dos netos, que por ocasião do evento da mudança, em 2011, ingressavam na Univale, uma conhecida universidade de Governador Valadares. O filho Marcos cursa Fisioterapia e a filha Maysa Jornalismo. Ambos com bolsa integral de estudos, obtidas através do Prouni, um programa do Ministério da Educação brasileiro que privilegia alunos de escolas públicas que obtêm as melhores notas em exames de seleções específicos. Soraia relata orgulhosa que “o mérito é deles. Quer dizer que eles se dedicaram e que adiantou o nosso esforço em incentivar os estudos. A minha mãe sempre pegou no pé deles pra fazer os deveres, ia nas reuniões da escola, ela sempre fez o meu papel, quer dizer, o meu e o do pai deles”.

De sua própria parte, Soraia explica que sempre fez questão de se envolver com os estudos dos filhos. Mesmo agora que estão no ensino superior, ela acompanha todo o processo escolar, desde a realização de matrículas e rematrículas, passando pela observação da frequência, até a constatação das notas obtidas no fim dos semestres:

Todo final de semana eu entro no site da Univale pra ver como estão as presenças, as notas. Tem o portal do aluno então eu acompanho tudo. Se eles faltam eu ligo pra eles e pergunto por que eles faltaram naquele dia. A universidade está numa idade virtual. Tudo é mandado por e-mail: os exercícios, as provas. Então eu checo tudo. Eu vou te mostrar (ela apresenta o site da universidade, grifo meu). Eu que vejo se tem que fazer rematrícula e só ligo avisando: oh, entra no site porque já está disponível a rematrícula! E eles entram e fazem. Eu olho a conta do Branco do Brasil e digo: estão gastando demais! Eu tento me manter o mais próximo possível (Soraia, 38 anos, entrevista citada).

Assim como permitem que Soraia participe do processo de escolarização dos filhos, as novas tecnologias e meios de comunicações também contribuem para que ela realize intervenções nos seus processos de educação moral e cultural, na medida em que permitem o envio de remessas sociais que sutilmente são transmitidas a eles. Por meio dessas tecnologias ela transmite o que caracteriza como:

os valores, as referências, porque eu sou mãe à distância, mas é como se estivesse presente porque a comunicação é o tempo todo. Eu tô sempre conversando com eles. Com Maysa que tá uma mocinha e acha que pode tudo. Então eu falo de sexo, de álcool, de pudor, do que pode e o que não pode. Posto coisas no Facebook pra eles verem indiretamente. Outro dia postei uma coisa que falava do corpo das meninas, que tem o tempo do espírito santo, e ela já me mandou mensagem no WhatsApp perguntando: ‘isso é uma indireta pra mim?’. Então você mostra as verdades, mas leva pro lado da brincadeira. Eu sempre fui uma mãe extrovertida, sempre falei as verdades, mas não deixei de participar das brincadeiras também. Esse meu jeito madura e moleca ao mesmo tempo ajuda bastante (Soraia, 38 anos, entrevista citada).

Segundo suas previsões, a família de Soraia ainda levará um relativo período de tempo para se reunir novamente, em função dos atuais e diferentes projetos e desejos dos membros familiares. Os filhos nunca fizeram questão de morar com ela nos Estados Unidos para não ter que deixar a avó para trás. “Eles acham que a mãe deles é mais forte e a avó vai durar menos, que a avó é doente, que a avó não pode ficar sozinha”, observa Soraia. Contudo, atualmente eles estão se formando e já haviam demonstrado o desejo de fazer uma pós-graduação nos Estados Unidos e morar com a mãe nesse período de tempo. Soraia está se planejando para isso, pesquisando possibilidades para que este, que também é um desejo dela, se concretize.

A mãe, que sugeriu e estimulou a experiência e/imigratória da filha anos atrás, atualmente se mostra contra a intenção de emigrar dos netos. Segundo Soraia ela usa o argumento de que “não conseguiu criar seus próprios filhos direito porque trabalhava muito fora de casa” e, portanto, agora quer se dedicar a acompanhar toda a trajetória de vida dos netos que estão ocupando o lugar de filhos. Soraia acompanha com

bom humor o comportamento da mãe, acredita que ela merece a companhia e o carinho dos netos que nesse momento estão ocupando o seu lugar de filha, que deveria estar presente para cuidar da mãe. “Ela sempre foi adiando a vinda deles pra cá. Dizendo que perdeu os papéis dos meninos, que era pra esperar eles fazerem faculdade, essas coisas (risos)”, comenta.

A própria Soraia acredita que, embora tenha muitas saudades do Brasil, o melhor para ela e para os filhos é que ela permaneça nos Estados Unidos, pelo menos por um período considerável de tempo. Ela pensa estar vivendo um bom momento de retorno financeiro (conquistado a duras penas depois de um complexo processo de inserção social nos Estados Unidos que demandou muito esforço e aprendizados), do qual os filhos ainda dependem, pelo menos até que se estabeleçam profissionalmente. De igual modo, depois de 13 anos de vivências em Massachusetts, em um projeto e/imigratório que ela percebe como bem sucedido, acredita que se sentiria perdida com o retorno ao Brasil porque entende que a vida que deixou na sua cidade de origem anos atrás não é a mesma que encontraria caso retornasse. Uma consciência que nem sempre é demonstrada por outros imigrantes brasileiros, alguns dos quais retornam e só depois se dão conta de que a vida das pessoas que ficaram para trás também mudou. “Eu já não conheço mais ninguém direito. Na minha família todo mundo já casou, tem a sua família, está morando longe, enfim, tem primos que vieram pra cá depois de mim inclusive”, observa.

A reunificação de parte da família nos Estados Unidos é uma das alegrias que Soraia diz viver em Massachusetts. Lá ela conviveu durante quatro anos com o irmão mais novo que retornou ao Brasil para frequentar o seminário e que hoje é padre. Atualmente desfruta da presença do irmão mais velho que também emigrou, casou e já tem um filho nascido lá, além de primos e primas que também emigraram depois dela. Frequentemente, geralmente aos finais de semana, a família se reúne para churrascos ou comemorações de datas festivas. “A gente faz churrasco, monta piscina pros meninos, coisas que a gente fazia no Brasil. E eu valorizo muito isso. Eu gosto da minha casa cheia, de manter o clima de família”, comenta.

A presença da família no exterior representa para ela a possibilidade de reconstruir nos Estados Unidos uma parte do vivido no Brasil, uma parte presencial do lugar, da cultura e dos afetos que não se perderam nem ficaram para trás com a experiência da e/imigração, mas que passaram a ser vivenciados de outras maneiras. Essa experiência

familiar da e/imigração nos mostra como não são apenas os sujeitos e parte das suas redes de relacionamentos pessoais que emigram. Nessa viagem, a cultura e as visões de mundo também atravessam as fronteiras nacionais, inclusive significados de família, de maternidade, de cuidado e afeto. Tudo isso contribui para a persistência dos laços que conectam as sociedades de origem e destino, e que forjam para os sujeitos nelas localizados, um espaço transnacional de experimentação da vida.

Cabe destacar, por fim, que ao apostar na emigração de uma mãe solteira que deixa seus filhos aos cuidados de sua própria mãe para desempenhar funções no serviço doméstico do mercado de trabalho de outro país, a família de Soraia rompe com expectativas locais de gênero e evidencia a forma como algumas famílias mineiras de formato não nuclear também têm se organizado para fazer da e/imigração uma estratégia de sobrevivência socioeconômica. Na sua singularidade, essa é uma situação que ilustra o argumento de Morokvasic (2007, p.71) de que em determinadas experiências os e/imigrantes acabam reafirmando normas tradicionais de gênero para poder beneficiar propósitos pessoais ou coletivos, mas ao mesmo tempo oferecem elementos que as desconstroem “por dentro”.

Embora em sua maioria as trabalhadoras imigrantes brasileiras permaneçam em ocupações do serviço doméstico, essa é uma estratégia e/imigratória que tira proveito da existência desse nicho de trabalho reservado quase que exclusivamente às mulheres no mercado de trabalho norte-americano. Além disso, essa experiência se fundamenta em relações de solidariedade e reciprocidade que produzem benefícios familiares e que ajudam a superar obstáculos impostos por convenções de gênero, como ao sustentar o arranjo da maternidade transnacional, que expande os limites das normas locais sobre o exercício da maternidade.

A experiência de Soraia não é diferente das experiências de outras mães e/imigrantes pelo mundo. Como a bibliografia recente sobre maternidade transnacional tem mostrado (HONDAGNEU-SOTELO, 1997; MOROKVASIC, 2007; PEDONE, 2011), nos contextos de origem, muito frequentemente essas mães são acusadas pelo abandono dos filhos, e por isso, rotuladas como “irresponsáveis” e causadoras de desordens sociais e de gênero. Como resposta, elas têm se apoiado no discurso de “boas” ou “melhores mães”, inscrevendo-se como trabalhadoras que emigram em sacrifício dos próprios filhos e que não raro conseguem provê-los melhor do que aquelas que não emigram (MOROKVASIC, 2007, p.83).

No caso de Soraia, uma identidade de boa mãe foi construída e relatada em contraposição à experiência de outras imigrantes brasileiras e outros imigrantes brasileiros (sobretudo porque como mãe solteira ela se percebe também como pai) que também deixaram seus filhos no Brasil, mas que não lhes provém de maneira adequada, ou quando não os largaram totalmente aos cuidados dos avós, que estão “se ferrando pra criar filhos dos outros”. Nesse sentido, a exemplo de mães transnacionais de outras nacionalidades, Soraia se apropria do discurso de “boa mãe” para contornar possíveis críticas sobre suas decisões e posturas relacionadas à experiência da e/imigração e o exercício da maternidade. Acaba por reafirmar normas tradicionais de gênero e maternidade, mas ao mesmo tempo produz elementos que ampliam as formas de sentido daquele discurso e dessas normas, ajustando-os a novas circunstâncias e possibilidades.

5.4- NORA: UMA “AVÓ-MÃE” MEDIADORA DE PROJETOS FAMILIARES DISTINTOS

“Porque é o direito do filho. Se eu não tenho como dar uma vida melhor pra ele, eu não tenho o direito de impedir ele. E é o que eu penso”. Essa foi a resposta que Nora diz ter dado ao marido quando este ficou sabendo que um dos filhos estava atravessando a fronteira mexicana naquele momento e questionou porque ela havia concordado com aquilo. O filho Wesley de 24 anos, já sabendo que o pai seria contrário à ideia, passou os últimos dois dias antes da viagem na casa dos pais fazendo churrasco, “uma despedida sem falar”, porque “se ele soubesse não deixaria de forma alguma. Ele ia falar assim: você tá empregado, você não vai fazer isso!”, relata Nora.

Segundo ela, quando finalmente ela contou a ele que o filho havia partido, “ele chorou! E desde então ele se isola do assunto. Não fica sabendo de quase nada. Ele não sabe até hoje que o menino se entregou na Imigração e passou uma noite preso. A gente poupa ele. Agora eu não sou poupada de nada (risos)”, complementa ela. Essa é uma versão da trajetória de e/imigração de Wesley, contada pela mãe Nora, que ao descrever a experiência do filho, fala mais sobre a sua própria experiência de mãe de filho e/imigrante. Assim, ao apresentarmos o relato de Nora demonstramos a importância dos membros familiares que permanecem nas cidades de origem para as trajetórias daqueles que e/imigram e conhecemos a experiência de paternidade transnacional vivenciada pelo seu filho Wesley.

Nora tinha 53 anos quando a entrevistamos em 2010, em Governador Valadares. Natural de Itueta, no interior de Minas Gerais, Nora migrou muito nova para Governador Valadares em busca de trabalho, onde se casou, teve três filhos e trabalha até hoje como empregada doméstica. O marido Julião, segundo ela: “é um homem muito simples” que “trabalha há muitos anos no mesmo lugar, num matadouro, um frigorífico” e que “não gosta das coisas ilegais. Com ele tem que ser tudo certinho!”. O filho mais velho é Wellington com 32 anos. É casado, tem uma filha de três anos e a esposa espera mais uma menina. Trabalha como moto-taxi, que é uma profissão muito comum em Governador Valadares e “tem uma clientela muito boa porque ele é muito responsável”, diz a mãe. A caçula é Clara, com 23 anos, e que acabara de se casar também e sair de casa. Trabalha como secretária numa clínica de fisioterapia e, assim como o irmão mais velho, concluiu o ensino médio e não quis ingressar em um curso superior. “Os meus filhos são muito trabalhadores, demais. Mas eles não gostam de estudar”, explica Nora.

Wesley é o filho do meio. Dos três, o menos voltado para os estudos. Concluiu apenas o primeiro ano do ensino médio. Mas é, segundo a mãe, “um sonhador apavorado” que quer conseguir as coisas muito rapidamente. O fato de que ele “sempre sonhou em ter uma casa bonita como as dos nossos parentes”, aliado ao histórico da emigração na família e o casamento precoce foram fatores que o instigaram a emigrar. Com 16 anos ele se mudou para a cidade de Linhares, no Espírito Santo, a convite da tia que trabalhava no SENAI e conseguiu uma vaga para que ele fizesse um curso de soldador. Durante o curso, Wesley conheceu Olga, moça com quem acabou se casando aos 18 anos, já que ela acabou engravidando e o pai dela “não queria filha solteira grávida dentro de casa”. O casal então se mudou para Governador Valadares onde ele trabalhou em uma pequena empresa metalúrgica até emigrar para os Estados Unidos em 2004, quando completava 24 anos e a filha, a pequena Juliana, 5.

De acordo com o relato de Nora, a ideia de emigrar surgiu repentinamente, numa ocasião em o filho estava descontente com o trabalho e que a empresa apresentava sinais de falência. “Ele tinha carteira assinada ainda, mas achava que seria despedido a qualquer hora. Então decidiu ir e em menos de dez dias ele foi. Ele deixou uma procuração assinada pra esposa dar baixa na carteira. Então quer dizer, ele saiu daqui empregado”, explica ela. Durante esses dez dias o projeto da emigração foi planejado entre os três: Wesley, Olga e Nora. Além

da procuração deixada por ele para que Olga realizasse o desligamento do vínculo empregatício com a empresa, outra procuração foi assinada por ambos, passando a custódia da pequena Juliana para a avó.

Ficou acordado entre eles que depois de seis meses da chegada de Wesley aos Estados Unidos, ou uma vez que a dívida contraída com a viagem dele fosse paga, ele começaria a pagar a viagem de Olga, que iria ao seu encontro. A imposição de Olga foi a de que, passado esse período, “ou ela ia ou ele voltava”. Também foi garantido à Nora que o casal voltaria ao Brasil antes que a pequena Júlia completasse onze anos. Além de cuidar da menina, Nora se comprometeu a ajudar no esquema das viagens e, se tudo saísse como planejado, a administrar a construção da casa, paga com as remessas enviadas pelo casal.

Como mãe, a ideia da emigração do filho gerou certo desconforto à Nora, deixou-a receosa de que algo ruim pudesse acontecer. Apesar disso, no entanto, ela concordou com todo o projeto e se prontificou a ajudar no que fosse preciso. Ela observa que estava acostumada com “aquilo tudo”, não só porque ela era, pelo tempo de vivência, “valadareense”, e na visão dela o valadareense não estranha esse tipo de situação, mas também porque na sua própria família extensa já havia um histórico da emigração. Os laços com os Estados Unidos já constituíam uma experiência cotidiana na medida em que ela acompanhou a trajetória de e/imigração de seus irmãos, do cunhado, e de primos, bem como viu crescer na casa da mãe dela dois de seus sobrinhos, deixados pela irmã aos cuidados da avó das crianças, enquanto vivia naquele país. Tal como Nora exemplifica no relato a seguir:

O Wesley disse: ‘mãe, eu vou pros Estados Unidos! O que a senhora acha?’ Eu disse: olha, se você vai você corre dois riscos: um de conseguir ir e realizar seu sonho, e um de ficar preso e ser deportado. Então se você estiver preparado pra essas duas coisas tudo bem. Você pode ir. (...) Na época tava passando aquela novela América, eu acho que um pouco foi incentivo da novela. Ele começou a assistir a novela e a criar aquela expectativa de que também poderia ir e conseguir. Eu cheguei a aconselhar ele a procurar o visto, tentar, e ele falou: ‘mãe, eu vou gastar dinheiro pra tentar o visto, mas visto pra valadareense é quase impossível’. Porque aqui de Valadares quase toda família tem alguém lá. Minha irmã já tinha ido com o meu cunhado, ilegais, mas eles

foram com o visto. Então a gente já tinha muita gente na família e isso também incentivou. Esse meu cunhado hoje é legal, tem documento, mora lá. Ele foi o primeiro da minha família que foi. Então eu acho que através da ida dele foi incentivando as outras pessoas. Eles tinham dois filhos nessa época e passaram seis anos casados à distância, mas ela não ficou sem ver ele porque ele vinha todo ano, porque ele tinha visto e depois de conseguir um visto ele conseguia outro, até que ele conseguiu o *Green Card* e daí teve total liberdade. Tinha anos que ele vinha até duas vezes ver a família. Ela veio embora por causa desses dois filhos e ele continuou lá. As crianças ficaram com os meus pais, com os avós. Hoje eles estão separados, mas são amigos. Ele conseguiu *Green Card* pros dois filhos e eles foram pra lá também. O mais velho, como ficou mais tempo sem vir ao Brasil, já conseguiu a cidadania. É cidadão americano. E o mais novo, que foi com 16 anos, não conseguiu a cidadania, mas ele tem até loja de carro. Com o tempo vai sair. Os dois são casados com brasileiras lá e deram pra elas o *Green Card*. E o meu filho não procurou a documentação, não queria gastar porque o plano dele era de realizar o sonho dele e voltar. O sonho dele era comprar um lote no bairro Elvamar, onde ele já tinha morado de aluguel. É um bairro muito bom ao lado da Ibituruna. Então ele foi em busca dessa casa própria, e graças a Deus ele já conseguiu né, já comprou o lote e a casa já tá em fase de acabamento (Nora, 53 anos, mãe de emigrante, Governador Valadares, 10/02/2010. Entrevista e transcrição do autor).

Como demonstra o relato, ver os pais ou os filhos partindo, ou mesmo acompanhar a circulação das crianças no seio da família extensa, já era uma experiência compartilhada. Seu relato aponta, portanto, que Nora percebe essa experiência da e/imigração dentro de uma dimensão que é ao mesmo tempo familiar, histórica e cultural. O que nos visibiliza a consciência de muitos mineiros no sentido de fazer parte e viver em meio ao que pode ser considerado um campo social transnacional, pois ainda que desconheçam essa nomenclatura, eles o reconhecem por meio

de um sistema de práticas que vai se naturalizando com o passar do tempo.

Para ajudar a realizar o sonho do filho, a própria Nora se encarregou de conseguir o contato que o levaria até os Estados Unidos. Ela conhecera o esposo de uma amiga de longa data que “levava gente”. Essa amiga era uma vendedora de roupas que também tinha o sonho de ir para Estados Unidos, porque afinal de contas: “a verdade é que o valadarense tem sonho mesmo de ir pros Estados Unidos (risos). Então eles se conheceram lá e através dessa amizade eu também fiquei conhecendo ele”, observa. Ela declara que se sentia mais confiante sabendo que o filho estava indo com uma pessoa conhecida, uma pessoa “muito simpática que também foi imigrante e trabalhou muito por lá”. Nora ainda elabora uma justificação moral explicando a atividade por ele exercida de “levar pessoas, traficar pessoas”, dizendo que apesar de “ilegal, é uma coisa que fez muito bem pra muitas pessoas”.

O fato dessa pessoa, “o cômulo”, ser conhecida, também facilitou a negociação e a tornou mais segura, visto que ele não cobrou nada como garantia de pagamento. Segundo a mãe, apenas “confiou na pessoa do meu filho. E também porque tem esses dois primos lá nos Estados Unidos que reforçaram o pedido”. Isso destaca a importância que assumem os parentes que já estão emigrando, não apenas no fornecimento de capital financeiro e humano, mas também como garantia de pagamento da dívida contraída, que também é familiar. Em alguns casos esse pagamento é garantido com a promessa de entrega de bens materiais como carros e casas, e o não pagamento da dívida pode ser punível com retaliações e ameaça de violências físicas, que recaem principalmente sobre os membros familiares que permanecem na cidade. Apesar disso, e como um elemento da cultura e/imigratória local, existe um discurso que legitima a atividade ilegal desses atravessadores dentro de um sistema mais amplo de tráfico de pessoas.

A família de Nora contraiu uma dívida de US\$ 6.500 pela travessia através da fronteira mexicana com os Estados Unidos, e que foi paga com o trabalho que Wesley lá exerceu nos seis primeiros meses. A mãe não sabe precisar exatamente o trajeto percorrido pelo grupo de imigrantes do qual o filho fazia parte. Sabe, no entanto, que na fronteira mexicana o filho foi orientado a se entregar aos agentes da Imigração norte-americana porque “já era tudo combinado. Alguém pagou uma fiança e ele já tinha até passagem comprada pra Boston onde os primos dele já estavam esperando”. A esposa Olga foi oito meses depois com a mesma pessoa, porém pagando mais que o dobro pago por Wesley, pois

como explica Nora, “eles já exigiam visto pro México. Por isso que ele foi às pressas. Mas ela teve que ir pra Guatemala e depois pro México. Por isso que saiu tão caro”. Um exemplo de como as políticas imigratórias e de controle das fronteiras internacionais afetam os planos dos potenciais emigrantes ainda nas comunidades de origem.

Segundo a sogra, a travessia de Olga além de muito mais cara também foi muito mais arriscada e demorada. Foram 28 dias de Governador Valadares até Boston. A preocupação só foi um pouco atenuada porque Olga viajou com o irmão de Nora, que já tinha uma experiência de travessia fracassada e que tentava entrar nos Estados Unidos pela segunda vez. A presença de uma figura masculina, sobretudo um homem da família, é um elemento importante, visto que a travessia pela fronteira mexicana é percebida como uma aventura arriscada e perigosa, principalmente para as mulheres que podem sofrer ameaças e gestos efetivos de violências físicas, sexuais e emocionais. Casos de sequestros de mulheres da família também foram citados nos relatos dos mineiros entrevistados, o que reforça a ideia de que essas travessias ilegais pelas fronteiras são perpassadas por questões de gênero.

Ainda assim, a presença do tio de Wesley não garantiu a ausência de contratemplos e do sentimento de insegurança gerado na aventura da travessia que exigiu a intervenção da própria Nora:

A viagem se tornou tão perigosa que quem tava guiando eles já não queria entrar em contato com quem tinha mandado aqui de Valadares. Eles queriam dinheiro, então ela me ligou, deu o número de uma conta e eu liguei pro Wesley lá nos Estados Unidos que fez um depósito. No México eles esperaram dias pra tentar a travessia. O meu irmão pescou lá, fez amizades. Quando eles chegaram do outro lado, não lembro o nome da cidade, tinha uma casa onde eles tomaram banho, deram uma melhorada no visual, porque ai eles já estavam todos feios. Essa cidade é muito investigada porque chega imigrante o tempo todo. Então pra sair dessa cidade eles andaram num caminhão, debaixo de uns cabides de roupas. Ela deitou por cima do meu irmão. O motorista era de uma empresa muito bem sucedida nos Estados Unidos, que eles pensam que jamais fariam isso. Eles quase morreram de medo porque o caminhão

foi revistado. Diz ela que eles não podiam nem respirar, certamente o motorista jogou perfume pra tirar o cheiro de pessoas. Até que chegaram num lugar onde puderam pegar uma condução, uma van. Depois o meu irmão foi pra Flórida e a Olga pra Boston. Do grupo foram poucas pessoas que conseguiram chegar (Nora, 53 anos, entrevista citada).

Nos Estados Unidos Wesley foi recepcionado pelos primos que prestaram todo tipo de assistência, hospedagem, ajuda financeira e para obtenção do primeiro emprego. Quando Olga chegou foi o próprio Wesley que a ajudou nesse processo inicial de adaptação. Ele trabalhou inicialmente como ajudante em uma empresa de entregas, “do tipo Correios”, mas a baixa remuneração o obrigou a migrar de ramo, passou a trabalhar para um brasileiro como ajudante de gesseiro, “fazendo acabamento, decoração, profissão que ele nunca tinha visto fazer. Aprendeu lá, baratinho até aprender”, observa a mãe. Essa mudança de trabalho representou uma importante conquista na trajetória e/imigratória do filho, pois a habilidade profissional adquirida permitiu que posteriormente ele iniciasse seu próprio negócio. “Hoje ele é autônomo e tem até gente trabalhando pra ele”, complementa.

É o retorno financeiro que a abertura dessa pequena empresa de gessaria tem gerado que permite a Wesley enviar remessas monetárias para a educação da filha e que já garantiram a compra de dois lotes e a construção de uma casa em Governador Valadares. Destacando a qualidade do serviço que o filho oferece, Nora lamenta que ele esteja indocumentado nos Estados Unidos. “Ele tem muita credibilidade com os americanos. O trabalho dele é muito bem aceito, muito bem visto. É um trabalho que dá pra ganhar bem e não falta serviço pra ele, inclusive no inverno, quando geralmente eles ficam sem trabalho”. Olga, por sua vez, trabalhou ajudando outras brasileiras no ramo da limpeza doméstica até descobrir que estava grávida, quando teve que parar de trabalhar, “por causa dos produtos que ela mexia”. Segundo a sogra, a solução para que ela não ficasse sem ganhar renda alguma foi cuidar de crianças em casa porque “ela já teria que cuidar do bebê dela e ela também não dirigia. Mas ela não pega mais de duas crianças porque tem que ter registro. Então ela não tem coragem”.

Foi Nora que administrou a compra dos dois lotes e a construção da casa que o casal tanto desejava e que foram pagos com as economias do trabalho nos Estados Unidos. De lá, Wesley enviou o projeto da

casa, escolheu as peças para os acabamentos, contratou e orientou o gesseiro. “Ele mandava as fotos de como queria que ficassem as coisas e eu ia lá conferir”, explica a mãe. Ela recebia as remessas, realizava os pagamentos e também contratou “os melhores pedreiros”. As demandas da aquisição desses bens e a educação da pequena Juliana faziam com que, mesmo separada fisicamente, a família estivesse em contato quase que diariamente.

Nora observa que “a vida da gente mudou muito. Eu não tinha computador em casa. Passei a ter por causa dele. E aprendi a mexer com a filha dele”. Ganhar um “computador de verdade” foi um desejo manifestado pela menina aos sete anos de idade, quando a avó lhe deu um “laptop de brinquedo”. Meses depois o pai mandou entregar o computador na casa delas. Sobre o episódio ela comenta que “foi ele que escolheu o modelo. Foi o primeiro presente bom que ele deu pra ela, e pra ele já foi uma realização”. A avó logo tratou de matricular a neta em um cursinho (onde a mesma aprendeu “sozinha” a manusear o computador) e “mandou instalar internet discada” que ela qualifica como “ruim, mas mesmo assim dá pra gente sempre falar com eles porque já veio com webcam. Então você vê que a ida dele deu essas melhorias pra gente”, acrescenta ela.

Os pais também enviaram muitas fotos ao longo desses seis anos. Estas eram feitas nos Estados Unidos de onde eles contratavam uma empresa especializada que imprimia e entregava as fotos na casa da avó em Governador Valadares. Por meio das fotos e da internet foi possível que a família acompanhasse toda a gravidez de Olga nos Estados Unidos, “o enxovalzinho, a barriga crescendo”, e assim familiarizar Juliana com a ideia de que quando os pais retornassem ela teria um irmãozinho. De lá o pai também enviava, todos os anos, o material escolar da menina, tênis, roupas e diversos outros presentes. A avó observa que “ele podia mandar o dinheiro pra eu comprar, mas faz questão de escolher e mandar de lá porque é uma maneira de estar mais presente, entende? Ele até ensina ela a fazer o dever de casa, pesquisa pra ela, ensina ela a pesquisar, e se a internet tá lenta ele liga e ensina pelo telefone”.

As demandas cotidianas mais urgentes, segundo Nora, sempre foram resolvidas pelo telefone porque é um meio de comunicação mais prático, mas a internet foi um canal de comunicação muito importante porque através dela a neta podia ver os pais. Ela recorda que, sempre que a neta vê o pai pelo computador, “ela acha ele muito bonito. Pra ela ele é um herói. Mas a primeira vez que ela viu os pais pela câmera ela

ficou triste, ansiosa, chorou e disse: ‘eu quero ir pro shopping!’ Então eu vi que precisava levar ela para a psicóloga”. Desde então, levar a neta para consultas periódicas com uma psicóloga foi mais uma das novas funções agregadas à vida cotidiana da avó.

Outra dessas funções é a tarefa de mediar tanto a relação entre o filho e o esposo (que nunca se mostrou satisfeito com o projeto e/imigratório de Wesley) quanto a relação de Olga com os pais dela (que também nunca viram com bons olhos a aventura do casal). Com relação ao marido, Nora explica que por não gostar “das coisas ilegais” e achar perigosa a aventura e/imigratória do filho, o marido reprova a decisão dele. Essa situação é acentuada pela comparação com a experiência do irmão, que é apenas 4 anos mais velho, e que trabalhando como moto-taxi em Governador Valadares adquiriu as mesmas coisas que Wesley nos Estados Unidos.

O irmão é casado, tem uma filha de 7 anos e a esposa está esperando outra menina. Paga plano de saúde para toda a família, adquiriu casa própria, mais um lote, um carro e duas motos. A mãe observa com certo orgulho que “a diferença é que a casa do Wesley é num bairro melhor e a casa também é melhor. Então quer dizer, consegui as mesmas coisas que o irmão, mas sem sair de Valadares, e é porque ele trabalha muito, ele não para”. Os pais acreditam que a experiência do filho mais velho comprova, de certo modo, que o plano de aquisição de bens materiais através da intensificação do tempo de trabalho também é possível de ser concretizado por aqueles que decidem permanecer na cidade.

Por outro lado, no papel de mediadora que exerce na relação entre Olga e os pais, Nora tenta naturalizar as experiências e/imigratórias do casal na intenção de convencer os pais de Olga de que aquele projeto é mais um dentre os possíveis, e que, aos olhos dela, não é nem melhor nem pior. Ela mantém contato frequente com os pais de Olga em Linhares (ES) e sempre procura mostrar a eles que aquela situação de vida é algo recorrente em Governador Valadares. Pode-se dizer que Nora lança mão de uma “identidade valadarense” como argumento na tarefa de atenuar os ânimos e estabelecer a paz familiar, como parece mostrar o relato que segue:

Eu levo a neta lá em Linhares pra eles ver. Só esse ano já levei três vezes, porque o casal já é de mais idade. E eu entendo, sei que ela sofre muito porque pra nós valadarense isso é muito natural, o povo ir embora pra lá. Mas o linharensense não. Lá

isso é caso raro. Ninguém usa esse negócio lá, sair do país. Então pra ela a filha dela cometeu o maior erro de ter ido e ter deixado a filha. Então sempre que vou eu converso muito com ela. Ela diz: ‘a senhora é muito moderna!’. Eu digo: não, eu sou valadarense e acostumada com isso (risos). Pra nós isso não é muita novidade. Só que a Juliana não tem uma certa ligação com eles, ela se apegou em mim. Ela tem dó da avó, tem dó do avô. O avô agora tá cego, ele conhece ela pelo cabelo. Ela não corta por causa dele. Ele passa as mãos no cabelo dela e fala assim: ‘nossa, igual a Olga!’. Porque ela também tem o cabelo longo. E eles são mais conservadores, são bem católicos. Mas eu tenho conversado muito com eles, que ela tá voltando. Eles sabem, ela liga pra eles. No começo ela nem ligava porque a mãe dela chorava tanto e falava: ‘minha filha você é irresponsável, você abandonou a sua filha!’. Ela usava essa expressão. Mas agora ela já tá mais conformada. Tá vendo esse bebê que nasceu lá, tá vendo que eles vão voltar. Eu já convidei pra eles vir conhecer a casa nova e o lote que eles compraram no meu bairro, o Santa Paula (Nora, 53 anos, entrevista citada).

Sobre a experiência de cuidar da neta, Nora a avalia de forma positiva. Aceitou a responsabilidade de cuidar da criança enquanto o filho e a nora emigram porque é a forma que encontrou para ajudar o filho a conquistar os bens materiais e a qualidade de vida que ela mesma não pôde dar a ele. Percebe a experiência de emigração do filho como um dos projetos de vida possíveis, ao qual ela não se opõe, pois ao contrário do marido, percebe-se como mais aberta a essas possibilidades de vida. “Eu abri mais a minha cabeça para essas coisas e sei que os meus filhos são honestos, apesar de ele ter ido ilegal pra lá. Ele vê um outro mundo e eu incentivo ele”, observa ela.

Mas Nora reconhece que “cuidar de uma criança é muita responsabilidade”, e que tal tarefa só não foi mais difícil nos primeiros anos devido à ajuda da filha caçula, Clara, que ainda era solteira, e que como madrinha de Juliana passou a compartilhar com ela o papel de mãe da menina. Esta se apegou à madrinha e “tudo era a dinda Clara”, observa a avó. Para Nora, o comportamento da neta nesse período causava preocupação. “Eu sentia que ela estava um pouco revoltada,

reclamava que os pais não amavam ela. Brigava comigo dizendo: ‘você não manda em mim, você não é minha mãe’. Na escolinha não queria fazer amizades”. Assim, o papel de mãe desempenhado também pela tia Clara foi fundamental numa fase em que a menina mostrava se sentir abandonada pelos pais.

Felizmente essa fase preocupante foi superada com o trabalho cotidiano que a avó desenvolvia na relação com a neta, principalmente mostrando a ela o que chamou de “os dois lados da história”, referindo-se às razões que levaram os pais da menina a emigrar e que previam o bem estar da neta. Com o casamento de Clara, que saiu de casa, Juliana apegou-se ainda mais à avó, que assumiu definitivamente o papel de mãe: “vendo as coisas da escola, ajudando no dever de casa, levando para a psicóloga, para a nutricionista”. Nora destaca que teve a vida completamente modificada com a emigração do filho, na medida em que teve que se adequar às demandas que a educação de uma criança exige atualmente. “Quando eu criei meus filhos não tinha nada disso e eu não trabalhava fora, ficava por conta dos filhos”, comenta. Acrescentando que:

Hoje a Juliana acha que eu sou a pessoa mais importante pra ela, a avó sabe tudo. Ela sabe que a mãe foi por uma boa causa, que eles amam ela. Pra ela o pai é tudo. Ela acha ele lindo, corajoso. E desenvolveu bem na escola. E a gente foi procurando ocupar ela, ela gosta muito de dançar, então eu coloquei ela no balé e ela chegou a fazer apresentação no Itatiaia. Pra ela foi dez né? Hoje a minha casa é a casa mais importante porque é a casa da avó e do avô, e espera numa boa a chegada da mãe. Às vezes ela fica duvidosa, sem saber o que vai fazer. Ela pensa se quer morar com a mãe ou com os avós. Então eu tenho conversado muito com ela e cheguei a pensar em voltar com ela para o psicólogo pra ajudar ela a tomar essa decisão. Mas eu tenho conversado com ela, mostrado que eles amam ela demais, e que vão ficar muito tristes se voltarem e ela não for morar com eles (Nora, 53 anos, entrevista citada).

Levando em consideração as atitudes de Nora, observamos que o bom sucedimento do projeto e/ímigratório familiar dependeu também da boa vontade dela em administrar não apenas as questões práticas e

financeiras, mas também os diferentes desejos de projetos e os próprios vínculos afetivos entre os membros familiares (incluindo também aqueles estabelecidos com a família de Olga). A par com isso, a avó se compromete não apenas a cuidar e educar a neta, mas também socializá-la com a família materna e prepará-la afetiva e emocionalmente para compreender as motivações e decisões familiares, tentando fortalecer, por exemplo, os vínculos afetivos que a menina mantém à distância com os avós maternos, no Espírito Santo, e com os pais, em Massachusetts.

Quando entrevistamos Nora a família estava se preparando para um novo capítulo das suas trajetórias de vida, visto que Olga estava chegando com o bebê de nove meses, enquanto Wesley se preparava para permanecer por mais um ano nos Estados Unidos. Uma estratégia familiar que responde a dois objetivos. O primeiro deles é financeiro. Uma possibilidade de fortalecer a poupança da família, pois como observa a mãe, “sozinho ele vai conseguir economizar mais”, assegurando, assim, os gastos demandados pela experiência do retorno. Em razão das crianças a família precisará de um carro, por exemplo.

A outra perspectiva dessa estratégia prevê o bem estar afetivo da família, na medida em que Olga e o bebê demandarão mais cuidados nessa fase dos seus respectivos ciclos de vida, e Juliana precisa se readaptar à presença física dos pais e do novo irmão. Motivos que explicam porque, e por decisão coletiva, todos ficarão morando na casa de Nora até que Wesley também retorne ao Brasil, quando então a família se mudará para a casa construída. Nora observa que esse é principalmente um acordo do casal, que quer recomeçar a vida na tão sonhada casa nova (e que cobrou altos custos financeiros, afetivos e emocionais) apenas quando todos estiverem finalmente juntos. Uma espécie de rito de passagem que demonstrará que o projeto e/ímigratório foi bem sucedido e que todos os esforços valeram a pena.

Com a previsão da mudança, o avô, que também assumiu afetivamente a função de pai, já se mostra “triste, quase não fala e isso faz mal a ele”, observa Nora. Ela, por sua vez, apesar de partilhar do mesmo sentimento, percebe-se feliz por ter ajudado o filho no seu projeto de vida e não pensa em manter a neta em sua casa. “Eu já chorei muito sabendo que vou devolver ela pra mãe, porque me apeguei muito. Mas eu acho que o melhor lugar dela é ao lado da mãe e do pai”, destaca. Ela também reconhece, com certo pesar, que esse não é um bom momento para o retorno definitivo do filho porque lá o trabalho dele “está rendendo e ele vai largar a firma dele e chegar aqui

desempregado”. O sentimento dele, expressado à mãe, é o de que “é tão difícil dizer que está vindo embora, quanto foi dizer que estava indo”.

Não fosse a condição de indocumentados, que impede tanto a possibilidade de visitas periódicas ao Brasil quanto a possibilidade de um processo de reunificação familiar nos Estados Unidos, o casal provavelmente não retornaria definitivamente. Contudo, na ausência de alternativa e atendendo ao bem estar da filha, desejam respeitar o projeto inicial que previa o retorno antes que a menina completasse 11 anos. Uma situação que nos demonstra que, quando não promovem processos de legalização e políticas de reunificação familiar, as políticas migratórias internacionais constroem as expectativas das famílias transnacionais constituídas por sujeitos que emigraram indocumentados, impedindo-as de vivenciar a experiência transnacional da e/imigração de uma forma mais ampla.

Desconsiderando a presença de outros elementos aqui relatados e que configuraram um processo de transnacionalização familiar, nós poderíamos pensar que, por prever o retorno definitivo ao Brasil, a família de Wesley não configura uma experiência de família transnacional. Nós, no entanto, sugerimos que a família transnacional pode ser uma configuração relativamente momentânea na sua forma mais nuclear, mas que em muitos casos pode ser também uma configuração permanente na sua forma mais estendida. O filho de Nora e a esposa dele estão retornando ao Brasil, mas uma parte da família extensa possivelmente permanecerá indefinidamente nos Estados Unidos (como os seus dois sobrinhos citados anteriormente), e por isso os vínculos e contatos familiares continuarão cruzando fronteiras nacionais.

Nos próximos capítulos dessa história familiar, Nora certamente continuará desempenhando destacados papéis e, assim como outros membros familiares, pode vir a ocupar outros lugares de sujeito. O de mãe e de avó ela vai continuar ocupando porque outros dois netos recém nasceram e outra neta está a caminho. Ela certamente terá que “migrar” para novas e inusitadas situações de vida nas quais novos projetos, emoções, decisões, dificuldades, firmezas e esperanças estarão presentes, compondo o repertório da sua vida cotidiana. Quiçá ela ainda assista e participe de futuros projetos e/migratórios familiares, pois como ela mesma relatou: “para nós valadarenses isso é muito natural”.

5.5- O HISTÓRICO E/IMIGRATÓRIO E FAMILIAR DE LUCÍ: UMA MULHER “ESTRUTURADA”³⁶

Nesse complexo histórico familiar de e/imigração teremos a oportunidade de cruzar os relatos das trajetórias de vida de Benta, Lucí e Luzia. Elas são, respectivamente, avó, mãe e neta. Suas vidas foram atravessadas pela realidade da emigração devido à emigração de Lucí, na qual nossa discussão estará centrada. A experiência e/imigratória dela começou cedo em dois sentidos: tanto no que se refere à história da emigração na cidade de Governador Valadares, quanto em relação à sua idade biológica. Em 1989, a exemplo do que vinham fazendo alguns milhares de valadarenses naquele e nos anos anteriores, Lucí largou seu emprego em um escritório de contabilidade e emigrou com visto de turista para os Estados Unidos. Foi ao encontro do noivo Robson, que já havia partido seis meses antes, e que não obtendo o mesmo visto decidiu se aventurar pela fronteira mexicana. Naquela ocasião ela contava apenas com 17 anos de idade, motivo pelo qual o pai fez o mesmo pedido de visto para poder acompanhar a filha nos primeiros momentos dessa aventura. Lucí observa que o pai agiu dessa maneira porque “ficou com medo de que eu não me adaptasse por lá”.

Sem intenção anterior, o pai acabou trabalhando e permanecendo nos Estados Unidos até 1991, quando voltou ao Brasil para visitar a família e tentar resolver aquela situação de separação física familiar. Contudo, não tardou em retornar aos Estados Unidos, e em 1993 reemigrou disposto a permanecer por um período maior de tempo e assim constituir poupança. Em seu relato, Benta (a mãe de Lucí) observa que acompanhou com surpresa todos aqueles inesperados eventos que irromperam o cotidiano familiar. Ao rememorar o histórico da emigração em Governador Valadares ela destaca o momento em que tal cotidiano esbarra nessa realidade que caracteriza a história da cidade e passa a compor com ela uma narrativa integrada. Os moldes intrigantes nos quais se deram o casamento da filha Lucí parecem ser o tópico inicial do processo de transnacionalização dessa experiência familiar de e/imigração:

Em 1980 eu já comecei a ver algumas pessoas falando: ‘ah, fulano foi pros Estados Unidos’, mas eu achava aquilo o fim do mundo e que nunca

³⁶ Uma primeira versão dessa experiência familiar de e/imigração foi narrada na dissertação de mestrado do autor (FRANCISCO, 2011).

aquilo ia chegar na minha casa. Até que o pai da Luiza (neta, grifo meu) chegou com essa ideia. Parece que se ele não fosse ele até morria, e disse que se a Lucí não fosse ele ia voltar. Então tomamos providências rápidas e fizemos um casamento por procuração, e ela foi com o meu marido. Ela saiu daqui casada, mas ele mandou a procuração lá dos Estados Unidos. É um casamento muito esquisito. O meu filho mais velho, que ainda estava aqui, que assinou no lugar do noivo. (Benta, mãe de Lucí, 68 anos, emigrou em 1996, entrevistada pelo autor em 06/12/2010 em Governador Valadares. Transcrição do autor).

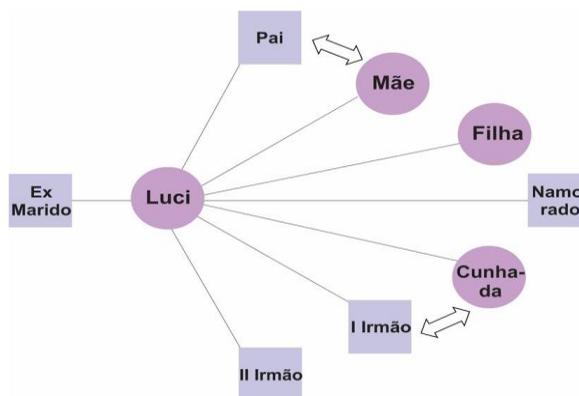
Lucí e todos os integrantes da família que posteriormente emigraram foram para a cidade de Deerfield, na Flórida. Alguns meses depois da chegada aos Estados Unidos ela e o marido se mudaram para cidade de Framingham, Massachusetts, quando descobriu que estava grávida de Luiza, até hoje sua única filha, que nasceu naquela cidade. O nascimento de Luiza mudou os planos do casal de realizar poupança através da intensificação do tempo de trabalho nos Estados Unidos. No desejo de manter o projeto e/imigratório inicial e na ausência de alguém a quem confiar o cuidado da criança, o casal, com o consentimento da avó, trouxe a menina com apenas quarenta dias de vida para que ficasse aos cuidados dela em Governador Valadares.

Essa decisão familiar, no entanto, mexeu com a estrutura emocional de Lucí que se culpava e nutria o sentimento de ter abandonado a própria filha. Três meses depois, na dúvida sobre o acerto ou erro do gesto realizado, Lucí convenceu o marido de que o casal deveria voltar para o Brasil em razão da filha. No relato ela observa que se sentiu tomada por um sentimento de desespero: “eu era muito nova ainda e não sabia bem o que tinha feito. Vim embora porque não aguentava mais ficar sem ela”. O casal retornou para Governador Valadares, onde investiu a pequena poupança realizada durante aquele período no arrendamento de uma padaria. Lucí observa, no entanto, que o investimento: “não deu muito certo porque era em outro bairro e acontecia muito assalto”.

Os projetos familiares mudaram dois anos depois, em 1992, quando a avó Benta, que acabara de comprar uma casa que necessitava de reformas, sugeriu que o casal reemigrasse para os Estados Unidos deixando a neta Luiza novamente aos seus cuidados. Depois de

reconsiderar a noção de abandono, tendo em vista a garantia de que a avó supriria as demandas de educação, cuidado e afeto da filha, e em nome de um projeto que beneficiaria toda a família, o casal reemigrou para os Estados Unidos. Na esteira deles foram os únicos dois irmãos de Lucí. O mais velho foi acompanhado da esposa. O casal ainda mora nos Estados Unidos, está documentado e teve dois filhos que nasceram lá. Eles vêm ao Brasil apenas para visitar os familiares e a cidade de origem. O irmão mais novo retornou um ano depois por não se adaptar à vida no país. Com a ajuda financeira dos pais, mas principalmente da irmã Lucí, decidiu estudar e seguir a carreira profissional de jornalista no Brasil. Abaixo uma representação gráfica dos deslocamentos que formam essa rede familiar de e/imigração e que tem Lucí como centro, visto que todos os demais membros familiares emigraram em razão dela ou com sua ajuda:

Figura 13- Mapa gráfico da rede familiar de Lucí.



Fonte: elaborado pelo autor.

Lucí e Robson viveram e trabalharam nos Estados Unidos por quase quatro anos e retornaram ao Brasil somente no final de 1995. Decididos a ficar no país definitivamente ou então levar a filha para os Estados Unidos. Nessa ocasião a menina estava prestes a completar seis anos de idade e, sendo criada pelos avós, não os reconhecia como pais. A rememoração da surpresa do reencontro e do estranhamento da figura dos pais é relatada pela própria Luiza aos 17 anos:

Toda semana meus pais ligavam pra minha avó. Só que eu nunca conversava assim com eles porque eu pensava que minha avó era minha mãe e que minha mãe era minha irmã (risos). Eu só fui cair na real mesmo depois que eles voltaram. Primeiro eu tomei um susto porque eles chegaram com um monte de mala, um monte de coisa que minha avó não dava pra mim. Quando abriram a porta eu cumprimentei eles, mas não sabia nem quem era. Não tinha noção. E foi horrível (risos). Foi horrível porque a gente se acostuma a morar com os avós. Com o tempo eu descobri, a minha mãe falava: ‘eu sou sua mãe e esse é seu pai. A gente vai morar junto. Se você não quiser morar comigo você pode morar aqui com a sua avó e pode passar uma temporada na minha casa também’. E foi assim, até eu acostumar (Luiza, 17 anos, filha de Lucí, entrevistada por Gláucia de Oliveira Assis, Gisele Meriz e Elton Francisco em 05/05/2007 em Governador Valadares. Transcrição do autor).

O casal passou apenas alguns meses em Governador Valadares revendo amigos e desfrutando da companhia da filha, pois não tardou em decidir pelo retorno aos Estados Unidos prevendo o bem estar da família. Dirigiram-se ao país pela terceira vez ainda no primeiro semestre de 1996, mas dessa vez levando com eles a filha Luiza. A situação do casal, no entanto, foi facilitada pela decisão de Benta de também emigrar, visto que a presença da avó facilitaria o processo de adaptação de Luiza à presença dos pais e da própria vida nos Estados Unidos. Como destacou Pedone (2011, p.72), esse tipo de reagrupamento em processos de transnacionalismo familiar tem se destacado como estratégia importante, visto que emigrando para os lugares de destino as avós podem continuar exercendo um papel fundamental de organização da rede de cuidado no exterior.

Naquele momento, Benta aproveitou a visita do marido ao Brasil e entrou com pedido de visto que foi agraciado pelo Consulado norte-americano. Ela viajava pela primeira vez aos Estados Unidos, onde a família se reencontrou, ficando em Governador Valadares apenas o filho mais novo, que casou e teve um filho. Nos Estados Unidos Benta também trabalhou como *housecleaner*, ajudando Lucí que tinha um

schedule. Embora tenha se ocupado principalmente com o cuidado de Luiza e de seus outros dois netos norte-americanos.

Na ocasião em que entrevistamos Benta, em dezembro de 2010, excetuando a família do irmão mais novo, todos os outros membros familiares tinham acesso livre entre o Brasil e os Estados Unidos. Ela e o esposo possuíam o *Green Card* e os outros eram cidadãos norte-americanos, por nascimento ou porque “juraram a bandeira”, conseguiram a cidadania norte-americana via contrato de trabalho. Contudo, apenas a família do filho mais velho, que decidiu pela vida nos Estados Unidos e que também não fazia nenhum tipo de investimento na cidade, não estava morando em Governador Valadares em 2010.

Lucí estava na cidade desde 2002, quando retornou para se divorciar de Robson, após a descoberta de que o marido a traía com outra mulher. Ele havia retornado antes dela, a fim de acompanhar a obra de um pequeno prédio que o casal construía em Governador Valadares e que era composto de dois apartamentos no andar superior e uma sala comercial no andar inferior, na qual montariam a padaria que seria por eles administrada quando ela retornasse. Nesse meio tempo ela continuou nos Estados Unidos, trabalhando e enviando dinheiro para que Robson finalizasse a obra. A separação foi conflituosa e demandou altos custos emocionais à família.

Em 2001, quando ainda estavam casados, Robson decidiu retornar ao Brasil definitivamente, o que contrariava as expectativas de Lucí, que pretendia permanecer mais algum tempo nos Estados Unidos. Ela alegava que o marido nunca se adaptou completamente à vida nos Estados Unidos. Apesar de considerar importante o desejo dele de voltar a viver no Brasil, ela percebia que aquele momento era de bom retorno financeiro e que por isso não podia ser desperdiçado, visto que a família ainda não tinha poupado dinheiro suficiente para, segundo ela, “se estruturar no Brasil”.

Em 2007 a questão já havia se resolvido. Lucí havia ficado com um dos apartamentos e com a padaria, e inclusive já havia comprado, com a ajuda dos pais (que enviaram dinheiro dos Estados Unidos), o apartamento que o juiz delegou a Robson na decisão judicial. Ela mesma finalizou a montagem da padaria e contou, não sem ironia, que antes de comprar o apartamento do marido “ele ficava lá em cima, sentindo o cheirinho do pão quentinho”. Entre 2002 e 2010, entretanto, ela já tinha feito duas viagens de seis meses aos Estados Unidos, a fim de trabalhar e quitar a dívida que contraiu com os pais. Estava avaliando o “negócio” da padaria antes de decidir se retornaria a viver nos Estados

Unidos. Tem um novo namorado e, caso retorne para aquele país, pretende leva-lo consigo. Os pais dela, Benta e o esposo, estavam fazendo ampliações e reformas na casa em Governador Valadares porque decidiram viver metade do ano no Brasil e metade nos Estados Unidos.

O apoio e as estratégias familiares foram de fundamental importância no histórico matrimonial de Lucí. No processo de divórcio ela foi orientada pelo irmão mais novo que se formou em jornalismo com a ajuda financeira dela. Como os pais também estavam nos Estados Unidos nessa ocasião, foi o irmão que ofereceu suporte emocional e jurídico a ela, e que ajudou a administrar o negócio da padaria. Nos Estados Unidos Lucí trabalhou fazendo faxina e isso lhe rendeu ganhos maiores que os do marido, que inicialmente trabalhou como cozinheiro e depois passou a ajudá-la nesta tarefa. Na visão dela o casamento acabou em razão do desgaste da vida cotidiana nos Estados Unidos, mas que isso estaria relacionado, principalmente, com o fato de que sua renda era superior à do marido.

Nesse sentido, a independência financeira dela seria o principal motivo a fazer Robson desejar o retorno de ambos ao Brasil. De acordo com Lucí:

Eu sempre ganhei mais. Ele viu que eu já tinha passado da meta, neh? (risos). Eu acho assim, que mais também da minha separação foi porque ele viu a minha independência. Ele viu que eu tava mais independente, mais segura. Na minha separação eu me estruturei primeiro pra depois separar. Ele pensou assim: ‘a Lucí não vai aguentar, vai acabar o dinheirinho’. Mas minha família lá (EUA, grifo meu) ajudando, minha família estava lá, meu pai e minha mãe. Várias pessoas aqui falaram: ‘nossa, nós pensamos que você não ia aguentar’. E eu assim: mas eu me estruturei num país de primeiro mundo, onde as mulheres se tornam fortes! (...) Um dia desses o Robson ligou pra mim: ‘ah, você podia resolver isso pra mim porque a sua vida é fácil!’ Aí eu falei assim: a minha vida não é fácil, cada um tem a vida que merece! (risos). Eu tenho a minha vida porque eu me estruturei, trabalhei, batalhei, segurei, me estruturei. Então se você não fez isso, por isso sua vida é difícil, entendeu? Porque você

se envolveu com uma pessoa que não podia te dar estrutura nenhuma. Você largou uma mulher estruturada pra pegar uma desestruturada (risos) (Lucí, 41 anos, migrou em 1989, entrevistada por Gláucia de Oliveira Assis, Gisele Meriz e pelo autor em 05/05/2007 em Governador Valadares. Transcrição do autor).

Na narrativa de Lucí é visível como o trabalho no ramo da limpeza doméstica nos Estados Unidos é uma fonte de agência e empoderamento da sua condição de mulher, e que se reflete nas relações pessoais, destacadamente as relações conjugais. Mas a experiência dela não é uma experiência isolada, faz parte de um contexto social no qual algumas experiências femininas de e/imigração se aproximam, como demonstraram Assis (2004) e Fleischer (2002) ao pesquisar sobre o trabalho das imigrantes brasileiras nos Estados Unidos. Naquele país o trabalho com limpeza doméstica adquire um status diferente daquele realizado no Brasil. O caráter de negócio que caracteriza o trabalho com faxina nos Estados Unidos, por ser autônomo e considerado bem remunerado, confere autonomia e prestígio às imigrantes na comunidade brasileira.

Devido à lucratividade que geram em comparação à realização de outros tipos de serviços, alguns homens também migram para o trabalho da limpeza, ajudando as mulheres na organização e na realização das faxinas, sendo que na maioria dos casos elas são a *boss*, a chefe, e determinam o que deve e o que não deve ser feito, o que colabora neste processo de emancipação e autonomia das mesmas. Para Assis (2004) é possível dizer que nos Estados Unidos esse tipo de trabalho, que é carregado de atributos femininos no Brasil, favorece a redefinição das posições de homens e mulheres quando trabalham em conjunto, de modo que algumas atividades do trabalho de limpeza se masculinizam e se classificam segundo novas relações nas quais o masculino e o feminino circulam.

No cotidiano vivenciado nos Estados Unidos é comum também que, em função do trabalho produtivo, as mulheres sejam auxiliadas pelos homens nas tarefas domésticas das suas próprias casas. Isso contribui para que alguns deles passem a valorizar um trabalho cansativo, mas que lhes parecia “invisível”, na medida em que tais tarefas eram percebidas como femininas. O processo de autonomia e independência financeira também contribui para que as mulheres lancem novos olhares sobre seus papéis como mães, esposas e trabalhadoras. A

demanda por novos comportamentos dos parceiros pode gerar novas formas de relações conjugais nas quais os casais redistribuem as tarefas domésticas, ou gerar uma série de conflitos que pode levar inclusive a casos de separações. Isso não significa dizer que essas situações não aconteçam também no Brasil, mas recorrentemente ilustram experiências cotidianas das famílias mineiras que estão e/imigrando.

Para Lucí, a vida como imigrante inevitavelmente desperta comparações de cunho cultural. As relações conjugais e a organização do cotidiano doméstico das famílias para as quais trabalhava nos Estados Unidos, por exemplo, são consideradas diferentes das brasileiras. De acordo com ela “a mulher americana trabalha fora, é mais independente. Pela manhã exige que o esposo leve as crianças para a escola e no retorno ao lar, no final do dia, exige que leve a roupa na *laundry*”. Quando ainda vivia com o ex-marido nos Estados Unidos, Lucí chamava a atenção dele para o fato de que “lá nos Estados Unidos os homens participam mais, ajudam mais, leva o filho pra babá, leva pro colégio, hoje tem muito homem fazendo isso, um tempo atrás as mulheres ficavam sobrecarregadas”.

Lucí se diz orgulhosa da sua experiência de e/imigração, uma vez que esta lhe permitiu, nas palavras dela, “uma estruturação de vida”. Essa noção de estruturação diz respeito a um processo de independência financeira e pessoal que ela reconhece ter vivido ao longo da sua trajetória matrimonial, que se passou nos Estados Unidos. Esse processo foi fundamental no contexto de superação das consequências emocionais da notícia da traição e do processo judicial de rompimento dos laços que a ligavam ao ex-marido. Uma estratégia importante nesse sentido foi o acúmulo de uma reserva financeira pessoal que ela realizava e que o marido desconhecia.

Contudo, ela também observa criticamente que nem todas as imigrantes brasileiras se modificam ao longo das suas experiências de e/imigração. Algumas trabalham tanto quanto os maridos, mas em casa reproduzem os mesmos tipos de relações conjugais que levaram consigo do Brasil. Ela entende que a maneira como encarou sua experiência e/imigratória a tornou diferente da maioria das e/imigrantes brasileiras nos Estados Unidos e também das mulheres valadarenses que não emigraram. “Essas mulheres aguentam muita coisa porque elas dependem do marido pra tratar delas”, comenta.

A experiência dela relembra a observação de Lisboa (2007), ao analisar a experiência de trabalhadoras imigrantes na Europa, de que não é incomum que com a experiência de migração internacional as

mulheres vivenciem um conflito identitário, recorrentemente marcado pelo enfrentamento de preconceitos baseados em classe, etnia e gênero. Nesse processo, muitas dessas imigrantes experimentam o que a autora chamou de uma “verdadeira alquimia” em suas vidas, identidades e cotidianos, que as tornam diferentes do que eram antes de emigrar e diferentes das mulheres que permaneceram nas cidades de origem. A autora destaca que esse é um processo conflitivo e dialético de construção das suas subjetividades no qual tais mulheres não estão apenas lutando contra discriminações de gênero, classe e etnia, mas também afirmando suas identidades de mulheres e trabalhadoras domésticas, de modo que elas têm na valorização das suas profissões “uma conquista de auto-estima e autoconfiança e um alicerce fundamental para seu processo de aculturação e emancipação” (LISBOA, 2007, p.813).

Esses sentimentos de autoestima e empoderamento estão presentes na narrativa de Lucí, que se descreve como uma mulher diferente: uma imigrante, esposa, mãe e trabalhadora diferente das demais mulheres com quem convive. Eles a influenciam nas demandas exigidas para novos e futuros relacionamentos afetivos/conjugais e na organização e vivências domésticas familiares. Isso se reflete no cotidiano que a família vivencia em Governador Valadares, no qual ela negocia com a filha e com o atual namorado, por exemplo, atitudes e relações que se assemelham mais àquelas que ela observa entre os padrões norte-americanos e que percebe como mais democráticas.

Eu acho que o meu namorado me acha diferente até da ex-mulher dele (risos). Mas num ponto eu vejo que ele até gosta. Do conforto, do meu esforço pra tornar as coisas melhores. Na hora do nosso almoço, eu gosto de colocar tudo na mesa, arrumar direitinho, sentar no lugar, daí ele fala assim: ‘você não atrasa né?!’ Eu digo pra Luiza: saiu da escola pra casa, a hora do almoço é sagrada. A gente tenta reunir a família porque eu trabalho, o seu tio trabalha, você estuda. Então a gente precisa reunir. Como foi seu dia? Olhar as coisas da escola. Então eu também quero tempo pra isso. Todas as mulheres americanas fazem isso (...). Nesse meu segundo casamento sempre o meu marido fala: ‘ah, você é diferente das outras mulheres. Você parece que tá vivendo nos Estados Unidos. Quer que as coisas aqui em casa sejam

iguais aos Estados Unidos'. Eu tenho a minha família, tenho a minha cama, as almofadas, os travesseiros, tudo arrumado. Tenho lá na minha estante a bandeirinha dos Estados Unidos (risos). A minha cozinha tem que ser igual a dos Estados Unidos. A minha cozinha é modulada, arrumada, os enfeites dos Estados Unidos. Mandei minhas coisas virem de lá de contêiner (Lucí, 41 anos, migrou em 1989, entrevista citada).

Destaca-se no relato de Lucí o desejo de dissociar no cotidiano familiar, o trabalho produtivo do reprodutivo, aparentemente contraditório com a ação de ter trazido para o Brasil móveis e artefatos decorativos da sua cozinha nos Estados Unidos. Contudo, essa não é uma ação isolada, exclusiva da trajetória de vida dela, pois não é incomum que ao retornarem às suas cidades de origem os e/imigrantes brasileiros tragam consigo artefatos que fizeram parte das suas vidas cotidianas no exterior. Não raras vezes, quando o retorno é definitivo, toda a mobília e artefatos são enviados ao Brasil de contêiner, não apenas porque são bonitos, diferentes ou porque custaram muito menos do que custariam no Brasil, mas também porque registram as vivências da experiência e/imigratória. Da mesma forma como são recorrentes os casos nos quais as casas construídas pelos e/imigrantes nas suas cidades de origem carreguem características arquitetônicas norte-americanas, o que quase sempre serve também para demonstrar o sucesso do projeto e/imigratório.

Nós poderíamos sugerir que em muitos casos essa mudança na arquitetura das residências e no gosto pelo tipo de mobiliário equivale, metaforicamente, não somente a uma mudança na arquitetura das relações sociais, e em especial as familiares, mas também a uma mudança na arquitetura da subjetividade do sujeito e/imigrante, sobretudo das mulheres, que percebem e relatam mais facilmente tais mudanças. No caso de Lucí, quando no trabalho de campo ela nos apresentava a cozinha da casa em Governador Valadares, não mostrava apenas uma cozinha “americanizada”, mas também uma mulher brasileira “americanizada”, que apesar dos reveses enfrentados ao longo da sua trajetória, considera bem sucedido seu projeto e/imigratório.

No Brasil, a cozinha ainda parece ser um espaço culturalmente percebido como feminino, destinado às mulheres. Contudo, o gesto de Lucí não tem a intenção de reforçar esse estereótipo, tampouco de negar sua identidade de mulher e de esposa dedicada à família. Ele parece ser

uma estratégia utilizada para marcar uma nova identidade que extrapola essa dimensão. Uma identidade de mulher, mãe, esposa, mas também de trabalhadora que se orgulha do trabalho doméstico e das conquistas dele advindas. O gesto parece simbólico justamente porque nos sugere que Lucí deseja trazer dos Estados Unidos não apenas os objetos materiais, mas também a imagem de mulher que tem se si própria quando lá está. Nesse sentido, a cozinha pode ser interpretada como uma espécie de remessa social do tipo qualificado por Levitt (2001, p.61) como “estrutura normativa”, visto que trazer os móveis significa também trazer um senso de independência feminina que é indiretamente transmitido a parentes e amigos na comunidade de origem.

O caso de Lucí demonstra como a experiência e/imigratória pode gerar profundas transformações nas trajetórias de vida dos sujeitos que a experimentam, de modo que o deslocamento, que a princípio é físico e geográfico, qualifica-se também como subjetivo e identitário. Para Portelli (2004, p.301), enquanto nós historiadores estamos preocupados em reconstruir o passado, em reconstituir e descrever histórias e trajetórias de vida, os nossos entrevistados estão interessados apenas em projetar uma imagem. Ao narrar a sua experiência de e/imigração, Lucí não está apenas, para usar a expressão do autor, “tomando as armas contra a ameaça do tempo, resistindo ou controlando o tempo” (PORTELLI, p.296), mas também construindo uma imagem de si, uma nova autoimagem de mulher, esposa, mãe e trabalhadora, que empoderada pela experiência e/imigratória exige novas possibilidades de relações coletivas.

Entretanto, é interessante não perder de vista que, assim como no caso de Lucí, a família quase sempre exerce papéis fundamentais nas trajetórias desses sujeitos e, portanto, também em processos de transformações e percepções identitárias individualizados. Os relatos das trajetórias de vida dos integrantes da família de Lucí, que na presente narrativa aparecem entrelaçados, visibilizam a construção de uma vida transnacional, os projetos coletivos, seus interesses, racionalidades, as expectativas de reciprocidade, mas também as ambiguidades e contradições. Eles apontam, sobretudo, a reconfiguração das relações familiares e o importante papel desempenhado pela família transnacional no contexto da experiência e/imigratória.

Esse papel desempenhado pela família extensa, quando nos referimos à rede familiar que extrapola a noção de família nuclear, tem se mostrado primordial nos processos e/imigratórios contemporâneos, ainda que a sua nomenclatura tenha variado. Para o historiador Alistair

Thomson (2002), por exemplo, em comparação com outras redes de relacionamentos, essas redes que chama de “rede da família ampliada” vêm assumindo papel preponderante em tais processos. O autor cita como exemplo o caso analisado por Mary Chamberlain (1979, *apud* THOMSON, 2002) da e/imigração barbadiana para a Grã-Bretanha. Demonstrando como esse tipo de rede contribui para a relativização de teorias migratórias economicistas, como essas famílias proporcionam redes de apoio em Barbados e na Inglaterra, e como no caso das crianças deixadas pelos pais aos cuidados dos avós, os membros da família assumem papéis diferentes no processo de migração em termos de gênero e geração.

No caso da família de Lucí destaca-se o papel desempenhado por Benta, que não apenas se viu mais uma vez como mãe, mas também se descobriu uma “avó transnacional” que cuida dos netos “lá e aqui”; o papel desempenhado pelo irmão mais velho, que por meio de uma procuração enviada dos Estados Unidos ocupou o lugar do noivo Robson ao assinar um acordo matrimonial transnacional; o papel do irmão mais novo que não se adaptou nos Estados Unidos, retornou ao Brasil, estudou jornalismo com a ajuda financeira da família e que foi fundamental para a “reestruturação” financeira e emocional da irmã quando esta retornou a Governador Valadares para formalizar a separação e assumir o negócio da padaria; a experiência de Luiza que na ausência física dos pais assumiu a avó como mãe, e que alfabetizada nos Estados Unidos enfrentou problemas de adaptação na escola quando retornou com Lucí em 2002 (principalmente com “o português”).

A experiência de Luiza é semelhante àquelas vivenciadas por muitas outras crianças e adolescentes mineiras que permanecem no Brasil enquanto os pais emigram deixando-as aos cuidados dos avós, que se encarregam de cuidar e educar os filhos de seus filhos. Casos nos quais diferentes lugares de sujeitos são vivenciados, frequentemente em prol de projetos que melhoram o padrão de vida do conjunto da família. É certo que cada histórico familiar possui suas singularidades, mas de forma mais ampla essa tem sido uma experiência comum entre as famílias transnacionais de origem mineira, uma experiência que vem se naturalizando e se constituindo como uma característica da cultura e/imigratória na região.

Como vimos destacando, essa experiência tem sido denominada no campo das migrações como maternidade transnacional. Contudo, essa é uma experiência quase sempre familiar, visto que em geral é algum ou são alguns membros da família transnacional que se

encarrega/encarregam do cuidado das crianças. O termo maternidade transnacional nos remete à experiência das mães, e de certa forma escamoteia o papel desempenhado pelos cuidadores das crianças nas cidades de origem dessas famílias, sobretudo o papel dos avós. A experiência singular desses avós foi destacada na entrevista que realizamos com Lorena em Governador Valadares, e que foi citada no capítulo II desse trabalho. Ela é uma senhora que contava com 68 anos de idade em 2010 e que naquela ocasião tinha o filho mais novo emigrando nos Estados Unidos. Embora seja avó, não estava na responsabilidade de educar nenhum dos netos, inclusive porque o filho emigrante ainda era solteiro. Mas discorreu sobre diversas experiências de famílias próximas, de parentes, amigos e vizinhos que se encontram nessa situação.

Lorena enfatizou, sobretudo, o papel desempenhado pelas avós, as quais chamou de “avós-mães”, como se vê no trecho que segue:

(...) muitos casamentos acabam. Quase todos aqueles que vão pra lá, se não forem os dois juntos, é muito difícil. Nós temos na igreja dois casais assim, um fica aqui, o outro fica lá. Com o tempo esquece, não tem condições. Por isso que aqui nós chamamos de as avós-mães porque as filhas vão e deixam os filhos para as avós que assumem totalmente o papel de mães. Eu conheço uma que a filha dela vai fazer quinze anos esta semana. Eu vi nascer esta menina, e a mãe dela tá lá. Ela veio quando a menina já tinha 12 ou 13 anos, mas não conseguiu nada aqui então voltou pra lá outra vez. Então quer dizer, ela não vai participar da festa de quinze anos da filha. A menina é mimada, tem tudo que quer, ela não gosta de estudar. Eles pagam escola particular e ela repete todo ano. É muito geniosa com a gente. Eu outro dia sentei com ela e conversei. Disse: a sua mãe tá dando o maior apoio lá minha filha e você tá gastando tudo em roupa que tá no guarda roupa, que tá com etiqueta porque você não usou ainda. Então chega a mesada da mãe dela e ela vai pras boutiques comprar roupa. É uma fuga! A forma dela reagir! O meu filho fala comigo que às vezes ele sai lá e compra um tênis, um relógio, ou alguma coisa que ele não precisa, mas é um jeito dele recompensar. Ele me encheu de bolsa uma

vez, mandava pelo correio, que parecia que eu ia colocar uma loja aqui de bolsa dos Estados Unidos. Era o jeito dele estar mais perto, né? (Lorena, 68 anos, tem um filho no exterior desde 2005, Governador Valadares, 03/02/2010. Entrevista e transcrição do autor).

Ao descrever o que empiricamente observa na trajetória de famílias que conformam redes familiares transnacionais, Lorena sintetiza um processo de transformações nas relações familiares, apontando como exemplo situações que despontam nesse contexto, como casos de divórcios (que ela cita como recorrentes) e de reações adversas de filhos que se sentem abandonados pelos pais. Nesse último caso ela destaca que duas destas reações são o comportamento “arredio” que alguns desses filhos apresentam no convívio social (sobretudo no contexto escolar) e o apego deles ao consumismo desenfreado, que se apresenta como uma forma de lidar com a sensação de abandono. O consumismo, no entanto, não é uma característica específica de filhos de e/imigrantes. De forma mais ampla, como apontado por Canclini (1996), ele tem se tornado cada vez mais comum entre jovens de camadas médias e altas das sociedades contemporâneas cujos pais se ausentam diariamente em função do trabalho.

Como observou Pedone (2011, p.70) ao analisar o caso dos equatorianos na Catalunha, não é incomum que estigmas relacionados à fragmentação familiar no contexto e/imigratório recaiam sobre as mulheres e os filhos. Discursos originados tanto nas comunidades de origem quanto nas de destinos geralmente relegam às mulheres a responsabilidade pela fragmentação familiar e pelo abandono dos filhos, enquanto as crianças são percebidas, inclusive em discursos institucionais, como “portadores de diferentes problemáticas”. A autora destaca que, não raras vezes, tais discursos não possuem base sólida de conhecimento das situações que deram origem à estratégia e/imigratória. Por isso boa parte deles confunde as ideias de “fragmentação familiar” e “desintegração familiar”, visto que uma família fisicamente dispersa não deixa de existir. Esses estigmas nem sempre levam em conta as rupturas familiares ocorridas antes dos deslocamentos e/imigratórios, e que faz destes um desencadeante e não sua causa principal. Eles frequentemente também ignoram as estratégias, as trocas e negociações estabelecidas pelo grupo familiar e que envolve todas as gerações (PEDONE, 2011, 73).

O relato e as opiniões de Lorena nos apontam principalmente para o fato de que nas relações transnacionalizadas das experiências de maternidade e paternidade transnacionais, assim como em outras situações nas quais as relações familiares são reconfiguradas devido a um projeto e/ou migratório, também existe espaço para situações de conflitos e ambiguidades. Nem sempre tais experiências, frequentemente iniciadas através de acordos familiares, são caracterizadas apenas pelo signo da solidariedade, quando as avós se submetem e se comprometem com o cuidado dos netos, por exemplo, mas também pelo signo do conflito, das ambiguidades e contradições que se fazem presente, quando as mães se sentem culpadas por terem deixado os seus filhos nas sociedades de origem (e isso é recorrente nas narrativas delas), por exemplo, ou quando os filhos se sentem abandonados pelos pais no contexto da mesma situação.

De acordo com a visão de Lorena, mesmo em situações nas quais os avós acordaram em se responsabilizar pelos netos enquanto os filhos estão no exterior há a possibilidade de que essa experiência se torne difícil e dolorosa. Sobre o caso citado anteriormente ela comenta que

A avó desta menina é da minha idade e a gente já não tem suporte pra aguentar, pra criar uma criança. Tudo bem, eu adoro os meus netos, eu brinco com eles e tudo. Mas a noite eu entrego pra mãe, vou deitar e dormir. Agora você ter que ver como vai na escola, frequentar a escola, porque você tem que fazer isso, é muito difícil pra uma pessoa da idade da gente. Sobrecarrega! É a saúde da gente, diabete, pressão alta porque com a idade já vem isso tudo (Lorena, 68 anos, entrevista citada).

Ela reconhece que o caso das “avós-mães” é muito bonito simbolicamente e recorrentemente significativo para a melhora econômica destas famílias, mas ele pode alterar de forma negativa o cotidiano daqueles que permanecem nas cidades de origem. Essa pode ser uma experiência sacrificante, tanto para as avós (e certamente para os avôs também) que já estão em idade avançada para “se incomodar” com tal tarefa (o que em alguns casos pode acentuar problemas de saúde próprios da idade destas mulheres), quanto para os netos ou netas que muitas vezes não encontram nessas avós o suporte emocional ou

funcional que encontrariam em seus pais (nas funções exigidas pela vida escolar, por exemplo).

No caso da família de Lucí, no entanto, a experiência de maternidade transnacional foi vista como bem sucedida. A avó Benta, ao discorrer sobre a experiência de ter cuidado da neta Luiza, reconheceu que essa situação sempre apresenta algum grau de adversidade, mas que no seu caso, ele não impediu que ela constituísse um sentimento de satisfação e orgulho de si própria por ter desempenhado tal tarefa. Ela cita a consciência de que tal experiência fazia parte de um acordo familiar no qual ela também foi beneficiada, seja pelo carinho retribuído pelos filhos e netos que hoje têm um padrão de vida melhor, ou mesmo porque conseguiu pagar e reformar a casa que comprou em Governador Valadares com a ajuda financeira dos filhos e do próprio esposo, que inicialmente havia emigrado apenas para “levar” a filha.

5.6- O HISTÓRICO E/IMIGRATÓRIO E FAMILIAR DE VANUSA: A FAMÍLIA TRANSNACIONAL ENTRE EXPECTATIVAS, RECIPROCIDADES E CONFLITOS

Como contraponto à experiência de maternidade transnacional de Lucí apresentaremos de forma mais breve o histórico e/imigratório da família de Vanusa, descrito por meio do seu relato de trajetória de vida. Vanusa tinha 52 anos de idade quando a entrevistamos em 2014. Ela chegou aos Estados Unidos quando tinha 33, em 1997. Naquela ocasião estava separada e tinha uma filha de 15 anos. Ambas moravam na casa da mãe de Vanusa, em sua cidade natal, São João do Oriente (MG). Como estava desempregada e sem expectativas de melhorar as condições de vida, Vanusa emigrou para os Estados Unidos. Seu projeto era permanecer o tempo que fosse preciso para adquirir uma casa própria para que ela e a filha pudessem sair da casa da mãe dela. Contudo, devido à adaptação da vida nos Estados Unidos e a conflitos familiares vivenciados ao longo dessa trajetória ela desconsiderou a ideia de voltar a morar no Brasil, pelo menos temporariamente.

Vanusa deixou a filha aos cuidados de sua própria mãe, que concordou em cuidar da neta enquanto a filha juntava dinheiro para comprar uma casa e, dependendo do desempenho da história, pagar as despesas com os procedimentos da viagem para que ela também emigrasse. A mãe de Vanusa havia igualmente se separado e sem muitas expectativas de futuro passou a considerar a possibilidade de emigrar. Era um desejo antigo que naquele momento podia se concretizar.

Vanusa custeou as despesas da sua própria viagem com o dinheiro de uma pequena economia que havia feito e com uma quantia tomada de empréstimo de um de seus irmãos. Este irmão acordou com Vanusa que ajudaria a tomar conta da filha dela e da própria mãe, nesse meio tempo.

Após conseguir um visto de turista através de uma agência de viagens de São Paulo ela chegou na cidade de Danbury, no estado americano de Connecticut, onde morou por 14 anos. Lá ela foi hospedada pela cunhada de uma de suas irmãs que já estava nos Estados Unidos há 2 anos, e com quem trabalhou por um tempo fazendo limpeza de casas, até conseguir formar seu próprio *schedule*. Somente depois de 3 anos e 7 meses de sua chegada ao país que Vanusa conseguiu levar a filha e a mãe para morar com ela em Danbury. Durante esse período ela relata que manteve uma relação conflituosa com o irmão que lhe prometera ajuda:

Eu mandava tudo pra minha filha. O meu irmão olhava porque morava perto, mas não dava nada. Eu também mandava uma ajuda pra ele, pra ele ajudar a olhar elas. Mas o sofrimento foi muito nos mais de 3 anos que eu aqui estava e as deixei lá. Nossa, a minha filha sofreu tanto lá com eles, a pressão deles era muito grande em cima dela e ela tentou até se suicidar. E um dia, um dos únicos telefonemas que eu recebi dele foi pra falar comigo assim: ‘minha irmã, você sabe o peso que você deixou aqui no Brasil pra nós?’ Daí eu desliguei o telefone, chorei, chorei e pedi a Deus uma forma de que aquilo mudasse. E dentro de 72 dias depois eu tinha conseguido tudo e aqui dentro estava a minha mãe e a minha filha, com visto de turista. E a minha dívida com o meu irmão, que foi apenas de 2,800 reais, quando eu acabei de pagar ela estava saindo pra mim por praticamente vinte e poucos mil reais. Foi um juros assim, exuberante. Só que ele não esperava de um dia poder vir, querer vir pra cá. E anos depois ele me ligou e me pediu se eu podia ajuda-lo a vir, e eu ajudei. Vieram pelo México, ele, a esposa e a filha, chegaram bem graças a Deus. Eu fui na Califórnia buscá-los (Vanusa, 52 anos, entrevistada em 17/05/2014 em Hudson (MA) pelo autor. Transcrição do autor).

Vanusa conseguiu se legalizar através de contrato de trabalho, com ajuda de uma das famílias norte-americanas para quem trabalhava, e conseguiu aplicar o processo para sua filha que também se legalizou. A filha que hoje tem 32 anos se casou e foi morar na cidade de Hudson, no estado de Massachusetts, e tem uma filha norte-americana. Vanusa se mudou para Hudson há 2 anos, após se divorciar do brasileiro com quem havia casado anteriormente. Nessa cidade ela fez curso de *Nursing Assistant Training* (CNA) e atualmente trabalha cuidando de duas pessoas idosas.

Esse histórico familiar revela um caso eminentemente feminino de reunificação familiar, visto que Vanusa enseja e articula a chegada da mãe e da filha, que emigram ao encontro dela. Foi também Vanusa que ajudou o irmão quando a família dele decidiu emigrar. Essa situação destoa do exemplo mais comum de reunificação familiar, quando mais comumente as mulheres que emigram com essa motivação partem ao encontro de pais, companheiros e filhos. Assim, essa trajetória demonstra, de igual forma, que as expectativas de reciprocidade podem ser rompidas e também restauradas no contexto da experiência e/imigratória. Nesse contexto, alguns acordos podem ser rompidos e outros construídos ou reconsiderados. Nesse caso em particular, apesar do irmão ter agido de modo a romper os acordos familiares, Vanusa reconhece que sem a ajuda recebida pela família o seu projeto e/imigratório não seria bem sucedido, de modo que ela não teria conseguido levar aos Estados Unidos sua mãe e sua filha, tampouco teria condições de reconsiderar a atitude do irmão e ajudá-lo no seu próprio projeto de emigrar.

Esse histórico familiar, assim como aquele protagonizado por Lucí, Benta e Luiza, atesta que as famílias transnacionais, ao reconstruírem seus laços entre dois lugares, nem sempre o fazem sem situações de conflitos, rompimentos de expectativas de reciprocidade, redefinições identitárias ou substituição de lugar de sujeito. Tais históricos visibilizam não apenas a importância dessas redes transnacionais de cuidados e como elas são imprescindíveis para que as mulheres mineiras que são mães também possam emigrar, mas também atestam que, não raro, as experiências de maternidade e paternidade transnacionais são atravessadas por questões culturais, de classe e relações de gênero e gerações.

Como observaram Hondagneu-Sotello e Avila (1997, p.549) ao analisar o caso das mulheres centro-americanas nos Estados Unidos, essas mães transnacionais e suas famílias estão trilhando novos terrenos

e “expandindo” fronteiras nacionais. Mas às vezes, arcando com custos altos, quando no país de destino enfrentam a ausência de direitos como trabalhadoras ou a impossibilidade de se reunir com seus filhos, por exemplo. Nesse contexto, os apoios, as trocas, as negociações e os rearranjos estabelecidos entre os membros da família transnacional são essenciais como estratégias de inserção no mercado de trabalho global, no mundo do consumo e para a superação das adversidades que estas experiências de inserções por vezes demandam.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, amparados por uma perspectiva transnacional dos deslocamentos populacionais contemporâneos e pelo aporte teórico metodológico da História Oral, descrevemos e analisamos trajetórias e experiências individuais e familiares de mineiros que e/imigraram para diferentes cidades do estado norte-americano de Massachusetts e de seus familiares que permaneceram nas suas comunidades de origem. Procuramos demonstrar que através da manutenção de vínculos e do envio de remessas econômicas, afetivas e de cuidados que estabelecem entre si - e que cruzam fronteiras nacionais - eles conseguem continuar sendo família, mesmo nesse contexto da experiência e/imigratória, marcada pela separação física de longas distâncias geográficas e temporais.

Pensamos ter contribuído para mostrar a importância de estudarmos os processos de reprodução social analisando práticas sociais naquilo que Machado (2010, p.08) definiu como “o contexto da casa e da família”, espaços estes que nas vivências dos deslocamentos migratórios internacionais são influenciados por fatores macrossociológicos, mas que não são exatamente esclarecidos, destacadamente a organização familiar e a experimentação da vida cotidiana. O espaço reprodutivo é um território revelador das implicações econômicas e sociais dos processos de globalização econômica e cultural. Nesse sentido, o estudo sobre as famílias transnacionais contribui para visibilizar que nesse contexto a família é uma instituição com profunda influência sobre os variados tipos de fluxos que caracterizam esses processos. Assim, a família, como unidade social, transforma e se transforma a partir de dinâmicas do trabalho produtivo e reprodutivo que são perpassadas por questões de classe, etnia, relações de poder, gênero e geração.

Tomando a e/imigração dos mineiros para os Estados Unidos como exemplo, sublinhamos uma dimensão cultural e subjetiva das mobilidades globais contemporâneas, na medida em que atentamos para as formas pelas quais a decisão de e/imigrar é social e culturalmente construída. Ela é, muito frequentemente, fruto de decisões e estratégias familiares e perpassada pela criação de imaginários culturais sobre os locais de destino, pela constituição de redes e culturas e/imigratórias e de campos sociais transnacionais. Nesse cenário, nosso estudo, centrado nas práticas transnacionais e nas relações e estratégias familiares, pensa ter contribuído não apenas para visibilizar as maneiras pelas quais as

famílias se reconfiguram no contexto transnacional dos deslocamentos populacionais recentes, mas também para a construção de uma abordagem menos economicista das e/i/migrações contemporâneas, bem como para atestar que a história desses deslocamentos é também a história daqueles que permanecem nas cidades de origem.

Ao longo do texto buscamos visibilizar as tramas e os processos familiares vivenciados no quadro da experiência e/imigratória e que as caracterizam como famílias transnacionais. Ao assim fazê-lo, demonstramos que a experiência da e/imigração não necessariamente provoca a quebra de laços familiares, mas que ela também incita novos arranjos familiares e de gênero, nos quais esses laços são reconfigurados. Foi possível perceber, por meio desses processos de negociações e rearranjos familiares, em especial naqueles que envolvem experiências de maternidades e paternidades transnacionais, que a transnacionalização dessas famílias não é apenas um processo de ordem econômica, mas que também alcança o espaço da cultura e da afetividade por meio de vínculos estabelecidos à distância e avivados periodicamente.

As trajetórias de vida analisadas sugerem que embora as experiências das famílias de origem mineira em torno da e/imigração sejam caracterizadas, dentre outras coisas, por separações físicas de longas distâncias geográficas e temporais e por situações de conflitos nas quais se identificam “paradoxos” e “persistências do gênero” (PARREÑAS, 2005), em geral elas têm protagonizado processos de transnacionalizações, negociações e estratégias familiares e de gênero que as tornam bem sucedidas na tarefa de reconfigurar os laços familiares à distância, de manter o sentimento de unidade e pertencimento familiar, e de contribuir para processos de empoderamento feminino.

Se no passado as mulheres e as famílias foram vistas como elementos que impediam processos de assimilação, por significar a presença e a manutenção de normas e valores culturais das sociedades de emigração (GREEN, 2011), a participação das mulheres no fluxo dos mineiros para os Estados Unidos, especialmente a forma como elas articulam redes e estratégias familiares, demonstra que no presente elas podem ser vistas justamente como elementos que contribuem para processos de estabilização social, e até mesmo para certo grau de “assimilação”, na medida em que mediam processos de inserções das suas famílias à sociedade norte-americana e o estabelecimento de vínculos econômicos e afetivos com familiares que permanecem no

Brasil. Como demonstramos, as mulheres mineiras protagonizaram, inclusive, casos de e/imigrações em famílias que não apresentavam formatos nucleares no contexto da tomada de decisão e organização dos projetos e/imigratórios, bem como situações eminentemente femininas de reunificação familiar.

Cabe ressaltar, por fim, o fato de que ainda que as experiências dessas famílias de origem mineira sejam, num sentido estrito, singulares, na medida em que cada trajetória familiar de e/imigração possui características que lhes são próprias, elas também apresentam características e estratégias comuns, como por exemplo, as estratégias de maternidades transnacionais. Características e estratégias que, num sentido mais amplo, também são compartilhadas por famílias e/imigrantes de outras nacionalidades, inseridas em outros fluxos e/imigratórios (conectados por diferentes pontos de origem e destino ao redor do mundo) no período recente. A conformação de famílias transnacionais é, portanto, um processo, um evento e uma experiência global dos quais as famílias de origem mineira fazem parte e, dessa forma, suas trajetórias e experiências contribuem para a escrita desse novo capítulo da história das migrações internacionais, na medida em que contribuem para visibilizar a importância que assumem os processos transnacionais nesse campo de estudo.

7. REFERÊNCIAS

- ACAIACA. História de nossa terra. Revista Acaiaca, 1951 (arquivo do Museu da Cidade, Governador Valadares).
- AHR. **AHR conversations: on transnational history**. American Historical Review, v.111, n.05, p. 1440-1464, 2006.
- ALBERTI, Verena. **Histórias dentro da História**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2006. p. 155-202.
- _____. **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de; RENAUX, Maria Luiza. **Caras e modos dos migrantes e imigrantes**. In: História da vida privada no Brasil 2: a corte e a modernidade nacional. Coordenador geral da coleção NOVAIS, Fernando A.; Organizador do volume ALENCASTRO, Luiz Felipe de. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- ALMEIDA, Agnes Rocha de, DIAS, Carlos Alberto, MATOS, Emiliane de Oliveira e SANTOS, Lucas Nápoli dos. **Impactos da emigração sobre as vivências da mulher do emigrante**. In: ESPINDOLA, Haruf Salmen e ABREU, Jean Luiz Neves (Orgs). Território, sociedade e modernização: abordagens interdisciplinares. Governador Valadares: Ed. Univale, 2010.
- ALVES, Débora Bendocchi. **Colhedores de Café: cartas de imigrantes alemães publicadas nos jornais da Turíngia**. Berlin, WVB, 2006.
- ALVES, Júlia Falivene. **A invasão cultural norte-americana**. São Paulo: Moderna, 1998.
- ALVIM, Zuleika. **Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo**. In: História da vida privada do Brasil 3: República: da Belle Époque à Era do rádio. Coordenador geral da coleção NOVAIS, Fernando A.; Organizador do volume SEVCENKO, Nicolau. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- AREND, Silvia Maria Fávero. **Amasiar ou casar? A família popular no final do século XIX**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.
- ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Estar aqui..., estar lá...: uma cartografia da emigração valadarense para os EUA**. In: REIS, Rossana Rocha & SALES, Teresa. Cenas do Brasil Migrante. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 125-166.

_____. **Estar aqui, estar lá...: uma cartografia da vida entre o Brasil e os Estados Unidos.** Textos NEPO. Campinas, n.41, junho de 2002.

_____. **De Criciúma para o mundo – os novos fluxos da população brasileira: gênero e rearranjos familiares.** In: MARTES, Ana Cristina Braga & FLEISCHER, Soraya (org.). *Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais.* São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 199-230.

_____. **De Criciúma para o mundo: rearranjos familiares dos novos migrantes brasileiros.** Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011.

_____. **Mulheres migrantes no passado e no presente.** *Revista Estudos Feministas.* Florianópolis, v.15, n.03, 2007, p.745-772.

_____. **Fazendo a América, fazendo faxina: redefinindo identidades de gênero?** IV RAM: Antropologia em Perspectivas, 30/11 a 03/12 de 2003. Florianópolis.

ASSIS, Gláucia de Oliveira e SIQUEIRA, Sueli. **As mulheres na formação de redes de emigração.** *Fazendo gênero* 8, Corpo, Violência e Poder, Florianópolis, 2008.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social.** In *Enciclopédia Einaudi*, s. 1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, Editora Portuguesa, 1985.

BARELA, Liliana, MIGUEZ, Mercedes e CONDE, Luis García. **Algunos apuntes sobre historia oral y cómo abordarla.** Buenos Aires: Dirección General Patrimonio e Instituto histórico, 2009.

BARRAL, Ana Inés Mallimaci. **Migraciones y géneros: formas de narrar los movimientos por parte de migrantes bolivianos/as en Argentina.** *Revista Estudos Feministas*, v.19, n.03, 2011, p.751-775.

BASCH, Linda, GLICK-SHILLER, Nina e SZANTON-BLANC, Cristina. **Nations unbound: transnational projects, postcolonial predicaments and deterritorialized nation-states.** Amsterdam: Gordon and Breach, 1994.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas.** Tradução, Marcus Pinchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Modernidade Líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

- BICALHO, José Vitor. **Yes, eu sou brazuca**. Governador Valadares: Ibituruna, 1989.
- BLANCO, Cristina. **Movilidad creciente y emergencia de nuevos enfoques migratorios**. In: BLANCO, Cristina (Org). *Migraciones: nuevas movilidades en un mundo en movimiento*. Rubí (Barcelona): Anthropos, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.
- BOURNE, Randolph. **Trans-National America**. *Atlantic Monthly*, n. 118, 86-97, 1916. Disponível em: <http://www.swarthmore.edu/SocSci/rbannis1/AIH19th/Bourne.html> Acesso: 05/04/2016.
- BRETTELL, Caroline. **Anthropology and migration: essays on transnationalism, ethnicity, and identity**. New York: Altamira Press, 2003.
- BRETTELL, Caroline; HOLLIFIELD, James F. **Migration theory: talking across disciplines**. New York: Routledge, 2000.
- BRYCESON, Deborah; VUORELA, Ulla. **The transnational family: new european frontiers and global networks**. Oxford: Berg Publishers, 2002.
- CASALILLA, Bartolomé. **‘Localism’, global history and transnational history: a reflection from the historian of early modern Europe**. *Historisk Tidskrift*, v. 127, n.4, p.659-678, 2007.
- ÇAGLAR, Ayse e GLICK-SHILLER, Nina. **Introduction: migrants and cities**. In: GLICK-SHILLER, Nina e ÇAGLAR, Ayse. *Locating migration: rescaling cities and migrants*. New York: Cornell University Press, 2011.
- CAMPELO, Edmar. **Epopéia de Pioneiros: a história de Governador Valadares**. Governador Valadares: Edição do autor, 2006.
- CAMPOS, André Luiz Vieira de. **Políticas internacionais de saúde na era Vargas: o Serviço Especial de Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- CAMPOS, Emerson César. **Territórios Deslizantes: recortes, miscelâneas e exposições na cidade contemporânea– Criciúma (SC) (1980-2002)**. (Tese de doutorado). Florianópolis: UFSC, 2003.
- CANCLINI, Nestor García. **A globalização imaginada**. São Paulo: Iluminuras, 2003.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ, 1996.

CAPELATO, Maria Helena; WEINSTEIN, Barbara; PRADO, Maria Ligia. **O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal 'O Estado de S. Paulo'**. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CASTLES, Stephen. **Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais**. Lisboa: Fim de Século, 2005.

CASTLES, Stephen e MILLER, Mark J. **The Age of Migration: International Population Movements in the Modern World**. New York and London: The Guilford Press, 2009.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano: 1- artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

_____. **A invenção do cotidiano: 2- morar, cozinhar**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CHARTIER, Roger. **A visão do historiador modernista**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (org.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 215-218.

_____. **As origens culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

_____. **A história cultural entre praticas e representações**. Rio de Janeiro (BR): Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.

CHAUNU, Pierre. **História da América Latina**. Tradução de Miguel Urbano Rodrigues. São Paulo: DIFEL, 1983.

COELHO, Eduardo José de Jesus; SETTI, João Bosco. **A E. F. Vitória a Minas e suas locomotivas desde 1904: a história e as locomotivas a vapor**. v.1. Rio de Janeiro: Edição dos autores, 2000.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DEMARTINI, Zeila B. F. **Pesquisa histórico-sociológica, relatos orais e migração**. In: DEMARTINI, Zeila B e TRUZZI, Osvaldo. *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Paulo: EDUFSCar, 2005. p. 87-115.

DINER, Hasia. **History and the study of immigration: narratives of the particular**. In: BRETTEL, Caroline B. e HOLLIFIELD, James F. *Migration theory: talking across disciplines*. New York and London: Routledge, 2000, p.28-42.

- DOMINGUES, Devani Tomaz. **Dos Estados Unidos da América para Governador Valadares: conexões e desconexões**. Belo Horizonte: UFMG, 2008. (Dissertação de Mestrado)
- DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo**. São Paulo: Perspectiva, 1984.
- _____. **A Pesquisa Antropológica com Populações Urbanas: problemas e perspectivas**. In: A Aventura Antropológica: teoria e pesquisa. Ruth C. L. Cardoso (Org). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie Russel (Orgs). **Global Woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy**. New York: Henry Holt and Company, 2002.
- ELIAS, Robert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2000.
- ESPINDOLA, Haruf Salmen. **A história de uma formação sócio-econômica urbana: Governador Valadares**. Revista Varia Historia, Belo Horizonte, n.19, p. 148-163, 1998.
- _____. **Elementos biológicos na configuração do território do rio Doce**. Revista Varia Historia, Belo Horizonte, v.24, n.39, p. 177-197, 2008.
- _____. **Imagens Sobrepostas: florestas e riquezas nos sertões das Minas Gerais**. CADERNOS NEDER: Editora da Univale, p. 67-89, 2009.
- FEITOSA, Charles. **Pensar migrar**. In: LINS, Daniel, Org. e PELBART, Peter Pál, Org. Nietzsche e Deleuze – Bárbaros, civilizados. São Paulo: Annablume, 20004.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. **Remaking locality: uneven globalization and transmigrants' unequal incorporation**. In: GLICK-SCHILLER, Nina e ÇAGLAR, Ayse. Locating migration: rescaling cities and migrants. New York: Cornell University Press, 2011.
- FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (org.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- FLEISCHER, Soraya R. **Passando a América a limpo: o trabalho de housecleaners brasileiras em Boston, Massachusetts**. São Paulo: Anablume, 2002.
- FONER, Nancy. **From Ellis Island to JFK: New York's two great waves of immigration**. New York: The Russell Sage Foundation, 2000.

FRANCISCO, Elton. **Emigração e Globalização: processos, estratégias e interatividades visíveis na cidade de Governador Valadares (MG) (1980-2007)**. Trabalho de conclusão de curso. Florianópolis, UDESC, 2008.

_____. **Emigração de valadarenses para os Estados Unidos: um estudo histórico sobre a constituição de redes sociais e sobre a participação das mulheres (1960-2010)**. Dissertação de mestrado. Florianópolis, UDESC, 2011.

_____. **Sustentando redes sociais, configurando outros espaços: tecnologias e famílias transnacionais em Governador Valadares**. Revista de História. Salvador: UFBA, v.3, n.1, p. 93-119, 2011.

FUSCO, Wilson. **A formação de comunidades-filhas no fluxo de brasileiros para os Estados Unidos**. São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 3, p. 55-63, jul./set. 2005.

_____. **Redes sociais nas migrações entre Governador Valadares e os Estados Unidos**. In: Migrações internacionais: contribuições para políticas. DF: 2001, p. 427-441.

_____. **Capital Cordial: a reciprocidade entre os imigrantes brasileiros nos EUA**. Campinas, SP: [s.n], 2005. (Tese de doutorado)

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

GIL, Carmen Gregorio. **“Trabajando honestamente en casa de familia”: entre la domesticidad y la hipersexualización**. Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v.15, n.3, 2007, p. 699-716.

GLICK-SCHILLER, Nina, BASCH, Linda e ZSANTON-BLANC, Cristina. **From Immigrant to Transmigrant: theorizing transnational migration**. Anthropological Quarterly, v.68, n.1, 1995, p.48-63.

GLICK-SHILLER; ÇAGLAR, Ayse. **Towards a Comparative Theory of Locality in Migration Studies: migrant incorporation and city scale**. Journal of Ethnic and Migration Studies, v.35, n.02, p.177-202, 2009.

GOZA, Franklim. **A imigração brasileira para América do Norte**. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 9, n. 1, jan./jul. 1992.

_____. **Redes sociais e a integração de brasileiros no Canadá e nos Estados Unidos**. In: MARTES, Ana Cristina Braga & FLEISCHER, Soraya (org.). Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 263-268.

- GRASMUCK, Sherri e PESSAR, Patricia. **Between two islands: dominican international migration**. Berkeley: University of California Press, 1991.
- GREEN, Nancy L. **Mudando paradigmas em estudos de migração: de homens para mulheres para gênero**. In: AREND, Silvia Maria Fávero; RIAL, Carmem Silvia de Moraes; PEDRO, Joana Maria (Org.). *Diásporas, mobilidades e migrações*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2011. p.35-46.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade**. 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HARVEY, David. **The condition of post-modernity**. Oxford: Basil Blackwell, 1989.
- HAUG, Sonja. **Migration networks and migration decision-making**. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, v.34, n.4, 2008, p.585-605.
- HIRATA, Helena. **A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho**. *Revista Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n.21, jan/jun, 2009, p.24-41.
- HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOCHSCHILD, Arlie Russel. **Love and gold**. In: EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie Russel (Orgs). *Global Woman: nannies, maids, and sex workers in the new economy*. New York: Henry Holt and Company, 2002.
- _____. **The commercialization of intimate life: notes from home and work**. Berkeley: University of California Press, 2003
- HOLANDA, Sergio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- HONDAGNEU-SOTELO, Pierrette; AVILA, Ernestine. **I'm here, but I'm there: the meanings of transnational motherhood**. *Gender and Society*, v.11, n.05, 1997, p. 548-71.
- IANNI, Octavio. **Teorias da Globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- JARIEGO, Isidro Maya, GARCÍA, Manuel Fco. Martínez e RAMÍREZ, Manuel García. **Cadenas migratorias y redes de apoyo social de las**

mujeres peruanas en Sevilla. Demófilo: Revista de Cultura Tradicional de Andalucía, n.29, p.87-105.

JESUS, Sonia Melo de. **Protagonistas de um Brasil imaginário: faxineiras brasileiras em Boston.** In: MARTES, Ana Cristina Braga e FLEISCHER, Soraya. Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEVITT, Peggy. **The transnational villagers.** Berkeley: University of California Press, 2001.

LEVITT, Peggy; GLICK-SHILLER, Nina. **Conceptualizing Simultaneity: a transnational social field perspective on society.** International Migration Review, v.38, n.03, p.1002-1039, 2004.

LEVITT, Peggy; GLICK-SHILLER, Nina. **Conceptualizing Simultaneity: a transnational social field perspective on society.** In: PORTES, Alejandro; DeWIND, Josh. Rethinking migration: new theoretical and empirical perspectives. New York: Berghahn Books, 2007.

LISBOA, Teresa Kleba. **Fluxos migratórios de mulheres para o trabalho reprodutivo: a globalização da assistência.** Revista Estudos Feministas. Florianópolis, v.15, n.3, 2007, p. 805-821.

LUCA, Tania Regina de; PINSKY, Carla Bassanezi; MARTINS, Ana Luiza. **O historiador e suas fontes.** São Paulo: Contexto, 2009.

MACHADO, Igor José de Renó. **Reordenações da casa no contexto migratório de Governador Valadares, Brasil.** Revista etnográfica, v.14, n.01, p.05-26, 2010.

MARGOLIS, Maxine. **Little Brazil: imigrantes brasileiros em Nova York.** Campinas: Papirus, 1994.

_____. **Na virada do milênio: a emigração brasileira para os Estados Unidos.** In: MARTES, Ana Cristina Braga & FLEISCHER, Soraya (org.). Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 199-230.

MARTES, Ana Cristina Braga. **Os imigrantes brasileiros e as igrejas em Massachusetts.** In: REIS, Rossana Rocha & SALES, Teresa. Cenas do Brasil Migrante. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 87-122.

_____. **Brasileiros nos Estados Unidos – um estudo sobre imigrantes em Massachusetts.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

MARTES, Ana Cristina Braga e SOARES, Weber. **Remessas de recursos dos imigrantes**. Revista Estudos Avançados, v.20, n.57, 2006, p.41-54.

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Contexto, 2008.

MASON, Jennifer. **Managing kinship over long distances: the significance of 'the visit'**. Social Policy and Society Review, Cambridge, v.03, n.04, p. 421-429, 2004.

MASSEY, Douglas S., ALARCON, Rafael, DURAND, Jorge, GONZÁLEZ, Humberto. **Return to Aztlan**. Los Angeles: University of California Press, 1987.

_____. **Why does immigration occur? A theoretical synthesis**. In: HIRSCHMAN, Charles, DEWIND, Josh e KASINITZ, Philip. The handbook of international migration: the American experience. New York: Russell Sage Foundation, 1999, p.34-52.

MASSEY, Douglas, ARANGO, Joaquin, HUGO, Graeme, KOUAOUCI, Ali, PELLEGRINO, Adela e TAYLOR, J. EDWARD. **Theories of International Migration: A Review and Appraisal**. Population and Development Review, v.19, n.03, p.431-466, 1993.

MERIZ, Gisele. **Sonho frustrado: experiências na fronteira e na deportação de migrantes brasileiros nos EUA entre 2000-2005**. (Trabalho de Conclusão de Curso). Departamento de História da FAED/UDESC. Florianópolis, 2007.

MITCHELL, Christopher. **Perspectiva comparada sobre transnacionalismo entre imigrantes brasileiros nos Estados Unidos**. In: MARTES, Ana Cristina Braga & FLEISCHER, Soraya (org.). Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 199-230.

MOROKVASIC, Mirjana. **Birds of Passage are also women**. International Migration Review, vol.18, n. 04, Winter: 1984, p.886-907.

_____. **Migration, gender, empowerment**. In: LENZ, Ilse, ULLRICH, Charlotte, FERSCH, Barbara. Gender orders unbound: globalisation, restructuring and reciprocity. Opladen and Farmington Hills: Barbara Budrich Publishers, 2007, p. 69-97.

MOURA, Gerson. **Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana**. Coleção Tudo é História. São Paulo: Brasiliense, 1989.

NETO, Helion Pova. **A criminalização das migrações na nova ordem internacional**. In: NETO, Helion Pova & FERREIRA, Ademir

- Pacelli (org.). *Cruzando fronteiras disciplinares: um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Renan, 2005, p. 297-309.
- NETTO, Maria Cinira dos Santos. **Desbravadores e pioneiros do Porto de Dom Manuel: a história de Governador Valadares**. Governador Valadares: Edição da autora, 1999.
- NGAI, Mae. **A estranha carreira do imigrante ilegal: restrições à imigração e política de deportação nos Estados Unidos, 1921-1965**. Revista Tempo, v.13, n.25, RJ: julho de 2008.
- NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares**. Projeto História, São Paulo, n.10, dez. 1993.
- OLIVEIRA, Adriana Capuano de. **Repensando a identidade dentro da emigração de kassegui**. In: REIS, Rossana Rocha & SALES, Teresa. *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999, p.275-307.
- ONFRAY, Michel. **Teoria da viagem: poética da geografia**. Tradução de Paulo Naves. Porto Alegre: L&PM, 2009.
- ONU/DESA. **World Economic and Social Survey 2004: international migration**. New York: United Nations publication, 2004.
- OTEIZA, Enrique. **Patrones migratorios internacionales en América Latina**. Buenos Aires: Eudeba, 2010.
- PARELLA, Sônia. **Los vínculos afectivos y de cuidado em las familias transnacionales: migrantes ecuatorianos y peruanos en España**. Revista Migraciones Internacionales, v.04, n.02, 2007, p.151-187.
- PARREÑAS, Rhacel Salazar. **Children of global migration: transnational families and gendered woes**. California: Stanford University Press, 2005.
- PASSERINI, Luiza. **A memória entre política e emoção**. São Paulo: Letra e Voz, 2011.
- PEDONE, Claudia. **Nuevas formas de organización familiar: la migración ecuatoriana hacia Cataluña**. In: PIZARRO, Cynthia (Org). *Migraciones internacionales contemporâneas: estudos para el debate*. Buenos Aires: Fundación Centro de Integración, Comunicación, Cultura y Sociedad – CICCUS, 2011, p.63-76.
- PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica**. História, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.
- PEREIRA, Carlos Olavo da Cunha. **Nas terras do rio sem dono**. Rio de Janeiro: Codecri, 1988.
- PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. Tradução de Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2005.

PISCITELLI, Adriana. **Corporalidades em confronto: brasileiras na indústria do sexo na Espanha**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 22, n. 64, p. 17-32, 2007.

PIZARRO, Cynthia. **Migraciones internacionales contemporáneas: estudios para el debate**. Buenos Aires: CICCUS, 2011.

POGGIO, Sara Zulema. **Evaluando los costos y beneficios de la experiencia transnacional: madres centro-americanas en el estado de Maryland**. In: PIZARRO, Cynthia. Migraciones internacionales contemporáneas: estudios para el debate. Buenos Aires: CICCUS, 2011.

PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais**. Tempo, Rio de Janeiro, v.1, n.2, p.59-72, 1996.

_____. **O momento da minha vida: funções do tempo na História Oral**. In: FENELON, Déa Ribeiro (Org). São Paulo: Olho d'água, 2004.

PORTES, Alejandro. **Estudios sobre as migrações contemporâneas: transnacionalismo, empreendedorismo e a segunda geração**. Lisboa: Fim de Século, 2006.

PORTES, Alejandro; DeWIND, Josh. **Rethinking migration: new theoretical and empirical perspectives**. New York: Berghahn Books, 2007.

REIST, Daniela; RIAÑO, Yvonne. **Hablando de aquí y de allá: patrones de comunicación transnacional entre migrantes y sus familiares**. In: HERRERA, Gioconda; RAMÍREZ, Jacques (Orgs). América Latina migrante: Estado, famílias, identidades. Quito, Equador: FLACSO, 2008, p. 303-323.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **O que faz o Brasil, Brazil: jogos identitários em São Francisco**. In: REIS, Rossana Rocha & SALES, Teresa. Cenas do Brasil Migrante. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 45-86.

_____. **Cultura e política no mundo contemporâneo: paisagens e passagens**. Brasília: Editora da UNB, 2000.

RICCIO, Bruno. **Talkin' about migration: some ethnographic notes on the ambivalent representation of migrants in contemporary Senegal**. Stichproben. Wiener Zeitschrift für kritische Afrikastudien, n.8, 2005, p.99-118.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

RIOUX, Jean-Pierre. **A memória coletiva**. In: RIOUX, Jean-Pierre e SIRINELLI, Jean-François. (Orgs) Para uma história cultural. Tradução de Ana Moura. Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p.307-334.

SALES, Teresa. **A organização dos imigrantes brasileiros em Boston, EUA**. São Paulo em perspectiva, v. 19, n. 3, p. 44-53, jul./ set. 2005.

_____. **Brasileiros longe de casa**. São Paulo: Cortez, 1999.

_____. **identidade étnica entre imigrantes brasileiros na região de Boston, EUA**. In: REIS, Rossana Rocha & SALES, Teresa. Cenas do Brasil Migrante. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 17-44.

_____. **Imigrantes estrangeiros, imigrantes brasileiros: uma revisão bibliográfica e algumas anotações para pesquisa**. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 9, n. 1, jan./jul. 1992.

_____. **Novos fluxos migratórios da população brasileira**. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, v. 8, n. 1 e 2, jan./dez. 1991.

_____. **O trabalhador brasileiro no contexto das novas migrações internacionais**. In: O trabalho no Brasil no limiar do século XXI. São Paulo, LTr, 1995.

SANTOS, Wallace Ferreira dos e ABREU, Jean Luiz Neves. **Modernização e utopias: projetos de transformação urbana no município de Governador Valadares (1960-80)**. Revista Ágora, Vitória, n.10, 2009, p.1-15.

SANTOS, Gislene. **A reconfiguração das heranças territoriais no processo migratório**. Revista GeoTextos, v.05, n.01, 2009, p.13-36.

SANTOS, Mauro Augusto dos, BARBIERI, Alisson Flávio, CARVALHO, José Alberto Magno de, MACHADO, Carla Jorge. **Migração: uma revisão sobre algumas das principais teorias**. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010.

SARGENT, Carolyn, LARCHANCE-KIM, Stephanie, YATERA, Samba. **Migração e telecomunicações: tecnologias e famílias transnacionais na França e África Ocidental**. Cadernos Pagu, n.29, 2007, p. 257-284.

SASAKI, Elisa Massae. **Movimento de kassegui: a experiência migratória e identitária dos brasileiros descendentes de japoneses no Japão**. In: REIS, Rossana Rocha & SALES, Teresa. Cenas do Brasil Migrante. São Paulo: Boitempo, 1999, p.243-274.

SASAKI, Elisa Massae e ASSIS, Gláucia de Oliveira. **Teorias das migrações internacionais**. XII Encontro Nacional da ABEP. Caxambu, outubro de 2000.

SASSEN, Saskia. **Entrevista cedida à Revista “Ciência Hoje”**. Revista de Divulgação Científica da SBPC. Vol. 39, n. 231, outubro de 2006, p.06-09.

_____. **Contra geografías de la globalización: género y ciudadanía en los circuitos transfronterizos**. Madrid: Traficantes de sueños, 2003.

_____. **Sociologia da globalização**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

SAYAD, Abdelmalek. **A Imigração: ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da USP, 1998.

SCOTT, Joan Wallach. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SCUDELER, Cristina . **Imigrantes valadarenses no mercado de trabalho dos EUA**. In: REIS, Rossana Rocha & SALES, Teresa. *Cenas do Brasil Migrante*. São Paulo: Boitempo, 1999, p. 193-232.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI: no loop da montanha russa**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

SEYFERTH, Giralda. **Cartas e narrativas biográficas no estudo da migração**. In: DEMARTINI, Zeila B e TRUZZI, Osvaldo. *Estudos migratórios: perspectivas metodológicas*. São Paulo: EDUFSCar, 2005, p. 13- 53.

SILVA, Adriano Larentes da. **Migrações internacionais e mundos do trabalho: brasileiros em Portugal e Espanha (1986-2008)**. (Tese de Doutorado em História), Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

SIMAN, Lana Mara de Castro. **Memórias sobre a história de uma cidade: a história como labirinto**. Educação em Revista. Belo Horizonte, n.47, p.241-270, jun., 2008.

SIMMEL, Georg. **A aventura**. In: ÖELZE, Berthold e JESSÉ, Souza. *Simmel e a modernidade*: Editora da UNB, 2005.

_____. **O estrangeiro**. In: MORAES FILHO, Evaristo. *Simmel*. São Paulo: Ática, 1983.

SIQUEIRA, Sueli. **Migrantes e empreendedorismo na microrregião de Governador Valadares – sonhos e frustrações no retorno**. (Tese de doutorado). Belo Horizonte: UFMG, 2006.

_____. **Emigração e retorno na perspectiva de gênero**. In: *Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto seguro. 26ª RBA Desigualdade na Diversidade*. São Paulo: RBA, 2008.

_____. **Mobilidade social: análise comparativa do retorno de brasileiros dos EUA e Portugal.** Migrações. Revista do Observatório das Migrações, v.5, 2009, p. 135-154.

_____. **A crise econômica nos EUA e o retorno à terra natal.** Congresso da LASA, 2009.

SIQUEIRA, Sueli; FONSECA, Maria do Carmo da; ASSIS, Gláucia de Oliveira; ESCALDA, Patricia M. Fonseca. **Divisão Sexual do Trabalho, rearranjos familiares e relações de gênero em comunidade rural de emigração masculina.** In: AREND, Silvia M. Fávero; RIAL, Carmen, PEDRO, Joana M. (Orgs.). *Díasporas, Mobilidades e Migrações.* Florianópolis: Ed. Mulheres, 2011, p.149-170.

SMITH, Michael Peter e GUARNIZO, Luis Eduardo. **The locations of transnacionalism. In: Transnacionalism from below.** Comparative Urban and Community Research, v. 6, 1998, p. 03-31.

SOARES, Weber. **Emigração e (i)mobilidade residencial: momentos de ruptura na reprodução/continuidade da segregação social no espaço urbano.** In: REIS, Rossana Rocha & SALES, Teresa. *Cenas do Brasil Migrante.* São Paulo: Boitempo, 1999, p. 167-192.

_____. **Emigrantes e investidores: Redefinindo a dinâmica imobiliária na economia valadarense.** (Dissertação de Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.

_____. **A emigração valadarense à luz dos fundamentos teóricos da análise de redes sociais.** In: MARTES, Ana Cristina Braga & FLEISCHER, Soraya (org.). *Fronteiras Cruzadas: etnicidade, gênero e redes sociais.* São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 231-262.

SOUSA, Leonardo Gomes de e DIAS, Carlos Alberto. **Microrregião de Governador Valadares: a busca de uma identidade territorial para uma região em crise.** XIV Seminário sobre Economia Mineira, Diamantina, maio de 2010.

TILLY, Charles. **Transplanted Networks.** In: Yans-McLaughlin, Virginia, *Immigration Reconsidered,* NY, Oxford University Press, 1990, p. 79-95.

THOMSON, Alistair. **Histórias (co) movedoras: História Oral e estudos de migração.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v.22, n.44, 2002, p. 341-364.

VICENTE, L. Trinidad. **Importancia de los flujos migratorios de mujeres.** In: BLANCO, Cristina (Org). *Migraciones: nuevas*

movilidades en un mundo en movimiento. Rubí (Barcelona): Anthropos, 2006.

VICTORIA, Martín Echeverría. **Cultura migratoria y comunicación masiva e interpersonal en los imaginarios juveniles**. Revista Nueva época, n.19, 2013, pp. 61-86.

VILAS-NOVAS, Geny. **Adeus, rio Doce**. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2006.

VITOR, Waldir. **Muito além da Ibituruna**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2005.

WIMMER, Andreas; GLICK-SCHILLER, Nina. **Methodological nationalism and beyond: nation-state building, migration and the social sciences**. Global Networks, v.02, n.04, p.301-334, 2002.

_____. **Methodological nationalism and the study of migration**. European Journal of Sociology, v.43, n.02, p.217-240, 2002.

WORSTER, Donald. **Transformações da terra: para uma perspectiva agroecológica na história**. Revista Ambiente e Sociedade, v. 5, n. 2, p. 23-43, 2003.

8. FONTES

LIVROS:

NETTO, Maria Cinira dos Santos. Desbravadores e pioneiros do Porto de Dom Manuel: a história de Governador Valadares. Governador Valadares: Edição da autora, 1999.

VILAS-NOVAS, Geny. Adeus, rio Doce. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2006.

RELATÓRIOS:

CIAAT. Relatório da pesquisa “A migração internacional na perspectiva da família do emigrante”. Governador Valadares, julho de 2007. Documento disponível na sede da entidade. Site: <http://www.ciaatgv.com.br/>.

ONU/DESA. World Economic and Social Survey 2004: international migration. New York: United Nations publication, 2004.

PERIÓDICOS:

Revista Acaiaca, 1951 (Cópia do arquivo do Museu da Cidade-GV).

Diário do Rio Doce, Governador Valadares, 1960, 1963, 1964, 1965, 1966, 1967, 1968, 1969.

Brazilian Times, Somerville-Boston, 2006.

Estadão, São Paulo (Edição online), 2015.

LEGISLAÇÃO:

Decreto nº 14.763 de 15 de Fevereiro de 1944. Site da Câmara dos Deputados Federais. Legislação informatizada. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-14763-15-fevereiro-1944-464342-publicacao-1-pe.html>.

ENTREVISTAS:

Trabalho de campo 2007:

Amauri, 58 anos, engenheiro civil. Entrevistado por Gláucia de Oliveira Assis, Gisele Meriz e pelo autor em Governador Valadares em 09/05/2007. Transcrição do autor.

Antonio Coelho, 71 anos, intercambiou em 1962. Entrevistado em Governador Valadares em 04/05/2007 por Gláucia de O. Assis e Sueli Siqueira. Transcrição do autor.

Dinadi Simpson. Entrevista realizada por Sueli Siqueira em Belo Horizonte em 02/11/2007. Transcrição do autor.

Eneida, 66 anos, emigrou em 1968. Entrevistada por Sueli Siqueira em Governador Valadares em 17/04/2007. Transcrição do autor.

Geraldina Simpson. Entrevistada por Sueli Siqueira em Belo Horizonte em 02/11/2007. Transcrição do autor.

Gerson, 63 anos, emigrou em 1967. Entrevistado por Sueli Siqueira em Governador Valadares em 20/03/2007. Transcrição de Sandra Nicole.

José Cipriano, 71 anos, emigrou em 1964. Entrevistado por Sueli Siqueira em Governador Valadares em 27/04/2007. Transcrição do autor.

Leonel, 67 anos, emigrou em 1968. Entrevistado por Sueli Siqueira em Governador Valadares em 14/03/2007. Transcrição do autor.

Lorna Simpson. Entrevista realizada por Sueli Siqueira em Belo Horizonte em 02/11/2007. Transcrição do autor.

Lucí, 41 anos, emigrou em 1989. Entrevistada por Gláucia de Oliveira Assis, Gisele Meriz e pelo autor em Governador Valadares em 05/05/2007. Transcrição do autor.

Luiza, 17 anos, nasceu nos Estados Unidos. Entrevistada por Gláucia de Oliveira Assis, Gisele Meriz e pelo autor em Governador Valadares em 05/05/2007. Transcrição do autor.

Ronaldo, 67 anos, emigrou em 1967. Entrevistado por Sueli Siqueira em Governador Valadares em 05/08/2007. Transcrição do autor.

Trabalho de campo 2010:

Benta, 68 anos, emigrou em 1996. Entrevistada em Governador Valadares em 06/12/2010. Entrevista e transcrição do autor.

Lorena, 68 anos, nunca emigrou, mas tem um filho no exterior desde 2005. Entrevistada em Governador Valadares em 03/02/2010. Entrevista e transcrição do autor.

Nora, 53 anos, nunca emigrou, mas tem um filho no exterior desde 2004. Entrevistada em Governador Valadares em 10/02/2010. Entrevista e transcrição do autor.

Tânia, 70 anos, emigrou em 1985. Entrevistada em Governador Valadares em 07/02/2010. Entrevista e transcrição do autor.

Verônica, 43 anos, emigrou em 1995. Entrevistada em Governador Valadares em 04/02/2010. Entrevista e transcrição do autor.

Trabalho de campo 2014:

Léia, 40 anos, emigrou em 1993. Entrevistada em Everett (MA-EUA) em 30/05/2014. Entrevista e transcrição do autor.

Soraia, 38 anos, emigrou em 2001. Entrevistada em Malden (MA-EUA) em 19/07/2014. Entrevista e transcrição do autor.

Vanusa, 52 anos, emigrou em 1997. Entrevistada em Hudson (MA-EUA) em 17/05/2014. Entrevista e transcrição do autor.